

CHRISTIANO SCHAUFFERT DE AMORIM

ARQUITETURA DO SILÊNCIO: O INDÍGENA NA ESCRITA, RELAÇÕES DE
CIVILIZAÇÃO E EXTERMÍNIO

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História (História Cultural), curso de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Prof. Dr^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold

Florianópolis

2002

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ARQUITETURA DO SILÊNCIO: O INDÍGENA E A ESCRITA, RELAÇÕES DE
CIVILIZAÇÃO E EXTERMÍNIO

CHRISTIANO SCHAUFFERT DE AMORIM

Florianópolis – 2002

AGRADECIMENTOS

Reconhecer todos aqueles que colaboraram para a finalização deste trabalho tornou-se um momento importante, pois representa a sociabilidade conquistada após dois anos de preparação.

Um distinto reconhecimento à orientadora e amiga Ana Lúcia Vulfe Nötzold, pelo respeito, profundo conhecimento e apreço demonstrado em todo percurso do trabalho, também ao Laboratório de História Indígena na sua luta e representação frente a causa indígena.

Externo sensível consideração a todos familiares e amigos, em especial para minha companheira Cláudia sempre paciente e compreensiva nos momentos decisivos.

A consideração a toda estrutura dispensada pelo Departamento e Secretária do Programa de Pós-Graduação de História (UFSC) em quais o incentivo e atendimento abriram novos horizontes, imprescindíveis. Ao corpo docente do curso, que sempre demonstrou um grande esforço na passagem de novas metas do conhecimento, assim como não deixaria de fora os amigos do cafezinho nas manhãs frias em Florianópolis.

Agradeço a Euclides José da Cruz, historiador e funcionário do Arquivo Histórico de Itajaí, que, com muita habilidade e ajuda incansável a todos os pedidos, não poupou esforços no auxílio e busca do material para a realização deste trabalho. Do mesmo modo ao amigo e geógrafo Alexandre Henrique Groth pelo esforço na preparação do mapa de Itajaí, artigo de conversas sobre como deveria ser a composição hidrográfica e topográfica da cidade na ausência das estruturas urbanas, na tentativa de perceber parcialmente um dos ambientes que proporcionou sobrevivência aos grupos indígenas na região.

SUMÁRIO

Lista de Anexos.....	vi
Lista de Ilustrações.....	vii
Introdução.....	08
Capítulo I.....	17
O indígena no texto: uma instituição de controle.....	17
1.1 O texto como prisão.....	17
1.2 Referências e variações: uma análise do indígena na escrita.....	25
1.3 Construção e adaptação teórica do indígena no Brasil.....	31
1.4 Uma estética disforme para o indígena.....	44
Capítulo II.....	54
A constituição projetista e histórica da cidade.....	54
2.1 Terra, empreendimento e escrita.....	54
2.2 O naturalismo e a classificação do espaço indígena.....	62
2.3 Laços entre o Porto e o Serviço de Povoamento.....	69
2.4 Diretrizes e argumentos deflagrantes do genocídio indígena.....	78
Capítulo III.....	87
A escrita como clausura: sombras do indígena.....	87
3.1 O aspecto controlador da Gramática e da Lingüística.....	87
3.2 Diluir, transformar e esquecer.....	96

3.3 Materialização simbólica do indígena	104
3.4 Pontos de lembrança: palavras indígenas na cidade.....	115
Capítulo IV.....	126
O efeito cessante: o aparecimento dos limites.....	126
4.1 Apontamentos sobre as marcas do contato.....	126
4.2 O relatório e a reserva: um caso de inspeção.....	133
4.3 A escritura: violência na língua.....	142
4.4 A escrita na História: controle e necessidade.....	150
Considerações Finais.....	159
Referências.....	163
Anexos.....	170

LISTAS DE ANEXOS

Correspondência, relatório, fotos, gravuras e mapas	170
1. Correspondência.....	170
A – Registro de correspondência do Presidente da Província as autoridades policiais...	170
B – Correspondência do Ministério da Agricultura para o Presidente da Província.....	172
C – Correspondência do Presidente da Província para o Ministério da Agricultura.....	176
D – Ofícios dos Delegados e Subdelegados de polícia ao Presidente da Província.....	179
2. Relatório – Demarcação do Território dos Índios Botocudos.....	181
3. Fotos.....	195
4. Gravuras.....	201
5. Mapas.....	203

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Herbário Barbosa Rodrigues.....	195
Foto 2 – Herbário – Instituição Botânica.....	195
Foto 3 – Sede da Sociedade Guarani.....	196
Foto 4 – Cultura Indígena Brasileira I.....	196
Foto 5 - Cultura Indígena Brasileira II.....	197
Foto 6 – Quadro dos Índios Carijós.....	197
Foto 7 – Palácio Marcos Konder.....	198
Foto 8 – Grupo indígena sobrevivente e bugreiros.....	198
Foto 9 – Grupo indígena sobrevivente, mulheres e crianças.....	199
Foto 10 – Vista parcial do Posto Indígena Duque de Caxias.....	199
Foto 11 – Governador Adolfo Konder e comitiva em visita ao posto Indígena...	200
Gravura 1 – Jornal O Cacique.....	201
Gravura 2 – Brasão da Sociedade Guarani.....	201
Gravura 3 – Panfleto de convocação Tapuias.....	202
Mapa 1 – Região topográfica e hidrográfica de Itajaí.....	203
Mapa 2 – Região Sul.....	204
Mapa 3 – Área Indígena de Ibirama.....	205

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é um estudo sobre os caminhos que o grupo indígena percorreu nos meios escritos em Itajaí, durante o processo de extermínio e a partir das normas de civilização. Não é propriamente uma tentativa de contar a história dos indígenas na cidade, mas de perceber os fenômenos que os envolveram. O instrumento da escrita - organismo intrinsecamente ligado ao poder tornou-se de forma profícua um obstáculo invisível, território hostil e inadequado à sua presença.

Definir as motivações que permitiram a realização deste trabalho foi perceber – essencialmente um ato de protesto – as noções tradicionalistas que fizeram da história um campo aberto à produção do esquecimento e de homenagens aos dominadores. A observação desta política, particularmente oculta, é tema da maior proeminência para a verificação histórica, isto porque a identificação dos elos entre o silêncio presente e sua construção no passado vinculou-se às relações, costumes, instituições e sujeitos envolvidos pela escrita neste processo.

As reflexões elaboradas no trabalho a seguir foram produzidas sobre um longo processo de inquietação originário no lapso determinante, no qual ficou identificável a presença de um espaço temático não abordado nas linhas da história oficial de Itajaí. Em meio a este ambiente controlado e nebuloso viam-se pequenos fragmentos sofrendo alterações na escrita, estes pedaços eram lembranças do grupo indígena - razão central desta dissertação. Esta observação foi princípio motivador fazendo com que realizássemos uma espécie de arqueologia, tentando reunir estas relíquias há tanto disfarçadas, falsificadas no terreno histórico, e alteradas pela escrita local.

No desenvolvimento do trabalho, procuramos mostrar e identificar os meios institucionais e atuantes sobre o indígena, partindo das estruturas solidificadoras da escrita até a materialização dos discursos. É importante colocar neste princípio o tratamento que dispensamos aos fenômenos decorrentes e

resultantes do processo apontado. Mediante estas intenções, passamos a compreender que o grupo indígena objeto de pesquisa e reflexão histórica continua sofrendo atuações de longa duração as quais o conduzirá talvez irreversivelmente à destruição física e cultural.

Os autores utilizados nesta produção pertencem às áreas da história, filosofia, sociologia e lingüística, suas obras foram importantíssimas no auxílio e abrangência de diversos fenômenos, mas, por seguirem princípios teóricos e temáticas diferentes, como representação, discurso, análise do discurso, lingüística, gramática, e outras posturas, assim tomamos a decisão de associar partes de seus trabalhos, exclusivamente as que nos interessavam, com as práticas exercidas na escrita pelo corpo social. É importante ressaltar que as informações inerentes aos temas expostos acima, são encontradas no desenvolvimento dos capítulos. Dado este condicionamento, unimos a instrumentação teórica ao material pesquisado incluindo-os no objeto de nossa investigação, o grupo indígena.

Seguindo este procedimento, só fizemos exceção quando houve a necessidade de uma explicação mais aprofundada das relações teóricas devidas, neste caso esclarecemos nossa intenção a partir das notificações. Entre os autores que nos ajudaram estão: Bourdieu, Certeau, Chartier, Foucault, Nietzsche, Elias, Orlandi, Derrida e outros de igual importância. Com a co-autoria destes pensadores, alcançamos uma abordagem crítica que nos possibilitou desconstruir os condicionantes de verdade das “(...) *grandes nomenclaturas que estendem suas ramificações exaustivas (...) as prisões da linguagem. (...) o mesmo ideal de dominação que inspira a teoria penitenciária e a teoria lógica (...) Classificação dos homens, classificação das palavras um olho idêntico as domina.*”¹

Estamos escrevendo sobre o que não quer ser dito, o não-dito da violência, da brutalidade e da oficialidade com que foram aniquilados os indígenas e a todos os fenômenos subsequentes de ressignificação sobre o seu passado.

¹ BENTHAM, J. **O Panóptico**. Organização e tradução / Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.90.

Escrevemos, portanto, sobre a violência, tema aparentemente abolido das discussões históricas, palavra que causa espanto aos benfeitores da fundação de Itajaí, por isso o silêncio. Compreender como isso aconteceu passou a ser então uma das metas que procuramos alcançar.

O artifício identificado na escrita oficial trouxe, desde os tempos coloniais até sua versão republicana, padrões e pensamentos responsáveis pela indução da leitura. Originários de várias sessões do poder público, passaram a alterar a compreensão ao preparar um conjunto opinativo responsável por ações justificadoras de atos genocidas. A partir desta constatação, a questão indígena passou a ser encarada em níveis administrativos. Nota-se que a mesma prática política usou diferentes técnicas na escrita dependendo das fontes em que atuou (correspondências, jornais e livros). Dessa maneira, tais meios produtores concatenaram, com o passar do tempo, o afogamento do indígena em diversos setores.

Em conformidade com os capítulos que seguem este prelúdio, mostraremos alguns formatos da abordagem na tentativa de revelar o indígena. Para isso, foi necessário trazer à tona os modelos que o apagaram, sendo um deles sua condução generalizada ao papel, com vários sinônimos (bugre, selvagem, gentio, aborígene, nativo, entre outros). A partir deste problema, o imperativo foi examinar alguns conceitos teóricos produzidos no Brasil e fora dele, adaptados direta ou indiretamente sobre o indígena e seu meio de vida (Indianismo, Naturalismo, Positivismo, Utilitarismo e outros), na tentativa de discernir os pontos de origem destas modificações.

A direção que o trabalho tomou a partir desses procedimentos trouxe à tona vestígios parciais do indígena, suas ruínas na cidade, assim, esforçamo-nos na tarefa de entendê-los, mesmo que alterados, algumas vezes. Nosso desígnio foi deslocar as atenções da superfície (fundadores, empreendedores, civilizadores e outras montagens), ir ao fundo, perceber os sinais e intervenções que a história, a

escrita e o processo civilizador, controlados pelas elites, colocaram, veladamente, na reconstrução e apagamento de sua identidade.

Objetivando a compreensão mais detalhada de tudo que elaboramos, tornou-se importante relacionar algumas notas, considerações e advertências. Daremos início à necessidade de associação intelectual de todos os componentes compreendidos em quatro capítulos do trabalho *Arquitetura do Silêncio*, completando-se na argumentação dos fenômenos que iremos apresentar, por perfazerem um trabalho científico no qual as conjunções analíticas são necessárias para o entendimento do que foi realizado. Outra justificativa para esta observação é o acesso ao processo histórico envolvendo o grupo indígena e a sociedade civil de Itajaí, que está fracionado no conteúdo destes capítulos.

Na concretização da pesquisa, o limite temporal estabelecido percorreu os anos de 1899 até 1930, consequência empírica e temporal dos jornais disponíveis na cidade. Com o prosseguir dos estudos e pesquisa, constatamos que era importante relacionar o período acima com outros setores no tempo, portanto recuamos e avançamos na tentativa de explicar os motivos que ocasionaram o esquecimento, a produção posterior dos livros sobre a história de Itajaí e o período anterior, fonte oficial registrada pelos poderes públicos. Neste sentido, tratamos de verificar parte da história indígena, a partir do conhecimento de algumas correspondências situadas entre os anos de 1843 e 1885, nas quais destacam-se informações importantes, como, por exemplo, planos para “afugentar os indígenas”, tratados entre Francisco Ferreira Corrêa (Presidente da Província de Santa Catarina), Otto Hermann Blumenau (Dr. Blumenau) e Nicolau Halburg (Delegado de Polícia de Itajaí) em 1870. Outro fato a ser destacado é de os escritos posteriores incitarem questionamentos dos efeitos históricos identificados a partir deste espaço temporal (1899 – 1930), em que, auxiliados pelos teóricos realizamos diversas constatações.

A partir destas considerações, o Capítulo Iº aborda o controle científico existente no texto escrito e sua relação com o indígena. Tal procedimento constituiu um ponto crítico, uma vez que evidencia a utilização da escrita e seus meios

gramaticais como instrumento na obtenção dos resultados processuais da civilização sobre o grupo indígena. O uso constante destas abordagens sugere o aparecimento de uma série de termos e fenômenos variados, como também a associação destes com posturas políticas de origem definida. Assim, constatou-se um vínculo entre o meio escrito e a teoria relacionada ao indígena no Brasil, que tem sua origem na literatura, história e outras áreas abordadas. Depois destas verificações, percebe-se o aparecimento de um formato para o indígena, com algumas variações e seguindo princípios estéticos das teorias ocidentais.

No Capítulo IIº, procuramos relativizar as ações que envolveram o processo de resignificação das terras que cercam a foz do rio Itajaí, como um espaço civil a ser alcançado, esta nomeação enaltecida pelos detentores da escrita e capital aparece sobre o enaltecimento das riquezas e do espaço, como naqueles que efetuaram o projeto da cidade criando bases de sustentação histórica no desenvolvimento de sua escrita. Tratamos, então, de mostrar que a resignificação não envolveu apenas o núcleo civil mas também o espaço indígena. Desta forma, visualizamos os argumentos de algumas tendências teóricas do século XIX, principalmente o Naturalismo, que passaram a construir um novo significado a partir da ótica ocidental. Envolvido na análise surge o Porto da cidade como meio econômico e ponto de entrada de levas da colonização. Neste ponto, rivalizamos suas ligações políticas com o Serviço de Povoamento, que passa a emitir uma série de ordens e diretrizes tendo como um de seus objetivos uma política de ação sobre o grupo indígena. Mediando estes acontecimentos, demonstramos as iniciativas do Governo e do núcleo colonial na solução que encontraram para resolver o problema indígena, já que estes tornavam-se um obstáculo na constituição dos núcleos civis.

Iniciamos o Capítulo IIIº mostrando princípios e regulamentações da gramática e lingüística que envolveram de várias formas o grupo indígena; desde preconceitos, formas de interpretação, condições que envolvem objetos frasais do texto, até a resignificação simbólica do indígena na escrita. Em seguida, passamos a observar os recursos que a Gramática Geral oferece na produção de fenômenos,

observando efeitos do deslocamento dos termos sinônimos referentes ao indígena, assim como suas diversas transformações ao longo do tempo e até mesmo o esquecimento. Verificando a continuidade de todo este processo, estendemos nossa análise para o campo simbólico, no qual demonstramos o processo de fragmentação destes termos e sua adaptação aos símbolos materiais que o representam, como brasões, artesanatos, pinturas, entre outros exemplos deste tipo. Finalizando este terceiro momento, temos palavras e questões relacionadas ao indígena, principalmente pelo alvo de discussões e acontecimentos a que foram submetidas, como a própria palavra Itajaí, palco de inúmeros registros nos jornais e livros da cidade.

Os limites materiais impostos aos indígenas na escrita e pela escrita são tema do Capítulo IVº, que tem sua introdução voltada a discutir alguns resultados do contato indígena com a sociedade civil no período abordado neste trabalho. Um desses efeitos pode ser encontrado na Reserva Indígena, que vem à tona a partir de um relatório sobre trabalhos no Posto Indígena Duque de Caxias. Logo orientamos nossa análise para o processo de apreensão gramatical da língua indígena observando o transporte da oralidade para a escrita. Por fim abordamos o papel vivenciado por vários escritores relacionados com a história, num quadro que mostra traços característicos no tratamento que dispensaram ao indígena na escrita.

As fontes sobre a temática indígena são numerosas e variadas, principalmente entre jornais, livros e correspondências. Apesar da disparidade existente entre elas, notamos que os livros foram amplamente mais controlados na produção de opiniões sobre a temática indígena do que os jornais, e menos que as correspondências, pois estas não eram destinadas ao público. Ainda encontramos em menor volume, mas não menos importantes, documentos variados, como as revistas, cadernos, anuários, relatórios e outros, compondo assim os caminhos implicados pela temática indígena. Outra observação importante é o fato das citações estarem transcritas de forma direta, ou seja sem as reformas sofridas na língua portuguesa, portanto seguem seus momentos históricos respectivos.

Pensamos ser importante anexar ao corpo do texto alguns documentos, entre eles, uma série de correspondências relacionadas a pessoas, a órgãos executivos e à própria cidade de Itajaí. O teor desses documentos envolve, em sua maior parte, desde atos de perseguição ao grupo indígena até pedidos de caráter naturalista. Um outro documento de importância neste contexto foi: *DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO DOS ÍNDIOS BOTOCUDOS*, selecionado devido ao seu precário estado de conservação, de relevante importância histórica, ao registrar as primeiras práticas no Posto Indígena Duque de Caxias, ficando em anexo juntamente com fotos, gravuras e mapas, para que outros possam utilizar como fonte e aprimoramento de pesquisa.

Creemos na existência de uma certa angústia, sentimento propulsor da identificação e desmontagem da linha histórica sobrepostas aos acontecimentos deflagrantes do genocídio indígena. Entendemos que a introdução, elemento antecipador do trabalho e meio através do qual chama-se a atenção para o seu desenvolvimento, é sempre porta de entrada na aceitação de algumas hipóteses e demais considerações, que por fim, levariam a solução de um problema. Deixamos registrado que essa intenção não é nossa, pois o próprio sentimento levou-nos a fazer aparecer o problema. Cientes da sua difícil solução - mesmo que os acontecimentos silenciados fossem registrados publicamente na história oficial como um dos caminhos portadores do sucesso do empreendimento colonial - temos a noção de que não é mais possível desfazer as práticas, já que o simples registro não devolveria as antigas condições de vida dos habitantes indígenas na região.

Pelos motivos expostos acima, voltamos nossa atenção para introdução de um importante objetivo, a desconfiguração dos sistemas corporativos institucionais, ou seja, queremos dar visão aos instrumentos que possibilitaram as práticas de extermínio. Os meios que levaram à mistificação desta fração histórica foram menos comoventes para os defensores da história oficial do que os romances de folhetim que liam ao lado das notícias de morte e perseguição aos indígenas. Com essa intenção, torna-se importante dar visão aos acontecimentos, assim, seria difícil não

querer ver as vítimas do processo colonizador. Nosso objetivo, portanto, não requer a simples condição de registro, mas sim a visualização das práticas e fenômenos que o apagaram.

Vale ressaltar ainda um ponto determinante para nosso trabalho, pretendemos escrever algumas linhas sobre a existência e vida do grupo indígena conhecido como Xogleng. Não é nossa pretensão um estudo profícuo sobre este tema, pois que teríamos que elaborar um outro trabalho, por esse motivo decidimos confeccionar alguns pensamentos com a intenção de tornar visível o agrupamento indígena, ponto de atrito e produção textual neste trabalho.

Os Botocudos não se auto denominavam, chamavam-se a si mesmos de *nós*, ganharam tal nome, Botocudo, pois usavam um botoque de madeira ou material semelhante fixado através do lábio inferior chamado tembentá. Hoje um nome cogitado pelos sobreviventes deste grupo indígena é Laklãnõ, de qualquer forma sua nomenclatura Aweikoma, kaingang, Botocudo ou Xokleng lhes foi atribuída pelos não-índios.

Muitas gerações dos índios Botocudos (Lãklãnõ) perpetraram sua história pelas encostas e vales litorâneos em Santa Catarina, vivendo em harmonia e equilíbrio com o meio ambiente. De forma semi-sedentária, formavam um grande povo separado em tribos com similaridades culturais. Dispunham de língua e costumes originais. Sobreviviam do que a Mata Atlântica lhes oferecia, para isso caçavam e coletam de acordo com a disponibilidade de alimentos fornecidos por uma determinada área, depois seu interesse voltava-se para outras regiões. Desta forma seu território não era fixo mas com contornos variáveis.

O povo Botocudo migrou em teoria para as terras que hoje pertencem ao Estado catarinense, forçados por um condicionamento migratório provocado pelos portugueses no litoral atlântico pelas costas do Brasil e espanhóis no Oceano Pacífico por volta do século XVII. Nos anos que seguiram viveram de forma regular como caçadores e coletores tendo contato com grupos rivais, Guaranis, Kaingang e outros.

A população média de uma aldeia era de 150 pessoas. Os Botocudos viviam em acampamentos dispostos em construções de para-vento, confeccionados com palmeiras, por vezes dormiam sem estas proteções apenas com o fogo aceso, quando o tempo ficava mais frio procuravam lugares com mais caça e outros recursos para a subsistência. Usavam mantas feitas de fibra de urtiga para enfrentar o inverno. A cerâmica era importante, a usavam como panela de barro, também faziam cestos de taquara.

Sua alimentação incluía a mandioca como também seus derivados, a farinha é um exemplo disto e em algumas regiões o pinhão era um dos alimentos mais apreciados, colhia-se frutas, palmito, milho e raízes comestíveis. Os alimentos eram cozidos, assados ou mesmo moídos. A pesca nos rios fazia parte de sua dieta as vezes usavam a mandioca brava para envenenar a água, assim a pesca tornava-se mais fácil, comiam carne vermelha uma ou duas vezes por mês, geralmente as armas como lanças, flechas e machadinhas eram feitas de madeira, pedra e cipó.

Entretanto a vida nestes tempos não era nada fácil, propriamente para os grupos indígenas que não viviam em um paraíso, cada dia na sua existência tinha que ser garantido com muito esforço e havia mesmo alguns momentos que não encontravam comida. Além disso tinham que enfrentar animais ferozes como a onça, intempéries como o frio e a chuva, até mesmo grupos rivais. Como vimos tais fatores tornaram-se responsáveis pela dificuldade que os grupos humanos passavam todos os dias.

As decisões eram compartilhadas, homens, mulheres e crianças dividiam respeito mútuo. Não havia repressão sexual, na maioria das vezes as meninas podiam engravidar após um período de isolamento que começava em alguns casos na primeira menstruação dependendo do seu porte físico. Quanto as relações sexuais entre casais ou com outros parceiros eram permitidas, sentimentos ocidentais como o ciúme não existiam antes do contato com os europeus. Infelizmente o processo de mudança ocasionado pelas frentes de colonização, alterou para sempre sua condição cultural e os privou do antigo território que possuíam.

CAPÍTULO I

O indígena no texto: uma instituição de controle

1.1 O texto como prisão

A política na escrita oficial repete, desde os tempos coloniais até sua versão modernizada no Brasil, modelos explicativos, que levam o leitor a elaborar um conjunto de idéias, neste caso, proposições que se admitem sem demonstração, todavia com um sentido de verdade. É notório o aparecimento de diversas técnicas escritas, envolvendo o indígena², módulos em níveis discursivos que mesclam antigos esteriótipos com conceitos sociais, como o extermínio, cristianização, assimilação, integração entre outras generalizações. A livre circulação das palavras não pode ser compreendida neste trabalho sem a demonstração de suas articulações e intercâmbios como um conjunto de idéias e discursos controladores.

O produto temático a ser abordado neste capítulo preocupa-se com a utilização política de alguns meios da escrita moderna e procura chamar a atenção para o que a palavra, a escrita e toda a forma de construção científica textual puderam produzir como efeito material ao grupo indígena, nas três primeiras décadas do século XX³.

A existência de um diferente sentido na leitura⁴ das palavras e conseqüente interpretação destas aparece neste estudo como base para percepção histórica. Uma informação ou mensagem codificada na escrita, ou seja a palavra,

² Usarei os termos “indígena ou índio”, por representarem uma facilidade de compreensão para o leitor, mas de fato refiro-me a grupos humanos (Botocudo e Carijó) que viveram no litoral norte de Santa Catarina antes e no momento da chegada do colonizador, região atual de Itajaí e cercanias.

³ Tendo em vista o espaço temporal abordado na pesquisa (1899-1930), pensamos que a produção histórica sobre o indígena nos livros e demais escritos da cidade prosseguiu a partir do final deste período. Portanto temos noção de que houve e há uma ressignificação constante; este reflexo, repetição ou teoricamente historicização preocupou-se com a reinvenção do passado e sua projeção no tempo.

⁴ GOULEMOT, J. M. Da leitura como produção de sentidos. In CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. São Paulo: Liberdade, 1996, p.107-117.

não se resume apenas em um significado momentâneo para o leitor, para tanto compreendemos sua relatividade (coisa-palavra-repertório). Em grande parte das palavras associadas ao grupo indígena, esta mensagem pode relacionar-se como negação, morte, vergonha, prisão, entre outros sentidos. Esse repertório individual tem data programada para sua ação, exatamente no instante que as pessoas realizam a sua representação⁵ no ato de ler. Neste momento é que, em teoria, historicamente percebe-se a produção de signos⁶ no texto, como a criar vários emblemas para o indígena.

Os signos sobre o indígena nomeiam outros sentidos do grupo humano em questão, como um sinal para representação⁷, escondendo operações com um grau de variação de acordo com construções não apenas momentâneas, mas linhas discursivas de outros tempos. A gênese, produção e transporte da passagem do signo para o papel tira-lhe a prática, mas esta retorna nas ações e idéias futuras do leitor. Basta um outro sinal, como: falar ao público, uma outra leitura, ou mesmo uma discussão sobre o tema, para que esta prática cristalizada retorne.

Sabemos que existe uma estrutura científica e política nos escritos, isto é comum para a leitura na sociedade ocidental, entretanto nossa pesquisa e conduta procura questionar tal sistematização de pensamento, principalmente quando esta apresenta-se como um instrumento de conduta e diretriz na vida indígena, sendo resultado de uma violência que perpassa a escrita chegando ao real. No decorrer da leitura, signos são ativados e a prática torna-se visível nas conseqüências materiais para o grupo indígena. O texto e sua arquitetura são apenas uma das faces do

⁵ CHARTIER, R. **O Mundo Como Representação**. Estudos Avançados. São Paulo: nº 5 jan./abr., 1991, p.173-191.

⁶ LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 2ª ed – São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 1012. Segundo o autor há três sentidos (A-B-C), de acordo com o critério teórico da dissertação, preferimos os sentidos A e C: “A. percepção atual que justifica, de uma maneira mais ou menos segura, uma asserção relativa a qualquer outra coisa (e não só suscetível de evocar uma representação através do jogo das memórias ou da associação de idéias)...C. Objeto material, figura ou som que toma o lugar de uma coisa ausente ou impossível de perceber e serve quer para trazê-la de volta ao espírito (por exemplo, os símbolos que representam os metais, os elementos na antiga química), quer para se combinar com outros signos do mesmo gênero para efetuar operações (simples ou complexas, precisas ou não) sobre as relações das coisas significadas...”.

⁷ Não consideramos a linguagem como o próprio pensamento, mas pensamos que a representação ocasionalmente foge da análise clássica do discurso, porque nem sempre o signo está ligado ao significante. Para mais detalhes ver a obra de Roberto Machado: *Foucault, a filosofia e a literatura*. (2000) p. 85-116.

homem moderno (*sapiens-sapiens*), poderíamos pensar na falência do projeto humanista, mas há sempre uma contradição, humanização x desumanização.

A perspectiva sobre o estudo dos parágrafos no início do século XX tem neste trabalho (como exemplo) o objetivo de mostrar a forma mecânica, “Panóptica⁸”, na estrutura científica do corpo textual. O que pretendemos, de forma preliminar, é demonstrar uma relação das palavras com uma idealização estética do indígena, para humanizar, destruir, entre outros sentidos; compreendendo um parágrafo como uma estrutura simbólica, cada um sendo uma instituição. Mostrar, fazer aparecer uma linha muito tênue que parece dividir uma estrutura arquitetônica de controle social - o panóptico ou casa de inspeção, idealizado por Jeremy Bentham na Inglaterra, em 1787 - com a forma de controle social no próprio texto, guardadas as devidas proporções, não sendo coincidência encontrarmos em ambos controle e normatização.

O parágrafo não é apenas um lugar onde se encerra um pensamento, neste estudo, um exemplo, preso a uma modulação científica e que age sobre determinado objeto por vontade política ou expressa do autor; é também um meio exemplar por onde se controla o discurso e a prática. O parágrafo esconde-se como uma instituição e dá recursos na produção de textos que estão estruturados em uma razão aplicativa, produzindo, na área perspectiva do autor, uma conduta de verdade.

No próprio símbolo que compõe o parágrafo único (§), além de ser constituído para envolver a atenção do leitor, como uma lei, estende-se num dizer proferido ou como um versículo religioso. Portanto, não é utilizado apenas como símbolo para representar a palavra “parágrafo”. Como ele envolve uma parte no texto ou artigo de lei, tem sentido completo e independente, segundo a própria nomenclatura científica da gramática geral em que foi edificado. Por exemplo, como enuncia o filósofo inglês do século XIX, John Stuart Mill⁹: “§4. A importância

⁸ BENTHAM, J. Op. Cit. passim.

⁹ John Stuart Mill funda em 1822 na Inglaterra a *Sociedade Utilitarista*, com discípulos de Jeremy Bentham (criador do sistema Panóptico) e James Mill (seu pai).

histórica dos homens eminentes e da ação política dos governantes esclarecidos.”¹⁰

Como pretendeu demonstrar o filósofo utilitarista, o símbolo (§) emite um pensamento único e uma preocupação com a verdade.

Queremos demonstrar uma articulação e arquitetura envolvendo vários problemas em seu meio simbólico, enunciados parcialmente aqui como: identificar, vigiar, criar, esquecer, representar, matar, entre outras. Tudo isto envolve uma criação para o leitor, cercado e carregado por símbolos, significados e signos.

O parágrafo, nesta questão, pode apresentar uma transposição da forma material para a escrita, porque ele encerra um pensamento, levando em considerações os diferentes planos de interpretação do leitor e sua condição social. Desta forma, verifica-se a relação da mensagem produzida para o índio com a estrutura mecânica do próprio parágrafo, organizado em torno de uma idéia diretiva de valor, como demonstramos no trecho a seguir:

*Praticaram os protuguezes tal selvageria nos tempos colomniaes?
E se os praticaram, não devemos emital-os nos que hoje nos
consideramos christãos e civilizados.
Portanto busquemos um meio mais racional, mais digno de nosso
prestigio, que esteja de accordo com nosso sentimento humanitario.
Tratemos de aplacar e não incitar a colera de nossos indefezos e
desgraçados irmãos (...) Elles são selvagem mais não são indomaveis.
Procedam assim continuadamente até que tenham um bom numero de
selvagens amigos(...)
Uma vez catechizados, as autoridades competentes cumpre espalhar
entre elles, ferramentas de trabalho, para auxilio da lavoura. Da qual
nasce toda a independencia e riqueza de um Estado(...)*¹¹

]

Para quem escreveu, para quem leu o texto¹² no início do século XX, existe um discurso¹³ que invoca a normalidade, o cristianismo, o trabalho¹⁴, a racionalidade na relação com o suposto “selvagem”, o diferente; funcionando como

¹⁰ MILL, J. S. **A Lógica das Ciências Morais**. São Paulo: Iluminuras, 1999, p.140.

¹¹ *O Pharol*. Itajaí, 07/04/1905.

¹² Este trecho são partes de uma carta publicada no jornal *O Pharol*, proveniente de Santos, no dia 18 de março de 1905, em que Manoel Ferreira de Miranda critica um outro artigo com o título: “Expedição contra os bugres”, publicado no jornal *Novidades* de Itajaí.

¹³ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

¹⁴ No último parágrafo de sua escrita Manoel Ferreira de Miranda repete um dos “chavões” de Adam Smith.

um projeto para o indígena em Itajaí, aplicado pela ordem do texto. As palavras e todo texto fixaram uma mensagem para o leitor, que vai propagá-la como verdade, como um pacote fechado do que se deve pensar sobre o indígena, tanto na relação social como escrita. É neste caminho e caso que se pode entender como as palavras servem para projetar o mundo e, ao mesmo tempo, materializar um pensamento, na destruição e construção de um outro “sujeito”, útil para o Estado, mas inferior aos que são cristãos e civilizados.

A ordem discursiva do texto apresenta uma mensagem de superioridade, existe uma valorização dos cristãos do século XIX e XX sobre os cristãos do século XVI, XVII e XVIII, faz-se um mandamento, entre a condição humanística científica, que prefere a catequese; e a cristã portuguesa, que opta pelo extermínio. A imitação em face do extermínio não é como a dos portugueses, ela reveste-se de um espírito prático, encontra-se junto à civilização, é pressuposto da modernidade, ordem (extermínio) e progresso (catequese e trabalho).

Em seguida, usa-se a razão, o prestígio científico, a “inteligência” - outras ordens são emitidas e um projeto delineado, emergem expedições amigas como cruzadas da fé, a interferência em nome da pátria. Tudo aparece através de um plano regrado com objetivo final: o de subjugar os indígenas pelas leis do trabalho e civilidade. Podemos considerar que existe muita semelhança entre a carta santista publicada em Itajaí com outro texto:

Adam Smith que escreveu nos meados do século XVIII, disse no seu famoso livro sobre as riquezas das nações que o Brasil era então colônia que contava na América mais populações de raça branca (...) As raças auxiliares foram procuradas de acordo com as necessidades e as concepções da época (...) As entradas e as bandeiras capturaram índios, que em aldeamentos procuravam disciplinar para proveito dos jesuítas, mas os aborígenes não tinham para o trabalho a mesma facilidade e adaptação do negro. Alguns foram assimilados, de outros só pelo cruzamento se obtiveram auxiliares.¹⁵

¹⁵ *O Commercio*: Itajaí, 28/01/1923.

Encontramos mais analogia ainda, ao relacionarmos os pensamentos apresentados nos trechos citados anteriormente com os discursos e palavras do intelectual das luzes, o brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva, em “*Os índios devem gozar dos privilégios da raça branca*”¹⁶. Desta forma, percebemos a presença de um raciocínio tênue e de propósitos homogêneos, como lemos a seguinte passagem :

Na agricultura são mais próprios para abrir valas, e derrubar mato virgem, que para puxar pela enxada; também são excelentes para peões, e guardas de gado(...)Cumprirá estabelecer intendências de agricultura(...)para que vigiem não só sobre a lavoura, mas sejam os protetores dos índios contra as vexações dos magistrados(...)Procurar a mistura por casamentos entre, brancos e índios, índios e mulatos, mas não negros, para cruzar as raças; e acabar com a isolação das aldeias.

Conectando estas ordens discursivas¹⁷, estas formas de pensar, fica evidente uma intenção de civilizar, vigiar, adaptar, miscigenar o índio, por meio de um lento processo de assimilação. É de forma sutil, oculta que o texto passa os seus signos, suas ordens, porque, para muitos leitores, o texto é verdade, então é como se ele ditasse o comportamento das pessoas dizendo: “É preciso ser destrutivo, fazer outro índio, construir, esconder a origem e o contato, promover o esquecimento, prender, interferir na vida indígena, com estes projetos normativos, universais, civilizatórios...”¹⁸. É claro, dentro da mais absoluta normalidade.

Os discursos vinculados por meio da escrita em jornais, livros, revistas, trabalhos sobre a História e diversos, em Itajaí, as sociedades do discurso¹⁹ deram ao leitor desavisado não só condições de vigiar e punir os índios, mas também de escrever, reproduzindo textos e parágrafos punitivos. Esta escrita envolve muito

¹⁶ SILVA, J. B. de A. e. **Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrada e Silva**; organização Miriam Dolhnikoff. – São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000, p. 64-65.

¹⁷ FOUCAULT, M. **A ordem do ...** Op. Cit. p. 36-44.

¹⁸ Destaque nosso.

¹⁹ FOUCAULT, M. **A ordem do ...** Op. Cit. p. 39.

mais do que verdade, ela emana distinção, irradia preconceitos e principalmente confere poder a quem os detém.

Esta montagem discursiva não está só nos parágrafos e textos, mas também naquilo que os constitui, palavras e termos, sobre o indígena. Por exemplo, “índio”, neste conceito criado pelos europeus²⁰, passa a determinar, para os diversos grupos humanos que o abrangem, um limite generalizado, superficial de análise cultural, pois elimina diferentes características, somando tudo em um campo de representações, que, de forma trágica, fizeram e fazem a sociedade organizada nos ideais de modernidade: absorver, banir, branquear, cadaverizar, cativar, destruir, emblematizar, esquecer, entre outras significações e sinais. Como se outros criassem uma única referência para o não - índio, pondo culturas diferentes em um mesmo nível, por exemplo, todos os povos da Europa como “brancos” apenas.

Podemos pensar em um índio, que não se deseja ver, porque é real, mas que está presente, incomoda pelo que representa; e em outro, que foi produzido no abstrato, idealizado como IRACEMA²¹, por exemplo, uma espécie de adaptação do homem civilizado²², mas, por si só, como querem as instituições (Universidades, Escolas, Igrejas, Jornais, entre outras), apresentando-se para estas de maneira inferior na escrita, parágrafos e textos sobre a temática indígena em Itajaí. Quanto mais as palavras negam a existência indígena, tanto mais o próprio negar prova sua destruição e conseqüente invisibilidade²³ para gerações posteriores.

Como introdução sobre as representações historiográficas do índio em Itajaí, ofereço um breve comentário sobre a constituição da racionalidade ocidental²⁴, pois ela está na interpretação da escrita, e é o meio cultural com que os diferentes grupos indígenas pré-coloniais foram e ainda continuam sendo interpretados, analisados e identificados, por diversas pessoas, através de grupos e

²⁰ MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: HUCITEC; (Brasília): Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 19-29.

²¹ ALENCAR, J. de. **Iracema**. São Paulo: Formar, 1982.

²² ELIAS, N. **O Processo Civilizador: uma história de costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

²³ CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

²⁴ NIETZSCHE, F. W. **Crepúsculo dos Ídolos**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1988, p.126.

de instituições, as quais geralmente seguem ou vestem o modelo religioso, científico e europeu.

A estrutura da razão atual liga-se a uma edificação que buscou na antiga razão grega um novo olhar para o mundo por meio do qual, queria libertar-se da concepção religiosa judaico-cristã. Seu objetivo era sair das “trevas”, renascer e iluminar o mundo pela razão humana, (como se ela, a razão, existisse antes da sua criação). Vários foram os filósofos e estudiosos, que, do Renascimento ao Iluminismo, contribuíram para esta “libertação”, desde os séculos XVII, XVIII e XIX; como; Descartes, Kant, Hegel, Ranke, Locke, Rousseau, Mill e outros. Eles, de forma pretensiosa, “esclareceram” o mundo, inventando um método para chegar à verdade e às instituições que garantissem a “ordem e o progresso”.

A partir desta metodologia desenvolvida na Europa ocidental, escritores contratados pelo Governo Imperial começaram a escrever a História do Brasil²⁵, desde o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), no século XIX, passando por vários períodos de desenvolvimento e construção como a Identidade nacional²⁶. Somando estes aspectos o parecer da razão ocidental, a feição das congregações religiosas judaico-cristãs e às características da mentalidade medieval trazidas pelo colono²⁷, observa-se, em princípio, uma variação dos termos na referência e representação dos habitantes pré-coloniais.

Torna-se importante perceber que a utilização na escrita deste modelo racional, científico e universalista segue um número específico de regras, que são encontradas desde na Gramática (Filologia) até na nomeação do que as palavras podem conter em seu espaço significativo²⁸, como, por exemplo: o princípio da identidade, que atribui um significado às palavras não admitindo contradições sobre um mesmo termo. Também encontramos outros princípios racionais (princípio da

²⁵ Vários escritores foram responsáveis por esta construção como: Martius, Varnhagen, José de Alencar, Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre entre outros.

²⁶ Cabe aqui uma referência, a tentativa de tornar o indígena e sua indústria cultural, homogêneos, dentro de uma concepção nacionalista do Brasil.

²⁷ Descendentes na grande maioria de alemães, portugueses e italianos.

²⁸ FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.107-177.

não - contradição, razão suficiente, casualidade e do terceiro excluído), que são determinantes para a concordância das palavras com a própria realidade²⁹. Tais são os instrumentos e características por enquanto nomeados, que cerceiam o indígena representado pela palavra escrita.

1.2 Referências e variações: uma análise do indígena na escrita

Lendo recortes do material coletado, virando páginas de documentos antigos, surgiu um problema relativo ao momento em que o indígena foi transportado para o papel, notadamente de forma generalizada e acompanhada de sinonímia. O fato central do que ele pode vir a ser, para a escrita local de raiz ocidental, não inclui sua presença real no papel. Há, neste entendimento, o estabelecimento de uma invenção generalizada com vários sinônimos, uma preparação para o efeito; o transportado (indígena) não só perde seu estabelecimento real, físico, porque passa a ser uma representação, escrita, a palavra, como observamos também um sistema de variação, por exemplo, com muitas palavras sobre um mesmo ponto; bugre, selvagem, aborígine, nativo, entre outros. Assim, por meio destes recortes, conseguimos um avanço nesta idéia, porque sabemos que a sinonímia não é real, mas relativa a um efeito estético em cada termo, como também no empréstimo de uma língua estrangeira, mas entendendo que existem significações específicas para estas palavras. Pensamos que isto é uma antonímia e percebemos que, na questão estudada, persiste uma forma de inaceitabilidade e negação do grupo indígena.

²⁹ CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995, p.60-61.

O jogo das palavras como objetos molda espaços no discurso³⁰, seus significados não se localizam em um único ponto, vertem de várias direções, espacializam-se constantemente no texto, jogando com o indígena, por vezes invisível como única palavra, em outras, cercado. Palavras ou conjunto delas no texto perfazem unidades e variações de pensamentos. Não negamos a impossibilidade de compreender todas as séries ou jogos da escrita, é difícil, entretanto, pensar que alguém de forma total o possa, por se constituírem de um sem número de singularidades. Isso não impede, porém, que os processos de leitura sejam interpretados neste trabalho como um fenômeno que atinge o indígena.

Essas representações referem-se ao passado e a um contexto único de cada leitor, mesmo assim o agir em legibilidade do sistema gramatical permite o estabelecimento de um fluxo discursivo constante na produção do pensamento, em possibilidades e interdições na relação com o indígena. Cria, portanto, algo contínuo, em que a primazia da escrita não está só nos textos e parágrafos específicos, também na organicidade, combinando usos interpretativos de outros pontos da leitura, no jornal, por exemplo, com um esquema de valores que visam e definem uma maneira de pensar. As práticas de leitura³¹ estabelecem, deste modo, relações com a ordem discursiva, inserindo-se e variando de acordo com as percepções do leitor e sua prática cotidiana.

Apesar de modularmos cientificamente em destaque estes símbolos gráficos como partes fragmentadas dos parágrafos, sabemos que há sua contextualidade histórica. Nos documentos históricos de Itajaí, encontra-se um bom

³⁰ CHARTIER, R. Op. Cit. p.187. “(...) Segunda exigência: tratar os discursos em sua descontinuidade e sua discordância. Durante muito tempo, pareceu fácil o caminho que levava a concluir a partir da análise temática de um conjunto de textos e caracterização de uma “mentalidade” (ou de uma visão de mundo ou de uma ideologia), e depois fazia passar desta última a uma consignação social unívoca. A tarefa parece menos simples desde a partir do momento em que cada série de discursos seja compreendida em sua especificidade, ou seja inscrita em seus lugares e(meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interroga em seus modos de reconhecimento e de veracidade. Reintroduzir assim no âmbito da crítica histórica o questionário estabelecido por Foucault para o tratamento das “séries de discursos” é certamente mutilar a ambição totalizadora da História cultural, desejosa de reconstruções globais. Mas é também a condição para que os textos, quaisquer que sejam, que o historiador constitui em arquivos, sejam subtraídos das reduções ideológicas e documentais que os destruíam enquanto práticas descontínuas”.

³¹ GOULEMOT, J. M. In CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. Op. Cit. p. 77-103.

número destas palavras, que geralmente eram e são utilizadas na referência dos grupos humanos que por aqui viveram e passaram (Carijó e Botocudo), antes da chegada dos colonos. A seguir, citamos alguns trechos, com duas palavras sublinhadas, escolhidas como exemplo, para demonstrar como estes princípios a que referimos acima estão ligados à escrita e à interpretação das palavras em Itajaí:

(...)Até então o povoamento se havia processado ao longo do litoral, devido certas dificuldades na penetração para o interior(...) e o temor que o europeu tinha dos nativos, os bugres, como eram chamados.³² Os silvícolas continuam aparecendo neste Município. No principio da semana que findou, no Ribeirão do ouro seis homens trabalhavam puxando madeira(...)Uma flecha dardejada contra um dos trabalhadores(...), fê-lo cair morto quase que instântaneamente(...)Durante o assalto os silvícolas proferiram em português muitas palavras obcenas(...)³³

A primeira delas é bugre, trazida no imaginário dos emigrantes³⁴ e usada depreciativamente no sentido de indivíduo desconfiado, pérfido, sem alma³⁵ ou selvagem. Largamente usada na Europa nas cruzadas internas quando o cristianismo expandiu-se no leste europeu, embora inicialmente designasse os heréticos búlgaros ou aqueles que não seguiam o cristianismo. Quando o colono nomeou o diferente, o indígena como bugre, foi uma maneira de identificar, isolar, mesmo que inconscientemente, o que não está de acordo com seus princípios, sua forma de ver, ser e sobreviver no mundo.

A segunda palavra é silvícola, que, em seu significado amplo, refere-se a pessoa nascida e criada na floresta, sem cuidado especial, silvestre, bravo, nômade, bárbaro, intratável, entre outros significados. No caso de silvícola, temos algo interessante, que são suas diversas ligações com outros termos, do que significam ou mesmo sinalizam para o leitor. Silvícola pode estar associado a índio, indígena,

³² SANTOS, R. I. C. dos. **A Colonização italiana no vale do Itajaí – Mirim**. Florianópolis: Lunardelli, 1981, p.13.

³³ *O Pharol*. Itajaí, 04/02/1905.

³⁴ SANTOS, R. I. C. dos. **A Terra prometida: emigração italiana – mito e realidade**. Itajaí: UNIVALI, 1998, p. 209 –276.

³⁵ COSTA, A. **Indiologia**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1943 p.09.

bugre, gentio, aborígine, pele-vermelha, entre outros, em si representando coisas opostas, mas para o leitor podem carregar o estigma do controle social, porque todas referem-se a um ponto comum, os grupos indígenas.

A existência dos termos usados na escrita de Itajaí encerra dentro de sua área circunscrita uma série de representações, significados e símbolos que extrapolam sua barreira temporal; primeiro, porque ganham outros atributos e depois por manterem seu antigo valor político e mesmo científico nos referentes escritos. Tal extrapolação, sem dúvida, causa um processo destrutivo do objeto a que ela se tenciona, neste caso especificamente ao indígena.

Muitas vezes, o mundo das letras e da escrita é muito mais cruel do que podemos perceber. Por ser sutil, a arquitetura dos textos, dos parágrafos e das palavras não raramente justificam suas ações por meio da comunicação humana e o que ela envolve como; o meio mental, social e material, neste estudo, tendo poder de exclusão quando se quer destruir, ou inclusão, quando se pretende civilizar.

Ora, todas as palavras que viajam no tempo, através da escrita humana, têm ligação com um significado produzido anteriormente, com a mensagem política no momento em que são escritas e com a perspectiva historiográfica do autor. Quando esta mensagem atinge o público e o leitor, eles inferem segundo seus conhecimentos sobre o assunto. Mesmo que a palavra não seja escrita, pode o leitor produzir e reproduzir a mensagem a partir de um conjunto de valores preestabelecidos. Deste modo, concordamos com Norbert Elias:

A gravidade dos conflitos que questionam constantemente a relação entre indivíduo e sociedade, nos dias atuais, restringe nosso pensamento a certos limites. A agitação e o medo provocados por esses conflitos em todas as pessoas implicadas podem ser vistos na carga afetiva de que se revestem todas as palavras direta ou indiretamente relacionadas com eles; tal carga coalesce em torno dessas palavras, formando uma aura de valorações que mais faz obscurecer do que esclarecer do que elas pretendem expressar.³⁶

³⁶ ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p.18.

É preciso observar o eco discursivo³⁷ das e nas palavras e não apenas redigir, reproduzir dando um outro significado. O que se propõe é a exploração representativa das palavras, o cuidado para não perpetuar a destruição dos grupos indígenas.

As palavras relacionadas ou que representam o indígena vivem encurraladas no texto científico, portanto existe uma relação do escritor com o indígena no texto, não exata, mas com uma certa definição sequencial; não mecânica, mas em níveis de interpretação ou utilização. Tal prática no texto usa ferramentas que misturam ética cristã, ciência, fé, razão, evolucionismo, progresso e outras determinações.

A emanção deste processo punitivo, esta violência no texto, como escreveu Nietzsche “(...)cada palavra também uma máscara”³⁸, é outorgada por meios humanizantes, religiosos e científicos pelo não - índio, pois existe para o mesmo uma identidade universal, um ideal de igualdade social dentro do qual procura montar este sujeito, segundo o pensamento renascentista, iluminista, positivista e outros. É como se esta montagem existisse por si só, parada em algum lugar, bastando para a “humanidade” conquistá-la por meio de uma seqüência linear.

Deste modo, vemos os termos bugre e gentio, por exemplo, viajarem na escrita várias décadas, indo parar em outras publicações³⁹, com sua mensagem política de combate e aniquilamento justificada por vários pensadores. Esta associação dos termos em um texto como pele-vermelha e índio, selvagem e nativo aparece como uma prática sem responsabilidade ou mesmo intenção, viajando a outros lugares, recebendo novas interpretações e significados. Enfim, agindo sobre o grupo indígena, como fenômeno na escrita de Itajaí.

Neste pensar entre a palavra, o que ela carrega, e o leitor, estão conexos discursos inerentes ao poder, exercido, nesta observação, no próprio leitor e escritor

³⁷ MACHADO, R. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, pp.85-116.

³⁸ NIETZSCHE, F. W. **Para Além de Bem e Mal**. Obras Incompletas/ Friedrich Nietzsche. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 294.

³⁹ De jornais para livros, dos livros para escola, da escola para o meio público, retornando aos jornais e assim de forma sucessiva e variada.

de Itajaí, que as vê de forma verdadeira. Assim como afirmam os dicionários, parece que as palavras são mercadorias e têm valor exato; “*a palavra é passada de uma pessoa para outra como uma moeda cujo valor fosse conhecido e cujo conteúdo já não precisasse ser testado*”⁴⁰.

Estas representações sobre o indígena, em Itajaí, aparecem principalmente nos jornais, livros, correspondências e outras manifestações escritas na cidade, localizadas, na maioria das vezes, no período de 1899 até 1930⁴¹. Estas ordens discursivas⁴² passam a ser emanadas de um centro escrito para outros, misturando-se, o que é mais trabalhoso a outras formas de discurso, mas não deixando de dar continuidade as suas antigas informações.

Se a comunicação social por meio das palavras ocorre como um sentido de valor de quem as usa, representa um modo de instituir o poder; o que não garante a sua compreensão, mas a coloca perigosamente como forma de agir “corretamente”. A palavra, o símbolo articulado, torna-se um referente⁴³ da comunicação de uma ou mais sílabas e que se apresenta para leitura de cada leitor aparentemente com o mesmo sentido, como pretende a ciência e as “leis inexoráveis” da gramática.

O momento da escrita requer um repensar, um questionar a forma, e a organização científica, religiosa e institucional que estrutura o texto. A instituição simbólica do texto apresenta uma relação múltipla, na qual o objeto a civilizar, no caso, o indígena, é transportado para a escrita. A utilização das palavras normativas apresenta um ou mais significados menos complexos e mais objetivos para quem escreve, pois a normatização por meio das palavras não pode deixar dúvidas ao leitor. Para os que procuram delinear opiniões e comportamentos, torna-se prático proceder desta forma.

⁴⁰ ELIAS, N. A **Sociedade dos ...** Op. cit. p.13.

⁴¹ A partir de 1930, existem diversas fontes sobre o trabalho, trataremos destas emanações em outro momento deste estudo.

⁴² O que estamos expondo é que não há um único juízo para o indígena, mais vários com o passar do tempo. A sucessão de palavras ou de proposições, na relação com o objeto de estudo, não se encadeiam em único sentido.

⁴³ ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 1999, p.20-22.

Se as palavras têm a capacidade de comunicação, de transmitir seu símbolo com um ou mais significados, fica simples montar uma verdade ou mais verdades, uma vez que, na passagem do texto simbólico, existe um esforço para montar um quadro - mesmo parcialmente - um filme, uma cena do que pode ser verdade, envolvendo sentimentos, principalmente quando a escrita é sinônimo de poder e distinção social.

1.3 Construção e adaptação teórica do indígena no Brasil

A primeira parte deste subtítulo tem a intenção de apresentar, relativizar e discutir conceitos teóricos no Brasil sobre o indígena. Tal intento requer uma abordagem em áreas distintas, mas, de forma geral, sobre o foco indígena a partir do qual vários pensadores, historiadores e literatos idealizaram e construíram um falso tecido. Também serão abordadas, neste estudo, as condições que produziram uma desconexão e mesmo uma atitude silenciosa. Na escrita de Itajaí, tal atitude talvez esteja relacionada ao tratamento e contatos de extermínio com o grupo indígena que habitava as cercanias do centro ocupado pela sociedade civil.

Não queremos fazer uma análise de todo o conjunto teórico que envolva o indígena no Brasil, trabalharemos os mais significativos pois ajudam a compreender os processos do discurso na escrita em Itajaí durante o período que abrange este estudo.

Reiteramos, assim, a importância da Literatura, História e Filosofia como emanadoras de projetos em partes distintas, deste modo, por terem influências mútuas e um determinado cruzamento. Uma das partes distintas, sem dúvida, é a que desenvolve o conhecimento nas academias, esta produção exerceu um grande poder sobre diversos setores da sociedade. Por exemplo, as obras com grande circulação

tiveram uma grande participação na constituição das pessoas. Se pudéssemos estudar, sob um novo ponto de vista, a vida de um jornalista⁴⁴, o que leu, quem o educou, o que consentiu para si mesmo, sua educação, entre outros acessos, veríamos o quão este legado pessoal segue projetos, idealizações de outros setores da escrita. Deste modo, o que pensamos é justamente avaliar alguns itens deste processo, literário e histórico, que possam colaborar para o entendimento do tratamento dado ao indígena e seus fenômenos na escrita de Itajaí.

Como tema inicial, trataremos do Indianismo, movimento literário que compreende uma parte das reinvenções do indígena. Esta reformulação apresenta-se como uma doutrina que tenta construir um indígena simbólico, representado como um mito nacional. Como a produzir um novo aspecto físico que não agredisse as concepções estéticas da sociedade ocidental, este indígena nunca existiu materialmente. Tal movimento nasceu no final do século XVIII, engajando-se no Romantismo, quando tomou impulso produtivo, principalmente com o patrocínio do Império. No século passado (XX), há uma forte tentativa de reafirmar algumas características deste movimento com o Modernismo⁴⁵ e depois com o Estado Novo. Deste modo, alguns pensadores no Brasil criaram uma rede de ficção com o nome de Indianismo.

A criação mítica do que seria o brasileiro passa por uma tentativa de mostrar que o sangue indígena é um ponto de diferenciação entre o brasileiro e o europeu, uma busca frenética por um antepassado que possa rivalizar com os heróis da Idade Média, esta invenção de caráter provinciano procura suplantar, em uma imagem estilizada, qualidades dos heróis europeus, portugueses, neste caso, ser bom,

⁴⁴ A imprensa, que tem grande importância para este trabalho, é uma das partes distintas da sociedade. Os jornais, mesmos aqueles voltados para a diversão, como o “Futurista” (25/07/1926 – 10/04/1927) e “Tom-Pouce” (05/08/1928 – 04/11/1928), de curta duração, tiveram, por meio de sua linguagem sem compromisso, grande influência na formação dos pensamentos e opinião política. Há um artigo na revista Alcance em Itajaí escrito por Marlene de Fáveri, “O jornalismo irreverente em Itajaí” nº 1/Jan-Jun/1997, no qual faz uma análise enfocando estes dois jornais.

⁴⁵ Tal movimento tem na literatura sua 1ª Fase (1922-1930) com Anita Malfatti (1896-1964) dando início ao movimento artístico que iria efetivar-se em 1922 com a Semana da Arte Moderna (ambos em São Paulo). Este movimento, de forma geral, apresentou uma acentuada inspiração nacionalista e uma grande atenção estética dada à linguagem, influenciando a Literatura e a História. Inclui ainda uma 2ª Fase, acompanhada pelo Governo Getúlio Vargas.

nobre de espírito aventureiro, bonito, quase cristão, portanto generoso. A representação dos primeiros tempos da “humanidade”, o indígena do descobrimento, não corrompido pela “civilização”, seria o homem primordial nos tempos de Adão e Eva, estaria em estado natural, enfim, o “Bom selvagem” como pretendia Rousseau.

A escrita proporciona estas invenções, tal espírito de ficção materializou-se como verdade, quando conectado aos temas da literatura, música, teatro e pintura. Para muitos, o indígena criado pelo Indianismo tornara-se real. A sensação que isto provoca, nos laços literários e artísticos do século XIX, é a de que o processo de extermínio, cristianização, entre outras intervenções na vida indígena, se existiu, foi rápido e sem conseqüências maiores, a convicção da época passa a ter nuvens espessas sobre si, o olhar dos brasileiros é lúdico⁴⁶.

A produção escrita Indianista ganha reforço com os projetos de nacionalização do Império, após a independência, segue-se então uma linha política que procura valorizar as origens da suposta nacionalidade. Neste ponto, há um entroncamento com a figura indígena, transformando-a num pilar da “Nação Brasileira”. No ano de 1856, Gonçalves de Magalhães escreve “*A Confederação dos Tamoios*”, patrocinado pelo Império, em que se percebe uma clara ligação entre a independência do Brasil e os atos de coragem e honra dos indígenas simbolizados em sua obra; mais uma vez a simbologia sobre o indígena que não existiu é cercada de reforços. O sentimento de natureza derivante do interesse pelo “índio” (típico de uma das fases do romantismo segundo a literatura, a 1ª Reação Nativista, e sua seqüência no apego pela exploração do campo e sertões) foi formalmente trabalhado por vários autores como: Alfredo Taunay, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Fagundes Varela, José Basílio Gama, Antônio Pereira de Souza Caldas. Todos estes e ainda outros são importantes, mas Gonçalves Dias e José de Alencar formam o principal par deste tema. Gonçalves Dias, em seus poemas como: I-Juca-Pirama, Os Timbiras, Canção do Tamoio, entre outros, colaborou fortemente para a visualização do

⁴⁶ Poucos escreviam sobre as condições sociais no Brasil Império onde a violência de uma sociedade provinciana, estabelecida sobre o trabalho escravo e com o estigma dos constantes massacres tribais, passava a praticar um processo de silêncio e esquecimento constante.

indígena como símbolo do nacionalismo romântico no Brasil. O segundo foi José de Alencar com, as obras, O Guarani, Iracema (lenda do Ceará) e Ubirajara (lenda Tupi). Em Alencar, há uma grande tentativa de mostrar o brasileiro e suas origens por meio de uma ambientação fantasiosa do espaço, a incorporação de palavras de origem indígena é pontual em seus livros, objetivando um indígena amplamente idealizado de característica heróica e psicologia alterada.

Ao pensarmos as intrincadas construções do Indianismo, não se pode deixar de observar algumas coisas curiosas que envolvem Literatura e História, como, por exemplo, o fato de Gonçalves Dias ter ocupado a 1ª cadeira de História e Geografia do Imperial Colégio D. Pedro II, seguindo um decreto imperial de 25 de março de 1849. O mesmo vale para Joaquim Manoel Macedo romancista ligado ao tema urbano, já que ambos lecionavam e escreviam sobre a História do Brasil. Não se pode esquecer José de Alencar, que dirigiu o jornal “Diário do Rio” por quatro anos, e tantos outros Literatos que tinham comportamento semelhante, exercendo cargos no Jornalismo e História. Sabemos que a História do Brasil projetada pelo IIº Império é constituída por mitos e heróis construídos pelos sócios do IHGB⁴⁷.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB-1824) centralizou sua produção em aspectos científicos, seguindo os princípios europeus⁴⁸ de montagem histórica. Talvez, apesar das críticas que faziam a alguns literatos, associassem alguns condicionantes da literatura. Se pensarmos em alguns resultados contemporâneos da História no Brasil, é essa a impressão que surge. Percebemos que a Literatura tenta montar, principalmente no período romântico, uma idealização do brasileiro. Sócios do IHGB também, em “*Como se deve escrever a História do Brasil*”⁴⁹, Martius exalta a colaboração da “raça” branca portuguesa como predominante sobre as demais. Negros e indígenas são inatistas, a união destas

⁴⁷ CHALHOUB, S. e PEREIRA L. A. de M. org. **A História Contada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 35-65.

⁴⁸ Vários participantes do IHGB, eram estrangeiros (Prússia, Grécia entre outras nacionalidades) contratados pelo Governo Imperial.

⁴⁹ MARTIUS, K. F. P. V. **Como se deve escrever a História do Brasil**. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro: 1845.

“raças” sob liderança do sangue português seria projeto divino, como ele mesmo escreve “(...) *para delas formar uma nação nova e maravilhosamente organizada*”⁵⁰, colaborando para formação mítica das três “raças”, que milagrosamente, pela miscigenação, fariam o brasileiro aparecer.

No entanto, Varnhagen (1816-1878), considerado pela historiografia o fundador da História do Brasil, apesar de ter recebido árduas críticas de Capistrano de Abreu⁵¹, que declarava Varnhagen um historiador sem condições de articular os fatos históricos, principalmente despossuído do conhecimento clássico⁵². Em sua obra “*História Geral do Brasil*”, Varnhagen, considerou a presença indígena insignificante. Para ele, o Brasil era despovoado de civilização, por este motivo depreciava o nomadismo indígena e sua arquitetura. Ao futuro indígena cabia a destruição natural, quase por um processo evolutivo, mesmo porque o fato de não possuir os valores da sociedade ocidental era determinante para sua condição de povo vagabundo, generalizando todas as culturas indígenas em única “raça”, a qual designava “índia”. Pensava que somente as bases do cristianismo pudessem dar um sentido de civilização para o selvagem, termo que gostava de associar à palavra “índio”. Segundo este historiador, a condição indígena - de feiúra, inferioridade natural, barbarismo e sua ausência de cultura - era suficiente para compará-lo, é claro, segundo suas concepções de civilização, aos povos bárbaros da Europa, uma escória nômade, cigana e até, como afirmava, comunista. A própria invasão do território indígena justificava-se, nas idéias e estudos do autor, como um castigo quase divino, porque os povos indígenas no Brasil teriam destruído antigos habitantes anteriores a sua chegada⁵³.

⁵⁰ Ibid., p.07.

⁵¹ ARAÚJO, R. B. de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. In: **Estudos históricos: caminhos da historiografia**. Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p.29-54.

⁵² Capistrano de Abreu (1853-1927), cientificista, jornalista, crítico de Literatura e Historiador factual dava atenção apenas para os documentos arquivados, com sua “polêmica” tese sobre o Descobrimento do Brasil, parecendo, segundo os críticos, uma peça judiciária, tinha postura narrativa, linear e inspirada na vertente clássica e na moral moderna, aos indígenas ele apenas descreve suas generalidades antes do descobrimento.

⁵³ ODÁLIA, N. **Varnhagen: História**. São Paulo, Ática: 1979.

Notamos que algumas linhas do pensamento assimilador e eugenista dos séculos XVIII e XIX, como as que citamos no primeiro subtítulo deste capítulo e outras que trabalham há pouco, acabam se concretizando por meio da leitura⁵⁴, formando uma rede de informações, um emaranhado de discursos que são repetidos, aparentemente como um discurso próprio, narrado no passado pelos escritores e jornalistas em Itajaí. A citação de autores que referendam a honestidade na escrita, oferece credibilidade ao leitor, apresentando frases afirmativas muitas vezes com tom exclamativo, demonstrando um efeito de historicização raramente percebido pelo autor e um processo de conduta a ser tomada, a postura do deve-se fazer, pensar, entre outras afirmações.

Neste enredo, onde se percebe a descida temporal dos ideais, gostaríamos de continuar nossa exposição, mostrando neste trabalho como o que afirmamos no parágrafo anterior acontece em várias ocasiões - esta relação que envolve as pessoas em vários níveis, tanto na escrita como na ação política, permanece presente na vida de Cândido Mariano da Silva Rondon⁵⁵, profundamente inspirado nos princípios positivistas de Augusto Comte e influenciado politicamente pela ação indianista norte - americana, não muito diferente dos projetos de assimilação do século XVIII e XIX. Partindo então para o confinamento dos grupos indígenas restantes em “suas” reservas, mesmo tendo uma posição contrária à violência física, não descartava, é certo, a cultural.

Sem dúvida, há um fato interessante envolvendo a política indígena para o Estado de Santa Catarina e Cândido Rondon, uma carta enviada pelo mesmo ao Coronel J.Vieira da Rosa, na qual recebe instruções específicas para o “Serviço de Proteção aos Índios” sobre concessões de terras, verbas e de que forma dever-se-ia

⁵⁴ SILVA, J. B. de ^a e. Op. Cit. p. 64-65.

⁵⁵ “Marechal ou General Rondon” (1865-1958), bisneto de “índios”, como muitos o chamaram: “O Civilizador” e “Pacificador” dos indígenas, professor de matemática, militar, geógrafo e sertanista, também colaborador dos projetos políticos da República Velha, percorreu as fronteiras do norte ao extremo sul do Brasil, onde implantou mais de 2500Km de linhas telegráficas. Em 1910, fundou e passou a dirigir o Serviço de Proteção ao Índio e, a partir de 1939, foi o primeiro presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Fez contatos com tribos indígenas e adotou o lema: “Morrer, se necessário for, matar, nunca”, completariam “Civilizar sempre”.

atrair o indígena: “*Procuramos/ captar-lhes a confiança e amisade, por meio da qual elas virão/ a nós de motu próprio, até chegarem ao ponto de serem collocadas/ em Povoações Indígenas e estas transformadas, afinal em núcleos/ agrícolas de trabalhadores nacionaes (...)*”⁵⁶ Sabemos que o Coronel Vieira da Rosa é nomeado pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, em 27 de setembro 1910, ao cargo de inspetor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, portanto recebe em seguida estas instruções, dando início material à política da Reserva Indígena. Este, de fato, torna-se um dos sentidos da leitura, assimilação das idéias, a crença que elas podem trazer a verdade e sua concretização.

Tais relações do discurso assimilatório e civilizador destacadas aqui, ostentam diálogos entre si em vários níveis. Temos uma proposta nacional a lembrar José Bonifácio, citado neste trabalho. O próprio livro de Rita Heloísa de Almeida levou-nos a pensar nestas propostas. Na obra a autora faz uma interessante análise do Diretório dos índios⁵⁷, um documento editado pela Coroa Portuguesa em 1755, para, segundo o texto português, trazer aos considerados bárbaros (indígenas) a racionalidade e civilização das luzes. A mesma ainda estabelece um cruzamento teórico entre Antropologia e História. Deste modo, assim como a carta do Coronel Vieira da Rosa e as propostas de Cândido Rondon, também nos jornais de Itajaí vemos discursos eminentemente semelhantes, como: Os índios brasileiros na imprensa alemã:

No diario allemão “Wuertemberg Zeitung”, de Stuttgart, um turista alemão acaba de publicar um artigo que dá uma boa idéia sobre o Sr. Eduardo Hoerhaha, chefe de proteção aos Indios Bugres, no Estado de Santa Catharina. Commentando a obra singular desse homem, o autor presta homenagens ao general Candido Rondon que abriu com perseverança intrepida o caminho para a solução humana do problema dos indios brasileiros (...) com base do progresso pacifico do vasto interior do Brasil (...), ainda atribue ao mesmo problema o autor dum artigo (...) publicado em Hamburgo,

⁵⁶ Inventário de correspondências do Coronel Vieira da Rosa, 20/10/1910.

⁵⁷ ALMEIDA, R. H. de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

*examinando (...) o amplo problema do futuro dos índios sul-americanos. A adaptação dos índios selvagens à civilização moderna torna-se um elemento pacificador capaz de conservar a tranquilidade do continente. Os métodos aplicados pelo general Rondon devem ser aplicados, por todos (...) governos de países sul-americanos (...) Os métodos d'elle, uma vez applicados em toda parte provarão que a proteção dos índios não constitue apenas uma tarefa da humanidade e da justiça (...) também da razão política pela qual a America do Sul será salva de grandes perigos.*⁵⁸

Atribuímos este legado de assimilação do indígena a um primeiro momento de reafirmação, quando é constante a repetição do que se deve fazer e, por incrível que isto se mostre, mesmo depois da concretização material destas propostas, a reafirmação e a certeza de estarem certos continua. Parece-nos a exaltação de um troféu, pessoas que vieram colonizar a região de Itajaí dão vivas à solução final do problema indígena, elogiando a ação governista, mas não seriam elas o problema, de qualquer forma, a materialização de antigos projetos é visível. A carta⁵⁹, como queríamos exemplificar, mostra ligações entre o projeto de vida do general Cândido Rondon e a afirmação do autor quando enaltece a conduta de Eduardo Hoerhan, e também a necessidade de assimilação e adaptação do indígena incluso de maneira forçosa na civilização moderna. Desta forma, concordamos com Eni P. Orlandi, quando esclarece: “*A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito (...)*”⁶⁰, ou mais adiante onde a autora confirma o que estamos expondo por meio de documentos e posições discursivas; “*As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte*

⁵⁸ *O Pharol*, Itajaí 31/08/1935.

⁵⁹ São duas notícias sobre o indígena em Santa Catarina, Brasil e América do Sul, escritas inicialmente na Alemanha, e publicadas como assunto de correspondência, no jornal de Itajaí, fica ainda evidente a relação entre parentes alemães e colonos e seus descendentes que vieram das regiões anexas a antiga Prússia. Ainda como esclarecimento faz-se necessário alguns comentários como a diluição do indígena e o aspecto não temporal das palavras e termos, por exemplo: “índios bugres”, “bugre”, “índio”, “índios selvagens”, “índios brasileiros” ou ainda “índios sul-americanos”. Disto trataremos no Capítulo II.

⁶⁰ ORLANDI, E. P. *Análise de discurso...* Op. cit. p. 43.

de um discurso. E todo discurso delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória.”⁶¹

Dando continuidade, veremos como estes discursos se inter-relacionam fazendo parte de um contexto maior. No livro “*Pelos Sertões e Fronteiras do Brasil*”⁶², escrito por um dos discípulos de Cândido Rondon, há passagens que dão força a antigas posições da política indígena. Aparentemente por serem de fontes diferentes, parecem ao leitor sem nenhuma relação, entretanto, com um pouco de atenção, vemos que participam da mesma estrutura discursiva, mesmo porque Frederico Augusto Rondon foi chefe do SPI em 1936. Tais discursos apresentam-se como os que lemos a seguir:

O problema do índio há de ser resolvido pela assimilação das populações indígenas. Os métodos de proteção e assistência aos aborígenes que consistem na organização de aldeias ou colônias de populações, exclusivamente indígenas, segregando-as dos contatos com elementos nacionais mais adiantados, contribuem para o retardamento da incorporação do índio à nacionalidade.⁶³

Os estados mais prósperos da união devem grande parte do esplendor de seu progresso aos imigrantes europeus (...) entraram no país em grandes levadas desde a independência (...), impulsionaram a agricultura livrando-a do braço escravo; abriram estradas, edificaram cidades, proporcionando as populações nacionais o vultoso contingente branco que, tão oportunamente, haveria de contribuir para a compensação dos outros fatores étnicos.⁶⁴

A análise desta situação demonstra mais uma vez a continuidade dos discursos que queremos fazer aparecer, são os mesmos discursos de assimilação do indígena à sociedade ocidental, formando núcleos rurais em nome do desenvolvimento brasileiro, também percebemos a política do branqueamento que é afirmada como fator essencial de desenvolvimento. A partir da independência, é, sem dúvida, um discurso muito semelhante ao que discutimos acima, lembramos as idéias

⁶¹ Ibid. p. 43.

⁶² RONDON, F A. **Pelos Sertões e Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Reper, 1969.

⁶³ Ibid. p.95.

⁶⁴ Ibid. p.33.

de Martius, fundamentadas no IHGB: “*O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índias e etiópica*”⁶⁵. Corroborando a idéia anterior, vários autores com os quais trabalhamos aqui dão ênfase ao processo de miscigenação. O valor de compensação - em que Frederico Augusto Rondon fecha o parágrafo no final de sua escrita - demonstra muito dos valores depreciativos sobre os demais grupos humanos indígenas e africanos, seu discurso revela que para ele os brancos são a força perpétua para o desenvolvimento do Brasil⁶⁶.

Estes processos continuam a propagar tal projeto, não só da assimilação do grupo indígena, mas também de partes generalizadas da indústria cultural indígena, havendo uma ressignificação deste item. Tentamos esclarecer mostrando uma outra obra que faz parte desta nacionalização do indígena. Em *Indiologia*⁶⁷, Angyone Costa defende sua preocupação em tornar o brasileiro de cultura européia mais apto às condições do Brasil; para completar tal objetivo o autor defende a possibilidade de anexar partes da cultura indígena à vida do brasileiro. Nacionalista e partidário do movimento nativista, idealiza o mito das três “raças” entendendo que, de todas as características, o sentimentalismo indígena é o que deu maior contribuição à formação do brasileiro, definindo como aspecto preponderante o comportamento e sentimentos do “índio e índia”, na psicologia dos brasileiros⁶⁸. Cita os topônimos indígenas e a aquisição deste para nomear lugares pelo Brasil, também a alocação das “palavras” indígenas para a língua portuguesa⁶⁹, demonstrando ainda

⁶⁵ MARTIUS, K. F. P. V. Op. Cit p.07.

⁶⁶ Efeitos do discurso assimilador e miscigenatório podem ser vistos em Gilberto Freire (1900-1988), em sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933), onde tenta justificar a construção histórica do povo brasileiro, por meio de uma suposta nacionalidade passiva através da miscigenação do meio social a partir de uma sexualidade, mais ativa segundo ele na índia, mulata e negra. Sua idéia de uma sociedade onde o Estado é apropriado pela família, da formação do homem público no meio doméstico, entre outros pensamentos. Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro* (1996) é outro exemplo, ambos são vistos aqui como resultado do que apresentamos.

⁶⁷ COSTA, A. Op. Cit., passim.

⁶⁸ Este pensamento tem grande aproximação com o Movimento Antropofágico, tendo como principal expoente Mário de Andrade (1893-1945), foi ele quem iniciou o movimento nacionalista na literatura, consistindo fundamentalmente em absorver o que supostamente era bom nos escritos europeus e produzir, nos setores da arte e da escrita, uma cultura essencialmente nacional.

⁶⁹ Em *A cultura Brasileira* (1963), de Fernando de Azevedo, teoriza a edificação da “cultura brasileira”, onde defende a existência de uma resistência natural na recepção da cultura européia a partir da colônia, por exemplo, a arquitetura barroca executada no Brasil com trabalho escravo não é a mesma que surgiu na Europa, ela sofreu uma espécie de atrito cultural, tal condição geraria uma cultura própria, brasileira.

em sua obra elogios e críticas a Cândido Rondon e Gustavo Barroso. Também escreve sobre o indígena na carta de Pero Vaz de Caminha, observa o pudor, de visão ocidentalizada, pensa identificar o princípio da escrita indígena na pedra, comparando sua produção pictográfica a das crianças ocidentais, assim como a associação destes símbolos com a pictografia da Ilha de Páscoa. São obras que publicou no Brasil sobre este tema: “*Introdução à Arqueologia Brasileira, Migrações e Cultura Indígena e Através do nordeste brasileiro*”.

Então quais seriam as relações mais profícuas entre Cândido Rondon, Gustavo Barroso e Angyone Costa. Durante a pesquisa, tais relações vieram à tona, além da influência recíproca do que escreveram, notamos que o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro e o SPI, cuja direção do primeiro era de Gustavo Barroso e o segundo de Cândido Rondon exerceram grande influência sobre a política indígena no Brasil⁷⁰, tanto na ação material e política, como nas justificativas teóricas; Angyone Costa, amigo de Gustavo Barroso e Cândido Rondon foi professor no Museu Histórico Nacional. Em Gustavo Barroso⁷¹ (1886-1957), vemos relações teóricas próximas às de Angyone, as ligações da arte rupestre no Brasil, América do Sul, China e até pelo Mediterrâneo, parecem querer valorizar o indígena, já que essas relações que fizeram são uma aproximação das civilizações do médio e extremo oriente aos grupos indígenas. Assim, podemos mostrar a influência destas montagens na escrita:

A Suméria, de onde vieram os Tupis, os Caranis, Os Tamoios, os Bororos e muitas outras tribos, existia na Ásia, entre os anos 2600 e 2400 antes de Cristo, portanto há mais de 4000 mil anos. Sabendo-se que depois do desaparecimento dessa divisão babilônica, Não existiu mais sumeriano, é de concluir-se que os primitivos donos da Terras do Brasil tenham vindo antes do ano 2400-ac (...) Não somente pela Cultura trazida e perdida em parte nas brenhas deste País imenso (...) E nessa consideração deve estar incluído o nosso

⁷⁰ CUNHA, M. C. org. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.133-172.

⁷¹ É importante notar a universalidade da obra de Gustavo Barroso onde escreve sobre: Sociologia Sertaneja, Novelas, Contos, História, Ensaios, Folclore, Traduções, Literatura e até Literatura Histórica.

*respeito do Direito do índio e, principalmente, à sua grande inteligência (...)*⁷²

É possível perceber que estamos diante de mais um efeito das teorias sobre o indígena no Brasil, mas desta vez um efeito local e criado pelo autor da citação. O trecho alocado tem um ponto muito interessante, Patrianova quer provar que o “Bico do Papagaio”⁷³ em Itajaí foi resultado de um trabalho milenar da natureza e que os indígenas deram o nome da cidade a partir da observação de tal monumento. Mas há um outro ponto neste texto que nos chamou a atenção, a ligação que o autor faz entre a suposta descendência indígena no Brasil e as civilizações do Crescente Fértil, tentando articular um ponto de convergência entre o direito do índio e a inteligência que este adquiriu de tais civilizações. A mesma tentativa de vários autores no Brasil, ou seja, a única forma de valorizar o indígena dentro da suposta “cultura brasileira” é associá-lo a um ponto de valor histórico e moral do conceito europeu de civilização, como a rivalizar a origem do grupo indígena no Brasil com a origem civilizada do não-índio, um ponto de referência em comum, que justificaria sua inteligência e o respeito.

Passemos, então, a uma última proposta de análise destas idealizações sobre o indígena, justamente a que levaria em consideração o folclore⁷⁴ e o artesanato de conteúdo nacionalista, que generalizou o espaço cultural indígena e sua indústria material. Isto aparece nesta dissertação com uma relação mais detalhada, vejamos o que diz o lema principal do Instituto Rondon: “*O índio será a figura central da do Instituto (Rondon). Todas as manifestações da arte indígena serão, pois, objetos de especial carinho, nas sedes sociais, e a redenção integral do índio a máxima aspiração do Instituto*”.⁷⁵ Desta forma, compreendemos não só o folclore, mas também o artesanato, como projetos nacionais. Parece-nos uma apropriação científica

⁷² PATRIANOVA, H. J. **Pequeno Livro**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1986, p. 47.

⁷³ Ponto turístico da praia de Cabeçudas, sua formação deve-se a dinamitação para o alargamento da estrada entre a cidade e a praia.

⁷⁴ Câmara Cascudo (1898-1987), considerado o principal folclorista do país, passou grande parte da vida em viagens pelo Brasil estudando a “cultura popular”, escreveu *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1972), 700 páginas.

⁷⁵ RONDON, F. A. Op. Cit. p. 125.

da “cultura brasileira”, inspirada por Fernando de Azevedo e outros, o que tinha utilidade dentro do espaço de sobrevivência indígena passa a fazer parte dos enfeites decorativos. Suas explicações culturais para entender o mundo sensível e mental tornaram-se “lendas e contos” da “cultura brasileira”, e foram apropriados por outras localidades, como em Itajaí:

Rendas, danças indígenas e cerâmica popular serão o tema de três vitrines que pretendemos apresentar durante as festas do centenário da cidade. Rendas e cerâmica serão a mostra do nosso artesanato, enquanto que danças indígenas revelarão um aspecto do mais autêntico folclore brasileiro (...) A vitrine de cerâmica será muito colorida e despertará muito interesse, principalmente agora, quando ela é largamente empregada da decoração moderna, (...) Danças indígenas apresentará livros especializados, destacando-se entre eles a obra do imortal Rondon “Índios do Brasil”, que, pela sua raridade, enriquece uma biblioteca. Talvez você possa contribuir para esta vitrine, se tiver em sua casa, seja colecionador ou não, objetos indígenas, como sejam arcos, flechas, cerâmica, objetos de adorno...⁷⁶

Com o título Rosa dos Ventos, escrito por Antonio Augusto Nobrega Fontes, temos uma sensação de retorno a Cândido Rondon. A apropriação do artesanato é visível, ele corresponde às decorações internas do ambiente moderno ocidentalizado e representa grande parte da discussão que fazemos, diga-se de passagem que essas generalidades representam locações culturais indígenas de outras regiões. Mesmo se fossem da região ocupada pela colonização, o efeito de apropriação cultural seria o mesmo. Vale ressaltar o destaque dado ao livro de Cândido Rondon e sua presença como a enriquecer uma biblioteca, um adjetivo à distinção social. Em resumo, o artigo coagula em si, na sua temporalidade, o que estamos vendo desde o Indianismo, resultado de um projeto assimilador e destrutivo para o grupo indígena.

Sabemos que tal temática, “*Construção e adaptação teórica do indígena no Brasil*”, é vasta e que pensar Literatura, História e outras áreas do saber humano, dentro do contexto indígena, torna-se um tarefa complexa, mas, de súbito, pensamos:

⁷⁶ *Jornal do Povo*, Itajaí, 29/05/1960.

“Tal como as musas, que participam da construção do mundo, na medida que “criam” aquilo que cantam, História e Literatura são formas de “dizer” a realidade e, portanto, partilham esta propriedade mágica da representação que é a de recriar o real através de um mundo paralelo de sinais, constituídos de palavras e imagens.”⁷⁷

1.4 Uma estética disforme para o indígena

Dentro dos três subtítulos aqui abordados, homologamos alguns critérios de ligação entre o que é a linguagem (sua metamorfose, as teorizações possíveis) e, neste momento, a estética, pois ambas apresentam uma relação que abrange o grupo indígena. Portanto, a reciprocidade existente entre o mundo ocidental, seu reflexo provinciano (Itajaí, séc. XIX), controle da linguagem e instituições, durante o desenvolvimento histórico da cidade, devem estar sempre articuladas para um melhor entendimento. Poderíamos ver, como em um filme de alta rotação, a passagem do tempo em nossas mentes, a mudança da estética do corpo, dos comportamentos, da moda e da própria estrutura urbana, ou seja, a cópia constante de um padrão complexo e de princípios ocidentais (França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e outros). Tudo isto coagulando-se diante de nossos olhos, mas o fenômeno estético neste trabalho acontece primeiro nas visualizações, como a leitura, a escola, o porte dos viajantes de grandes centros, fotos e demais objetos de comunicação. Esta transformação complexa e de pontos sociais heterogêneos materializa-se como um projeto de modernidade linear tendo o grupo indígena como obstáculo.

A pergunta em questão seria se a linguagem, principalmente em sua parte cognitiva e de aprendizado, poderia emanar pensamentos e conceitos estéticos.

⁷⁷ PESAVENTO, S. J. org. **Leituras Cruzadas**: diálogos da história com a literatura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 07.

Creemos que sim, devido ao controle político da própria linguagem, então, neste raciocínio simples, lembramos que existem formas de conduzir e produzir a condição estética, principalmente, quando provenientes de um centro político burguês. É necessário ressaltar os setores combatidos dentro do corpo social da cidade ou excluídos do mesmo, como os locais que absorvem os reflexos do pensamento dominante generalizado, a saber, bairros, favelas, entre outros lugares, e pessoas; mesmo estes passam a assimilar com resistência e atrito tais denominações da estética.

Compreende-se então um envolvimento e uma preocupação de alguns pensadores, considerados pilares do mundo ocidental moderno e contemporâneo, com o controle da forma, estética entre eles. Assim Kant, Taylor, Spencer, Hochlitz, Lévy-Bruhl, Comte, Hadot, Rorty, entre outros, todos estes idealizaram uma forma por meio de princípios racionais, ou seja, determinaram o mundo sensível das pessoas, sua sensibilidade, ditadores da forma urbana e autodisciplina, corporal e moral. Estes controles sobre a vida, meios de condução e domínio, são muito mais atraentes e concretos no século XIX, as “pessoas” deslumbravam-se com o sentido do progresso, ele tornava-se natural, estava dentro da normalidade, promessas da ciência pareciam firmes, logo se mostrariam tão firmes como o ar⁷⁸.

Um outro questionamento emergente é a visualização das várias teorias idealizadoras do indígena. Porque uma preocupação constante em criar formas para o indígena? Qual a utilidade e necessidade de tantos modelos?

Quando nos preocupamos com o modelo⁷⁹ estético incluso sem consentimento na vida indígena⁸⁰, pensamos em uma invasão na sensibilidade. Contudo, entendemos sensibilidade neste trabalho com dois significados; o primeiro está em seu conceito intrínseco físico ou na qualidade de sentir o meio material. O

⁷⁸ EAGLETON, T. **A Ideologia da Estética**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, p. 07 – 15.

⁷⁹ Entendemos o comportamento, o corpo, as atitudes, vestimentas específicas para cada lugar, falas, máscaras de personalidade, entres outras determinações pessoais e urbanas, alvos do ideal estético. (*A Ideologia da Estética*).

⁸⁰ A intervenção do não-índio sobre o indígena pode ser encontrado, em muitos trabalhos, mas queremos deixar claro que o indígena abordado nesta dissertação está em dois lugares; no contexto do extermínio e nas Histórias das ações civis da cidade de Itajaí.

segundo envolve o conjunto dos sentimentos abstratos e é neste que presenciamos a forma aplicada de acordo com os modelos ideológicos. Nesta forma que gostaríamos de visualizar os meios de controle, domínio, repressão e até do que chamamos de civilização. Podemos perceber dentro deste contexto, as condições de poder realizadas pelo modelo estético. Tal poder necessita neste caso, de algo que resulte e dê conta da vida sensível, pois sua unilateralidade progressiva atribui um controle tanto do corpo como da cidade. O mundo visível e de liberdade talvez dê a sensação às pessoas de livre escolha, mas neste meio há padrões limitados, gostos construídos, a estética funciona como prótese de uma razão aplicativa.

Se os pensadores ou mesmo os filósofos preocupam-se em materializar uma proposta sensível para a forma da vida social e isto funcione para eles como um ideal, para nós apresente-se como utopia, para o corpo social da cidade, como um caminho inevitável do progresso, mesmo que este não seja único mas sempre ressignificado, um modelo sobre outro.

Não temos a intenção de formalizar um apanhado complexo sobre a estética, nem tão pouco trabalhar as origens do processo civilizador, mas temos a intenção orgânica de apreender alguns pontos, como os que se mostram a seguir: 1º) Que há na sociedade ocidental um controle do corpo e meio urbano. 2º) Tal condição estética segue princípios clássicos renascentistas ganhando com o surgimento da modernidade e época das luzes, mais abrangência e força. 3º) Nesta dissertação, o século XIX, em termos fundamentalmente filosóficos determinados nas áreas do idealismo, positivismo e utilitarismo, tem grande importância, pois estes não só tentam estabelecer alicerces no princípio do século XX, como também firmaram uma condição de progresso e desenvolvimento para estética. 4º) Esse projeto acaba ganhando proporções de verdade e certeza para o corpo civil da cidade (Itajaí).

É preciso fazer alusão às idéias de Foucault sobre o controle e normatização do sujeito, que levaram a uma importante crítica dos valores universais e princípios das instituições liberais. Com aspectos da formação histórica da

loucura⁸¹, o autor trabalha com a idéia de segregação e exclusão daqueles que não possuem a razão moderna ou para eles uma desrazão, por meio de uma seqüência que parte do século XVII, passando pelo XVIII e XIX, desde a disciplina, o confinamento e o silêncio, da discussão acerca da loucura e sua associação com práticas não morais, até a criação das instituições a partir de conceitos humanitaristas na Europa ocidental, em que se percebessem as figuras do poder baseadas em regras determinantes na razão de coerção ou repressão do sujeito.

Podemos ainda nos referir a outro trabalho de Foucault, no qual ele aborda de forma relativa, em três volumes, a construção durante o processo histórico - às práticas e relacionamento sexual⁸², (Vontade de saber, Uso do prazeres e Cuidado de si). O primeiro trata-se de um escrito que nos traz referências sobre os atos repressivos da sexualidade e a crescente atividade nas relações familiares: A “histerização” do corpo da mulher, a “pedagogização” do sexo infantil, “psiquiatrização” do prazer perverso, com isso a produção e o aumento da atividade sexual. O segundo volume mostra um estudo sobre o comportamento e austeridade refletidos no pensamento clássico grego, no qual enfatiza-se a relação com o corpo, saúde, outro sexo, família, consigo mesmo, sua escolha e esta relação com o princípio de verdade. Por fim, o terceiro volume, que trata de uma espécie de comportamento universal que todos os seres humanos deveriam ter em textos do início da era cristã.

Apenas para constar, estas duas obras de Foucault remetam à parte de um todo que estamos tentando mostrar, um controle específico sobre a estética, pois não inclui apenas a aparência, mas também o comportamento, e pensamento. De qualquer forma, mesmo que os princípios estéticos estejam, num primeiro momento, desconectados do mundo real, acabam funcionando, agindo de formas utópicas a uma condição materializadora. Nesse sentido, conciliamos nosso pensamento ao professor da Universidade de Oxford, Eagleton: “*A estética é, assim, sempre um projeto*

⁸¹ FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

⁸² FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**, 3 vols. Rio de Janeiro, Grall, 1980.

contraditório e autodestrutível, pois ao promover o valor teórico de seu objeto, arrisca-se a esvaziá-lo exatamente da sua especificidade ou inefabilidade, considerados seus aspectos mais preciosos.”⁸³ Neste ponto vale ressaltar das inúmeras variações sobre os termos usados para o indígena na escrita de Itajaí. O indígena pode ser tudo, menos o seu próprio eu real.

Demonstra-se um forte discurso estético sobre o corpo indígena, uma tentativa de mudá-lo tanto em teoria como na literatura; não só as palavras sofrem metamorfoses mas a idealização do corpo indígena também. É provável que a criação original da palavra estética⁸⁴ para as concepções Modernas e Iluministas tenha no caráter cívico uma contrapartida ou negação total de uma forma controladora de comportamento e forma, quando observamos sua relação com o indígena. Como percepção territorial, o corpo indígena encontra-se fora da sensibilidade moderna, materialmente por si só em rebelião constante, em atrito com o pensamento burguês.

Entretanto, sabemos que as construções delineadas pela História, Literatura e Filosofia foram constantes e evidentes em sua relação com o grupo indígena. A partir disto, notamos que os documentos apresentam três pontos sobre a imposição estética: 1º- Textos que montam a forma indígena por meio de condições ideológicas a serem seguidas, como normas que determinam principalmente o comportamento. 2º- Textos que apresentam a estética do que o indígena deve ser a partir de um conceito da Literatura, História e outras áreas que incluam o indígena. 3º- Textos que misturam normas e conceitos dentro da estética indígena. Neste raciocínio, tentamos demonstrar o modo como os discursos funcionam⁸⁵, não estamos tentando criar uma tipologia do discurso, apenas dar um pouco mais de compreensão ao que nos propomos, relativizar a estética.

⁸³ EAGLETON, T. Op. Cit. p.08.

⁸⁴ Do grego *aistheses*, distinção entre o material e imaterial. No século XVIII, Alexander Baumgarten, filósofo alemão, o primeiro a trabalhar com esta palavra referindo-se a toda região da percepção e sensação humanas. Depois disso, Kant trabalha em *Transcendentale Aesthetik* as diversas e primeiras formas de sensibilidade, referindo-se ao tempo e espaço e principalmente ao que ele considera belo ou na sua posição simétrico.

⁸⁵ ORLANDI, E. P. *Análise de discurso...* Op. Cit. p.85-89.

A operação intelectual que procuramos é destacar os três pontos enunciados acima, fazendo aparecer o corpo material desta argumentação. Foram selecionados, uma correspondência do Presidente da Província (1º), um trecho de jornal e um parágrafo do livro *O que a Memória Guardou*, de Juventino Linhares (2º) e uma parte do livro *A Fundação de Itajaí* (3º), os quais apresentamos nas páginas que seguem:

Ao Ex^{mo} Snr~ Ministro de Agricultura. //
Em ofício sob n° 181, de 21 de Setembro / ultimo, tive a honra de
invocar a atten- / ção de V. Ex^a para a necessidade de ser / estabelecido
o serviço de Cathechese dos / índios nesta Província (...)
À maneira bárbara por que, não / só os colonos como também os na- /
turaes do paiz os tratão quando os / encontrão, recebendo-os á bala e a
/ triste e dolorosa tradição do exter- / mínio (...)
É somente pela brandura que / se conseguirá chamar aquelles infe- /
lizos silvicolas ao gremio da civi- / lisação, tarefa esta que não me /
parece impossivel, se o Governo / Imperial resolver, como é de es- /
perar, a organização do serviço de Cathechese, cujos resultados serão
/ certamente mais proficuos do / que as medidas de repressão e / de
terror até agora empregadas(...)⁸⁶.

De forma geral, a carta segue um objetivo principal em seu início, o de providenciar a catequização imediata dos indígenas como única solução para resolver os conflitos emergentes da colonização em Santa Catarina. O argumento do Presidente da Província em que aparenta humanitarismo vem a seguir, quando dá ênfase à tradição do extermínio, portanto existem duas opções catequese ou extermínio. Após acalentar o problema, ele usa categoricamente a afirmação, por não serem cristãos, os indígenas são eminentemente infelizes, portanto a palavra somente leva em consideração a catequese, pois somente ela pode trazer o indígena ao grêmio de civilização. Começando com uma afirmação, termina sua escrita pedindo a organização de tal serviço. Há, sem dúvida, nesta carta a intenção humanística e cristã, este fato é a proposta estética de comportamento desejada pela autoridade em

⁸⁶ Correspondência do Presidente da Província para o Ministério da Agricultura no RJ, datada de 28 de setembro de 1875 n° 212.

questão; o que o indígena representa para o Presidente da Província, sua infelicidade por não ter os valores morais da civilização é o que movimenta sua escrita em direção da catequese. Neste ponto poderíamos considerar a estética como uma tentativa ocidental de reunir grupos heterogêneos a partir de seus princípios de civilização ou mesmo destruí-los em caso contrário.

Nesta segunda permanência no Brasil, Mayr realizou novo consórcio, desta vez com brasileira de puro sangue, descendente de índios. Alguns anos depois resolveu ele fazer nova viagem à Alemanha onde pretendia apresentar uma série de conferências sobre o nosso país. Convidou para acompanhá-lo um irmão da nova esposa cujo aspecto de índio era inconfundível; adquiriu para o mesmo uma tanga indígena, um cocar de penas multicores, arco e flechas e ensaiou-o na prática de danças de nossos selvagens. No decurso das conferências, na Alemanha, Mayr afirmava em certo ponto: “Agora vou apresentar à nobre assistência um legítimo índio brasileiro tal como vive nas selvas e que exhibirá aqui vários passos de suas danças” (...) e o cunhado apresentava-se de tanga e cocar, sapateando e brandindo arco e flechas (...)⁸⁷

Linhares ostenta uma compreensão bem interessante, há na sua escrita um efeito nacionalista e de miscigenação, quando escreve “*brasileira de puro-sangue*” refere-se a sua ascendência indígena, pois aceita a construção teórica das três raças. Em seguida, ele talvez tenha dado um dos maiores exemplos sobre a idealização estética do indígena, apontando para o cunhado de Mayr, em quem a descendência indígena é evidente. Não o considera índio pois aparentemente para si este apresenta o comportamento civilizado. Há também a relação entre descendência e miscigenação, tal idealização torna-se clara quando seu cunhado veste-se e aprende a dançar como um “selvagem”. Em seu texto é singular a demonstração do que considerava como material típico do “índio brasileiro”, a indústria cultural indígena generalizada como se o arco, flecha, tanga, cocar e penas coloridas pertencessem a elementos típicos e gerais da “Cultura Brasileira”, esta construção de caráter nacionalista revela-se mais uma vez em associações do tipo; “nossos selvagens ou

⁸⁷ LINHARES, J. **O que a memória guardou**. Itajaí: Editora da UNIVALI, 1997, p. 285.

legítimo índio brasileiro”, isto aparece em sua fala não só como uma apropriação, mas talvez esse “nosso” denote as teorizações estéticas do indígena.

O esqueleto pelas dimensões anormaes era de certo de um d’esses gigantes dos tempos prehistoricos, e com ele dentro da urna encontram-se trabalhos de crystal, perfeitamente executados e uma faca de pedra artisticamente preparada (...) A base da urna é de areia e barro ordinário, mas a parte superior e de barro superior, e cousa notavel ! é vidrada como se costuma dizer, e na parte externa veem-se desenhos, grosseiros é certo, mas muito interessantes.⁸⁸

As notícias que envolvem um apego cientificista, com um tom de exotismo, são geralmente colocadas em partes mais destacadas, como curiosidades ao lado de monstruosidades humanas, árvores gigantes e outras notícias sensacionalistas. Abrindo o jornal amarelado, deparamo-nos com uma destas notícias “*Raridade Histórica*”⁸⁹, por quê? O pensamento que veio a seguir mostrava-nos novamente este deslocamento de interesses, o que se assemelha à tradição ocidental é mais visível, o que não parece, é diluído. Os tempos “pré históricos” dão um ar de mistério, notável, a urna é vidrada, mas o barro indígena para o autor do artigo é ordinário. Como vimos anteriormente, existem traços no corpo intelectual da cidade das teorias que enaltecem os valores da antiguidade clássica e oriental, enquanto pouco se discutia, por uma questão de estética, a política indígena de extermínio.

Era a velha politicagem agindo contra os interesses do Império, que queria a todo custo, a colonização estrangeira, notadamente a alemã, como imperiosa e necessária ao grande desenvolvimento de que tanto carecia o Brasil para o seu pleno progresso social e econômico por três séculos emperrado por povoações precárias e deficientes, onde imperavam os mulatos, mamelucos, cafuzos e escravos, que somavam até então a grande maioria da população brasileira, mais do que

⁸⁸ *O Progresso*, Itajaí, 22/07/1899.

⁸⁹ Esta notícia vinculada em Itajaí, a partir do jornal “A Republica” de Florianópolis, (por meio de uma carta) diz que este “achado” foi encontrado em Tubarão, mas o mais interessante é que a urna e o esqueleto foram enviadas para um museu da Alemanha para serem estudados.

*nunca necessitando da mesclagem das colonizações estrangeiras para melhoria da nossa etnia e o progresso(...).*⁹⁰

Neste fragmento temos, o terceiro ponto que exibimos acima, textos que misturam normas e conceitos sobre a estética indígena. Criticando a reprovação do projeto de imigração e colonização alemã do Dr. Blumenau, pela Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina, Heusi⁹¹ escreve tal comentário, evidenciando e justificando as normas de branqueamento, projeto do Governo Imperial e sua conseqüente relação com o progresso. Influenciado pela leitura de Oliveira Viana⁹², em *“Populações Meridionais do Brasil”* (1922), reafirma o conceito de miscigenação, quando escreve mesclagem racial, associando o fraco desenvolvimento social no Brasil ao suposto primitivismo dos grupos humanos “auxiliares” (africanos, indígenas e miscigenados). Talvez as teorias que levam em consideração o mito das “três raças”, em que freqüentemente destaca-se a superioridade lusitana, tenham impellido em parte o Governo Imperial a promover o branqueamento no Brasil.

Dissecando uma variedade de textos sobre o indígena em jornais, livros, cartas e outras publicações, percebemos como a linguagem irradia processos de significação da estética, de várias maneiras. Quando o escrito dirige-se ao grupo indígena, há sempre pensamentos de épocas distintas, às vezes isolados, e em outros exemplos aparecem agrupados em um substrato lingüístico, de qualquer maneira, notamos uma preocupação constante em idealizar o indígena, por conseguinte sua estética, diríamos sem dificuldade para o corpo social da cidade.

A estética acaba colocando-se como uma ressignificação constante e política, por isso que é contraditória, pois as formas da Filosofia, Literatura e

⁹⁰ HEUSI, N. *A Fundação de Itajaí: sua história, seu romance*. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1983, p.38.

⁹¹ Vale destacar que o autor fundou juntamente com Abdon Fóes, o Jornal “O Futurista” e que foi, segundo a crítica local um grande colaborador do Jornal do Povo, também que o livro de onde retiramos o trecho relaciona História e Literatura, pois a primeira parte chama-se História e a segunda Romance.

⁹² Oliveira Viana (1883-1951), jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo, amigo de Afonso Taunay, declarou em *Populações Meridionais do Brasil*, seus pensamentos sobre as “três raças” e a grande contribuição da “raça” branca tendo papel central na assimilação e civilização do Brasil.

História, sozinhas ou em colaboração, lutam para determiná-la. Esta luta de idéias tem sua abrangência na cidade e no corpo⁹³, este pensamento em suas várias singularidades provoca um prolongamento ao mundo indígena. Tal extensão dos pensamentos provocou não só uma distorção dos grupos indígenas como a sua destruição real, por serem vistos de todas as maneiras e nunca como são.

A autodisciplina a que a sociedade ocidental se impõe tanto moral como na sua exterioridade, pode, para o século XIX, principalmente, ter constituído um legado de impunidade. Na sua relação psicológica com o indígena, esta sociedade não visualizou tal civilidade ou mesmo punição, considerando-a primitiva e não adestrada esteticamente. Este é o ponto determinante para as demais implicações neste trabalho.

Os conceitos de forma estética idealizados pelos escritores do Brasil, aparentemente com o formato nacional, seguiram princípios ocidentais, esta estética visível no papel, mais propriamente no mundo das idéias, definiu diversos tipos para o grupo indígena no Brasil, neste sentido é que passamos a entender, pelo menos em parte, porque existem tantas palavras sobre o indígena.

⁹³ SENNETT, R. **Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1997, p.257-306.

CAPÍTULO II

A constituição projetista e histórica da cidade

2.1 Terra, empreendimento e escrita

De forma preliminar, faz-se necessária uma reflexão sobre as práticas e discursos no estabelecimento e desenvolvimento futuro do núcleo civil em Itajaí⁹⁴, isto não quer dizer que seja algo arquitetado, como um plano e seus objetivos. Estas propriedades ligam-se a uma racionalização progressiva do espaço e do corpo⁹⁵, enunciada como lei natural, mas muito próxima de um artificialismo europeu. Este acontecimento não aparece dentro de um plano minucioso com diversas diretrizes, em vez disso ocorre como um objetivo de verdade, pois para a elite econômica e intelectual da cidade, fazia parte de uma normalidade inerente ao desenvolvimento social e moderno, não só de Itajaí mas de várias cidades em edificação, no século XIX.

Durante a passagem do tempo em que o projeto de constituição⁹⁶ da cidade é materializado, há e pode-se verificar, nos jornais e correspondência arquivada, um processo articulado entre o que se faz e justifica; como uma produção escrita a colaborar com diversos afazeres desta constituição, como traços da urbanização da cidade, instituições e atitudes de superfície moral, envolvendo de forma geral o comportamento das pessoas. Esta recepção e materialização da escrita ocorreu durante a passagem do tempo. É muito forte o estabelecimento do núcleo civil com as idéias de desenvolvimento, ordem e progresso. Mesmo que isto tenha ocorrido de forma não linear, a escrita e mesmo a História do momento (XIX) e posterior coordenam este sentido, remontando, a sua maneira, os acontecimentos

⁹⁴ Ver anexo: mapa nº 1.

⁹⁵ SENNETT, Richard. Op. Cit. p.257-306.

⁹⁶ A estrutura urbana e suas instituições.

que deflagraram o centro civil. De fato, nota-se uma montagem tradicionalista e seus reflexos, como eleger heróis, fundadores, grandes feitos, entre outras maquiagens deste tipo.

Segundo a escrita local, há uma preocupação em evidenciar o aparecimento dos primeiros homens brancos, faiscadores em busca de ouro, como João Dias de Arzão (1658). Esta iniciativa volta-se à primeira tentativa de fundação, talvez como uma pequena vila. A mesma preocupação fica clara na importância dada à figura do primeiro fundador (como Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, que, por volta de 1820, consegue uma autorização para estabelecer colônia nas margens do rio Itajaí –Mirim, o que não prosperou muito mais que um ano, pois o mesmo teve que se retirar, por ordens do rei), ou, como aponta a escrita local, a figura importante do civilizador (vemos isto em Agostinho Alves Ramos; “(...) *nas confidências feitas por Agostinho Alves Ramos, ao seu amigo engenheiro belga, ele não se intitulou o fundador de Itajaí, mas sim, “o civilizador”, o que pode-se dizer, o colonizador.*”)⁹⁷ Com o patrocínio capital de um baleeiro, Agostinho estabelece a estrutura inicial para Paróquia do SS. Sacramento do Itajaí, com uma Casa de Estaleiro para o reparo de barcos, uma pequena Igreja, criação da escola pública, uma força policial, entre outras atividades. E, na constituição final, para este projeto, um novo contingente populacional, aqueles que efetivaram a constituição civil, os que trouxeram o “cânion” de regularidades, a partir do estabelecimento migratório⁹⁸.

São três etapas enaltecidas⁹⁹ como pilares e diversas vezes, num ato heróico e desbravador, reafirmadas na literatura e historiografia da cidade. Ora, essas idéias, apropriadas de tempos e espaços diferentes, coagulam-se como ponto de construção essencial na escrita. Existe, nesta engenharia da história construtora de ídolos, uma vontade aterradora de mostrar a chegada dos primeiros homens

⁹⁷ HEUSI, Nemésio. Op. Cit. p.27.

⁹⁸ Os grupos humanos que chegaram para colonização de Itajaí encontraram-se divididos em dois momentos; a fundação da povoação, com os açorianos, negros, descendentes de portugueses e a vinda posterior dos imigrantes como: alemães, italianos, poloneses e outros grupos (séc. XIX e XX).

⁹⁹ Primeiro homem branco, fundador e civilizador.

brancos, reafirmar a bravura do fundador e justificar como ato final a postura do civilizador, que, como um porta - bandeira, dá ao núcleo colonial de uma vez por todas a confirmação de sua existência e a possibilidade de prosperar.

Todos os princípios construtores do ocidente¹⁰⁰ estão fortemente unidos em um conjunto que obedeceu o curso de suas águas, nas revoluções burguesas Inglesa, Francesa e Industrial. Enaltecidas que foram pela ciência normativa, positivista, mecânica e principalmente utilitária, aparecem com um lado sedutor no ativismo filantrópico e racional e, de outro, imbuídos no capitalismo devastador do século XIX, estilizado, justificado e protegido pelo espírito científico, naturalista e cristão. Tais meios de entender o mundo passam a ser projetados sobre as terras destinadas à colonização.

As terras do rio Itajaí eram vistas como incultas, virgens, desabitadas, lá moravam apenas alguns poucos posseiros desde o século XVIII, para a maioria daqueles que acreditavam na colonização. A presença indígena era irrelevante para o projeto colonizador. Nas primeiras décadas do século XIX, as terras ganham novos significados, são vistas como a projetar um futuro empreendedor, como base para estruturas de todos os tipos, esta sensação vem como uma afirmativa do governo Imperial e Provinciano, também é evidente nas companhias de colonização.

É interessante perceber que o entendimento das terras é projetado com o início dos trabalhos coloniais, também o desenvolvimento e a constituição urbana da cidade, mesmo antes da presença material do não - índio, nestes lugares, o destino futuro das terras é sempre idealizado. Não há meios de retorno, uma vez iniciado tal projeto. Ele tem sua serventia no que chamamos de cosmologia e estrutura social ocidental, em traços gerais: divisão social, marginalização, divisão do trabalho vertical e centralizado, condicionamento da periferia pelo centro, concepção ocidental do espaço, centrista e universalista, tempo linear a partir do presente,

¹⁰⁰ O Renascimento (XIV-XV), o pensamento judaico-cristão-helenístico sacramentados pelo Iluminismo (XVIII) e coaguladores do Universalismo Social fazem parte desta estrutura de origem moderna.

relações humanas em termos de dominação, concepção antes analítica que holística da epistemologia, entre outros fenômenos.

Havia, sim, nesta gênese já idealizada, um espírito missionário, como uma guerra a travar, são pioneiros míticos que transitam no espaço abstrato. O “civilizador” Agostinho Alves Ramos, além do título de Cavaleiro da Ordem de Cristo¹⁰¹, organizou, em meados do século XIX, várias caçadas aos “índios botocudos”. Para aqueles que concretizaram estas ações, como instrumentos comandados pela elite colonial, fizeram as vezes de uma das partes, do espaço físico e abstrato ocidental, outorgando princípios defendidos pelo Imperialismo Europeu do século XIX. Seguindo uma das partes para a implantação de um modelo ocidental nas terras do Itajaí, como um braço ativo e servente dos fundadores.

Percebemos, então, um olhar cristão, liberal e científico sobre a terra habitada pelos indígenas, fantasmas e empecilhos para o nobre projeto colonizador. O que acontece em seguida é uma ressignificação do espaço ambiental¹⁰², por certo que a racionalidade esconde um outro definir, transpondo-se sobre o meio ecológico. Podemos ter uma idéia dessas ressignificações nesta circular:

*(...) tenho a honra de remeter um esboço da carta geográfica desta Província na qual sai indicados os principais rios, ribeirões e montanhas, assim como as cidades, vilas, freguesias e colônias. Á margem desse esboço acha-se a relação de todas as posições astronômicas que existem tomadas com menção dos nomes dos operadores e das datas das observações. (...) Anexo ao relatório com que abri a Assembléa Legislativa provincial em Maio do ano passado, e de que envio junto um exemplar, encontra-se o mapa estatístico da população livre e escrava da Província mas sobre os indígenas existentes nada posso informar com segurança, por que faltam absolutamente todos os dados e notícias a semelhante respeito (...).*¹⁰³

¹⁰¹ Condecorado pelo ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império, José Carlos Pereira de Almeida Torres em 03 de novembro de 1845, como consta nas atas do Arquivo Histórico de Itajaí.

¹⁰² THOMAS, K. **O Homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 288-358.

¹⁰³ Correspondência do Presidente de Província para o Ministério da Agricultura datada de 30 de abril de 1868, circular, n° 08.

O que para eles era mata virgem com muitas belezas e alguns poucos “selvagens”, no momento passa a se estabelecer como um lugar a civilizar, então elabora-se o pensamento de uma futura cidade. Para tanto, toma-se por empréstimo abstrato a bandeira do empreendimento, dando vez, na composição histórica, à montagem civilizatória.

Quando consideramos que houve um princípio estético no desenvolvimento da cidade de Itajaí, podemos pensar inúmeras coisas e outras não quiseram nos permitir, pois isto não aparece num olhar, que não consiga fracionar sua temporalidade¹⁰⁴, principalmente se entendêssemos como verdade a História local produzida pela elite. Nas coisas do desenvolvimento da cidade que podemos pensar, surge a dúvida de algumas direções: como uma estética política, característica de um reflexo da ocidentalização imperialista do século XIX, ou um fluxo amargo deste imperativo, encarado com naturalidade e não como tema conspirador. Em outra perspectiva, o desenvolvimento deste núcleo civilizado pode estabelecer-se ligado a um processo contínuo de estética, a partir de fluxos ideológicos funcionando como redes e linhas de pensamentos, canalizados de vários centros ocidentais, pelos meios de comunicação possíveis da época (Séc. XIX e início do XX), para localidades comuns e provincianas em formação, no caso específico Itajaí, como a receber signos, códigos políticos, normas jurídicas e urbanas, valores morais, imagens e principalmente palavras.

Se a cidade era contemplada por uma elite de educação “erudita”, que entre outras coisas cultuava a possibilidade da escrita como suporte da distinção, é lógico que este grupo social burguês fará em sua totalidade, seguindo uma série de discursos variados, a composição e personificação do indígena na escrita.

Como nos conta José Roberto Severino em seu livro: *“Entre os objetos que melhor simbolizavam os ideais de civilização estava o livro, fonte de difusão de idéias ilustradas desde os tempos das “luzes”. Os anúncios de livros, e de toda a sorte de produtos que pudessem ser associados à civilidade européia, eram bastante*

¹⁰⁴ EAGLETON, T. Op. Cit. p. 210-229.

freqüentes nos jornais(...).”¹⁰⁵ Também como relata Edson D’Avila na lei de 15 de abril de 1835: “*Artigo 2º.- Os professores destas Cadeiras (...), devendo ensinar segundo o método individual a ler, escrever, as quatro operações de Aritmética, a Gramática Portuguesa, e Ortografia, e a Doutrina Cristã,*”¹⁰⁶ ou ainda como encontramos em diversos anúncios da cidade, quando da chegada de algum professor, sempre com o mesmo tom: (...) *programa de ensino: “Português, Arithmetica, História do Brasil, Zoologia, Geographia, Canto e Religião*”¹⁰⁷.” Tais sempre se mostram prontos a adequar esta população a um espírito estético, quase sempre voltado ao Utilitarismo¹⁰⁸. A padronização dos sentidos, comportamento e idéias, por meio da leitura, faz de Juventino Linhares (1896-1967) um exemplo, que neste trabalho não poderíamos deixar de citar, uma vez que em seu livro narra:

“O Tico-Tico” foi a nossa leitura, da alfabetização aos dezesseis anos. Aprendemos a ler nele. As suas histórias nos elevaram a infância. E amamos docemente todas as crianças loiras que davam o coração ao príncipe encantado. Só ao príncipe? Não. Ao plebeu também. As histórias do “O Tico-Tico” formaram o caráter da minha geração.

*Aprendemos a odiar a prepotência com o “O Tico-Tico”. A abominar as madrastas, com ele. A nos despir de qualquer preconceito de raça ou de cor. Ao culto da mãe preta. A generosidade para com os humildes. A admirar os heróis. A amar a história da Pátria. (...) virtudes morais e cívicas*¹⁰⁹.

Chamou-nos muito a atenção a forma preciosa com que o autor dirige-se ao periódico, é fácil notar idéias conciliadoras e nacionalistas, o espírito humanitário e principalmente a impossibilidade de questionar o amor pela “história da pátria”.

¹⁰⁵ SEVERINO, J. R. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí: Editora da Univali, 1999, p.176.

¹⁰⁶ D’AVILA, E. **Pequena História de Itajaí**. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, 1982, p.120.

¹⁰⁷ *Novidades*. Itajaí, 23/04/1911.

¹⁰⁸ Moralismo Britânico, Pensamento Radical ou Liberalismo Clássico, tem o mesmo sentido na escola Utilitarista, em que filósofos e cientistas sociais estavam preocupados com a erradicação da miséria e o sofrimento social ocasionados pelo adiantamento da Revolução Industrial, também é o sentido das vantagens materiais, favorecendo a razão e adequando o espírito a interesses, que compreendem moral e serventia política ao corpo social, como a criação das casas de correção. John Stuart Mill funda em 1822 na Inglaterra a *Sociedade Utilitarista*.

¹⁰⁹ LINHARES, J. Op. Cit. p. 220.

Os ideais de civilização passados pela escrita tornaram-se importantes para este trabalho, pois reforçam até agora todos os itens que trabalhamos no capítulo Iº.

O que se pretende não é fazer um histórico sobre a colonização em Itajaí, mas certamente observar alguns mecanismos e discursos gerais, sobre a formação da cidade, propondo uma verificação do indígena a partir da racionalização projetista de alguns componentes humanos: fundadores, burgueses e intelectuais do século XIX em Itajaí. O período mencionado, como desejamos demonstrar, estabelece ligações discursivas com a leitura e a escrita, como enobrecimento. Mesmo porque, são esses homens que deram pronúncia às letras na cidade, os detentores da escrita e dos meios de comunicação. Isto se coloca devido ao fato e na mesma relação em que esses personagens foram os donos dos jornais: “Itajahy”, “Idéa”, “Progresso”, “Novidades”, “A Gazeta Popular”, “Pharol”, e outros de menor expressão, seus fundadores, também aqueles que se preocuparam em escrever a história, fundar escolas e ministrar a educação, notadamente escolas que ensinavam alemão.

São eles participantes de uma elite empreendedora, integrantes de clubes festivos como: Sociedade Guarany (1897), Estrela do Oriente (1897), e Clube Caça e Tiro Vasconcelos Drumond (1895); ou que promoveram a distinção social: Club Republicano Federativo de Itajahy (1887), Grêmio Literário 3 de maio (1900), Centro Aformoseador de Itajaí (1903), Comitê Civilista de Itajaí (1910), Loja Maçônica Acácia (1911), Bloco dos XX (1929), entre outras agremiações institucionais com caráter eletivo.

Esta iniciativa incluiu uma série de ações que não visavam apenas o desenvolvimento aparente no século XIX, mas pensavam a cidade no futuro e tinham uma perspectiva de progresso. É para eles necessário tornarem-se públicos, como imagem fabricada, mostrar-se, exalar ao público o exemplo, ser referência para o comportamento coletivo. Para este trabalho, isto se tornou importante, pois esta projeção envolveu de inúmeras formas os antigos habitantes da região, os indígenas.

O paralelo entre a formação e a concretização do espaço disciplinador político da cidade e o contato com o grupo indígena tem significativamente dois momentos: a relação física e o mascaramento na escrita.

O saber da presença indígena no século XIX e início do XX ligou-se à sociedade moderna como algo primordial, linear e construído¹¹⁰, negando o caminho milenar, através da religião e ciência edificadoras que são da sociedade moderna, violentando a suposta verdade constituída sobre o que deve ser o humano, dentro das tramas da ação social civilizatória, normativa, institucional e invisível para muitos sobre a constituição do não - índio. Se a presença do grupo indígena deflagrou uma quebra no poder sócio-colonial, ou um perigo, aparecendo como um sinalizador, este perceber a presença está para a ciência e a religião como um elemento estranho às defesas do corpo social¹¹¹. No momento em que tornou-se perceptível um meio social que não apresentava regras ocidentais, culturalmente diferente, nos aspectos da religião, moral e sexualidade, fez-se então com um movimento purificador a produção da verdade e seu controle punitivo, envolvendo a emanção do comentário¹¹² e eliminação física.

Em outro momento, na efetivação processual da cidade e do encaminhamento das suas estruturas físicas e institucionais, constatou-se a preocupação deflagrante com o controle da escrita. A criação de palavras generalizantes e idealizadas pela História e Literatura sobre o indígena geraram sua invisibilidade real. Quando o homem ocidental percebe que o indígena possui um comportamento em vários aspectos não homogêneo a seu conjunto de valores universalistas, a sua fortaleza de verdade, principalmente para este texto, quando ele compreende que o outro não passou por um sistema punitivo e regrado em que consiste a produção geral de um indivíduo civilizado, cercado pela disciplina e autodisciplina, é justamente neste momento em que ele passa a atuar sobre o indígena. Não é possível para o corpo social civilizado ver, conviver e mesmo

¹¹⁰ No sentido de evolução, pensavam os indígenas com um espírito primordial ingênuo.

¹¹¹ SENNETT, R. Op. cit. p.213-223.

¹¹² FOUCAULT, M. **A ordem do...** Op. cit. p.21-36.

pensar na possibilidade existencial do indígena, sem que use de intolerância, interferência e mascaramento.

Ora, se há uma peça diferente no mecanismo social civilizador, pois é desta forma que compreendemos a formação projetista da cidade, este grupo de homens “bons”, esta elite distinta de burgueses sociais não se qualifica a permitir sua existência, pois que são como um todo defensores dos ideais do homem universal, guardiões do projeto humanista, grandes empreendedores de larga visão e detentores da doutrina cristã.

2.2 O naturalismo e a classificação do espaço indígena

Passamos em revista o raciocínio sobre o Naturalismo¹¹³, pois entendemos que tal concepção fez parte, no século XIX, da compreensão do espaço material indígena, esta abordagem inclui o comportamento de uma elite distinta e empreendedora, a qual nos oferece pistas de como este grupo ocidental passou a encarar o novo espaço, que no futuro seria a cidade de Itajaí. Sabemos que a abordagem sobre o espaço material indígena não foi apenas no meio não - humano¹¹⁴, mas como queremos ressaltar um projeto que lançou interesses sobre o comportamento indígena e que tem suas bases nas fundamentações ideológicas do não - índio.

Consideramos a proposta científica do século XIX como o momento de consolidação da ciência, ao contrário do que acontecia nos séculos do Renascimento

¹¹³ LALANDE, A. Op. Cit. p. 719. O sentido do Naturalismo que aceitamos, dentro desta teorização, inclui as áreas ética e estética: “*Ética. Doutrina segundo a qual a vida moral é apenas o prolongamento da vida biológica, e o ideal moral, a expressão das necessidades e dos instintos que constituem a vontade-de-viver(...). Estética. Doutrina que prescreve qualquer idealização do real, e que até se esforça, por reação, por valorizar sobre, tudo os aspectos da vida geralmente afastados por serem baixos e grosseiros e que, no homem, provêm da Natureza e que ele possui em comum com os animais.*”

¹¹⁴ Não desejamos neste trabalho abordar a questão ontológica, apenas definir a separação entre sociedade civil e um espaço material, onde os projetos do mundo ocidental estão em processo de desenvolvimento.

e Iluminismo, quando as respostas para os fenômenos naturais poderiam ser encontradas na ciência metodológica e experimental, apenas como alternativa às propostas da religião. A partir do século XIX, isto muda pois agora a ciência passa a interferir diretamente sobre a natureza e a determinar “melhores” condições de vida e comportamento para a sociedade. A ciência passa a significar, idealizar e construir o mundo; toma o lugar de credence da religião e passa a promover a sua própria¹¹⁵.

Ora, há vários aspectos deste novo significar, envolvendo classificação do que nomearam como natural, há uma preocupação em mudar o que aparentemente é para eles o caos, acontece uma mudança na composição física das terras, passa haver uma divisão em lotes que se estabelecem em propriedades documentadas e privadas aí então a estética. Percebe-se um enaltecimento e depreciação de animais, a dualidade está presente, é possível controlar, reter e dominar a natureza. Fica claro uma preocupação em nomear, um interesse em organizar, em pôr cada coisa em seu devido lugar. Se para a maioria deles o natural é obra de Deus, cabe ao homem racional e civilizado a criação do artificial. Não só as terras, mas tudo que compõe o meio ecológico sofre esta intromissão, inclusive o grupo indígena.

É um momento em que os homens distintos e controlados pela ciência procuram desvendar todos os mistérios do mundo, explorando de modo científico o universo a sua volta. Surge na área das ciências naturais Charles Robert Darwin¹¹⁶ (1809-1882), um eminente cientista que propôs novas concepções teóricas para a origem humana; “(...) *há uma lei geral, que conduz ao aperfeiçoamento de todos os seres orgânicos multiplicar-se, variar, permitir que os mais fortes vivam e deixar que os mais fracos pereçam.*”¹¹⁷ ou “*Estou convencido de que a seleção natural tem sido o meio principal de modificação, embora não o único.*”¹¹⁸ Suas idéias foram apropriadas por muitos pensadores e políticos europeus do século XIX, inclusive

¹¹⁵ NIETZSCHE, F. W. **Gaia Ciência**. Lisboa: Guimarães 1977.

¹¹⁶ DARWIN, C. R. **A origem das espécies**. Brasília: UnB, 1982.

¹¹⁷ CARVALHO M. M. E. (org.) **O Pensamento Vivo de Darwin**. São Paulo: Martin Claret, Nº 12, 1986. p.99.

¹¹⁸ Ibid. p. 95.

por muitos residentes no Brasil, para justificar uma interpretação errônea, “racista” e de eliminação física, um acelerar do projeto evolutivo.

Como queria o filósofo inglês H. Spencer, teórico do “darwinismo social”, uma aberração da Teoria da Evolução de Darwin, aplicada de forma rápida pelo imperialismo, foi utilizada como justificativa de morte aos povos africanos, asiáticos e americanos¹¹⁹. Como ele mesmo diz: “*Minhas conclusões têm sido ultimamente muito mal interpretadas.*”¹²⁰ Darwin mantinha um intercâmbio de correspondências com Fritz Müller (1822-1897), pesquisador das ciências naturais, residente em Blumenau, inclusive mandando onze cartas¹²¹ de Itajaí para Down, Barmouth, Haredene (Alemanha) entre 17 de julho de 1867 até 25 de dezembro de 1875, nos quais observava os aspectos “naturais” de Itajaí, principalmente a faixa litorânea, o que reforça o entendimento sobre a circulação das idéias de Darwin em Itajaí, pensamentos de espírito evolucionista.

Fritz Müller também mantinha contato com Ernst Heinrich Haeckel (1834-1919), médico e zoólogo, o qual escreveu “Os Mistérios do Universo”, primeiro naturalista a desenhar a árvore genealógica da vida animal, amigo de Darwin e Muller. Em uma carta a sua irmã Rosa ele comenta: “(...) *fiz surgir do caos de troncos e galhos seculares, as roças que avisto desta eminência(...).*”¹²² O que justifica o eurocentrismo Rankeano, a terra, é o caos, o que há nela tem de ser organizado. Para que a roça possa surgir, a mata tem de tombar, mas não só ela, os que vivem ali também, enfim, é uma época onde a pretensão dos homens eruditos está ou permanece preocupada no decifrar a natureza, algo também constituído e visualizado por eles. A própria conotação sobre o que é natural passa por uma concepção humanista e artificial do mundo. Em uma carta enviada de Itajaí, no natal

¹¹⁹ Lembramos também o conteúdo racista da obra de Josef Arthur Gobineau (1816-1882), o conhecido Conde de Gobineau, em seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855), emite uma série de teses racistas que chegaram até o regime nazista na Alemanha, o problema de ter influenciado diversas gerações resume-se na proteção científica, que aparentemente dava validade a seu trabalho.

¹²⁰ CARVALHO M. M. Eide. Op. Cit. p. 63.

¹²¹ ZILLING, C. **Dear Mr. Darwin: a intimidade da correspondência entre Fritz Müller e Charles Darwin.** São Paulo: Sky/Anima comunicação e Design, 1997.

¹²² D'AMARAL, M. T. **Contribuição à História da Colonização Alemã do Vale do Itajaí.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950, p.16.

de 1875, para Darwin, Müller assim expõe algumas experiências interessantes sobre a visão naturalista:

Meu caro senhor, Em desterro me encontrei com dois jovens senhores (M. Charles Wiener, de Paris e M. Carl Schreiner, do Museu Nacional do Rio) os quais por ordem do governo brasileiro estiveram examinando os sambaquis de nossa província. Eu os acompanhei em algumas de suas excursões (...) Os fragmentos de crânios humanos (...) eram de espessura verdadeiramente impressionantes, enquanto que aqueles que tenho visto (...) dificilmente são mais espessos que o nosso próprio. Entre as ferramentas que são encontradas (...) os machados de pedra, são de longe, os mais freqüentes¹²³.

Neste trecho, pode-se bem perceber o papel dos projetos governistas, por meio do Museu Nacional do Rio de Janeiro, já tratados aqui enquanto relacionados com a política indígena. O fragmento denota uma extensa preocupação científica na exploração racional do ambiente, entretanto notamos a comparação provavelmente depreciativa dos fragmentos de crânio. É bom deixar claro que há sempre uma referência aos antigos habitantes da região, não os indígenas, lembramo-nos então as teorizações de Varnhagen nas quais os indígenas deveriam morrer, porque a sua chegada no Brasil teria destruído antigos habitantes. Esta desconexão indígenas x antigos habitantes é peculiar, pois mais de uma vez visualizamos as comparações do passado brasileiro com povos que se aproximam de uma “pré-história” européia.

O ideal naturalista no ambiente pode ser notado em diversos documentos, como esta circular do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e obras Públicas, enviada do Rio de Janeiro, para o Presidente da Província em Santa Catarina:

Sendo objeto de estudo o conhecimento / da origem das raças humanas espe-/ cialmente da procedencia dos indige-/ nas brasileiros, convindo estabelecer a / comparação entre os utensilios da (ilegível) são escuras e os mais usados pelos / nossos aborigenes no intuito de verificar-se / si as analogias ethnographicas (sic) / as afinidades

¹²³ ZILLING, C. Op. Cit. p.198.

idiomographicas que mo-/dernos escriptores hão notados entre esses dois / povos; recomendo a V. Exa. que, por inter-/medio dos engenheiros em serviço nessa / Provincia ou de qualquer que se/achem em condições de desempenhar tal / incumbencia, trate de obter e enviar ao / ministério a meu cargo os vasos indigenas / que seja possível encontrar ahi, cujas for-/mas e natureza não participem de modo / algum do contacto da civilização; sen-/do necessário que provenhão, ou de escravidão / de antigas tabas e cavernas ou de al-/guma das tribus brancas e nomades ainda existentes¹²⁴.

A mesma apreensão do botânico Muller, não há como negar a gigantesca influência do livro *A Origem das Espécies*, publicado em 1859, e novamente a preocupação com a origem da vida, de onde descenderam os indígenas, as comparações de língua, Egito x Inca ou com a “arte” rupestre no Brasil¹²⁵, apresentam-se em várias publicações. Para este trabalho é necessário ressaltar que tal inquietação ocasionou um deslocamento, que saiu do problema indígena para um dos pilares da sociedade ocidental, a problematização do espaço e seu passado. Há nesta questão, além do deslocamento, uma “vontade de verdade”, tantas vezes criticada por Neitzsche.¹²⁶ Tal crença central no naturalismo impulsionou a universalização do conhecimento; separando, observando, classificando, renomeando tudo com radicais gregos e latinos, princípio este eminentemente renascentista. Outras cartas mostram a ansiedade de ressignificar a flora:

(...) convem / tratar das plantas indigenas que podem / ser utilizadas, quer na industria quer/ nas applicações medicinais, devendo / em qualquer dos casos enviar exempla-/res de cada uma contendo folhas com / o caule ou tronco, flores ou fructos, afim / de poderem ser estudadas, classifica-/das e proceder-se as analyses clinnicas / convenientes¹²⁷.

(...)Tenho a honra / de passar ás mãos de V. Ex^a, á fim de se- / rem enviadas aos jardins de aclima- / ção da Europa e plantadas em algu-

¹²⁴ Correspondência do Ministério da Agricultura para o Presidente da Província datada de 19 de junho de 1867, nº 10.

¹²⁵ LUCAS, K. **Arte rupestre em Santa Catarina**. Florianópolis: Rupestre, 1996. Neste trabalho existem associações da escrita pictográfica com a escrita supostamente fenícia, encontrada em pedra em Gaspar.

¹²⁶ NIETZSCHE, F. W. **Gaia...** Op. Cit., passim.

¹²⁷ Correspondência do Ministério da Agricultura para o Presidente da Província em SC, datada de 12 de dezembro de 1867, nº 03.

*/ ma região elevada das visinhanças / dessa Côrte, inclusas sementes de / plantas indigenas desta Província (...)/.*¹²⁸

Tudo passa a ter um novo significado, um sentido talvez seja melhor dizer. O naturalismo pode ser encarado como a ciência da utilidade, ele apresenta, sem dúvida, um princípio religioso, que envolve a criação do mundo material pela divindade cristã e que as coisas deste mundo foram criadas para servir a “humanidade”, cabendo então aos homens de ciência descobrir tais coisas. Também uma utilidade do capitalismo, as plantas indígenas passam por um estranho processo, são desfiguradas, estudadas, classificadas, analisadas clinicamente, têm seu estudo medicinal voltado à indústria ou aos princípios empreendedores do capitalismo do século XIX. Outros sentidos aparecem na segunda carta, arrancadas do meio, ganham nova utilidade, são exóticas ou usadas para ornamentação¹²⁹.

Em Itajaí existe uma instituição responsável pelo armazenamento das plantas que foram ressignificadas, exemplo que se concretizou da continuidade deste processo, chama-se Herbário¹³⁰, estabelecida em terreno central da cidade, tornou-se um centro de entendimento para poucos, não para a população, que talvez a veja como lugar abandonado e sem significado. Justamente como um forte¹³¹ abandonado que queremos tratar, pois a ressignificação do espaço indígena acontece em primeiro lugar no discurso naturalista, mas ganha muita força quando se materializa em uma instituição científica. A solidez do Herbário não está em sua existência material, mas nos discursos que o fizeram aparecer.

Para a fixação destas instituições, que olham para o espaço como um organismo funcional, através da visão naturalista, viveu a figura de Raulino Reitz (1919-1990), idealizador do Herbário, natural de Antônio Carlos (Santa Catarina), seminarista influenciado por conceitos naturalistas centralizou seus estudos na

¹²⁸ Correspondência do Presidente da Província para o Ministério da Agricultura no RJ, datada de 04 de janeiro de 1869, nº 01.

¹²⁹ Há um interesse generalizado, os processos naturalistas incluem insetos, animais entre outros componentes do ambiente, até o céu é mapeado.

¹³⁰ Ver Anexo: Foto nº 1.

¹³¹ Ver Anexo: Foto nº 2.

Botânica. Fundou, na cidade de Brusque em 22 de junho de 1942, o Herbário Barbosa Rodrigues¹³², trazendo-o a Itajaí em 1946, e este somente em 1954 ganhou sede própria¹³³.

A atuação científica de Reitz¹³⁴ apresenta dados importantes; dividiu o Estado Catarinense em 180 estações de coleta, com 1 km². Catalogou 70.000 plantas (secas) 95% da flora catarinense, são contadas 973 excursões de pesquisas, pelos municípios catarinenses, esteve em 26 estados do Brasil e 51 países, descobriu para a ciência universal cinco gêneros novos e 327 novas espécies, atuou nas áreas de Botânica, Zoologia, Genealogia e História, publicando 45 livros, 114 artigos científicos. Também foi responsável pela criação de diversas reservas naturais¹³⁵.

Após a abrangência que tributamos ao Herbário, queremos elaborar uma pequena análise sobre a organização científica do ambiente, no encontro da visão naturalista com o espaço aparentemente caótico. Neste sentido, tentaremos compreender a organização do espaço por meio de uma necessidade eminentemente cartesiana. Para este intento, tecemos dois comentários:

1º) Os incontáveis nomes científicos dados pela Biologia, Botânica e outras áreas ao espaço indígena, representam para este trabalho uma distinção controlada pela linguagem, com substratos gregos, romanos e nominais de seus “descobridores”, eles significaram para a cultura ocidental o que já existia;

2º) A organização fragmentada do espaço reutiliza as noções reais do ambiente, distingue-se então o controle gerador do poder.

¹³² Homenagem concedida ao botânico brasileiro João Barbosa Rodrigues, especialista em palmeiras e orquídeas.

¹³³ Avenida Coronel Marcos Konder, 800 - Centro - Itajaí/ SC.

¹³⁴ Diretor de Ensino no Seminário de Azambuja, Brusque, onde lecionou, entre outras matérias, História Geral, das Américas, do Brasil e Geografia Geral, também arquivista, participou de vários estágios internacionais (EUA, França e Alemanha). Doutorou-se em Botânica Sistemática pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas - SP em 1973. Exerceu o cargo de professor titular de Botânica Sistemática na FURB, Blumenau. Foi membro do Grupo de Trabalho de Avaliação do Programa Fundamental e Pós-Graduação do Plano Básico do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Ministério do Planejamento. Desempenhou o cargo de Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1971-1975), era filiado a 25 sociedades científicas e culturais do Brasil e do exterior. Integrou o Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, foi homenageado em 1990 pela ONU com o Prêmio Global 500, entre outras funções e atividades. (Segundo informações de Zilda Helena Deschamps Bernardes / Secretária do Herbário).

¹³⁵ Os principais colaboradores nos trabalhos do Herbário foram: Dr. Roberto M. Klein (1923 - 1992) e o americano Lyman Smith (1904-1997).

2.3 Laços entre o Porto e o Serviço de Povoamento

Gostaríamos de fazer uso de uma abordagem em que aparecem ligados, completados mutuamente, a empresa colonial no vale do Itajaí, o porto de Itajaí e a política de povoamento. Tal vínculo tem o propósito de mostrar esta ação na constituição do espaço em Itajaí¹³⁶ e de sua relação com a política empregada no espaço indígena¹³⁷. Busca-se a tentativa de apresentar esta iniciativa política, no mesmo âmbito em que ela está para a produção da escrita e para as representações do indígena em Itajaí, enfatizando a construção desta última.

A entrada fluvial do rio Itajaí-Açú e suas cercanias terrestres ofereciam para aqueles que desejavam fundar uma vila uma grande oportunidade: “*As primeiras referências ao nosso porto datam de 1816 e são de Paulo José Miguel de Brito(...)*”.¹³⁸ Conta o memorialista: “*O porto de Tajahy é pequeno e pouco freqüentado por não haver ali povoação, mas é seguro e abrigado, e pode vir a ser de transcendente utilidade(...)*”¹³⁹, pois para época em questão, quando o transporte de um projeto colonial, a partir de um capital empregado, poderia para muitos ser o prelúdio de uma vida rica e uma garantia de lucro ao conseguirem o retorno do investimento aplicado¹⁴⁰; “*inteligente e de larga visão logo percebeu o bom ponto que as terras da foz do rio Itajaí ofereciam para um empreendimento comercial*”¹⁴¹. Esta perspectiva, por vezes, como atesta a historiografia catarinense, nos anos posteriores a esta iniciativa, não se materializava como queriam e, mesmo em alguns casos, não se concluía.

¹³⁶ A constituição do espaço em Itajaí é geográfica, liga-se a um meio limitado, civil e normativo.

¹³⁷ A constituição do espaço indígena é variável, liga-se ao meio cultural de sobrevivência do grupo humano.

¹³⁸ Na obra “Memória política da capitania de Santa Catarina”, editada em Lisboa, 1829.

¹³⁹ D’AVILA, E. **Pequena História...** Op. Cit. p.66.

¹⁴⁰ Esta possibilidade acaba dando resultados quando pensamos nas famílias Konder, Bornhausen, Muller e outras que participaram por décadas da política, catarinense, local e até nacional.

¹⁴¹ D’AVILA, E. Op. Cit. p.25.

Entretanto, tal transporte de um projeto colonial tem seu vínculo ao capitalismo liberal ou a um modelo imperialista do século XIX, no que está de acordo com o sistema acima, pois envolveu exploração da mão de obra escrava e colonial. O porto assume nova função, emanador da frente colonial, como ponto de parada de imigrantes e luso brasileiros. O porto deflagrava contingentes humanos para demais projetos colonizadores, tornou-se entreposto comercial de exportação e importação:

Viu-se que o porto significou, desde cedo, um dos mais importantes campos de atuação das elites da cidade. Promotor de contato com o exterior e com o resto do Brasil, foi também ambiente de disputas por espaços de atuação por parte de diversos grupos sociais. Assim vários projetos ligados a atividades portuárias começaram a efetivar-se no início do século XX, independentemente de sua viabilidade “real”. Em 1905 o então Ministro da Viação, Lauro Mülher, expediu instruções para a organização do projeto do porto, mas parece que não foram levadas a cabo.¹⁴²

Então o porto apresenta um laço cambial entre o desenvolvimento econômico da cidade e uma interferência direta no meio ecológico, onde viviam a sua maneira o grupo indígena, pois; *“Itajaí, nos primeiros anos deste século, não passava de uma grande aldeia de pescadores, onde já se observava, porém, o vulto do comércio de madeira que no futuro, iria impulsioná-la para o progresso e para a riqueza, transformando-a no maior porto madeireiro do Brasil.”¹⁴³* Para nossa exposição, ficam a relação do comércio madeireiro e sua exploração, que cresceram de uma forma contínua e constante em direção ao e sobre o que era o meio de sobrevivência para o indígena.

No aspecto governista do empreendimento colonizador, havia duas frentes, a primeira destinada à lavoura de café no sudeste do Brasil, e a outra seguia um processo estabelecido em núcleos sócio-coloniais, pretendida em uma frente

¹⁴² SEVERINO, J. R. Op. Cit.p.186.

¹⁴³ LINHARES, J. Op. Cit. p.06.

pioneira¹⁴⁴, estabelecida na produção da pequena propriedade agrícola, em meados do século XIX, na região do Vale do Itajaí. A partir de 1890, o governo provisório da República reforçou um processo de exploração do território brasileiro por meio da implantação de inúmeras vias ferroviárias e reforçou continuamente o projeto colonizador no Brasil, que vinha acontecendo desde 1822 (a partir da independência), como afirma carta recebida pelo superintendente municipal de Itajaí em 30 de maio de 1916:

*A Directoria do Serviço de Povoamento do solo, no Rio de Janeiro, emprehendeu, por ordem do ministério da agricultura, organizar a historia da colonisação do paiz, desde 1820 até o presente. O Estado de Santa Catharina, pelas suas condições de salubridade, clima, situação geographica e fertilidade do solo, foi uma das regiões mais contempladas pelos beneficios do serviço de colonisação e uma das mais aptas para o recebimento de correntes immigratorias, que de futuro se desenvolvam.(...)*¹⁴⁵

Nota-se comumente uma política de povoamento no período de colonização e uma preocupação em organizar e escrever a história, que se sustenta em vários níveis, desde a administração pública, Federal, Estadual e Municipal, até escolas e meios de comunicação social. Pretende-se dar cabo a um projeto de organização institucional. Para o governo é muito importante controlar a história. As cartas e os jornais emanam uma série de discursos, às vezes liberal no sentido econômico, e em outras positivista, entrelaçados numa postura essencialmente prática. Esta postura atinge vários setores, vemos que o tratamento político é o mesmo para agricultura, pecuária, construção ferroviária, conservação de alimentos via transporte marítimo e a questão indígena, todos são problemas para efetivação colonial¹⁴⁶.

¹⁴⁴ RICHTER, K. **A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: Ed. Da UFSC. Blumenau: Ed. Da FURB, 1986.

¹⁴⁵ Fundo P.M.I. Correspondências recebidas - Gabinete do Prefeito: 1914-1917. Caixa alocada no Arquivo Histórico de Itajaí.

¹⁴⁶ Havia uma subordinação dos aparelhos governistas, neste caso, o encabeçamento organizava-se hierarquicamente: 1º Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC), 2º Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) e 3º Serviço de Proteção aos Índios (SPI), suborgão do 2º.

Seria muito relacionar a estratégia política entre povoamento e colonização, isto foi considerado, sem dúvida, uma relocação de contingentes humanos não índios às áreas antes povoadas pelo grupo indígena. Para o homem ocidental não há como reconhecer dívidas, ele nunca tenciona a concretude do acontecimento, mas se apropria reinventando, principalmente na sua relação com a História.

O momento, a princípio desconexo, é de comentar o espírito liberal inglês, aquele em que aparece o nobre cavalheiro, não só no físico, mas na palavra falada, pausada, sonolenta, por vezes, hipnótica. O fidalgo e gentil, **gentlemen**, enraizado na aristocracia rural-burguesa, constituídos na fase final da Revolução Inglesa XVIII, formal, protegido e justificado pelo pensamento econômico liberal, aquele que é prático e acredita na lógica racional, a mesma que organiza e civiliza o espaço, e que foi apropriada, para dar clareza, ao espírito político-elitista no Brasil. Pelo menos é isso que o ministro do Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda¹⁴⁷, demonstra em vários momentos de sua escrita, quando apresenta a “*Introdução ao Relatório*”¹⁴⁸ ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em 08 de novembro de 1910, na época Nilo Procópio Peçanha¹⁴⁹, como afirma o Ministro:

(...)Mas para corrigir o mal politico tanto como o economico, força é que se lhe descubra a raiz que supponho estar no espirito individualista, neste nosso baixo individualismo que formalmente contrasta com o alto individualismo inglez.

O que na provecta Inglaterra assim se chama é o espirito de iniciativa privada, a se revelar na associação espontanea dos individuos para a consecução de quaisquer fins, por mais elevados que sejam.

¹⁴⁷ A referida “Introdução ao Relatório”, encontra-se na mesma caixa: Índios – Xogleng / Reserva Duque de Caxias, onde estão relacionados documentos sobre assuntos; Recibo de pagamento aos funcionários, instruções cívicas para o estabelecimento do posto indígena, relatório sobre a demarcação do território dos índios Botocudos (31/07/1925) entre outros artigos.

¹⁴⁸ O documento, “Introdução ao Relatório”, p.24, encontra-se na caixa alocada no Arquivo histórico de Itajaí; Índios – Xokleng / Posto Duque de Caxias.

¹⁴⁹ Nilo Peçanha criou o SPILT (Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais), pelo decreto nº 8072 em 20 de julho de 1910, inaugurando o mesmo em 7 de setembro, dia da “Independência”. Convidando para direção Cândido Mariano da Silva Rondon. Interessante notar que a chefia do órgão e demais flexões sempre esteve administrado por Militares, Engenheiros, Médicos e Advogados.

*Lá o individualismo é uma tendencia à co-operação; aqui, pelo contrario, ao isolamento(...)*¹⁵⁰

A eventual desconsideração do grupo a que pertence é marca presente da República Velha, período onde o pensamento positivista leva ao extremo o lema da bandeira brasileira “Ordem e Progresso”; na prática, o processo de organização moderna se faz por meio da força, “corrigir o mal” com violência. As palavras não são diferentes quando se dirige ao problema indígena:

(...)Investido nas responsabilidades de tão ardua pasta, entendi de começar o desenvolvimento do problema economico, retomando-o em seu ponto de partida historico. O rasgar das selvas as mais distantes á penetração telegraphica e ferro-viaria, de novo punha agora o aborigene em face da civilização e de seus maiores interesses.

A consevação desses serviços e da vida dos que os tivessem a seu cargo bastaria a impôr uma solução tradicional litigio sobre os destinos dos esparsos restos da primitiva raça povoadora do solo nacional.

Voltava á tona o velho e fatal dilemma – exterminio ou catechese.

*A primeira das pontas delle repelliam-na os meus intinctos de civilizado e a minha consciencia de brasileiro e de republicano; e tanto esta como aquelles me impelliam a pegar a outra(...)*¹⁵¹

Como se houvesse uma responsabilidade inata¹⁵², instintiva ou uma responsabilidade de verdade, a dúvida é: o que fazer? Achar um meio moderno para o problema, a reserva indígena, ou um meio tradicional, a morte. Não seria um meio mortal a catequese? Já que a tentativa de cristianização é entendida como repulsa a cultura do indígena. Das falas emerge um fazer o que é prático e urgente para os civilizados, projetar mecanicamente a solução do problema; para o ministro de forma ampla, com as palavras¹⁵³. O problema para ele é administrar ciência e religião, já que isto, internamente, é uma contradição. A final de conciliar economia, positivismo, conversão cristã, sem perder a compostura da civilização, mesmo com

¹⁵⁰ Supra: documento, “Introdução ao Relatório”, p.21-22.

¹⁵¹ Supra: documento, “Introdução ao Relatório”, p.14.

¹⁵² NIETZSCHE. F. W. **Obras Incompletas**. Seleção de textos de Gérard Lebrun. São Paulo: Abril, 1984, p.45-52.

¹⁵³ Ibid. p. 47.

a intenção determinada, pois para os republicanos liberais o policiamento, a prisão, a escola, o hospício, a família, e mesmo a reserva, dão solução ao surgimento de problemas no empreendimento capitalista. O que importa, após o endereço do relatório, é que as diretrizes estão no ar e na jurisdição de quem recebeu a correspondência. Talvez, ele, sentado em sua cadeira, pensasse: “Que as selvas rasguem; a ordem e o progresso trarão a liberdade para os seres humanos”.

A questão em disputa para o ministro, o litígio, como é considerada pelos maiores interesses da civilização, colocava-se de novo e sabemos o que isto significa, anos, décadas, séculos de extermínio e catequese, entre os detentores da verdade absoluta, a civilização ocidental, e “a primitiva raça de aborígenes”. Este tom arrogante de superioridade não oferece direito à defesa, há apenas uma sentença. Talvez quando escreveu o referido documento, em sua mesa articulasse: “Há tão poucos, já morreram tantos”. A questão apresenta uma das faces do ocidente; guardar os despojos, enaltecer os conquistadores e prender os vencidos.

A partir de iniciativas como esta, o porto da cidade de Itajaí passa a servir de entreposto para chegada dos emigrantes, disseminando de forma lenta, mas progressiva, o estabelecimento de vários núcleos coloniais e uma mudança total no meio, já que o porto passa a ter sua importância vinculada, entre outras coisas, ao mercado exportador de madeira, escoada de vários outros centros.

Mesmo assim, tornar o indígena cristão¹⁵⁴ parece estranho, a abrangência das normas e efeitos do cristianismo quase nunca foram defendidos em prática na mesma sociedade que os prega, mas, conseqüentemente, serve para outros. A conduta do cristianismo pode, neste caso, ser útil, já que esta religião é apenas uma ideologia sedutora do ocidente. Serve muito mais para pacificar, oprimir e humilhar, pois, do todo que pretendeu ser, parece-nos muito mais uma prisão invisível, mas nunca realizável por quem a defende.

¹⁵⁴ As tentativas de catequese foram constantes e atingiram grande parte de seus objetivos, apesar de um começo não promissor; em 1868, frei Virgílio Amplar, Estevam de Vizenza e Luis de Cimitile (1885) recebem recursos para tal empreendimento, mas não lograram resultado.

A dimensão do que é Kathólicos teve e tem seu efeito de longa duração, pois sempre esteve presente nos projetos da modernidade, desde muito tempo. Deixo para Nietzsche a possibilidade de completar tal pensamento: “*Vou voltar e contar a verdadeira história do cristianismo. Já a palavra cristianismo representa um “mal entendido”. Na realidade só existiu um cristão e ele morreu na cruz. O que passou a se chamar “Evangelho” desde então é o oposto do que ele viveu: uma “má nova”, um desevangelho.*”¹⁵⁵

Há, com efeito, a seqüência do discurso escrito no relatório do ministro, Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, no qual, convencido de suas atribuições, guiado pelo espírito racional, liberal e judaico-cristão, apresenta-nos outras palavras:

Tolhido pelos principios constitucionaes de cogitar, sequer, de promover, dirigir ou patrocinar um movimento de catechese religiosa, outro caminho não se me deparava senão o que tomei, organizando o serviço da catechese leiga.

Afigurou-se-me vir ella bem a propósito, no momento em que o trabalho de permeabilisação de nosso território, no sentido de favorecer mais ampla incorporação das massas alienígenas aos elementos da população indígena, como que argüia a necessidade de fortalecer esta, algum tanto no sangue, e muito mais ainda, no sentimento de sua origem ethnica.

*Convencido de que o alargamento da corrente immigratoria exigia que nos preparássemos a actuar sobre ella como força assimiladora em vez de lhe soffrermos a influênciã como elemento assimilável, foi também que me compenetrei do dever de prender com a catechese dos selvícolas o serviço de localisação dos trabalhadores nacionaes, a quem, aliás, sempre me pareceu absurdo se creasse uma posição de inferioridade legal, na concurrencia com os trabalhadores de procedênciã estrangeira.*¹⁵⁶

Tais aspectos mostram-se como sugestão de conduta, pois tal incorporação obedece a uma diretriz projetista de mistura étnica e mesmo de assimilação aos braços de trabalho, exploração e colonização do território, que resulta numa outra discussão, humanista, após tantos anos de genocídio, pois

¹⁵⁵ NIETZSCHE, F. W. **O Anticristo**. Rio de Janeiro: Newton Compton Brasil, 1996, p. 60.

¹⁵⁶ Supra: documento, “Introdução ao Relatório”, p.15.

sabemos que houve quem acreditasse na eliminação física e outros que defendiam a humanização do indígena, trazendo-o para perto da civilização, na qual, sem a possibilidade cristã-humanística, torna-se impossível para seus defensores aceitar a composição cultural do grupo indígena.

Como resultado deste procedimento político e de conflito sobre o espaço humano indígena, é que se dá seguimento a uma diretriz nacional sob as áreas em processo de colonização. Então o Governo Federal monta, em 1911, o SPI¹⁵⁷ (Serviço de Proteção aos Índios)¹⁵⁸, que atua primordialmente em Santa Catarina, devido a quantidade de conflitos. Logo depois, cria-se, sob a tutela do Governo do Estado, referendado e com jurisdição do Governo Federal, o Posto Indígena Duque de Caxias em 22 de setembro de 1914 e, logo depois, a Área Indígena de Ibirama em 1926¹⁵⁹, ambas consolidadas e chefiadas por Eduardo de Lima Silva Hoerha,¹⁶⁰ prendendo sob forma institucional, confinados na reserva indígena, parte do grupo humano sobrevivente ao processo de colonização em Santa Catarina.

Sabemos que muito já foi escrito sobre a “funcionalidade e utilidade”, das instituições na sociedade ocidental. Autores como: Michel Foucault, Michelle Periot, Simon Werret, Jacques-Alain Miller, e outros, apontaram-nos diversos escritos problematizando sua formação e efeitos, os quais envolvem punição, controle, formatação social, inclusão e outros fenômenos históricos, preenchidos pela materialização da palavra vigiar. Estes organismos de mecanização social e poder apresentam-se com várias facetas e até mesmo idéias-força, como aponta o resumo de correspondência a seguir¹⁶¹:

- Quantos aldeamentos existem e a data de fundação.

¹⁵⁷ RIBEIRO, D. **Os índio e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 157-158.

¹⁵⁸ Segundo Darcy Ribeiro, o SPI desligou-se do SPILTIN em 1918.

¹⁵⁹ NAMEM, A. M. **Botocudo: uma história de contato**. Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Editora da FURB, 1994, p. 25 –45.

¹⁶⁰ Sua primeira experiência com a questão indígena foi acompanhando Cândido Rondon.

¹⁶¹ Existem inúmeras cartas com este teor, emitindo normas e pedindo verificações, não é difícil imaginar o resultado da política no Governo Imperial, nota-se também a abertura da carta onde há um pedido de urgência para a catequese e civilização.

- Tipos de tribos e números de indígenas.
- Costumes característicos.
- Como atingir o desenvolvimento moral e intelectual.
- Os meios para conseguir tal desenvolvimento.
- Quais as iniciativas para ensinar as letras e as artes aos indígenas.
- Que causas são obstáculo para esta obra civilizadora.
- Como remover os obstáculos.
- Quais as relações do aldeamento com os outros núcleos civis.
- Que patrimônio foi ameaçado.
- Que cultura agrícola é aplicada à terra.
- Quais os destinos do lucro.
- Como estão sendo administradas as terras.
- Quais os crimes de roubo ou invasão.
- Que providências estão sendo tomadas para reprimir o crime.
- Quantos missionários e catequistas estão trabalhando.
- Se há secundaristas que possam substituí-los.
- Quantas tribos ainda se acham no estado selvagem e em que distrito.
- Que probabilidade de chamá-los à civilização.
- O que consta sobre cada tribo em tempos anteriores e os meios para domesticá-las.
- Quais as melhores medidas de feitura e direção do aldeamento.
- Se os índios podem dispensar a tutela dos diretores.
- E que notícias há dos índios que abandonaram os aldeamentos.¹⁶²

No assunto indígena, a reserva é algo diferente, porque é uma instituição aparentemente fora do organismo social, distante, mas criada com objetivos, como

¹⁶² Correspondência do Ministério da Agricultura para o Presidente de Província em SC, datada de 28 de agosto de 1861, circula.

pacificar, civilizar para o trabalho rural, ocidentalizar, entre outras intromissões. Dentro de todos os resultados desta imposição há um raciocínio: “*O grupo invadido não pode mais se reconhecer senão pelas categorias do outro.*”¹⁶³ Isto não quer dizer que as estratégias e resistências deixem de existir, mas que este pensamento para os fundadores da reserva é um produto e resultado idealizado, a ser alcançado.

Esta ocupação do território, através da iniciativa à imigração, visava, entre outras coisas, um branqueamento da “raça”. Segundo a proposta federal do governo brasileiro do século XIX, o país tinha de assumir um aspecto mais europeu. Também, segundo os historiadores, economistas e escritores que influenciaram este pensamento na época, o Brasil era muito mestiço e por isso herdava os caracteres inferiores e primitivos do índio e do negro. Esta e outras depreciações, montagens, metamorfoses e demais significações podem ser encontradas em escritores do século XVIII e seguinte como: José Bonifácio, José de Alencar, Cândido Mariano da Silva Rondon, Mário de Andrade, Câmara Cascudo, Visconde de Taunay, Conde de Gobineau, Gilberto Freire, Fernando de Azevedo, Capistrano de Abreu, Varnhagen, entre tantos outros.

2.4 Diretrizes e argumentos deflagrantes do genocídio indígena

Avaliando vários livros, jornais e documentos sobre os conflitos violentos entre não - índios e indígenas, pensamos que fosse necessário apresentar uma parte tentando esclarecer alguns pormenores de tais acontecimentos. Antes, porém, cabe uma explicação sobre o que queremos dizer com a expressão diretrizes: nesta dissertação existe uma linha de pensamento, que procura demonstrar parte do

¹⁶³ LATOUCHE, S. **A Ocidentalização do Mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p.31.

sentido histórico criado nos documentos, sua necessidade e o envolvimento argumentativo como suas nuances e justificativas¹⁶⁴.

A primeira parte desta explanação é procurar entender quem está escrevendo sobre o indígena, Certeau nos lembra que: “(...) *nos últimos três séculos, aprender a escrever define a iniciação por excelência em uma sociedade capitalista e conquistadora. É a sua prática iniciática fundamental.*”¹⁶⁵ É dentro desta mítica que queremos entender a produção de algo histórico que objetivou enobrecer os detentores da escrita. Houve, sem dúvida uma apropriação controlada do pensamento, por pessoas que entendiam a história ou que foram educadas a entendê-la, com uma face subordinada a uma utilidade servidora do meio social e que promove a diferença do escritor, como a promover um espírito de nobreza. Apesar da maioria deles nunca terem passado por uma academia, ao menos específica de história, eles a escreveram partindo de seus princípios, leitura e educação, do que puderam absorver¹⁶⁶. Geralmente políticos, romancistas, escritores, bacharéis e autodidatas, fiés às verdades a que foram submetidos (talvez muito mais instrumentos dos mecanismos invisíveis do controle discursivo ocidental), intencionados ou não, escreveram.

Em alguns trechos de vários livros e outros documentos, que citaremos em seguida, aparecem, sempre com um tom repetitivo, adjetivos, exaltações e enobrecimentos relativos a algumas figuras. Para este estudo destacamos Agostinho Alves Ramos, considerado o “civilizador”, por ele, como já ficou demonstrado neste trabalho, e por quem escreveu sobre ele:

¹⁶⁴ Pois entendemos que não é possível conectar e abranger todas as linhas que envolvem a produção do conhecimento e que existe uma multiplicidade e complexidade, portanto é importante, neste caso, perceber a incorporação das noções de redes e de tessitura do próprio conhecimento em rede, a partir do princípio de que, em parte, para formularmos pensamentos, precisamos dos conhecimentos produzidos em outras fontes.

¹⁶⁵ CERTEAU, M. de. **A invenção do ...** Op. Cit. p.227.

¹⁶⁶ Há pouco tempo, em Itajaí, houve o lançamento do livro, *Famílias de Itajaí: mais de um século de história* (2001), tal obra nos deu um grande exemplo do que estamos mostrando ao leitor. Uma parte da dedicatória é voltada para aqueles que abriram o caminho do “progresso”. O livro narra a vida de parte das elites em Itajaí.

*Ainda preocupado com a melhoria das condições de vida na comunidade que se formando sob sua direção, obteve das autoridades da Província o estabelecimento de uma companhia de pedestres (...)*¹⁶⁷

*Os índios preocupavam muito os moradores da vila, com seus constantes assaltos e saques. Alves Ramos (...) criou uma companhia de pedestre permanente, tendo a este sido confiada sua obrigação e comando.*¹⁶⁸

*Os índios preocupavam os moradores de Itajaí, com seus constantes assaltos, saqueando a população e travando inclusive lutas corporais (...) outra Lei inspirada por Agostinho Alves Ramos foi a que criou, em 1838, uma companhia de pedestres permanentes, tendo a este sido confiada a sua organização e seu comando.*¹⁶⁹

*(...) Eram excursões, já se vê, não de um viajor, ansioso por escutar panoramas inéditos, mas sim de um bandeirante, sem ambições outras dos que as de estudar o melhor meio de abrir clareiras na mata virgem, de rasgar o sertão de estradas para levar o facho da civilização as zonas selvagens e inexploradas, habitadas pelo gentio bárbaro (...)*¹⁷⁰.

*Os indígenas continuavam as suas sangrentas incursões pelo território das duas colônias fundadas por Alves Ramos. Constituían eles grande, e se não o maior entrave à expansão colonizadora... Alves Ramos (...) conseguiu novas medidas do Governo para obviar este inconveniente, como principal da ineficácia das medidas até então postas em prática, a custo - sabe Deus! - de quantos sacrifícios(...)*¹⁷¹

O modo como dispomos as citações durante a pesquisa fez surgir um tipo de visão diferente para análise, por esse motivo aparecem em seqüência, pois não são perceptíveis para muitos, quando dispostos separadamente. Este meio de comparação nos dá uma medida de como a questão indígena foi tratada, observe-se que todos estes fragmentos fazem parte de cinco livros, e que muitos deles encerram a temática indígena com um único parágrafo, sempre consultados na cidade, para produção de documentos de caráter informativo ou histórico como: outros livros, listas telefônicas, revistas, material didático, entre outras publicações.

O modelo de escrita segue um princípio de elevação, fundamentado no aspecto heróico, salvador e civilizador de Alves Ramos, também depreciativo do

¹⁶⁷ D'AVILA, E. **Pequena História...** Op. Cit. p. 27.

¹⁶⁸ HEUSI, N. Op. Cit. p. 86.

¹⁶⁹ SILVA, A. L. da. **Itajaí de ontem e de hoje.** Brusque: Gráfica Mercúrio, 1972, p.18.

¹⁷⁰ KONDER, M. **A pequena pátria.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

¹⁷¹ SILVEIRA Jr., N. C. da. **Itajaí.** São Paulo: Escalibur, 1972, p.22.

indígena, pois que ocupa sempre o lugar da causa, dando o entender, de que a causa justifica o efeito, ou seja, o extermínio. Há sempre uma historicização e repetição do acontecimento, reafirmar, justificar e homenagear constantemente, em pequenos parágrafos, como um grande feito, toda esta prática discursiva nos livros citados acima. Protegem, como uma cerca, inúmeras qualidades do civilizador, são tantas as atribuições positivas que a forma do genocídio aparece escondida como algo inevitável.

Em algumas partes mais visíveis destes livros e mesmo em seus títulos, notamos coisas com sentidos destacados como: respeito dos fatos, filosofia do homem, sociologia da interpretação, ficção do encadeamento e outros chamamentos, há sempre uma atenção especial em manter a moral e tradição, e neste ponto, é que temos um sentido dirigido ou um tentativa disto. Em quase todos parágrafos citados acima, aparece a palavra “preocupado”, é certo que esta preocupação tem muitos sentidos, não só em manter o aspecto mítico do fundador. Percebemos um repasse da dualidade ocidental entre o bem e o mal, também de efetivar o projeto colonial na relação capitalista. Ainda em outro viés, a invenção do momento crucial, um ponto de partida a ser vencido no desenvolvimento da cidade, que liga a palavra preocupação com um genocídio inevitável, tendo este que estar bem justificado, oculto e protegido nas malhas da escrita.

Neste novo entender, a História local oferece os méritos ao civilizador, Agostinho Alves Ramos. Suspeitamos que sua liderança foi apenas preludial e administrativa, não tendo organizado e mesmo participado de todas as perseguições ao grupo indígena¹⁷² e estamos levantando esta hipótese, não por sua relevância, mas para mostrar como, de forma geral, as ações e trabalho da sociedade ocidental conduzem-se para poucas figuras, criando, mitificando e inventando personagens.

¹⁷² As correspondências mostram seus pedidos financeiros ao governo, segundo as mesmas havia outras pessoas que tiveram participação neste episódio.

O momento é o de desvendar isto, um dos lados do mascaramento. Sabemos que em Itajaí foram organizadas, em meados do século XIX¹⁷³, com autorização do governo (no dispositivo da lei municipal Nº 70, que isentava os moradores da Vila do SS. Sacramento do Itajaí¹⁷⁴ ao serviço obrigatório da Guarda Nacional, por estarem em conflito com o grupo indígena) várias caçadas aos “índios botocudos”. Quem as chefiava era o major Henrique Etur¹⁷⁵, morador de Porto Belo¹⁷⁶, com a ajuda do sargento Gregório Joaquim Coelho, os quais comandavam um grupo de caçadores que faziam parte de uma força policial chamada Companhia de Pedestres¹⁷⁷, com o objetivo de eliminar os indígenas.

Quais os motivos para nomear a força policial de Companhia de Pedestres? Melhor seria pensar no significado lexical da palavra “Companhia”, o qual liga-se sempre a um conjunto de pessoas que tem um objetivo, no momento, Companhia colonial, comercial, militar, religiosa. São faces materializadas do imperialismo, a História também é uma delas.

É preciso compreender que a situação do grupo indígena tornava-se, a cada dia do empreendimento colonial, mais dramática, visto sabermos que estavam cercados entre o planalto e o litoral. A cada lugar que fossem encontravam a presença de núcleos ocidentais em processo de urbanização, o contato inevitável, quase sempre mortal, era lugar de ansiedade todos os dias. Para a maioria dos colonos não havia possibilidade de contatos e, a cada dia, o meio de sobrevivência do grupo indígena diminuía, estavam sem saída, presos em seu frágil e debilitado território, a mercê das doenças, cercados por invasores e perseguidos pelos caçadores. Assim como mostra a correspondência a seguir:

¹⁷³ Há nos documentos uma variação das datas; entre 1835 e 1842, nota-se que o período inclui-se no abafamento das Revoltas Regenciais e Farroupilha (1835-1845). Também a criação da Guarda Nacional como meio de repressão à insatisfação de algumas províncias, relativo às atitudes do governo regencial.

¹⁷⁴ Na época não contava com mais de 50 casas; como noção do registro demográfico, só em 1872, a cidade atingia a marca de 3.473 habitantes, segundo os recenseamentos locais guardados no Arquivo Histórico da cidade

¹⁷⁵ Tenente reformado do exército, foi mais tarde o segundo coletor de impostos, segundo as memórias de Antônio da Costa Flores, publicada no jornal Novidades em Junho de 1907.

¹⁷⁶ O território que abrangia o Município de Porto Belo, em 1832, incluiria hoje; Itajaí, Brusque, Canelinha, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Navegantes e Tijucas.

¹⁷⁷ Criada com a lei nº 28, de 24 de abril de 1836, teve seu encerramento em 23 de agosto de 1879, devido às condições econômicas. Portanto, foram 43 anos em que, pelo menos oficialmente, praticaram o extermínio.

Consta-me que perto do ultimo morador do pe-/ queno existe um arranchameto de Bugres, onde talvez / tem sahido os que tem feito os ultimos attentados, e sendo / de grande conveniencia para os lavradores das margens / d'esses rios afugental-os para longe cumpre que V.M.^a de / accordo com o encarregado do destacamento dos Pedestres / trate de reunir a estes alguns paisanos dos mais vaquea-/ nos a fim de completar uma forma de 20 a 25 homens, e / fornecendo-lhes as munições necessarias, e [ilegível] os faça / seguir a fim de descobrirem o arranchamento, que se inu-/ tilizará, e afugentando os Bugres, prendendo os que se o / puderem, não fazendo fogo, se não no caso de resistência(...)¹⁷⁸.

Vale ressaltar mais uma vez a política eugenista do Governo Imperial, acreditamos que esta ação determinava uma redução constante dos grupos indígenas e sua total assimilação como trabalhadores rurais no Brasil. Torna-se assustador pensar que este trabalho representa apenas uma fração destes projetos de extermínio e assimilação, os quais tiveram objetivos nacionais.

Anteriormente à criação da Companhia dos Pedestres, era evidente a tensão entre os grupos civil e indígena que resultou em muitos conflitos. Com efeito, percebe-se, na História local, um destaque maior dado aos documentos com informação sobre mortes ocasionadas por indígenas no grupo civil e entendemos isto como um processo de justificativa. Os jornais, os livros mostram, sempre em primeira mão, uma causa criadora de inocência, em seguida, vem sua reação, aí justificada, pois não gostam de usar muito a palavra morte, quase sempre se encontra mais o termo “afugentar”, como o que se usa para animais, por certo que isto esconde outras práticas.

(...) Com referência aos atentados dos índios dizia um tal Januário que tinha como profissão ferreiro, que logo após sua chegada a Itajaí assaltaram João da Silva Mafra, em um lugar que se chama Porto dos Escalvados, matando-lhe dois escravos.

¹⁷⁸ Registro de correspondências do Presidente da Província às autoridades Policiais em Itajaí, datada de 18 de fevereiro 1856.

Vinte e dois botocudos, espalhados ao redor da picada que servia de ligação do Porto de Escalvados para Escalvados¹⁷⁹, aguardando a passagem de João da Silva Mafra que retornava de uma caçada acompanhado de seis escravos.

Uma gritaria infernal anunciou o início do ataque dos índios que lançando flechas, avançaram em direção a João que agredido pelas costas, mal teve tempo de sacar a garrucha derrubando um índio que por sorte sua era o chefe. Com a morte do chefe os demais se retiraram mato a dentro(...) Foi organizada uma expedição para caça dos botocudos mas sem sucesso pois haviam desaparecido(...)¹⁸⁰

Encontros como este são testemunhos dos últimos momentos do grupo indígena, que fracionado e certamente confuso pela impossibilidade de defesa territorial, via o lugar, antes passagem de seus ancestrais, ser tomado aos poucos por casas, cercas, estradas e animais desconhecidos. A diminuição da caça, o corte da madeira tornaram a ansiedade cada dia maior, talvez, nessas linhas, a sensação de impotência fosse o sentimento mais generalizado e aos sobreviventes restou a cruz, o trabalho e a civilidade na Reserva. Outros casos aparecem na escrita:

(...) mataram não sei onde, um filho de José Paranagua; fizeram fugir de um sítio para o lado da Itoupava um morador, acompanhando-o e sempre dirigindo-lhe flechadas quando ele descia pelo Itajaí-Mirim em uma canoa; por ultimo mataram um filho do velho Francisco Cordeiro aqui em Cordeiros; em Camboriú, em Alegres, pouco depois da minha chegada a Itajaí massacraram de uma feita, 16 ou 22 pessoas, entre crianças e adultos, os quais foram enterrados no cemitério daqui; também em Camboriú, tendo os bugres assassinado um lavrador, um tal Sant'Ana, conhecido e aparentado em Itajaí, internou-se pelos matos acompanhado de um irmão do assassinado e de outras pessoas e matou a tiros um dos bugres inculcados que se dizia ser cacique, trazendo-lhe a cabeça que veio para aqui e que eu vi ser de côr clara, sem barba, magníficos dentes e ter cicatrizes pelo rosto e introduzindo um pau enfeitado de 15 centímetros de comprimento no lábio inferior do qual pendia; cabeça que mergulhada em vinagre em um pote, foi remetida para Destêro.¹⁸¹

¹⁷⁹ Hoje Município de Navegantes.

¹⁸⁰ VIANA, O. G. **Navegantes e Sua História**. Brusque: Tipografia Leão Dehon, 1975, p. 05-06.

¹⁸¹ SILVA, P. F. **Itajaí: Cem Anos de Município**. Itajaí: PMI, 1959.

O texto acima é colocado como parte das comemorações dos cem anos da municipalidade da cidade de Itajaí. É para os vencedores momento de comemorar, relembrar grandes feitos, o exotismo do contato indígena, reviver, recontar, mostrar os despojos dos vencidos, dar ênfase de verdade à bravura dos fundadores. Momentos como esse são bandeiras a serem hasteadas, lastros no tempo que produzem verdade.

Permanecem arquivados nos jornais um conjunto de notícias, sempre localizadas nos lugares mais escondidos, diga-se de passagem, que relatam um número considerável destes conflitos em várias localidades do Vale do Itajaí, principalmente com o adiantamento da empresa colonial, anunciando as expedições bugreiras¹⁸² e outras informações. Neste sentido, compreendemos que a presença indígena não era bem vista. Como mais um exemplo disto, observamos a continuidade do processo genocida ao destacarmos a morte de aproximadamente 230 indígenas, em uma dessas expedições:

O pavor e a consternação produzidos pelo assalto foi tal, que os bugres nem pensaram em defender-se, a única coisa que fizeram foi procurar abrigar com o próprio corpo a vida das mulheres e crianças(...) Os inimigos não pouparam vida nenhuma; depois de terem encetado a sua obra com balas, a finalizaram com facas! Nem se commoveram com os gemidos e gritos das crianças que estavam agarradas ao corpo prostrado das mães¹⁸³.

O ímpeto é o mesmo, o de questionar a maquiagem histórica destes acontecimentos: “(...) de Itajaí Nicolau Halburg ao Pres. Francisco Ferreira Corrêa sobre a proposta de Hermann Blumenau para afugentar os bugres da Colônia homônima(...)”¹⁸⁴ Agostinho Alves Ramos e Dr Blumenau, tantas vezes homenageados pela escrita elitista de suas cidades, centralizaram seus atos de “Inteligência, heroísmo e bravura humanitária”. São, a partir destas reflexões e dos

¹⁸² Tinham função determinante no extermínio indígena, chamados na época de bugres.

¹⁸³ *Novidades*, Itajaí 5/06/1904. Notícia retirada do jornal Blumenauer Zeitung (jornal de Blumenau) com o título “**Como se civilisa no seculo Vinte**”.

¹⁸⁴ Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da Província, emitido de Itajaí à Blumenau em 19 de agosto de 1870 e remetido ao Ministério da Agricultura em 14 de setembro de 1870.

atos que observamos, no mínimo, colaboradores da política de extermínio indígena. A carta é reveladora pois trata da organização de uma expedição “bugreira” entre Itajaí e Blumenau. Como escreveu Nicolau Halburg; “(...) *tive ultimamente a honra d’expor verbalmente a VE.x^a os motivos pelos quais evidencia (...) Peço portanto a VE x^a queira ouvindo o mesmo Diretor a respeito, dignar-se das suas ordens para a final realização deste importante e muito urgente serviço.*”¹⁸⁵

¹⁸⁵ Ibid.

CAPÍTULO III

A escrita como clausura: sombras do indígena

3.1. O aspecto controlador da Gramática e da Lingüística

Apesar de termos acesso a um volume considerável de trabalhos teóricos que problematizaram a escrita, apareceram possibilidades de tentar entender algumas relações que coadunam lingüística¹⁸⁶, gramática¹⁸⁷ e indígenas. Sabemos das diversas patologias que envolvem a escrita científica¹⁸⁸, o que propomos neste novo quadro de análises e pensamentos é uma observação a qual pretende demonstrar os sombreamentos dos indígenas na escrita. Pretendemos trazer à tona outra discussão, a inclusão do grupo indígena dentro de processos esmagadores, tais como os elaborados a seguir: sua ressignificação constante no tempo, diluição como palavra, transposição para o símbolo e seu distanciamento na produção do silêncio.

O primeiro momento de nossa reflexão enuncia a grande influência dos meios científicos¹⁸⁹ na condução normatizadora da gramática e lingüística. O “bom uso da língua” demonstra em seu conceito clínico objetivos disfarçados em sua

¹⁸⁶ CAMARA, J. J. M. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 158 “(...) *O estudo da linguagem humana, mas considerada na base da sua manifestação como língua (...) é uma ciência recente, pois data do século XIX (...). A princípio concentrava-se nos fenômenos de mudança lingüística através do tempo, diacronia (...) Hoje alargou-se-lhe o âmbito distinguindo-se ao lado do estudo histórico (...) o estudo descritivo (lingüística sincrônica) (...) é uma ciência antropológica, referente ao homem e à sua cultura, como a sociologia, a antropologia cultural e a psicologia coletiva; mas também assenta dados das ciências biofísicas, ou da natureza, como a biologia e a física acústica (...).*”

¹⁸⁷ Ibid. p.130 “(...) *Estudo de uma língua examinada como << sistema de meios de expressão >> (Saussure, 1922, 185) (...) a) Fonologia; b) Morfologia; c) Sintaxe(...)* Ao lado desta gramática propriamente dita, chamada descritiva (...) há a tradicional gramática normativa, apresentação do que estabelece numa língua dada a sua disciplina gramatical, é nesse sentido que se diz de alguém que —fala ou escreve sem gramática. Finalmente os estudos da diacronia lingüística chama-se gramática histórica à apresentação metódica da história interna.

¹⁸⁸ GADET, F. T. H. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pecheux**. São Paulo: UNICAMP, 1997, p.08. “(...) *Ilusão ainda é a concepção da lingüística como instrumento objetivo de abordagem da língua, sonho de uma hipotética neutralidade da gramática.*”

¹⁸⁹ Dois importantes conceitos do século XIX o Cientificismo e o Positivismo (Auguste Comte), o primeiro afirma que a ciência faz-nos conhecer a totalidade das coisas que existem e que este conhecimento é suficiente para satisfazer todas as aspirações humanas. O segundo preconiza o domínio do mundo sensorial, limitando-se à observação metódica de fenômenos e sua relação determinada na formação de leis aplicadas à sociedade.

análise técnica, como: o controle da interpretação lingüística, do comportamento da escrita, da formação do sujeito, da subjetividade e representação. Essas formas de controle incluem uma série de dispositivos, criados para a compreensão científica da língua. Claudine Haroche aponta a origem do controle normativo da língua, ideológica, jurídica, científica e política¹⁹⁰.

Sabendo que não há território fixo para produção de um indivíduo¹⁹¹, queremos deixar claro que nossa intenção é analisar uma parte deste território, que é a escrita, não de forma absoluta, fato que consideramos impossível, mas com o objetivo de mostrar que alguns mecanismos da escrita e suas leis funcionam como constituintes do sujeito, ensinando o mesmo a emanar seu comportamento e discursos¹⁹².

Esclarecemos que estas preocupações com a escrita têm seu fundamento no tratamento do indígena em diversos documentos da pesquisa - que parcialmente expomos até agora e que somos sabedores de que o indígena tanto pode ser constituído - mas que procuramos tratar a grandeza, muito maior, daqueles documentos que interminavelmente querem constituí-lo.

*“Somente por esquecimento pode o homem alguma vez chegar a supor que possui uma “verdade”(…).”*¹⁹³ A nomenclatura de diversas áreas da ciência pode ter ocasionado isso. Quando percebemos que o dialeto científico é uma ressignificação do mundo, apenas de uma fração dele, lembramo-nos da abordagem que fizemos do naturalismo, então ficamos cientes de que as plantas indígenas passaram a compor o universo científico do Herbário, por exemplo, também quando escutamos quase diariamente — a planta é “popularmente” conhecida como arruda da família das “Rutálicias”?, cuja espécie mais comum é “ruta graveolens”? O esquecimento está na fragilidade sensorial. *“(…) Se ele não quiser contentar-se com*

¹⁹⁰ HAROCHE, C. **Fazer Dizer, Querer Dizer**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992, p.20-52.

¹⁹¹ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 09-30.

¹⁹² LALANDE, André. Op. Cit. p. 266. Em dois sentidos técnicos da Filosofia “(…) A: *Operação intelectual que se efetua através de uma sucessão de operações elementares parciais e sucessivas.* (...) B: *Especialmente, expressão e desenvolvimento do pensamento através de uma sucessão de palavras ou de proposições que se encadeiam.*”

¹⁹³ NIETZSCHE, F. W. **Obras...** Op. Cit. p.47

a verdade na forma da tautologia, isto é, com os estojos vazios, comprará eternamente ilusões por verdade(...).”¹⁹⁴ O dizer a mesma coisa de formas diferentes constrói um círculo de “verdade” e erudição, o saber vasto e variado, é a ressignificação do já existente. Ilusões que servem para um grupo especializado, mas que para o conhecimento “popular” são vendidas como verdade. “(...) *O que é uma palavra? A fignuração de um estímulo nervoso em sons. Mas concluir do estímulo nervoso uma causa fora de nós já é resultado de uma aplicação falsa e ilegítima do princípio da razão.*”¹⁹⁵ O ato científico de dominar as coisas — É justamente a isto que desejamos dar visão. Formatar mentes em sentidos universais considerando maneiras restritas da representação, isto é falso, ilegítimo, a própria razão segue métodos cartesianos que supostamente levam à verdade, diríamos não. Existem dúvidas sobre o comportamento da lingüística e gramática.

Além da relação de força estabelecida entre os discursos competentes ou não na sociedade civil, o grupo indígena localizava-se em outro lugar, alvo que foi do discurso escrito e falado. O texto, a ciência gramatical e lingüística, não pouparam com seus instrumentos de poder a concretização de seus atos. Seus sinais aparentemente neutros não fizeram economia nos teatros escritos da violência: “*Desapareceram por completo as sortidas de silvícolas (...).*”¹⁹⁶

Este lugar distinto nas ciências, sobre o qual temos dúvidas, ao longe assemelha-se a *Ilha dos Mortos*¹⁹⁷, um lugar pouco compreendido por todos, mas que cativa a fala. Justamente nas margens desta ilha da lingüística e gramática que nos dispomos a apontar alguns problemas, elucidar, pois a construção escrita da fala encontra-se em um lugar fechado e de poder. Desta forma, separamos cinco conjuntos não totalizantes da nomenclatura lingüística e gramatical, relevantes para a análise.

¹⁹⁴ Ibid. p. 47.

¹⁹⁵ Ibid. p.47.

¹⁹⁶ *Novidades* Itajaí, 02/04/1911.

¹⁹⁷ Composição sinfônica (1907) de Sergei Rachmaninoff (1873-1943), inspirada na pintura do simbolista suíço Arnold Böcklin (1827-1901), a qual tinha o mesmo título.

A primeira parte compreende normalizações e preconceitos:

A) Correção: conceito que estabelece normas pelo predomínio social, envolve lugar e economia, leva em consideração o princípio estético, controla o discurso e tem como objetivo a uniformização da língua. “(...) *Como estes quatro fatores existem em qualquer sociedade, independentemente do seu tipo e do seu grau de cultura, a correção é uma constante universal na linguagem como força latente (...) Nas sociedades mais evoluídas a correção se torna força patente no que se chama disciplina gramatical.*”¹⁹⁸

B) Disciplina Gramatical: Imposição, por meio de uma série de prescrições, sobre o uso da língua falada e escrita.

C) Estilística: Estuda a expressividade e a capacidade de suggestionar o leitor por meio da linguagem.

D) Norma: Hábitos lingüísticos geralmente encontrados no lugar social mais prestigiado. A norma estabelece uma conduta na linguagem, o esforço de ampliar seu controle para lugares considerados inferiores.

E) Vulgarismo: Qualquer traço lingüístico dos meios considerados populares, divergentes da norma.

A segunda parte estabelece padrões para a representação:

A) Ambigüidade: Conhecida também como anfibologia, consiste em mais de uma interpretação para a comunicação lingüística, aparece como uma inadequação do controle da língua, porém mesmo na boa manipulação do contexto, ela continua acontecendo.

B) Conotação: A dificuldade que a palavra escrita encontra de expressar seu aparente significado real devido à ausência do meio social e da expressão corporal do falante.

¹⁹⁸ CAMARA, J. J. M. Op. cit. p. 86.

C) Contexto: Através de um conjunto de técnicas que cerceiam a escrita, faz-se a tentativa de dar uma significação exata às palavras, criando um meio onde possam ter a interpretação correta levando em conta o sentido geral que o autor quer passar.

D) Denotação: Preocupa-se propriamente com a representação compreensiva do mundo exterior objetivo e interior subjetivo.

E) Estruturalismo: Dentro do controle normativo da língua, está no caráter de produzir uma rede de associação e ligação dos fatos na língua, dando-se, em seguida, a construção de uma idéia.

F) Filologia: Interpretação minuciosa dos textos literários.

G) Significação: Representação mental de uma forma lingüística.

H) Símbolo: Ressignificação gráfica das coisas passando a funcionar em seu lugar.

I) Termo: Grupos de palavras ou sua associação com sílabas (vocábulos), que correspondem a uma função ou unidade de significação, como elemento que constitui um anúncio inteligível.

J) Variação: Conseqüência da propriedade da linguagem de nunca ser idêntica em suas formas devido às inúmeras situações do discurso.

A terceira parte refere-se ao empréstimo de outras línguas e depreciação cultural:

A) Adstrato: Traços da língua “indígena” ou “africana” no português.

B) Ágrafas: Línguas sem escrita. “(...) *como a escrita só se desenvolve a partir de um certo nível de civilização as línguas dos povos conhecidos como <<selvagens>> ou <<primitivos>> são ágrafas.*”¹⁹⁹

C) Empréstimos: Traços lingüísticos de outros povos na língua considerada dominante. No caso indígena encontramos nomes de plantas, animais, pessoas e lugares.

¹⁹⁹ Ibid. p. 46.

D) Folclore: Estudo da língua, nos meios sociais considerados inferiores de uma sociedade “evoluída”, como resto de uma cultura. No folclore, subsistem elementos culturais, decorrentes de substratos, como os grupos indígena e africano, (termo original da Inglaterra; Folk “povo vulgo”, Learn “apreender”). No Brasil, o principal representante é Câmara Cascudo, com o *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

E) Gentílicos: Nome e algumas palavras dos inúmeros povos indígenas do território, hoje, brasileiro. Tais estão catalogados sistematicamente no léxico (dicionário).

F) Topônimos: Nomes próprios de lugares ou acidentes geográficos geralmente associados às designações indígenas, como: Itajaí, Camboriú, Itapema, entre outros.

A quarta parte são estruturas científicas da língua que apresentam relações com o sujeito no discurso:

A) Agente: O termo referente ao ser praticante da ação expressa ou implícita em outro termo.

B) Complemento: Expressões que podem acompanhar o verbo de uma oração, ou inserindo a comunicação lingüística feita no predicado.

C) Predicação: Ligação resultante do nexos entre predicado e sujeito.

D) Predicado: Informações quase sempre aplicadas ao sujeito determinado.

A quinta parte trata de alguns fenômenos por vezes inadequados à gramática, mas encontrados em várias partes da escrita:

A) Barbarismos: Erros na escrita das palavras.

B) Eco: Efeito escrito proveniente da repetição sucessiva de terminações vocabulares iguais.

C) Elipse: Omissão numa enunciação lingüística do termo presente em nosso espírito.

D) Helenismos: Utilização de termos gregos e latinos para classificação científica.

E) Lei: Termo adaptado ao estudo lingüístico pela influência das ciências físicas no século XIX.

F) Semântica: Verificando o radical, faz-se o estudo do significado externo da palavra atual ou anterior. É também atuante na polissemia e definições.

Não se deve levar em consideração estes modelos como um esquema metodológico, apenas ficam consideradas em forma de análise, pois as cinco partes nos apresentaram algumas categorias de poder e de falhas nas representações gráficas²⁰⁰, deste modo, a ciência gramatical e lingüística comporta seus métodos de aprisionamento do significado. Ainda propõe um sistema controlador universal da língua, determina adjetivos, sinônimos, antônimos e todas as formas de ação que objetivam o sujeito, além de apresentar sérios problemas no seu entendimento sobre representação e interpretação. Isto tudo nos conduziria a uma das partes do entendimento dos diversos fenômenos da escrita no cerceamento do grupo indígena.

Quando tivemos a oportunidade de fazer comparações entre uma série de escritos sobre as palavras que envolvem o indígena, percebemos, com o tempo, algumas condições que, de maneira satisfatória, apresentavam semelhanças. Foi então que passamos a pensar na criação de algumas destas categorias, ou seja, tipos de escrita que apresentam semelhanças no tratamento do grupo indígena, representado no papel por símbolos gráficos. Assim mostraremos estas categorias acompanhadas de exemplos textuais.

²⁰⁰ AULETE, C. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 3ª ed. vl. 1, 1982, p.XVIII (Prefácio). “A língua portuguesa tem dois dicionários: o de Moraes e o de Caldas Aulete. O de Moraes serve principalmente para tudo o que antecede o século XIX. Com o progresso, tornou-se deficiente e mesmo inexato em alguns pontos, Mas isso é sina a que os dicionários não podem escapar. No correr do século XIX, apareceram dicionários para substituí-lo, mas nenhum deles conseguiu seu fim. Só em 1884, com Caldas Aulete, Moraes teria um substituto digno deste nome (...)”.

1ª) A ressignificação primária: O grupo de pessoas culturalmente diferente é nomeado com um único símbolo (índios).

A descoberta é o resultado de uma única expedição, feita com o fim diferente, de achar uma passagem ocidental para as Índias. D'ahi o nome de índias ocidentais imposto as colonias americanas, o nome de índios com que eram chamados os povos do novo mundo²⁰¹.

2ª) A ressignificação secundária: Símbolos e anexos emitidos ao grupo indígena (3 Partes).

A) Os adjetivos, verbos, complementos, entre outros modelos que cercam o sujeito na escrita.

Quando os primeiros homens brancos vieram se fixar nas terras do Itajaí, os índios fizeram frente à ocupação.²⁰²

B) Outros símbolos (bugre – gentio).

Os “bugres”, que não raro eram vistos no território do Itajaí, ameaçando e intimidando os colonos que acudiam ao chamado e a propaganda de Alves Ramos, começaram a preocupá-lo muito. Com autorização das autoridades provinciais, organizou escoltas que batessem os matos em perseguição dos gentios (...).²⁰³

C) Criação de um símbolo imaginário (índio bravo).

Assim chamou-te um dia o índio bravo, que equilibrando-se na piroga ligeira subiu tuas águas acima.

Ele viu que tuas margens eram cobertas de baía e que tu corria entre as rochas; e por isto, ao mesmo tempo que o arco envesado vigiava a presa oculta nas margens, ele o senhor da região, gritou: “Itajaí”!²⁰⁴

²⁰¹ *O Progresso*: Itajaí., 22/04/1899.

²⁰² D'AVILA, E. Itajaí: **O Começo da História**. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 1996, p.02.

²⁰³ Blumenau em Cadernos, Volume VII , Cap.VI. **Itajaí, A fundação e o Fundador**. De J. Ferreira da Silva, 1967.

²⁰⁴ *Jornal do Povo*, Itajaí: 20/11/1940, escrito por Antônio Augusto Fontes.

3ª) A ressignificação terciária: A criação do sinônimo científico para o significado (Botocudos – Xokleng).

*A reserva indígena Duque de Caxias onde vivem os últimos remanescentes dos índios Xokleng, é uma área dos 14.084 hectares, (...)*²⁰⁵

4ª) A ressignificação quartenária: a apropriação do significado (3 Partes).

A) A normatização da língua indígena e a transformação da linguagem oral para a escrita.

Vãtxỹ te ka vũ, mōg tóg te vũ, kózy mẽ tẽ ké mũ. Txó tóg ge há mẽ ta tẽ ge ke mũ. Kũ txo te mẽ ti te Ké ke te kũ óg vũ, mōg tóg te nhá vanh kũ te ké ke mũ. (...)

*No passado, as abelhas moravam nas pedras. Só nas grutas das pedras é que as abelhas moravam. Por isso era difícil alguém tirar seu mel para se alimentar. (...)*²⁰⁶

B) A significação do meio material.

*Relação de objetos expostos na casa da municipalidade em Blumenau:
52 flechas com pontas de aço;
53 pontas sem flechas;
5 lanças grandes de 1,50 metros de comprimento com pontas de aço de 40 a 50 centímetros de comprimento e 8 a 10 centímetros de largo;
53 peças de roupa;
5 calares feitos de contas de vidro; dentes; botões; moedas etc.*²⁰⁷

C) O seu significado como lembrança na educação.

*O elemento indígena foi muito importante na cultura brasileira e as principais contribuições que podemos apontar são: na agricultura, na alimentação, nos costumes, no folclore, no vocabulário(...)*²⁰⁸

²⁰⁵ SIMERMAN, D. **Em busca de um novo caminho**. Palavra de Jornalista. Itajaí: UNIVALI, nº 2 out. 1998, p.31.

²⁰⁶ PAPA-SIRI. **O beija-flor que escondeu a água**. Itajaí, v.14, Nº 2, mar. 1998, p.08-09.

²⁰⁷ *Novidades*, Itajaí, 05 de junho de 1904.

²⁰⁸ Ver: **O Brasil Somos Nós**, Comunicação e Expressão, 4ª Série – 1º Grau, 5ª ed., 1991. Produzido pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Itajaí, p.55.

Uma parte das concepções naturalistas pode ser vista na escrita, ou mesmo em um local de reconcepção do indígena. A partir da significação do grupo indígena, nota-se um sentido de artifício como a completar as diversas “falhas” que o indígena supostamente apresenta para as concepções ocidentais, esse artifício pode ser visto na construção de um novo indígena, assim como vimos no Indianismo. Este tipo de pintura tem uma forte ligação com as reprovações a parte de parâmetros da estética, civilização e cultura que o mundo ocidental não vê no grupo indígena. Talvez, como exemplo, a concepção real do indígena tornou-se um “malefício”, o contrário do esperado dentro da idealização, desde os tempos em que se esperava um protótipo do “ser humano primitivo” do paraíso²⁰⁹ perdido.

Tratar-se-ia de formular um entendimento entre a prisão no significado ou o momento das redefinições. O que promoveram ao criar o símbolo é o mesmo, que vestir o corpo indígena: “*Para o povo trabalhador que o vestido conste de calças, camisa, jaleco largo a chinesa tudo de algodão branco ou tinto.*”²¹⁰ Seria a escrita sobre o que já se autocompreende, uma espécie de artifício da estética lingüística. “(...) A <<razão>> na linguagem: *oh, que velha mulher enganadora! Receio que não nos livremos de Deus, porque ainda cremos na gramática (...).*”²¹¹

3.2 Diluir, transformar e esquecer

Sabemos que apesar dos indígenas não habitarem mais a região e cercanias da cidade devido ao genocídio, houve uma continuidade do controle sobre o que pensar ou saber. Este prolongamento invisível das instituições e normas do comportamento ocidental é visível, principalmente nos bastidores, sob as linhas da

²⁰⁹ MONTAIGNE, M. de. **Ensaio**. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 192-203.

²¹⁰ SILVA, J. B. de A. e. Op. Cit. p. 68.

²¹¹ NIETZSCHE, F. W. **Crepúsculo dos Ídolos**. Op. Cit. p. 33.

gramática nos escritos da cidade. Seguindo este caminho e suas variáveis, tentamos demonstrar algumas partes e práticas importantes, que talvez nos possam dar um melhor entendimento sobre a seqüência deste contato entre o grupo indígena e a sociedade ocidental.

Uma primeira tentativa desta compreensão é pensarmos na incorporação dos pensamentos produzidos em centros sociais determinantes, como na Europa e capitais do Brasil. Tais assimilações no campo, filosófico, literário, e em outras formas, também como na sua utilização e reinterpretação, vão ganhar materialidade na palavra escrita sobre o indígena em Itajaí, onde aqueles que controlam a escrita solidificam inúmeras vertentes de pensamento, misturando-as com outras correntes no discurso. Não seguindo os mesmos escritos uma tendência teórica do momento histórico, mas junto a ela organizaram um tipo de escrita, nos quais pode-se encontrar pensamentos de várias épocas, repetições sem fim, uma espécie de eco gramatical, ocasionando um deslocamento²¹² discursivo na escrita.

Este deslocamento encontra-se em todas as partes constituintes da historicização do grupo indígena em Itajaí, poderíamos pensar que, junto a este deslocamento, existe uma produção histórica e que esta segue um sentido, mas há uma permeabilidade discursiva que envolve este deslocamento, por outro lado: *“Essa historicização é repetição e ao mesmo tempo deslocamento, pois dá lugar à interpretação, ao equívoco, ao “outro” sentido. O equívoco, por sua vez, enquanto lugar de interpretação, é justamente o espaço do trabalho da identificação do sujeito que nos concerne nesta reflexão.”*²¹³

Assim, numa tentativa de compreender este assunto, procuramos demonstrar uma fricção²¹⁴ entre dois pontos, o grupo indígena, composto por homens, mulheres e crianças, e a sociedade civil. Esta fricção é o que queremos fazer visível, o instante em que este grupo indígena é transportado para o papel e

²¹² ORLANDI, E. P. Identidade Lingüística Escolar. In: SIGNORINI, Inês. **Língua (gem) e Identidade**. São Paulo: Mercado das Letras, 1998, p.203-212.

²¹³ Ibid. p. 209.

²¹⁴ O termo fricção envolve neste trabalho uma relação de resistência no próprio texto, entre as palavras que representam o indígena e a utilização destas por um longo período, mesmo que metamorfoseadas.

porque não tentar fazer uma arqueologia de seus efeitos. Neste ponto, entre a representação da sociedade civil e a confecção de várias palavras, é onde está uma das causas do esquecimento e talvez exista um sofrer, um atrito que envolve uma mudança na composição gráfica das palavras, uma elipse, pois o indígena aparece representado por diferentes palavras, colocadas durante o processo histórico da escrita. Não é só isto, pois esta espécie de tautologia ou de tentar referir-se ao grupo indígena de diversas maneiras, podem ser entendidos como uma forma de descaracterização e mesmo destruição.

Este sofrer, entre grupo indígena e sociedade civil, que envolve representação e sua transposição para o papel, é também a hipótese da resistência, o resistir indígena no papel, dentre todas as tentativas de mudar o diferente, homens doutos da escrita²¹⁵ jamais conseguiram apagá-los de forma absoluta de suas vidas, fizeram sim diversos usos, diluíram o indígena, com outros rótulos.

Este diluir aparece nas palavras ou seja no lugar da escrita, que, como um meio químico, apresenta-se num espaço cercado por regras científicas (gramática geral). Os mais variados discursos, generalizantes mesmo, são eles com um objetivo menos sensível e mais súbito, imperceptível para o público leitor, os quais provocam estes fenômenos insalubres, inocentes a princípio, mas destruidores, quando observados numa análise histórica mais ampla.

A “Gramática Geral” oferece recursos instrumentais para produção desses fenômenos e isto envolve poder, o qual assim como a ciência, nunca se preocupou em beneficiar as relações sociais e, sim, oferecer possibilidade de controle, envolta por uma aura de verdade estabelecendo as mesmas relações a partir de um público que sempre a considera normal. Neste sentido, o domínio da língua e de sua produção é algo que envolve distinção social, desde os dicionários e seus significados, quase perpétuos, até os artigos escritos por eminentes cidadescos. *“O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia,*

²¹⁵ CERTEAU, M. A *invenção do ...* Op. Cit. p.221-270.

crença cuja produção não é da competência das palavras.”²¹⁶ ou “(...)pois que as palavras receberam a tarefa e o poder de “representar o pensamento”(...).”²¹⁷ Tanto a Gramática Geral como as palavras seguem o princípio científico de serem instrumentos, peças para qualquer utilização, assim como no artigo abaixo:

*A conquista lembra mais os contos romanescos do que a história das guerras. Fernan Cortez com um punhado de uns quatrocentos soldados ocupa o Mexico e aprisiona e mata montizuma o rei indigena. Houve encontros em que duzentos hespanhoes põem em debandada vinte mil mexicanos. Francisco e Gonzales Pizarro e Francisco Almagro conquistaram com a mesma força insignificante o Perú, Bolivia, Chile, Equador destroem o reino dos Incas, matam os ultimos reis Atahualpa e Huascar. (...) Logo zarparam dos portos americanos esquadras trazendo como carga somente ouro e prata, thesouros manchados com sangue e lagrimas de milhares dos indios.*²¹⁸

Este artigo, “A Hespanha e Colombo”, foi escrito prevendo as comemorações do 4º centenário do descobrimento do Brasil, gerando uma agitação nos jornais sobre este acontecimento. O texto apresenta uma escrita de fricção entre o indígena e a sociedade civil, pois observamos um compêndio romântico sobre as lágrimas de milhares de índios. Este é um exemplo das formas do diluir²¹⁹, pois envolve, assim como tanto outros escritos a respeito, uma referência a outros grupos indígenas considerados mais “civilizados” e um esquecimento, invisibilidade dos grupos indígenas que viveram na região que hoje é Itajaí.

Era uma tendência nacional comemorar o 4º centenário, até o ensino de História do Brasil ficou como anexo na História Universal, por mando do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Epiácio Pessoa (1899). Entretanto, notamos no texto acima uma omissão do grupo invadido, mesmo porque a questão indígena era um impasse não resolvido naquele ano.

²¹⁶ BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.15.

²¹⁷ FOUCAULT, M. **As Palavras e ...** Op.Cit. p.109.

²¹⁸ *Jornal O Progresso*: Itajaí., 22/04/1899.

²¹⁹ Isto não aparece apenas em textos e artigos, também como propaganda “Charutaria Guarany” ou como emblema simbólico, no brasão do Clube Guarany, onde se vê um escudo alteado por penas e no fundo arco e flecha. Trataremos deste assunto no próximo subtítulo.

Outras tendências da escrita tiveram grande participação na produção dos documentos sobre o indígena em Itajaí e colaboraram para este processo, como romances publicados diariamente nos jornais (O Lago dos Cysnes, O navio maldito), trechos de obras gregas (Homero, Theocrito, Aristóteles) citações de economistas, pensadores e poetas do século XVIII e XIX (Adam Smith, Renouard, Chevalier, Gustavo Molinari, Schopenhauer, Cruz e Souza) lemas do folclore (O <<Satanaz.>>), hinos (do centenário da descoberta do Brasil), entre outras designações. Há um cientificismo nos jornais, já que as aspirações dos cidadãos devem parecer satisfeitas.

Diferente meio discursivo foi a preocupação da escrita a partir do modelo alemão, devido a alguns escritores serem de origem alemã ou outros os quais, espontaneamente ou porque foram educados desta forma, participaram desta idéia²²⁰. *“Estudar o desenvolvimento a longo prazo das palavras “cultura” e “civilização” leva a um certo número de descobertas relativamente inesperadas. Uma delas é que no século XVIII ambos os termos se referiam, em larga medida, a processos (...).”*²²¹ É importante lembrar o momento histórico da Alemanha, onde o processo de unificação (1870) foi construído a partir de uma montagem do passado histórico, o qual vai procurar uma “Identidade Nacional” para o povo alemão, um renascimento nas artes, estética, tecnologia, política, entre outras coisas. O que mostra um nacionalismo ou uma tentativa de seguir ingleses e franceses²²², mas também um forte provincianismo, que se desloca para Itajaí, já que muitos imigrantes alemães estabeleceram-se no local trazendo consigo partes desta roupagem, como demonstramos a seguir:

(...) Vamos, sim, primeiramente, falar sobre os contingentes humanos que formaram as Bandeiras Vicentinas que deram origem à nossa própria raça brasileira. E ninguém melhor que Oliveira Viana para descrevê-las tão magistralmente em “Populações Meridionais do

²²⁰ Havia professores alemães e escolas que ensinavam a língua e educavam partindo desta concepção.

²²¹ ELIAS, N. **Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.119.

²²² Ibid. p.33-146.

Brasil”: (...)Logo após as primeiras fundações vicentinas, essa plebe rural entra a receber contingentes estranhos vindos de origem completamente diversa: são os transbordos das senzalas repletas, as récovas da escravaria(...)Essa infiltração étnica é formidável. Os elementos brancos, localizados nas terras sobre-excedentes dos latifúndios, acabam fundindo-se nessa ralé absorvente(...)Novo tipo étnico, feito para complicar ainda mais a heterogênea sociedade vicentina(...)Ele é o centro de convergência das três raças formadoras do nosso povo. Os contingentes humanos vindos da Europa, da África e dos platôs americanos, aí se aproximam O latifúndio a que mistura. Pondo em contato imediato as três raças, ele se faz um esplêndido núcleo de elaboração do mestiço(...)»²²³

Este livro revela uma preocupação constante em legitimar as “raízes” da cidade, em construir uma origem mítica. Referendada por Oliveira Viana, perpetua de forma empírica, sem problematizar. Quando nomeia seu livro, “*A Fundação de Itajaí: sua história seu romance*”, faz de forma inconsciente, presume-se, uma composição que dará propriedade legitimadora para outros escritores, além, é claro, de todas as construções que envolvem vários grupos humanos, como a superioridade conciliadora do “branco”, tratando os demais grupos como auxiliares, plebe rural, ralé, assimilados, entre outras construções de caráter depreciativo. Isto tudo mostra o longo alcance dos discursos, eles não aparecem apenas no momento projetista mas continuam carregados e legitimados, além de sua temporalidade, pela produção textual. O livro faz um romance comparativo como um épico em que aparecem relacionados, em algumas ocasiões, os “civilizadores”, Agostinho Alves Ramos e Dr. Blumenau.

Todos estes discursos e muitos outros formaram uma mistura, tanto na forma de escrever como no jogo de palavras sobre os indígenas, dando origem a numerosas representações, as quais a sociedade civil criou sobre o indígena. Neste jogo de tendências o termo “índio”, na historiografia e mesmo na concepção

²²³ HEUSI, N. Op.Cit. 13-14.

popular, absorveu vários estereótipos, desde sentidos como “bugre”, “nossos índios”, até “pele-vermelha”²²⁴:

*Nessa imensa área vivem apenas dois milhões de indivíduos, a maior parte naturalmente brasileiros. São os chamados caboclos, que forçaram os índios a se deslocarem para o interior das florestas, onde não é aconselhável penetrar. Muitos pesquisadores e missionários já pagaram com a vida as suas tentativas neste sentido, pois os últimos peles-vermelhas não querem contatos com a civilização.*²²⁵

*(...)E todas estas histórias incômodas de Comanches, Sioux, Cheyennes, Navajos e dos mercenários Pawnees que retardaram a gloriosa marcha dos pioneiros do Oeste Americano, e que tanto tinham em comum com a dos nossos Tapuias, Tupiniquins, Tamoios e Guarani e mais os Carijós, foram postas de lado, nada tinham haver com o Estados Unidos de hoje, de cidades tão progressistas traçadas em cima do território que pertencera aos índios e que custou a vida de Lobo Vermelho, Touro sentado, Cauda pintada, Cavalo Doido e até do maravilhoso Jovem Medroso de seus cavalos (...) Dee Brown, resolve abalar a opinião norte americana e sucessivamente mundial com o primeiro livro em que trata os peles-vermelhas como vítimas*²²⁶.

Como as citações mostram, “índios”, “caboclos” e “pele-vermelha”²²⁷ estão juntos como termos significantes na mesma escrita, isto demonstra uma ressignificação, um diluir, que envolve o indígena. Existem nuvens sobre o grupo indígena, a escrita aponta semelhanças entre os grupos; “Comanches”, “Sioux”, “Cheyennes”, “Navajos”, “Pawnees”, “Tapuias”, “Tupiniquins”, “Tamoios”, “Guarani” e “Carijós”. O que tinham em comum não seria sua posição, mundo ocidental x grupo indígena. Há um desligamento do “antigo indígena”, proposital ou não, isto envolve sempre uma resistência no papel, uma fricção lingüística. Nesta construção histórica é que podemos verificar de forma satisfatória os resultados desta representação no decorrer das décadas. Este fenômeno funciona como um

²²⁴ Quanto ao termo “pele-vermelha”, começa a aparecer na escrita de Itajaí, quando ocorre a massificação dos filmes norte-americanos (EUA), apresentados no cinema e depois na televisão. Uma pequena lista desses filmes anunciados nos jornais de Itajaí: O Intrépido General Custer (1941), Forte Apache Sangue de Heróis (1948), Fuga do Forte Bravo (1953), O Último Apache (1954), Daniel Boone (1958), A Conquista do Oeste (1963), A Batalha das Pedras Sangrentas (1967), A Vingança do Homem Chamado Cavalo (1973), Grayeagle Um Bravo Cheyenne (1978) entre outros.

²²⁵ *Jornal do Povo*: Itajaí, 09/05/1964. (A Amazônia vista por uma revista alemã.)

²²⁶ *Jornal do Povo*: Itajaí, 31/01/1976.

²²⁷ Ver Anexo: Gravura nº 1.

objeto invisível que traz consigo discursos políticos e científicos de outros tempos e que são responsáveis, entre outras coisas, pelo esquecimento.

As lembranças são espasmos de comemoração, propaganda e informação breve, apenas para constar. As frases sobre o grupo indígena sempre terminam ou enunciam; “os primeiros ocupantes da terra”, mas logo silenciam.

The name of the river and the city is inherited from the Guarani peoples, the first occupants of the land. Its spelling experienced various forms over time: Taa-hy, Tajay, Tajahug and Itajaí. Reseachers interpret the word as “river of stones” of “river of taias”²²⁸.

Ao que tudo indica, criaram-se marcas na escrita, parecem pinturas com o mesmo tom, mas com nuances disformes. Em listas telefônicas, panfletos, livros didáticos, jornais, revistas, internet e outros meios de informação, percebe-se sempre a brevidade. Ficaram marcas dos vencidos na conquista, o rio e a cidade, porém sabemos que não são somente estas.

Esses fenômenos aqui apresentados apontaram decisivamente para diluição do grupo indígena no próprio texto, que quimicamente aqui impulsionado pela vontade das pessoas e discursos, texto, o qual é impulsionado pela vontade das pessoas e discursos mais velhos que elas. O que passamos a compreender, após a leitura das fontes, foi o aparecimento de uma grande quantidade de textos em que os discursos atuantes pouco são alterados, por outro lado o grau desta percepção possa ser proporcional a força com que somos atingidos por um determinado segmento ideológico. “(...) Assim o homem (se) significa. Se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições. A deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que

²²⁸ VERAS, D. **Itajaí: porto dos encantos**. Florianópolis: Mares do Sul, 1999, p.13. *O nome do rio e da cidade é herança dos índios guarani, primeiros ocupantes da terra. Sua grafia experimentou diversas variações ao longo do tempo: Taa-hy, Tajay, Tajahug e Itajaí. Pesquisadores interpretam a palavra como “rio das pedras” ou “rio das taiás”.*

fala com outras.”²²⁹ Deste modo, temos um efeito contrário à polissemia, o fato do grupo indígena ser compreendido por diversas palavras e estas, apesar de carregarem efeitos discursivos em seus confusos significados, sempre retornarem para o grupo de origem.

3.3 Materialização simbólica do indígena

Simbólica é uma palavra nomeada como ciência, neste sentido, preocupa-se em estudar o que foi escondido sob emblemas e símbolos, o oculto não aparece como foi. A Simbólica recolhe seus pedaços e é apenas em pedaços, como num mosaico de outros sentidos com outras palavras, que o escondido pode aparecer. O indígena fragmentado, diluído e ressignificado foi remontado por alguém; num processo de simbiose associaram suas representações em um único objeto, partes formadoras de um símbolo. Tal efeito estético tem sua ação em instituições ou pessoas distintas que nomearam seus símbolos como culto ao seu poder, mas isto esconde outras práticas já sublinhadas neste trabalho.

A composição desta unidade pretende promover uma discussão que demonstre a continuidade dos fenômenos que estamos estudando. Vimos vários fatores que envolveram o controle no texto até a diluição do indígena por meio das palavras, portanto nosso próximo estudo será analisar a união das partes diluídas, tal conjunto encontra-se em uma estrutura gráfica cercada de sinais, tal evento materializou-se no símbolo. Entendemos que os discursos não estão sozinhos, eles podem contribuir significativamente para outras produções através da ação humana. Justamente nesta produção emerge a gênese do símbolo, a partir de sua existência este elemento transforma-se num emissor, emitindo uma série de representações para aqueles que são envolvidos por sua brisa.

²²⁹ ORLANDI, E. P. *Análise de discurso...* Op. Cit. p. 53.

Os discursos realizam os fragmentos; o que pode caracterizar a existência do símbolo é uma realidade nomeada várias vezes, por um grupo que se preocupa com isto. Seu interesse concatena-se na montagem de um estrutura, que lhe dê poder de nomear e agir sobre aqueles que considera inferior. Vimos isto no Naturalismo e na Gramática, os agentes que promovem e são educados na estrutura sobrevivem por dialetos, científicos, gramaticais, políticos, apenas simbólicos, mas controladores, *“agindo em seu próprio nome ou em nome de um grupo mais ou menos importante numérica e socialmente, quer transmitir a alguém o significado de que ele possui uma dada qualidade, querendo ao mesmo tempo cobrar de seu interlocutor que se comporte em conformidade com a essência social que lhe é assim atribuída.”*²³⁰

Mas, então, o que seria o símbolo? Na filosofia técnica, seu significado estaria incluso em partes de objetos que se aproximam formando um sinal, este por sua vez evocaria qualquer coisa ausente apresentada em um sistema continuado por elementos com uma representação “distinta”, fragmentos de idéias de outros sistemas de representação, cuja colagem foi concebida por uma convenção de um grupo específico²³¹. No caso lexical em latim, *symbolum*, há muitas representações, como: o desejo de alguma coisa por meio de um desenho, [cruz]. Um sinal ou divisa, [bandeira]. Na Igreja Católica [pão e vinho]. Nas fórmulas químicas [H e O], entre outros modos²³². Ou como Leonardo Boff explica: *“(...) Sua origem filológica se encontra no grego clássico. Sim-bolo/sim-bólico provém de symbállein ou symbállesthai. Literalmente significa: lançar (bállein) junto (syn). O sentido é: lançar as coisas de tal forma que elas permaneçam juntas. Num processo complexo significa re-unir as realidades, congregá-las a partir de diferentes pontos e fazer convergir diversas forças num único feixe.”*²³³

²³⁰ BOURDIEU, P. **A Economia da Trocas Lingüísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 82.

²³¹ LALANDE, A. Op. Cit. p. 1015-1016.

²³² AULETE, C. Op. Cit. p. 3369.

²³³ BOFF, L. **O despertar da água: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 11.

Com estas explicações preliminares, vimos que a produção dos símbolos deu-se eminentemente por convenções de grupos sociais que, “(...) *produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais.*”²³⁴ Deste modo, nossa intenção é a de investigar respectivamente algumas destas produções como: o brasão que representa a Sociedade Guarani, uma exposição de artesanato com o título “*Cultura Indígena Brasileira*” e um quadro sobre os indígenas localizado no Museu Histórico de Itajaí (Palácio Marcos Konder), as quais distintamente nomeiam poderes, fragmentando e ressignificando o indígena e seu modo de viver, “(...) *Em outros termos, a subversão política pressupõe uma subversão cognitiva, uma conversão da visão de mundo.*”²³⁵

O início da análise sobre o brasão²³⁶ que representa a Sociedade Guarani, tem um primeiro passo na verificação do aparecimento de tal instituição. O Guarani teve sua fundação em 21 de março de 1897. Na época, Itajaí e outras regiões agregadas à cidade contavam 12.000 habitantes. O clube em questão nasce para apaziguar os ânimos das elites após a Revolução Federalista, com a proposta carnavalesca. Neste ponto, uma primeira associação no próprio nome do clube “Guarani”. Sem dúvida, surge como uma proposta enaltecida, indianista, lembrando José de Alencar, isto acaba mostrando aparentemente uma certa distância entre o herói Guarani e o grupo indígena, que, na época, sofria um processo lamentável de extermínio.

*Entre os carros alegóricos e de arte, destacou-se o que apresentava um enorme fruto (uma carambola), que se entreabria, surgindo do interior um esbelto índio que retesava o arco, prestes a disparar a flecha. Esse carro idealizado por Joca Brandão e consagrado, pela assistência o mais notório, teve a faculdade de patrocinar a denominação que seria conferida a sociedade que seria organizada: “Guarani”.*²³⁷

²³⁴ BOURDIEU, P. **A Economia da Trocas...** Op. Cit. p. 117.

²³⁵ Ibid. p. 118.

²³⁶ Ver Anexo: gravura nº2.

²³⁷ LINHARES, J. Op. Cit. p. 61.

Manifestações como esta eram comuns em vários municípios; “*O índio João Schaefer foi roubado de sua aldeia, ainda menino, durante uma chacina chefiada por Martim Bugreiro e trazido para a cidade, onde foi criado por uma família alemã e “civilizado”. (...) em 1960, desfilou vestido de índio na comemoração de 100 anos do município de Brusque.*”²³⁸ Quase sempre os membros do grupo indígena eram obrigados a participar de manifestações cívicas. Seu constrangimento fazia-se mais doloroso quando escutavam os risos de seus conquistadores, tratados como animais de circo no espaço onde antes viviam.

No primeiro estatuto da instituição Guarani, em 1899, entre outras condutas que seus participantes deveriam ter, estavam determinações como sua inclusão em programas com fins humanitários e patrióticos patrocinados pela iniciativa privada e poderes públicos, como também de programas cívicos, educacionais, assistenciais e sociais, ponto mais do que característico do espírito burguês, cristão e capitalista.

*Às 5 horas, no meio de muitos applausos sahio de seu galpão a primeira das referidas sociedades.
A frente vinha um grupo de crianças a cavallo, vestidas á índio, puxando a banda musical Guarany (...)*²³⁹

Em 1901, foi construída a primeira sede na esquina da rua XV de novembro com a rua Guarani, hoje, respectivamente, rua Manuel Vieira Garção e Dr. José B. Malburg. No meio de homenagens à “república” e pessoas “ilustres”, novamente a palavra Guarani. No ano de 1953, uma nova sede substituiu a antiga, com a frente voltada para a Rua Hercílio Luz²⁴⁰; após seis anos criou-se um grupo de Bolão freqüentado pelos homens chamado “Tapuias”²⁴¹, também para as mulheres, com o nome “Coroados” em 1964. É importante notar que o capital

²³⁸ SIMERMAN, D. Op. Cit. p.36.

²³⁹ *O Progresso*: Itajaí, 18/02/1899.

²⁴⁰ Ver Anexo: foto nº 3.

²⁴¹ Ver Anexo: gravura nº 3.

aplicado para este evento é o mesmo que foi conquistado com o ciclo da madeira e outras atividades econômicas conseguidas sobre a destruição do grupo indígena. Nomes, como Guarani, Tapuias, Coroados, tornaram-se homenagens póstumas, mas, de fato, mostram-se degradantes de um ponto de vista em que tais termos designaram diversão para os conquistadores e morte para os habitantes da região do rio Itajaí-açú. Mesmo não tendo uma intenção talvez deflagrante, as relações sociais acabam gerando fenômenos, o brasão que representa a Sociedade Guarani é um deles. Com esta intenção, passamos a análise de um símbolo como tantos outros emitidos por esta instituição.

O brasão em si tem sua representação mais generalizada sobre um distintivo ou insígnia originário das famílias nobres, sua forma vazia centralizada por um escudo nos traz a lembrança de uma tradição essencialmente medieval européia, é comum encontrarmos esse tipo de desenho geométrico como símbolo de poder em diversas famílias, principalmente agora com uma grande quantidade de publicações de livros de família. Na gênese da grafia sobre escudo, encontram-se milhares de insígnias, leões, cavalos, árvores, a cruz entre outros, cada uma com sua área de significação voltada para merecimentos, honra, tradição e glória. Há até uma espécie de ciência versada na interpretação das armas e distintivos da nobreza com o nome de Heráldica. O importante é que este merecimento não foi concatenado diretamente aos indígenas que estavam morrendo, mas evidentemente tem uma outra ligação muito forte com um indígena mítico e nacionalizado que comportava precisamente as características do herói e nobre cavaleiro resultado de um processo de ressignificação encontrado no indianismo. No que diz respeito ao arco, a flecha e seu compartimento, também a coroa e o penacho, são eminentemente desenhos que lembram armas míticas de origem medieval, as cores vermelho, verde e branco podem representar uma ligação com a bandeira catarinense como também a italiana, a faixa no meio do escudo em vermelho, *S. Guarany*, em baixo da faixa em verde o ano 1897 e no alto as armas aparentemente indígenas, há ainda a inscrição que cerca o escudo, lembrando a língua indígena, *Itajahy* 21 de março.

Com o nome “CULTURA INDÍGENA BRASILEIRA”, a Universidade do Vale do Itajaí apresentou nos dias 08 a 19/08/2000, um evento para comemorar o 5º centenário do descobrimento do Brasil. A utilização das peças Nambiquara, Zoró, Tupari, Yanomami, Kaiapó, Laualapiti, Erikbaktsa, e outras como meio de exposição²⁴², acabaram mostrando uma desagregação cultural, o artesanato mostrou-se fragmentado e ressignificado, pois o fato de estarem expostos sob luzes, dizeres e vidros²⁴³ não representa o significado e utilidade de cada peça em cada etnia e meio sensorial específico. Diga-se de passagem que tal fragmentação não ocorreu somente com o artesanato, também com a língua indígena, a apropriação privada das terras e outros lugares apreendidos pelo não-índio, de tal modo que isto possa estar ligado com um sistema de transmissão de mensagens dominadoras.

Nestor García Canclini²⁴⁴ nos forneceu ajuda considerável no entendimento destas questões, em *Sociedade Fragmentada*, capítulo do livro citado. Segundo Canclini, as concepções modernas acabaram compartimentalizando o meio industrial indígena em fatias por meio de uma apreensão. Esta atitude de interferência estaria coagulada por setores como, o governo político, o poder administrativo e a atividade econômica, provocando uma distorção característica encontrada nos folcloristas. Os cortes sobre o meio de vida e entendimento sensorial do mundo indígena em fatias estariam ligados a fatores políticos e de isolamento, tal ação detonaria primeiro um processo de fragmentação e depois de ressignificação do objetos. Dividir e isolar, este é o efeito da dominação.

O conceito dos objetos expostos isoladamente concorreu para a realização de um fim, a diluição e a maquiagem postas em exercício pelo sistema de fragmentação. A exposição, em si, é um símbolo; reuniram-se em um mesmo lugar estruturas de culturas indígenas diferentes, com um significado de assimilação, gerando assim, outro sentido, pois o valor de uso e o sentido de cada grupo indígena

²⁴² Ver Anexo: foto nº 4.

²⁴³ Ver Anexo: foto nº 5.

²⁴⁴ CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 75-90.

não está mais naquele lugar. “A *museografia ou o espetáculo que ocultam as necessidades e a história, os conflitos que geraram um objeto ou uma dança promovem juntamente com o resgate a desinformação, junto com a memória o esquecimento.*”²⁴⁵

De qualquer maneira, a distância criada pela apropriação de tal artesanato e sua união visualizada em um conjunto, a exposição, como ponte de comemoração dos “500 anos”, não puderam esconder totalmente sua utilidade, pois que mostram uma cisão na comunidade indígena. Parecem adornos da “cultura brasileira” ou mesmo, como pensamos, despojos assimilados de uma conquista. “*Uma vez que as suas obras deixam de habitar o seu povoado, ela só pode viver no universo de estereótipos que o mercado consagrou sob a sua assinatura.*”²⁴⁶ Assim mesmo, queremos reencontrar um sentido que este poder nos subtrai.

O retrato²⁴⁷, a imagem ou pintura são uma forma de prisão. Agora podemos entender porque alguns grupos indígenas no mundo não gostavam de ser fotografados. De fato, embora as reflexões que seguem não sejam a respeito do foco central – o quadro – talvez elucidem um pouco mais a linha de pensamento adotada no presente trabalho. Há algum tempo, quando passamos a entrar em contato com a leitura de obras da etnologia do século XIX, ficou a impressão de que estes livros tinham uma intenção muito maior além de registrar costumes, religião, língua, mitos, entre outras determinações (diga-se de passagem seguindo sempre o mesmo modelo ocidental de análise) do que propriamente um estudo que não levasse em consideração a razão e o conceito de evolução no pensamento, como achava por exemplo Lucien Lévy Bruhl (1857-1939) em “*Funções mentais nas sociedades inferiores (1910)*”. Por que estamos tocando neste assunto? Esta reflexão fez surgir a compreensão de que, após o registro, muitos dos grupos indígenas envolvidos nestas descrições ou montagens poderiam desaparecer por meio das condições de

²⁴⁵ Ibid. p.87.

²⁴⁶ Ibid. p.85.

²⁴⁷ Ver Anexo: foto nº 6.

extermínio, que assolaram com grande intensidade as Américas no século retrasado. A sensação que nos envolveu foi a mesma de um estudo feito sobre animais em extinção, neste caso o tratamento não era muito diferenciado, a lembrar, no capítulo IIº, a política do Serviço de Povoamento. Esta visão fica ainda mais clara, se pensarmos um pouco nas condições em que diversos grupos étnicos do continente africano foram estudados e classificados por cientistas ingleses, franceses, alemães e de outras nacionalidades, no auge da época vitoriana.

Continuando sobre o quadro fixado no antigo Palácio Marcos Konder²⁴⁸, hoje Museu, a obra é uma pintura a óleo, criada pelo artista plástico Walter Smikalla, e, segundo o mesmo, representa uma cena da vida dos índios Carijós, habitantes do litoral. Sua representação parece apenas um momento, traço invisível, se comparado a existência real do representado, no entanto essa imagem falsa é relevante. Seguindo esta contradição entre o invisível e o relevante, refazemos a escrita de Canclini; quando os astecas foram derrotados, a Igreja Católica construiu seus templos sobre as pirâmides. Da mesma forma, o indígena morto a golpes de facão e tiros tem seu retrato na tela, algo imaginário, uma “homenagem” ou “herança colonial”, outro indígena.

Qual seria o papel do quadro, preso a uma parede, num lugar freqüentado muitos anos pela elite local²⁴⁹? Em si mesmo o quadro é ambíguo, na sua imagem-mensagem tem várias representações, mas o que é visto de vários ângulos é o grupo indígena. O lugar em que está fixado é que nos faz pensar em outra coisa e não podemos deixar de escrever sobre sua condição de troféu, imagem ressignificada ou mesmo ficção. A arte pode ter vários sentidos, mas há dois que o quadro parece nos transmitir: o fator de distração no distanciamento da realidade e seu conjunto estético ideológico ligado ao passado. O próprio Museu, antigo centro político, ganha finalmente sua condição de patrimônio, de fato, é estranho apenas as casas da elite viram patrimônio, talvez isto seja um ciclo, a matança indiscriminada do grupo

²⁴⁸ Ver Anexo: foto nº 7.

²⁴⁹ Embaixo do quadro há uma amostra de parte do material industrial dos sambaquis.

indígena, a conquista do capital como a destruição do meio, a ascensão política, os modos da elite, as instituições criadas para emitir ordens, seu reaproveitamento como Museu, nesta nova instituição, sempre bem cuidada, aparecem os fragmentos da representação do passado, peças do passado, quadros do fundador, do civilizador, coincidentemente dos indígenas. *“Monumento e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano: essas noções e suas sucessivas figuras esclareçam de forma privilegiada o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade”*²⁵⁰.

O envolvimento institucional-político (Universidade, Prefeitura e produção literária) das elites na cidade procurou e procura lembrar a questão indígena, seguindo modelos provincianos de homenagem, ou apenas no contato com o europeu. Mesmo havendo um grande campo de pesquisa em documentos e na antiga indústria cultural²⁵¹ sobre os primeiros habitantes desta região, ainda assim preferem patrocinar outras pesquisas, como para ELETROSUL²⁵².

Temos em Itajaí um acúmulo de escritos produzidos a partir de 1824, que se referem ao indígena de várias formas, desde entrave à colonização até sua forma misteriosa e folclórica. Há sempre uma maneira ruidosa e comemorativa de exaltar exaustivamente a figura do primeiro fundador como herói e do aventureiro colonizador. Dessa maneira, construindo, nas ações e textos, um conjunto de fenômenos intencionais ou não, os quais estão sendo abordados neste trabalho.

²⁵⁰ CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 205.

²⁵¹ Sambaquis: conhecidos de forma superficial como cemitérios de índios. Localizam-se em bairros afastados: Cabeçadas e Itaipava. Houve, na década de setenta, a exploração arqueológica do Sambaqui de Cabeçadas, executada pelo Padre Rohr; parte desta pesquisa encontra-se em Balneário Camboriú (Santur) e a outra está em Florianópolis. O outro Sambaqui (Itaipava) corre o risco de virar tijolo, pois se localiza nos fundos de uma olaria.

²⁵² GOULART, M. (coord.) **Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai**. Itajaí: UNIVALI, Propex: ELETROSUL. 1997.

Hoje os povos pré-coloniais vivem presos em reservas, pequeno pedaço das terras que habitavam, insuficientes para sua sobrevivência cultural. Controlados pelo Estado, identificados pela ciência, catequizados pela igreja, resistem, apesar de tudo, mostrando sua força. Os passos dados na identificação de uma lógica na escrita em que o processo de exclusão e inclusão acontece, por meio das palavras, certamente atende a uma intenção política referendada no método científico gramatical, mas de uma forma trágica, pois identificar é destruir²⁵³.

A tentativa de compreender as ressignificações do indígena nesta dissertação teve como objetivo examinar parcialmente as condições de um poder eminentemente sintético, acionado por correntes discursivas (Indianismo, Nacionalismo, Civilismo e outras). Nestes dispositivos, encontramos um conjunto de modelos teóricos criadores de um objeto simbólico, chama atenção a complexidade deste tipo de análise, por isso apontamos sua parcialidade. Mesmo assim acreditamos que foi fundamental a busca de algumas referências que auxiliaram o entendimento de efeitos de longa duração que, mesmo silenciosos, têm relação com o grupo indígena nos hábitos de Itajaí, porque os símbolos perduram e querem dizer alguma coisa. Neste texto, apresentamos algumas idéias fundamentais da interlocução que se estabeleceu entre sociedade ocidental e a assimilação estereotipada do indígena em vários símbolos. Partimos do pressuposto de que a discussão que relacionou o símbolo e a sociedade ocidental vive na constituição dos modos de representação e de compreensão do mundo, ora como campo de disputas, ora como fonte de montagem.

Também procuramos mostrar em que medida as articulações entre os símbolos e os indígenas constituíram um novo campo de saber aparentemente nebuloso, na confluência da história, literatura e escrita, com o objetivo de compreender as transformações provocadas pela conquista significativa e material. Principalmente no caso da elite fundadora do Guarani, em que as representações, por serem transmitidas no estojo da oralidade e educação, e por serem impostas aos

²⁵³ FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Ed., 1999 p. 121 – 123.

indivíduos, acabaram gerando sentimentos de reverência, de fé, de veneração por seus objetos. É claro que há diferenças entre uma representação construída por um grupo e as diversas representações individuais ao se depararem com o objeto. No entanto, não implica na existência de um pensamento coletivo caracterizado nos indivíduos que compõem o grupo social; por outro lado a distinção lingüística aderiu a tal pensamento.

Neste caso, o lugar dos símbolos seria o de transportar uma quantidade de idéias aparentemente reais para o domínio da sensibilidade, os símbolos estariam numa dimensão característica e de poder, talvez diferindo exclusivamente no significado ofertado à impressionabilidade dos indivíduos. Entretanto, sua produção deixou marcas, operacionalizando a lembrança e tendo uma função de grande relevância neste tipo de associação, a qual fundamentalmente passou a concretizar uma certa necessidade de reprodução cultural, pois possibilitaria que as inúmeras sínteses estivessem representadas nas tradições da distinção individual. O fato de aparecerem isolados vários destes caracteres construtores do símbolo e de estes destacarem-se sensivelmente na sua arte final mostra uma intenção pelo menos inicial de ligação entre estas tradições.

Partes de vários pensamentos sobre o indígena acabaram coagulados em uma estrutura emblemática. Apesar das dificuldades intrínsecas de entender o conjunto das ambigüidades e ideologias existentes em símbolos complexos, tentamos explicar algumas frações deste universo, sob o risco de abdicar da visualização de outras partes destas relações, no próprio grupo fabricante dos símbolos, devido à motivação do nosso trabalho.

Nos símbolos idealizados pela sociedade de elite, há uma predominância dos rudimentos afetivos, códigos do conhecimento universal. É perceptível a existência sentimental, parece-nos uma dualidade-unidade entre a ideologia e a emoção. Os objetos integrantes da estrutura que formam o símbolo são reconhecidos de acordo com discursos anteriores, mas seu produto é logo envolvido em um estado de consciência complexo, onde esta integração dificilmente é percebida; o símbolo,

assim, passa a ser encarado como peça única. O brasão e seus desenhos, o artesanato e a pintura no museu concederam ao corpo social um papel fundamental, ao considerar o espírito indianista e outras generalizações fundamentalmente ativas, como um elemento centralizador dos significados inerentes. Deste modo, o outro não foi compreendido, todavia assimilado de diversas maneiras.

3.4 Pontos de lembrança: palavras indígenas na cidade

Quando observamos os vestígios do indígena na cidade, suas ruínas, as sombras que podemos distinguir, ora como comunidade na beira do asfalto ou, em outras vezes, na cidade, vendendo seu artesanato para poder viver. Tivemos a oportunidade de registrar a presença da mulher Guarani e seus filhos nas esquinas da cidade, pensamos em não o fazer para que antigas práticas a que estamos dando visão e criticando neste trabalho não se repitam, mas todos sabem desta presença. Nossa intenção é ir mais ao fundo, tirar os pontos que a cirurgia da história e o processo civilizador colocaram disfarçadamente na construção de sua identidade. Sem máculas, aparentemente, os pontos que hoje são, por diversas vezes, homenageados escondem, em tempos passados, marcas que parecem não lembrar.

Estes traços processados pelo esquecimento, pelo silêncio na história podem ser vistos em vários lugares por meio das palavras como: Itajaí, Guaraponga, Ariribá, Canhanduba, Itaipava, assim como em livros didáticos, na curiosidade sobre os sambaquis, no próprio dia do índio²⁵⁴ e outros já trabalhados aqui. Estes traços do silêncio acabaram nos revelando duas coisas: a primeira está na condição de nomeação dos bairros e localidades, atribuídos por antigos moradores que tiveram

²⁵⁴ O dia do índio foi “comemorado” no Brasil, pela primeira vez, em 1944, no dia 19 de abril. A idéia partiu de um apelo de Cândido Rondon, a partir de sua participação no Iº Congresso Indigenista Interamericano realizado no México em 1940. Desta forma, Getúlio Vargas, assinou o decreto lei deferindo o pedido sob o nº 5540, no dia 02/06/43.

contato com o grupo indígena, como escreveu de forma conflitante Afonso Luiz da Silva: “*Em quase todos os casos, na região em que se inicia uma colônia ou povoado, as terras adjacentes já tinham moradores, em geral esparsos, mas que não possuíam as qualidades de mando e de iniciativa para agrupar uns e outros para formar a póvoa inicial e assim, nessa hipótese a futura cidade ficou sem fundador, ou então alguém veio mais tarde, com novos elementos, e se estabeleceu começando comunidade.*”²⁵⁵ Parece que estamos vendo uma das chaves para o silêncio, pois, quando se dirige a antigos moradores, está referindo-se a posseiros e indígenas, esparsos e sem as supostas “qualidades” no mundo ocidental, de qualquer forma, este trecho dá-nos uma pista interessante, o ponto que se escolhe para escrever a história da cidade é o mesmo que determina a desqualificação e o esquecimento do grupo indígena. A segunda é o próprio nome da cidade e do rio, Itajaí, o que leva a pensar se o fato de sempre associarem o nome da cidade como nomeação dada pelos indígenas não ter sido mais um ponto de atrito entre a sociedade ocidental e o grupo indígena. “*Do nome do rio, vem o nosso nome: Itajaí. Foram os índios que assim o chamaram.*”²⁵⁶

O produto histórico, neste caso, não é não ter memória, mas construir uma identificação com um passado mítico, a fundação e o processo de civilização são coadunados pela repetição e invenção da escrita na história, uma intenção que colocou estes pontos de lembrança em uma parte da memória fracionada da civilização ocidental, mas associados apenas com os atos que enobrecem a cidade. O não - índio se apropria, criando reminiscências do passado, elaborando estereótipos. Escreveram sobre a participação indígena como se nada houvesse acontecido, uma contribuição póstuma, talvez um fenômeno não intencional.

A discussão sobre a palavra Itajaí e seu significado arrastou-se por quase cem anos, incluindo, curiosamente, várias pessoas já citadas neste trabalho em tal

²⁵⁵ SILVA, Afonso L.da. Op. Cit. p. 01.

²⁵⁶ D’AVILA, E. **Pequena História...** Op. Cit. p. 14.

análise, como, Roquete Pinto, Carl Friederich von Martius, Carlos da Costa Pereira, Arnaldo Santiago, Eduardo de Lima Silva Hoerhan, Raulino Reitz, Marcos Konder, Edison d'Ávila, entre outros. Esta tentativa de achar o significado supostamente correto traz lembranças de um espírito definidor, científico mesmo, parece-nos haver uma espécie de fala da própria palavra a perguntar ou a querer dizer alguma coisa sobre o que ela pode representar. Pode ser apenas um pensamento, mas os cem anos ou mais de preocupação com o significado quer ser entendido como uma forma de conexão com algo súbito e invisível, que indubitavelmente estamos tentando trazer para a superfície.

Se fosse um simples acaso ou apenas uma curiosidade, por que haveria o interesse de vários estudiosos, escritores, historiadores, botânicos, enfim, de todos aqueles que, respondendo a cartas ou a pedidos de tal modo e com afinco, estariam envolvidos na tentativa de fazer a epistemologia da palavra Itajaí. Um exemplo bem interessante encontra-se no museu de Itajaí, uma carta enviada por Plínio Ayrosa, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, compilada e apresentada por Eduardo de Lima Silva Hoerhan, chefe do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) do Posto Duque de Caxias, na comarca de Hamônia em 02 de janeiro 1939. A referida, remetida a Itajaí, destaca o interesse do Dr. Padberg por esta questão, na Revista de Filosofia e História, tomo 1 página 427:

(...) quase nada mais será licito acrescentar sobre o assumpto. Si existiu um chefe indio, ahi, chamado Taiárána; si há um morro Taió, si nas obras clássicas e nos mappas antigos vem consignada a expressão para indicar accidentes geographicos, força a confessar que Tajahy deve ser rio dos tajás ou tayás. Naturalmente a phrase: rio dos tayás não deve ser traduzida - rio das couves – mas apenas: rio que vem da região dos Tayás, da zona em que as tayás eram abundantes. A palavra tayá deverá ter perdido a propriedade de designar um vegetal determinado, para assumir um caráter genérico de um toponimo. Admitta o meu bom amigo a existência de uma região em que a tayá abumdasse; dê ao tayá as prerogativas de caracterizar essa região; veja um rio correndo por ella, sem nome... Si fôr preciso nomear este rio, qual o indicativo que primeiro e logicamente surgirá a sua mente? Tayá-y, rio da região dos tayás rio que desliza pelas

*zonas em que os tayás abundam, naturalmente. Si tayá designa um peixe, um vegetal, um insecto, etc., não interessa saber no instante da denominação; constata-se que elle vem de uma região de tayás, e basta; é o rio da região das tayás. Tayá é um toponimo genérico, autónomo, preexistente à denominação do rio tenha lá a significação que tiver. Claro que si não houvesse a occorrença dos factos históricos e geographicos a justificar a etymologia de Tayay ou Tajahy outro rumo poderíamos seguir. Tayabuý, como vem nos mappas jesuíticos, mais correctos que outros a respeito de toponimos dessa região bem poderia lembrar um peixe vulgar em nossos Estados, o Táyabucú (*Xyphorhamphus hepsectus* L.) muito parecido com o peixe cadela ou cigarra. No nome vulgar desse peixe predomina a idéia de dente longo, afilado, tāyábucu, como em tayaçu, o porco, a de dente grande, tāya-açu. Em ambas as designações o accento Tónico cahe na primeira syllaba. Ora, a contração desse nome, tão ao sabor do povo, daria, como deu, táyabú. O rio portanto que se caracterisasse pela existência notável de tayá, poderia chamar-se Táyabuy...(...)*

O interesse em firmar bases para o nome do rio²⁵⁷ e cidade não pode passar despercebido, pois sabemos a importância dada pela escrita local em tratar das definições. Havíamos relacionado há pouco uma das chaves do silêncio sobre os acontecimentos que deflagraram o genocídio indígena, a outra, que não vamos comentar, é a discussão sobre o fundador da cidade. A definição técnica da palavra Itajaí e de quem foi o fundador são, sem dúvida, pontos que coagularam o silêncio, como uma aparência enganadora que tornou invisível o conflito indígena. Mesmo talvez não perceptível para quem o fez, esta desordem vai mais longe ainda, por exemplo: na escola, lista telefônica, panfletos comemorativos, internet e outros meios onde geralmente se aprende que a palavra Itajaí é de origem “*Tupi-Guarani*” e que significa, “*rio que corre sobre as pedras*”, Unindo dois grupos lingüísticos que já são generalizados, tal atitude tornou-se prática na escrita da cidade inúmeras vezes.

²⁵⁷ Silveira Júnior foi outro que permaneceu perturbado com tal significado, sua preocupação é tão grande que traça curso ao Paraguai, onde procura a ajuda de um especialista da língua Guarani, o professor Deconud Larrosa, o mesmo sentença a referida definição como: Itajaí – *pedra laminada*. Jornal do Povo, Itajaí, 09/08/1969. Até mesmo Hermes Justino, em seu, *Pequeno Livro*, já citado aqui, tenta uma solução para este problema: “*O Monumento a Itajaí, “erguido” pela natureza, o Jaó-de-Pedra ou Pedra-Jaó – que o vulgo o chama impropriamente de Bico-do-Papagaio, foi o que de melhor os Índios acharam para perpetuar na pedra o nome do rio (...) p.46.*”

Quais seriam os motivos desta discussão de longa duração? Se o nome está ligado proporcionalmente à importância do rio e da cidade, parece que há uma estreita união entre a sua posição comercial e um passado em que esteja considerado o resquício indígena, nome da cidade, com a “bravura” dos “civilizadores”. Isto poderia dar-se como uma espécie de tradição, pois ter um nome indígena, apropriar-se dele, tem um caráter simulado e virtuoso. A discussão, que aparentemente parece vazia, ocultou a incursão no ambiente indígena. Será proposital a existência do silêncio? A memória materializa-se na superfície da escrita quando é controlada e simulada, seguindo um motivo específico; não seria, então, um esquecimento, mas, sim, uma fraude.

Os efeitos que produzem a arte de não lembrar podem encenar inúmeros pontos do não-dito, assim como as palavras usadas na relação com o grupo indígena sempre vertem para um mesmo desembocar. O silêncio envolveu a temática indígena por um processo complexo e de longa duração, mas que apresenta nuances. Suas pistas são como fatias de uma esfera nebulosa, neste momento o que queremos é trazer à tona mais uma destas partes. Na década de setenta, é noticiada, com surpresa, na cidade, a existência de um sambaqui. Sob o título, “*Cemitério de Índios em Cabeçudas*”, no local foram encontrados acidentalmente “*oito pessoas numa pequena profundidade*”²⁵⁸, durante as reformas que iriam ampliar o antigo Iate Clube Cabeçudas, freqüentado, durante décadas, pela elite da cidade. Segundo o padre arqueólogo, João Alfredo Rohr²⁵⁹, Alberto Bernardes, presidente do clube na época, foi quem relatou o episódio, levando partes do material do sítio²⁶⁰ até Florianópolis. A

²⁵⁸ Ver Boletim Oficial da Prefeitura Municipal de Itajaí: nº6 de 03/12/70. “*Observamos que o índio de Cabeçudas sepultava os seus defuntos na areia, em muito pouca profundidade, sob o chão (...) da própria casa (...) os sepultamentos sofreram grandes perturbações, primeiramente por parte dos próprios índios, que continuavam a remexer o solo, fazendo novos sepultamentos, em épocas mais recentes (...) Há 50 anos passados, moradores brancos já encontraram ossadas no local.*”, p.02. Foram recolhidos do local, após o trabalho arqueológico, 56 esqueletos, 30 litros de seixo, 25 litros de conchas, 20 litros de ossadas de peixes e mamíferos, 5 litros de cacos de cerâmica indígena, 4 machados de pedra polida e 20 pontas de flecha.

²⁵⁹ *Jornal do Povo* Itajaí 12/12/1970.

²⁶⁰ Ver Anais do Museu de Antropologia da UFSC, Florianópolis: dez. de 1984, ano XVI, nº 17, p.124. Foi ainda constatada a destruição de alguns esqueletos do sítio arqueológico por parte de Júlio de Carvalho morador de

notícia foi divulgada em jornais e rádios da cidade, causando uma certa euforia nas pessoas, as quais interessavam-se em ver a novidade, havendo até um movimento pela permanência dos achados na cidade – “*Os esqueletos são nossos*”, que culminou com a permanência de alguns sepultamentos no Iate Clube, por força do então prefeito Julio Cesar, porém logo depois o material foi transferido para SANTUR.

Com este exemplo, o que desejamos mostrar são fatores que proporcionam não só o esquecimento, não penderíamos esperar o interesse da administração pública, não é esse o nosso objetivo, pois acreditamos que os interesses científicos da cidade estão ligados aos meio promocionais recheados pela importância do capital. Não é coincidência que diversas áreas que não planeiam o nome do órgão público de administração da cidade e da Universidade do Vale do Itajaí, estão delegadas ao descrédito e a falta de investimentos. Temos consciência que tal atitude não demonstra um entendimento profícuo destas instituições, tudo parece fazer parte de um fenômeno histórico, de fato, a lembrança e o distanciamento do grupo aniquilado torna-se desagradável para as pessoas que compõe estas agremiações públicas.

Quando o Iate Clube Cabeçudas foi construído sobre o cemitério indígena, esta ação material articulada no passado trouxe-nos uma série de lembranças já discutidas nesta dissertação, como a questão das ressignificações nas palavras, também a atitude dos civilizadores de vestirem o indígena, mas, neste caso, há mais de uma vestimenta, ou seja, em representação uma significação sobre a outra. A existência em si dada ao cemitério pela mídia já provoca um distanciamento natural sobre o grupo indígena que foi dizimado, entretanto outros distanciamentos apareceram, como a própria construção, a exposição dos achados, a recolocação destes achados para outros lugares, o movimento “*os esqueletos são nossos*” entre outras vestimentas de representação. A conclusão a que se chega é que tudo isto acabou funcionando como uma espécie de labirinto na escrita, uma vez que tudo acaba distanciando o grupo que sofreu a violência. Passamos, então, a apresentação de

Cabeçudas, que por isso teve problemas de ordem jurídica. Também um estudo da UFSC determinou a idade aproximada de 950 anos para o local, usando a técnica do C14.

um outro exemplo que poderá nos dar melhores condições de análise, são duas citações a partir das quais gostaríamos de destacar alguns comentários:

O nome Itaipava, com as variantes Itoupava e Itopava é de origem tupi-guarani e significa “pedra que atravessa a água”. De fato, no Itajaí-Mirim, à altura da ponte da estrada do tatu, de um e de outro lado, duas lages de pedra atravessam o rio a pouca profundidade. A região foi território dos bravios índios botocudos, como comprovam os sambaquis²⁶¹ ali existentes. Os botocudos resistiram com violência a ocupação de suas terras pelo homem branco até as primeiras décadas do século passado. São muitos os registros históricos de ataques com destruição e mortes²⁶².

Esta foi a primeira oportunidade que o público itajaiense teve para ver e “absorver” uma mostra dos resultados de muitos anos de estudos sobre os vestígios do homem pré-histórico (...) Buscou-se demonstrar que o conhecimento científico dos sítios arqueológicos, como os sambaquis, é o ponto chave para a pesquisa sobre os primeiros habitantes da terra catarinense. Ações concretas com vistas a preservação e ao estudo do sambaqui de Itaipava, descoberto em 1988 e até agora desprotegido, devem ser executadas²⁶³.

Inicialmente a preocupação dá-se por meio da tradução do nome Itaipava, bairro da cidade, depois vemos associações e distanciamentos, por meio das palavras (bravio-índio-botocudo) por uma qualidade de bravio adjetivo imposto ao grupo indígena já que resistia a prática colonial do não - índio; através de uma união do grupo indígena com os sambaquis; também por outro vínculo - as palavras ataque, morte e destruição como ações do sujeito indígena; ou mesmo a ligação destes episódios da escrita, como o próprio nome Itaipava e as condições registradas na História. Pode haver outros efeitos, mas estes, de forma surpreendente, em um pequeno trecho revelam: discurso, representação e silêncio. Nota-se que, como este parágrafo, existem inumeráveis, com características próprias e efeitos semelhantes, neste ponto voltamos a pensar na prisão que o texto tornou-se para o indígena.

²⁶¹ Sambaqui descoberto na Itaipava em 1988, acidentalmente, quando o dono da região mexia com a terra do local, nos fundos de uma olaria. Não se tem informações sobre nenhum tipo de pesquisa no local.

²⁶² Verificar documento 47, p.1, sob o título “Itaipava”, que pode ser encontrado na Fundação Genésio Miranda Lins (Arquivo Histórico), fruto da pesquisa do professor Edison D’Avila.

²⁶³ *O Papa Siri: Itajaí*, Abril/Junho 1993.

O segundo parágrafo chama a atenção pois carrega o título “*Homem Pré-Histórico*”, o termo, a partir de seu significado primeiro, não poderia apresentar relação com o grupo indígena, uma vez que se remete ao homem do Renascimento europeu, a própria História etnocêntrica seguida do pré, ou seja, antes da escrita neste sentido, não há relação, por outro lado, são as pessoas que fazem a relação. Há ainda o ponto chave para o entendimento dos primeiros habitantes da terra catarinense, dois fatores preocupam a denominação, é ocidental e o passado foi associado. As perguntas que ficam são: Quais foram as contribuições do grupo exterminado? Como o não-índio pode incluir estes povos na construção da história e identidade? A pesquisa científica e o conhecimento arqueológico excluíram para este público o passado dos indígenas, proibindo oficialmente sua existência. A conveniência de conhecer alguma coisa sobre o passado pré-colonial na cidade funcionou apenas como um enunciado que deflagrou palavras como, oportunidade e promoção, talvez tenham sentido, se voltados para uma arquitetura do silêncio.

Que papel desempenham os livros didáticos na produção de informações sobre a questão indígena em Itajaí? Este questionamento acabou nos indicando mais um tema gerador do silêncio dentre os quais estamos buscando um certo cenário dos efeitos deste problema. Sabemos das numerosas imagens construídas pela literatura, pela música (Carlos Gomes), pela poesia e pela historiografia sobre a presença do indígena. Temos noção de que não há possibilidade de abordar todas as representações presentes no setor educacional em Itajaí, para tanto, temos a intenção de apresentar uma reflexão em duas partes: (1^a) O quadro gerador de desinformação. (2^a) A visão alterada que o conteúdo estabelece sobre os grupos indígenas²⁶⁴.

A reunião destas significações sobre os indígenas construiu uma espécie de código simbólico, uma diversidade que acabou provocando uma unanimidade na

²⁶⁴ A maior parte dos livros que pesquisamos (1991-2001) do município de Itajaí não apresentam sequer informações sobre o referido assunto, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental (1^a / 4^a e 5^a / 8^a). Os livros que tocam no assunto indígena são replicas ou mesmo originais adaptados como; *Conhecendo Santa Catarina, Meu Estado Santa Catarina, O Brasil Somos Nós*, entre outras publicações do município e Estado catarinense.

interpretação, como se todos os grupos indígenas apresentassem um comportamento cultural homogêneo. A abordagem generalizada do indígena sempre é encontrada no mesmo lugar, em separado, nos livros, em uma sessão específica no passado²⁶⁵, depois torna-se a escrever sobre a história do Brasil ou mesmo catarinense; desta forma, o indígena só aparece em função do “colonizador”. É uma maneira estranha de ser citado, mas às vezes chegamos a pensar que tal denotação é proposital, porque percebemos serem os acontecimentos focados em um processo dissimulado, havendo sempre um tom humanitário ou mesmo exótico. Os livros didáticos elevam os feitos e a conquista das elites. Não poderia ser diferente, pois, silenciando ou ignorando sua relação com o grupo indígena em Itajaí, revelam o viés etnocêntrico da escrita.

De acordo com Eni P. Orlandi²⁶⁶, que nos vem auxiliar na compreensão dos efeitos do livro didático, existem dois tipos de esquecimento que entendemos serem produzidos como resultado de repetição: o primeiro seria a relação aparente entre palavra e coisa, no sentido em que o dizer poderia ser sempre outro, provocando uma impressão de realidade no pensamento de fato como única coisa que se pode dizer a respeito, como: “*Itajaí, de origem indígena, que em Tupi-Guarani significa: rio que corre sobre as pedras.*”²⁶⁷ A imagem passada às pessoas limita-se a dizer que os *índios* foram os primeiros habitantes e nada mais, a informação ganha um encerramento em que o conflito parece ser inexistente, constando apenas o nome da cidade, ou mesmo, como sempre escutamos das pessoas com um ar de surpresa, quando se toca neste assunto, (Tinha índio em Itajaí?). Desta forma, saber que os indígenas existiram e que a partir deles o nome da cidade tem sua origem é o máximo que se pode aprender. Nos anos seguintes, podemos verificar inúmeras repetições, com características semelhantes, ou até mesmo com a presença de indígenas da América do Norte. O segundo tipo de esquecimento abordado por Orlandi está na proporção em que somos afetados pela ideologia e que passamos a repetir idéias-força

²⁶⁵ O mais grave nesta metodologia é que, ao jogar o grupo indígena no passado, os livros didáticos acabam encerrando o problema produzindo a perspectiva da não existência dos mesmos.

²⁶⁶ ORLANDI, E. P. *Análise de discurso...* Op. Cit. p. 34-36.

²⁶⁷ Ver Comunicação e expressão – Integração Social; Conhecendo Santa Catarina. Produzido pela Secretaria da Educação, PMI, 3ª Série do 1º Grau, Itajaí: 5ªed (Reformulada), 1991, p.74.

ou discursos de sentidos passados, pensando que aquilo que falamos ou escrevemos é originalmente nosso como exemplo, temos a seguinte passagem: “*O elemento indígena foi muito importante na cultura brasileira e as principais contribuições que podemos apontar são: na agricultura na alimentação, nos costumes, no folclore, no vocabulário.*”²⁶⁸ Imediatamente podemos perceber antigos discursos de assimilação étnica e cultural, o próprio título “*Índio irmão marginalizado*” proporciona o entendimento de que se deve incluir o indígena na sociedade ocidental, o mito das três raças, a apropriação do indígena como parte da cultura brasileira, a absorção de seus alimentos e costumes sempre seguindo uma linha generalizada, sua colocação no folclore e, por fim, a conquista de sua língua pelos moldes ocidentais perfazem lembranças e troféus de sua conquista.

Neste entendimento, é que podemos então relacionar os elementos da escrita didática sobre as concepções do indígena com ações de isolamento e fragmentação, já que tais conceitos sempre aparecem de forma incoerente. Os volumes ou não dizem uma só linha sobre a questão indígena, ou confirmam coisas similares, excepcionalizando aspectos homogêneos das sociedades indígenas, portanto as pessoas que aprenderam a partir daqueles livros concluíram que os indígenas tiveram o mesmo comportamento tribal no passado. Assim fica clara a impossibilidade de formular um conhecimento complexo sobre a vida indígena, pois, de qualquer forma, as únicas vezes em que o indígena da região é abordado, ou aparece na relação com o nome da cidade, ou com outros grupos indígenas dos séculos XVII e XVIII.

Todos os pontos aos quais nos referimos provêm de uma única causa que move este trabalho - aqueles que viviam nas terras cerceantes do rio Itajaí, nas praias, uma vida que foi destruída pelos projetos do não-índio no século XIX. Sabemos e queremos demonstrar que os fenômenos da escrita, de fato, não podem incluir os

²⁶⁸ Ver “O Brasil Somos Nós”, Comunicação e Expressão, 4ª Série – 1º Grau, 5ª ed., 1991. Produzido pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Itajaí, *Índio irmão marginalizado*. p.55.

indígenas senão como o vêem e não como são. Se houve desenvolvimento da cidade, foi sobre o sofrimento de outros, por este motivo fica difícil uma abordagem da escrita e história que não causem fissuras na estrutura moral daqueles que, tantas vezes, são enaltecidos como heróis, civilizadores, fundadores ou mesmo pessoas consideradas ilustres. A própria escrita e história têm um forte caráter europeu, são de fato retransmissores de uma outra forma de ver o mundo. Os ideais de razão e civilidade não suportam em suas estruturas uma tradução real dos acontecimentos, desta forma entendemos o silêncio e as deformações dos indígenas, mas outro problema surge no tempo em que estamos vivendo: Qual seria a abordagem que a razão renascentista faria de tal situação, já que suas vísceras mostram-se contrariadas a desfazer os pontos abordados neste trabalho?

CAPÍTULO IV

O efeito cessante: o aparecimento dos limites

4.1 Apontamentos sobre as marcas do contato

A oportunidade de escrever sobre as formas de contato (sociedade ocidental x grupo indígena) passou inevitavelmente pelos modelos de domínio do capitalismo, empresa colonial e as concepções racistas e eugenistas do pensamento “civilizador” do século XIX e início do século XX. Não queremos escrever sobre o encontro de dois mundos, nosso objetivo é outro, o de dar visão, fazer aparecerem as práticas que levaram a população indígena ao quadro de morte e civilização, portanto temos como objetivo mostrar que as relações do não-índio com o indígena nunca foram sensivelmente justas, como uma troca, mas sempre com práticas de dominação. Não cremos na ajuda, se houve alguma foi no sentido da não existência ou na adaptação do idealismo ocidental.

O pensamento ocidental relacionado ao progresso foi constituído de um ponto de vista unilateral para com outros modos de vida, repressivo por encontrar-se postulado nos parâmetros da ciência e também por supor primitividade a outros povos. Essa postura imperialista, típica de conceitos imaginativos do que deve ser a “humanidade”, a própria palavra é uma criação ocidental, pensou na materialização de um projeto, não importando os meios - para o indígena com violência, para o não-índio, oportunidade de crescer explorando o meio e a terra. O desenvolvimento, dentro dos moldes do capitalismo acobertado pelo vínculo do lucro, ordem e progresso, fez-se sobre a conquista do outro. Sendo mais explícito, para o sucesso da Empresa Colonial restavam dois caminhos, a população indígena morrer ou ser cristianizada.

A vinculação do desastre indígena com as práticas do governo não aconteceu por acaso, havia muitos interesses em montar colônias no território indígena. “(...) *Os vales litorâneos, cobertos com exuberantes florestas, e as encostas do planalto até então não haviam sido explorados. Toda essa área era considerada desabitada, embora há muito se soubesse da presença ali de indígenas. A idéia de um “vazio demográfico” prevaleceu nas decisões oficiais.*”²⁶⁹ Sabemos que o Sul do Brasil²⁷⁰ não escapou às intenções das pessoas que acreditavam no imperialismo, o pensamento vendido de terras desabitadas pode ser encontrado até hoje na significação histórica das palavras ocupação e colonização, pois que sempre foram utilizadas com um valor moral de trabalho e desenvolvimento, geralmente associados a uma região aparentemente despovoada. De qualquer forma, as intenções ligadas ao território indígena estavam de braços dados com as condições precárias em que regiões da Europa passavam. Com o processo adiantado de industrialização e o vulto das unificações da Alemanha e Itália, observa-se um contexto com conseqüências diversas em regiões específicas, menos favorecidas, nas quais o governo brasileiro foi atuante com sua propaganda enganosa e política explícita de branqueamento. Ao estimular a imigração, estão, neste meio, também as empresas de colonização com objetivos bem específicos, como os apresentados a seguir:

- (...) 1) *sendo pouco habitadas pelos nativos e possuindo condições climáticas vantajosas, favorecessem uma imigração alemã em grande escala com boas possibilidades de desenvolvimento.*
 2) *pelo fato de a população nativa ser de “raça inferior” garantissem que a etnia, cultura, língua e nacionalidade dos imigrantes ficassem preservadas;*
 3) *a longo prazo fornecessem matérias primas para a Alemanha; e,*
 4) *no início não desenvolvessem indústria própria, dependendo, portanto, da importação de produtos industriais da Alemanha. (...)*²⁷¹

²⁶⁹ SANTOS, S. C. dos. **Os índios Xogleg: memória visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC; [Itajaí]: Ed. da UNIVALI, 1997, p. 19.

²⁷⁰ Ver Anexo mapa nº 2.

²⁷¹ RICHTER, K. Op. Cit. p. 13.

A política imperialista do século XIX²⁷², comum no Novo e Velho Mundo obteve seu estabelecimento na região apoiada pelas empresas de colonização e Governo Brasileiro. Este conjunto não deixa dúvidas sobre seu caráter destruidor, eugenista e capitalista, marca característica do mundo ocidental, que conseguiu aliar seus interesses econômicos com sua ideologia do progresso, brutal principalmente para os que não compartilhavam de seus interesses comerciais. Cristãos, trabalhadores e burgueses pensavam ser missionários do desenvolvimento como se pudessem tomar posse de tudo e destruir qualquer obstáculo que julgassem pôr em perigo seus mais nobres ideais, Quase decretaram o fim da população indígena, também do meio ambiente e, apesar disto tudo, venderam a máscara do sucesso e heroísmo histórico daqueles que colaboraram para o aniquilamento da população indígena. Vejamos mais detalhes sobre esta prática nos quais destacamos um relatório da colônia Hansa Blumenau, expedido em 1910, mas somente publicado em Itajaí no ano de 1911:

(...) Esta companhia, segundo nos esclarece o documento alludido, possui 174.874 hectares de terras, dos quaes, em 31 de dezembro do anno passado, já tinham sido medidos 44.000, sendo 1463 lotes coloniaes e 427 urbanos. Das terras restantes somente a metade pode ser aproveitada para colonisação, tendo o valor de sua riqueza florestal. Dos lotes medidos, 1235, já passaram ao dominio de particulares, representando o valor de1.100:797\$000 (...)
*O relatorio dá ainda conta dos recentes ataques de índios de que foi theatro a colônia e faz longas considerações a respeito do desenvolvimento econômico da fundação colonial, que, de anno para anno, vem demonstrando um progredir seguro e muito promissor.*²⁷³

Estes escritos e tantos outros mostram aquilo que queremos dar ênfase, ou seja, relacionar o crescimento econômico com a conquista indígena. Seria difícil a esta altura não querer pensar nas vítimas do processo colonizador e não mostrar que,

²⁷² SANTOS, S. C. dos. **Educação e Sociedades Tribais**. Rio Grande do Sul: MOVIMENTO, 1975, p. 18, “A motivação econômica dessa frente de expansão estimulava a expulsão dos campos dos contingentes indígenas, substituindo-os por cabeças de gado. Nesse objetivo, os componentes da frente de expansão se valeram da experiência que a metrópole portuguesa acumulou durante o rápido período em que se expandiu, dominando e exterminando centenas de povos tribais pela África, Ásia e América. (...)”.

²⁷³ Novidades, Itajaí 09/04/1911.

além do espírito promissor, houve um desenvolvimento não consentido sobre o território indígena e sua vida. Tal processo, camuflado por décadas pela prática histórica, mostra-se muito ao longe da percepção da maioria das pessoas que pensam viver em uma terra onde tudo foi conquistado exclusivamente pelo trabalho e de forma honesta. Para a maioria delas talvez sim, mas não é o que os documentos relatam. Mesmo dentro dos moldes ocidentais, seria justificável o desenvolvimento pago com a morte? Pensamos que não, mas para muitos tornou-se a única solução, como dizem, o “preço do progresso”.

De forma geral, a prática utilizada em maior escala ficou por conta do extermínio, quase sempre executado por grupos especializados em matar e destruir o indígena. Conhecidos primeiramente como companhias de pedestres, batedores de mato e bugreiros, tornaram-se braços eficazes do empreendimento capitalista:

*O metal dessa tinta que enferruja na lâmina da faca, surda e cega, antes loquaz e pânica, não é o sangue das gentes brancas, limpas, germânicas: é óleo que fluía na máquina de um bípede emplumado: o Xokleng, o bicho bugre, ríspido animal nocivo e impertinente que se pensa dono deste continente. Indigente animal que pegado de surpresa nas aldeias das matas, assusta-se com o estampido das balas e é agradável matar com um golpe de faca se o gume é aceso e no golpe se opões o comedido peso.*²⁷⁴

Os ataques às aldeias eram devastadores, quase sempre não havia sobreviventes, entre as mulheres grávidas, homens e crianças, tudo era queimado. Nos anos que levaram a perseguição e morte, tornou-se profissão a prática do assassinato coletivo. O ocupante da chefia do governo determina a política a seguir, com nenhuma consideração, pede providências e dinheiro, combina, articula com os comandados, talvez ignorantes, em seus pensamentos, heróis do empreendimento colonial, não podemos saber, mas, sem dúvida, eficazes no genocídio.

O pior dos ataques registrados nos jornais de Itajaí encontra-se no jornal Novidades, datado de 05 de junho de 1904 com o título “Carnificina de Bugres”,

²⁷⁴ SANTOS, S. C. dos. **Os índios Xokleng...** Op. Cit. p. 35.

onde foram executados 230 indígenas, a mando do governo. Sabe-se que as expedições tinham a missão de afugentar os indígenas²⁷⁵. Mesmo que fosse este o objetivo declarado, não havia mais espaço físico no Vale do Itajaí, o Governo Catarinense, as cidades, seus mandantes e mesmo colonos, sabiam dos acontecimentos, mesmo assim qualquer atitude realizada foi amplamente desastrosa. Os ataques aconteciam geralmente na parte inicial da manhã, e, depois dos massacres, era costume trazer os pertences dos mortos, em seguida, fazia-se uma exposição. Um exemplo disto está no próprio artigo no jornal Novidades já citado no capítulo IIIº deste trabalho, bem como em Itajaí houve algumas exposições; “(...) *Algumas flechas tinham pontas de ferro e foram na ocasião expostas na Agência dos Correios de Itajaí*”²⁷⁶. Outros relatos podem dar uma visão mais ampla sobre os contatos entre indígenas e não-índios:

(...) fizeram fugir de um sítio para o lado da Itoupava um morador, acompanhando-o e sempre dirigindo-lhe flechadas quando ele descia pelo Itajaí-Mirim em uma canoa; por ultimo mataram um filho do velho Francisco Cordeiro aqui em Cordeiros; em Camboriú, em Alegres, pouco depois da minha chegada a Itajaí massacraram de uma feita, 16 ou 22 pessoas, entre crianças e adultos, os quais foram enterrados no cemitério daqui; também em Camboriú, tendo os bugres assassinado um lavrador, um tal Sant’Ana, conhecido e aparentado em Itajaí, internou-se pelos matos acompanhado de um irmão do assassinado e de outras pessoas e matou a tiros um dos bugres inculpadados que se dizia ser cacique, trazendo-lhe a cabeça que veio para aqui e que eu vi ser de côr clara, sem barba, magníficos dentes e ter cicatrizes pelo rosto e introduzindo um pau enfeitado de 15 centímetros de comprimento no lábio inferior do qual pendia; cabeça que mergulhada em vinagre em um pote, foi remetida para Destêrro.
277

²⁷⁵ O massacre ocorreu na cidade vizinha de Blumenau (provavelmente Indaial ou Pomerode), tendo sido vinculada primeiramente no jornal “Blumenquener Zeitung” com a chamada, “Como se civiliza no século XX”, sendo mais tarde publicado no jornal Novidades.

²⁷⁶ CABRAL, O. R. **Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império**. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1959, p. 90.

²⁷⁷ No livro “Cem anos de município” de Itajaí, Pedro Ferreira e Silva (Médico, jornalista e político) recorre às lembranças do Sr. Antônio da Costa Flores, escritas no jornal Novidades, em junho de 1907 (Itajaí).

O modo como se processou a interferência ocidental no mundo indígena, presenciada na ação das instituições, pessoas e mecanismos, foi cruel, sutil e destruidor. O grupo indígena²⁷⁸ resistiu como pôde, não havia mesmo alternativa, sua simples presença bastava para que estivessem em perigo. O regime de perseguições a que foram submetidos mudou definitivamente as antigas condições de vida a que estavam adaptados. Por trás de seus perseguidores estavam aqueles que os pagavam, exemplos de conduta, muitas vezes homenageados nas praças da cidade, seus bustos, livros e cerimônias prestadas colaboraram para a composição de vultos históricos; delegados, magistrados, prefeitos, entre outras personalidades.

Algumas vezes os pedestres, bugreiros ou batedores de mato, que faziam a mesma atividade, poupavam alguns remanescentes tribais, geralmente crianças e mulheres, levando-as depois para a cidade como se fossem animais, depois eram adotadas como filhos ou até mesmo educadas para servirem de empregadas, prática comum em toda a região. Há inclusive relatos sobre crianças indígenas que ficavam para trás depois que a tribo tentava matar a fome, em alguma moradia de colono. Amarradas ao pé da mesa ou trancadas, passavam a ser educadas a partir das concepções ocidentais.

(...) Do nosso colega "O Dia", transcrevemos a notícia dos cinco silvícolas aprendidos neste Estado, na ex Colônia Angelina, e apresentados pela Conferência de São Jose, associação de São Vicente de Paula, a qual foram os ditos indígenas pelo governador do Estado em exercício, o sr, Coronel Antonio Pereira e Oliveira, confiados para serem educados: 1º.- Maria Inhataca do Nascimento, de 12 anos presumíveis e da qual foram padrinhos o sr. Cel. Vidal Ramos Junior e sua exma esposa Dona Manuela Rosalia de Oliveira. 2º.-Pedro Andyro Natal, de 8 anos presumíveis e do qual foi padrinho o sr. Cel. Vidal Ramos Junior e sua exma esposa Dona Amância de Carvalho Costa. 3º.- Laura Indiara do Nascimento, de 5 anos presumíveis, da qual foi padrinho o sr. Dr. Lauro Muller, Ministro da viação, representado pelo desembargador Dr. Domingos Pacheco d'Avila. 4º -Rosa Andyra do Nascimento, de 4 anos presumíveis, e da qual foi padrinho o sr. Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente da República, representado pelo sr. Coronel Antônio

²⁷⁸ Ver Anexo: foto nº 8.

*Pereira de Oliveira e Dona Francisca de Souza e Melo. 5º- Antônio Unda Natal, de 3 anos presumíveis, do qual foram padrinhos Antônio Lemos Ramagem e sua exma. Esposa Dona Maria Carolina Ramagem. Presume-se que São irmãos os batizados.*²⁷⁹

Depois da análise dos dois primeiros capítulos, passamos a entender a concretização dos discursos de assimilação. O trecho acima demonstra uma das partes do processo civilizador com características muito semelhantes às ocorridas na África e Ásia. Após a destruição do ambiente indígena, ficava clara a intenção de aplicar, com a ajuda das famílias e da igreja cristã, o processo doloroso que era a destruição da identidade e a sobreposição de uma outra, a critério dos colonizadores. O fato de batizar com um outro nome as crianças e pedir os cuidados de famílias não-índias é suficiente para demonstrar esta atitude, não bastava apenas matar, destruir a vida e ambiente indígena era preciso também não permitir que os traços dos vencidos fossem perceptíveis, os praticantes aplicavam a destruição cultural aos sobreviventes, que nitidamente foi e é uma forma de destruí-los por completo.

Ao contrário das crônicas fantasiosas, os jornais, correspondências, fotos e relatórios trazem um grande número destas práticas genocidas. Efetivamente não há cálculos sobre o número de mortos em Santa Catarina, mas, se levarmos em consideração as fontes no Vale do Itajaí, o qual abrange em torno de 64 municípios, percorrendo os anos de 1842 até 1912²⁸⁰, somando todos estes relatos as condições de fome, maltratos e doenças, cremos que é fantasia acreditar em apenas dezenas de mortos no período de pelos menos com anos. Seria correto acreditar em centenas, para se ter uma noção, os primeiros anos de contato na reserva indígena deflagram a morte de dois terços da população²⁸¹ e isso depois de uma redução populacional brusca, quando os remanescentes pertenciam a grupos culturais distintos.

Os momentos finais de liberdade do povo indígena como habitante das regiões tomadas à força pelo governo e empresa colonial, tanto no período imperial

²⁷⁹ *O Pharol*, Itajaí 04/02/1905.

²⁸⁰ Encontram-se relatos e notícias de mortes até o ano de 1930.

²⁸¹ SANTOS, S. C. dos. **Os índios Xogleng...** Op. Cit. p. 23-31.

como republicano, foram substancialmente esquecidos por uma política histórica sem transparência devido a esta questão não ter sido tratada em seu todo, apenas o que mais se constatou neste estudo foi uma suposta reação dos colonos e Governo contra os ataques indígenas e isso serviu como motivo para a política de afugentamento, o que não corresponde aos fatos em sua totalidade. A partir disso, o contexto que mais se sobressaiu nas produções históricas foram a elite e empreendedores como heróis e o colono como vítima.

Muitos colonos não foram esclarecidos pelo Governo, quando vieram participar das colônias, e por isso não queriam saber da existência dos indígenas e nem ter contato com eles. Mesmo assim, não é possível acreditar que alguns deles nunca tenham participado das chamadas turmas de bugreiros, aparentemente foi uma questão de contrato, as terras estarem livres dos indígenas. Por este ponto de análise, as maiores vítimas foram os indígenas. Sabemos que tudo isto mudaria os mecanismos da escrita histórica, pois aparecem como posições inalteradas, mesmo assim nosso objetivo é de dar visualização a estes processos históricos.

4.2 O relatório e a reserva: um caso de inspeção

No final do século XVIII, surge na Inglaterra um movimento radical e moralista intitulado Utilitarismo, que tinha como objetivo resolver diversos problemas sociais gerados desde a Revolução Burguesa no século XVII, com a política dos cercamentos e depois com a Revolução Industrial no século XVIII. Tais fatos remetam ao advento da miséria, exploração do trabalho, propriedade privada e uma série de outros resultados adversos ao bem-estar da sociedade inglesa. Tal movimento, o Utilitarista, apresentou então uma proposta de solução fundamentada na razão renascentista, somente esta racionalidade poderia levar os indivíduos ao

caminho da verdade e esta conduziria seus pensadores a qualquer resposta satisfatória independente da situação apresentada.

O Utilitarismo teve como principais representantes Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Gerando, respectivamente, a criação do Sistema Panóptico em 1787 e a Sociedade Utilitarista em 1822, os dois caminhos foram contemplados com a presença significativa de vários discípulos. Desta forma, estas linhas de pensamento alcançaram o mundo industrializado ou em processo de industrialização, primeiramente a França e outros países da Europa e depois a América, também chegando ao Brasil; “(...) *Mas o que diferenciava Carruthers da maioria dos membros da Colônia era a discussão em torno do grupo mais radical de pensadores ingleses, os utilitaristas. Ele era adepto das idéias de John Mill e Jeremy Bentham que tinham levado algumas idéias de Adam Smith a extremos.*”²⁸²

Para o Utilitarismo, os meios (cursos de ação) não observariam limites para alcançar o fim pretendido, trariam a felicidade aos seres humanos. As áreas que mais utilizaram este pensamento foram os juristas, pensadores do Direito e políticos de todas as matizes. De todas as formas que fossem possíveis, a intenção principal era a de capturar todas as relações sociais problemáticas, dispendo-as em um plano cartesiano, o qual então passaria a executar uma análise extremamente organizada, pressupondo que essa compreensão teria passagem obrigatória pelo pensamento científico.

Deste conjunto temático, interessa-nos a linha de Jeremy Bentham, mais especificamente sua invenção, “*O Panóptico*”²⁸³, obra que idealiza, juntamente com vários colaboradores, os meios de correção institucional da sociedade, tanto na arquitetura (edifício geométrico controlado por uma torre central de vigia cercada por salas abertas), como no seu desenvolvimento prático e ideológico. Seu funcionamento seria uma adequação da sociedade à lógica mecânica, as instituições - escolas, hospitais, sanatórios, prisões e outras, por exemplo, seriam máquinas; suas

²⁸² CALDEIRA, J. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 120.

²⁸³ BENTHAM, J. Op. Cit., passim.

engrenagens, os órgãos administrativos e, assim, sucessivamente. Cada indivíduo seria uma peça a constituir e reconstituir, caso contrário, estaria incluída em outra instituição. As características do panóptico ainda observam vigilância e punição e é especialmente neste sentido que abordaremos a Área e Reserva Indígena.

O princípio político, humanista e cristão que se tornou palco em Santa Catarina, a partir de um bom número de discussões, acabou seguindo uma direção na qual o grupo indígena²⁸⁴ estaria sob os cuidados e proteção do Governo Republicano em uma área demarcada. Esta, em hipótese, nos anos iniciais do século XX, objetivava uma política de preservação, ou seja, livrar a população indígena sobrevivente de mais mortes e perseguições²⁸⁵. Para este modo de agir, o Governo Brasileiro criou, por meio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILT). Tal órgão republicano seria responsável pelo agrupamento dos indígenas em um local específico e com objetivos claros de assimilação e utilização de sua força de trabalho na agricultura, destinados a um setor específico da sociedade ocidental, fundamentalmente sua algoz²⁸⁶.

Tendo como ponto de partida o SPILT, o Governo da República cria primordialmente para Santa Catarina, no ano de 1911, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A medida, de caráter urgente para as autoridades, teve esse efeito partindo da situação degradante e genocida que vivia o grupo indígena. Isso afetou o Governo muito mais porque sofria pressões da imprensa, da empresa colonial e de autoridades locais, exigindo providências do que por simples sentimento

²⁸⁴ Ver anexo: foto nº 9.

²⁸⁵ Houve tentativas (1860 - 1880) de fazer o mesmo no período Imperial. Tal prática seria a de agrupá-los por meio de atração e depois incluí-los em aldeamentos, sendo então orientados por funcionários (freis) da Igreja Católica. Os resultados deste empreendimento foram amplamente frustrados, talvez tenham conseguido cristianizar algumas pessoas, mas de qualquer forma não houve continuidade.

²⁸⁶ Não poderíamos esquecer que o processo criador das reservas indígenas não esteve restrito apenas ao Brasil, mas a toda América, continente usado como meio de sobrevivência para cerca de 16 milhões de pessoas (1492), divididas em milhares de grupos culturais distintos. Mas, especificamente no século XIX, com o adiantado estado industrial e a política generalizada de imigrações, já que a Europa apresentava um quadro de miséria e super população, neste sentido é que entendemos ter havido o impacto decisivo para a destruição do meio de vida destes povos, desde a América do Norte onde começou a política das demarcações territoriais e reservas para os indígenas de caráter científico, pois apareceram em um espaço limitado; portanto não foi um acontecimento exclusivo do Sul do Brasil e sim de todo continente americano.

humanitário, também porque a informação sobre o conflito já alcançava outros estados da Federação. Seguindo esta política administrativa, o Governo estadual, com autorização superior administrativa, criou o Posto Indígena Duque de Caxias, em 22 de setembro de 1914, mesmo ano em que fizeram contacto com membros indígenas na foz do rio Plate, tendo em seguida determinado o aparecimento da Área Indígena de Ibirama²⁸⁷ em 1926, ambos concretizados e sob a direção de Eduardo de Lima e Silva Hoerhan²⁸⁸.

O que pretendemos é analisar um documento encontrado no Arquivo Histórico de Itajaí. Por sua importância, decidimos preservá-lo no ambiente deste trabalho, anexando-o na íntegra²⁸⁹: “*Demarcação do Território dos Índios Botocudos*”²⁹⁰, escrito por Hoerhan. Assim, faremos uma reflexão em que apareçam relacionados dados importantes do relatório, sua condição característica de instituição e conseqüente associação com o espírito cartesiano do livro “*O Panóptico*”, obra já citada nesta dissertação e que ganha maior importância por sua propriedade teórica e homogenia às práticas presenciadas na reserva, como lugar em que se realizariam os aspectos da vigilância e correção:

*(...) Não importa quão diferentes, ou até mesmo quão opostos, sejam os propósitos: seja o de punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos em qualquer ramo da indústria, ou treinar a raça em ascensão no caminho da educação, em uma palavra, seja ele aplicado aos propósitos das prisões perpétuas na câmara de morte, ou prisões de confinamento antes do julgamento, ou casas penitenciárias, ou casas de correção, ou casas de trabalho, ou manufaturas, ou hospícios, ou hospitais, ou escolas.*²⁹¹

²⁸⁷ Ver anexo: mapa nº 3.

²⁸⁸ Hoerhan é exonerado do cargo em 1954 devido ao seu indiciamento no assassinato do índio Basílio Priprá, também por divergências com o grupo indígena, segundo Namem em *Botocudo: uma história de contacto* (p. 30).

²⁸⁹ Localiza-se no Arquivo Histórico de Itajaí na caixa: Índios – Xogleng / Reserva Duque de Caxias, achamos necessário preservá-lo pois seu estado não é bom devido ter sido impresso em um papel pouco resistente, já que parece o resultado de um carbono incompleto, são 14 folhas com a numeração da página 24 até 38, talvez tenha chegado a Itajaí por meio de correspondência ou por algum político local que teve acesso a tal documento.

²⁹⁰ Ver anexo - “2. Relatório” - Demarcação do Território dos Índios Botocudos.

²⁹¹ BENTHAM, J.Op. Cit. p. 17.

Partimos então por um caminho que busca uma compreensão maior sobre o que representa a reserva indígena. Para o governo e outros setores da sociedade, a materialização de um lugar específico (depósito) foi a solução dentro das concepções humanistas, outros defendiam o extermínio completo do grupo sobrevivente. Mesmo que a primeira opção tenha prevalecido, presenciamos uma outra significação para conceito de reserva, a constatação de seu sinônimo dominante: prisão. Somente desta forma pode-se entendê-la parcialmente, tornando-se mais palpável quando a prisão liga-se a determinações como: doenças, escola, igreja, trabalho, vestimenta ocidental, violência, entre outras palavras que cercam a reserva indígena.

Tornaram presente um lugar de assimilação, podendo significar mais sobre o entendimento da criação da reserva. A forma de contato do ocidente sempre associou violência e outras manifestações de controle, foi preciso, segundo os conceitos cientificistas, criar uma utilidade para a situação, materializar um ambiente fechado, tornar o indígena apto à sociedade ocidental, já observamos muitos exemplos discursivos desta idéia. Com a Área e Reserva Indígena, presenciamos a consolidação destes pensamentos, tencionando sempre aplicar o processo de construção civil e destruição cultural nos grupos indígenas que puderam sobreviver. No Panóptico, encontra-se definição interessante pra isto; “(...) *Tratava-se de um novo modo de garantir o poder da mente sobre a mente, em um grau nunca antes demonstrado(...)*”²⁹²

As páginas onde estão registradas parte da sorte vivida pelo grupo indígena iniciam sua escrita referindo-se ao Posto Indígena Duque de Caxias. Chama a atenção, tal denominação por ser em homenagem ao militar Luiz Alves de Lima, conhecido personagem da história tradicional, o Duque de Caxias, de postura repressora, tendo participado de vários massacres (Balaiada, Liberal, Farroupilha entre outras – 1841 e 1842), o qual acaba nomeando o Posto. A alusão os quais

²⁹² Ibid. p. 15.

fazemos não é sem importância pois os tratamentos dispensados pelo governo Imperial e Republicano sempre foram marcados pela intolerância com todos aqueles que não estavam dentro das noções estéticas, étnicas e sociais em que acreditavam.

O documento de demarcação traz informações sobre como a reserva torna-se lugar de inspeção e vigilância, no que apraz o principal objetivo de conceder trabalho e utilidade ao contingente indígena prisioneiro, dentro, é claro, das concepções culturais do mundo ocidental. A primeira preocupação é a de demarcar os limites do território, ou seja, concretizar o espaço da reserva, logo em seguida, experimenta-se com um grupo de homens contratados a tentativa de atração para o trabalho agrícola como: roçadas, capinas, aradura, semeadura, adubação, serviços de conservação, construções²⁹³ entre outras atividades, “(...) *Uma coisa que ele não deixaria de me dizer é: em que ofícios ponho os meus homens quando eu os tiver? Minha resposta é imediata: quaisquer que você puder persuadir-los a abraçar (...)*”²⁹⁴.

No mês de maio em 1925 (página 29) do citado relatório, pode-se ler um título, “Os Índios Botocudos”, neste tema aparece uma descrição sobre as relações desenvolvidas na reserva, primeiramente o pequeno número de homens, mulheres e crianças, cento e noventa e seis (196), número extremamente reduzido por seus algozes e que ficaria menor ainda devido às moléstias adquiridas no contacto com o não-índio. Como exemplo, lemos adiante que, no momento do contacto, quarenta e quatro indígenas contraem doença, no caso, a gripe, e três morrem na reserva, desastroso para um grupo tão diminuto. Há uma outra nota sobre o bom comportamento e, de fato, apresenta-se ligado à servidão nos trabalhos e a “colaboração” (agricultura e construção), julgamento o qual nos lembra um engodo, uma vez que acabaram ajudando a construir seu próprio ambiente de prisão; apesar de sua resistência, como reclama o encarregado ao relatar os protestos de cansaço,

²⁹³ Ver anexo: foto nº 10.

²⁹⁴ BENTHAM, Jeremy. Op. Cit. p. 35.

devido à necessidade dos indígenas seguirem para fazer colheita nos pinheirais, importante alimento na sua dieta.

Seguindo este processo, no mês de junho (página 35 e 37), aparecem apenas cento e vinte e três indígenas (123), dos quais três morrem devido às doenças, é provável que outros tenham perecido, pois sabemos não apresentarem as mesmas condições imunológicas do não-índio. Quanto ao trabalho, seu valor está considerado pelo encarregado da reserva à medida que o indígena se entrega às atividades que lhe impõe, o que é ponto decisivo para sua adaptação à vida sedentária. Trabalho e cristianização transformaram-se nas ferramentas do poder ocidental, negando de forma irrestrita toda cultura que possuíam, tirando sua liberdade e poluindo seu modo de entender o mundo. A reserva passa a representar o lugar de controle e punição:

O vagabundo é o homem sem lugar, o nômade, é aquele que não pode ser levado em conta, rebelde ao cálculo, flutuante, freqüentando os recantos sombrios que lhe oferece uma sociedade que infelizmente não é panóptica em toda sua superfície. É preciso recolher os vagabundos, fazer desaparecer essas faltas vivas de lógica. Eles serão trancafiados nas casas de trabalho panópticas.²⁹⁵

Sobre as ruínas dos antigos habitantes da região do vale do Itajaí, pode-se pensar a respeito de como viram um último reduto, não escolhido por sua vontade, de como, aos poucos, foram obrigados a assimilar e encarar coisas estranhas, como banheiros, sistemas de comunicação, plantas desconhecidas, campos retangulares, vestimentas incompatíveis com sua sensibilidade de mundo, instrumentos que acabaram adotando além de outras coisas do mundo ocidental. É importante ressaltar que estas formas de domínio acabam tornando-se grades invisíveis e, com o passar do tempo, ficaram mais fortes e irreconhecíveis como tal. “*Os dois princípios fundamentais da construção panóptica são sua posição central da vigilância e sua*

²⁹⁵ Ibid. p. 92.

invisibilidade. Cada um se justifica independentemente do outro (...) Que o olho veja sem ser visto — aí está o maior ardil do Panóptico”²⁹⁶

No centro sistemático da reserva estavam sendo projetados os estabelecimentos institucionais de domínio²⁹⁷ e, como sabemos, alcançaram espantosa eficiência, transformando-se em uma usina de mão de obra, não remunerada, portanto escrava. O quadro de indiferença e apatia para com os indígenas fez dos órgãos administrativos e funcionários peças que oficialmente aplicavam a política do Governo Republicano, suas metas atingiram o grupo indígena, agora refém destas ações. Vale ressaltar que, embora a administração estadual e os homens encarregados do conteúdo tenham passado longos períodos isentos de qualquer culpa, devido a esta ser uma ação estabelecida em princípios oficiais e, desta forma, não estarem fora da lei, parece que o encarregado Eduardo de Lima e Silva Hoerhan expressou um aparente arrependimento ao declarar: “(...) *se pudesse prever que iria vê-los morrer tão miseravelmente, os teria deixado na mata, onde os mesmos morriam mais felizes e defendendo-se de armas na mão contra os bugreiros que os assaltavam.*”²⁹⁸

A proposta de intervenção junto à sociedade indígena passou, como vimos nos capítulos anteriores, por diferentes canais. A política de proteger para assimilar foi exercida por meio da difusão escrita aliada a uma composição orgânica dos setores institucionais interessados nestes resultados. A eles a proposta do intervencionismo, como se pode constatar em todos os documentos relacionados, rendeu os resultados esperados, visto entendermos que, se tais metas fossem cumpridas, mesmo que parcialmente, o objetivo mais importante já estaria concretizado - resolver os problemas gerados pelo conflito. O fato determinante é que os governos não cumpriram nem a política determinada e isso gerou uma condição em que se perderam vidas, denunciando ser esse mesmo o objetivo.

²⁹⁶ Ibid. p. 78.

²⁹⁷ Ver anexo: foto nº 11.

²⁹⁸ SANTOS, S. C. dos. **Educação...** Op. Cit. p. 22.

O fator de domínio estabeleceu seu controle a partir de uma sede, que representa uma torre de vigia com jurisdição na área cercada, emanando suas diretrizes, propagando dizeres, evidenciando os antigos objetivos que tentam incluir o indígena nos setores da sociedade civil colonial. O que estamos acompanhando aparece como um segundo processo, sendo o primeiro foi o extermínio. As duas expressões políticas (extermínio e civilização) apresentam-se de forma constitutiva, ou seja, fazem parte de uma montagem, como vimos em capítulos anteriores, coordenada principalmente pelo governo, empresas coloniais e empreendedores. Os resultados podem ser visualizados por estas palavras, exemplo de uma das instituições dentro da reserva:

... Assim, a escola, o programa de ensino e o professor, efetivamente, representam o domínio exercido pelo mundo dos brancos, seja quando orientam os componentes das novas gerações indígenas para o aprendizado da língua portuguesa, preparando tais contingentes para a ocupação de funções no mercado de trabalho regional, que tem baixa remuneração, ou encaminhando-os para a faixa dos consumidores; seja quando facilitam a disseminação de estereótipos, justificadores dos quadros de submissão e domínio²⁹⁹.

Agrupados sob a tutela do Estado na reserva, não poderiam estar em pior lugar, esta condição a que foram intencionalmente ligados tornou-se regra em sua existência, não tiveram escolha, estavam sentenciados a viver em um lugar de aparente proteção, cercado por limites físicos e ideológicos. Ao perceberem a dura realidade, os que sobreviveram passaram a observar, em momentos finais, seu antigo mundo tomado por cidades coloniais. Para eles, uma estética estranha não-índia tomou forma.

O que tornou a inspeção um fator degradante foi a aplicação de discursos e normas institucionais na reserva, estas oferecidas sem escolha aos habitantes originais das terras do Itajaí. O esquema montado por vários setores do governo envolveu o indígena em todos os aspectos de sua vida já relacionados aqui (e ainda

²⁹⁹ SANTOS, S. C. dos. **Educação...** Op. cit. p. 73.

outros), tal condicionamento passou a encarar o mesmo grupo como objeto de transformações, neste ponto é que percebemos que tanto a tutela quanto o extermínio tiveram uma origem comum em sua oficialização, o próprio Estado.

4.3 A escritura: violência na língua

A construção institucional dos contornos³⁰⁰ criados e impostos pela sociedade pode ser encontrada em todas as mais variadas manifestações que imputam coerção para a mesma. Estes limites puderam ser apreciados até aqui de muitas maneiras, mas ainda há uma outra de que não tratamos. Tal ação relaciona-se à apreensão pela escrita da língua oral, neste caso, a língua indígena, exposta normativamente no papel.

Durante todo o século XIX e meados do século XX foram elaborados muitos pensamentos depreciativos, que relacionaram o grupo indígena a um grau de inferioridade devido ao fato de pertencerem ao grupo dos povos sem escrita, isso até se tornou requisito de classificação para vários cientistas e pensadores no entendimento da suposta evolução social na qual outros povos estariam sujeitos. Uma análise de outras culturas não poderia ser relativamente honesta se começasse seus estudos a partir do conhecimento e de princípios valorativos de um ponto de vista único ou um entendimento cultural exclusivamente centrado na verdade. Esta abordagem não passa de um ponto de comparação dúbio, porque parte de uma condição centralizada no pensamento europeu, portanto válida apenas para aqueles que desejaram exercer seu domínio sobre o outro.

Isto não quer dizer, que os povos indígenas que tenham instrumentalizado de forma artificial sua língua oral para mais uma forma, a escrita, não possam

³⁰⁰ Entendemos contorno como todo tipo de controle que envolve classificação ou a criação de qualquer área limite aplicada nas relações humanas, por imposição do pensamento científico, religioso ou outros meios existentes.

continuar resistindo e construindo uma nova história, mesmo que com os artifícios da sociedade ocidental.

A vestimenta da escrita aplicada aos grupos indígenas apareceu como meta determinante nas relações que travou com a sociedade ocidental, porque foi por este meio que conduziu todos seus discursos de assimilação e civilidade. As atitudes que envolvem a classificação da língua indígena foram visíveis em parte da história do Brasil, principalmente a partir do século XVIII, com o advento dos princípios iluministas assimilados pela elite e intelectuais brasileiros, como comenta José Bonifácio:

No Brasil não houve influência de civilizações de castas sacerdotais: mas sim um caos de pequenas tribos, que emigravam, se fixavam, ou se expeliam mutuamente, ou se mesclavam conforme as circunstâncias eventuais ou locais; porém parece que algumas dessas tribos eram muito populosas, ou conquistadoras; pois só assim é que se pode explicar a grande extensão da língua geral ou guarani.

*As línguas do Brasil têm duas classes: 1º) ou que têm semelhança entre si segundo as raízes, ou segundo a natureza gramatical. 2º) que não têm semelhança: são invasões de diferentes povos emigrados? E de onde?*³⁰¹

*(...) Nas grandes aldeias centrais, além do ensino de ler, escrever, e contar, e catecismo, se levantarão escolas práticas de artes e ofício em que irão aprender os índios dali, e das outras aldeias pequenas, e até os brancos e mestiços das povoações vizinhas, que depois serão distribuídos pelos lugares em que houver falta de oficiais, concedendo-lhes a isenção de servir a tropa paga.*³⁰²

Com estes termos, é possível verificar a reflexão corrente no século XVIII e XIX, justamente na relação entre o que não se considera, o *caos* na organização tribal e a capacidade de ter uma língua escrita, usando isto como qualidade de desenvolvimento. A posse dos símbolos escritos passou sempre por uma noção de diferença entre a superioridade e inferioridade de seus possuidores, não possuía tornou-se sinônimo de primitivismo. Nota-se também a percepção da falta de uma “civilização de castas sacerdotais”, o que incluiria um controle da escrita, pois o

³⁰¹ SILVA, J. B. de ^a e. Op. Cit. p. 68.

³⁰² Ibid. p. 56.

governo do meio simbólico sempre foi gerador de poder. Soa, entretanto, uma pergunta, no segundo parágrafo, referido-se à extensão da língua indígena, no caso, o guarani, como se fosse um elemento marginal à generalidade, uma exceção a expansão da língua proveniente de um *caos* tribal. Verificam-se, por último, as condições que trariam o comportamento cristão por meio do ensino da escrita, bem como a proposta do aldeamento confirmando a gênese da reserva. Além dessas considerações, houve sempre, durante os percursos destes pensamentos, a proposta de classificação, como vimos, entre as línguas que têm semelhança e as que não têm.

O lançamento dos limites escritos vieram sempre acompanhados de outras práticas geralmente violentas. Neste marco de aprisionamento, presenciamos sempre uma série de informações passadas por intermédio da própria escrita, a essas acompanham toda forma de discursos direcionados no intuito de civilizar o indígena. Os discursos emitidos pelos meios intelectuais e absorvidos pelo governo foram tanto aplicados como norma às posições administrativas subalternas, como perfizeram o grupo indígena alvo destas falas.

O aprisionamento das representações culturais indígenas por meio dos elementos gráficos é o que pode dar vazão à aplicação do discurso. Considerava-se a aquisição da escrita um avanço participante do progresso, mas, com o tempo, transformou-se em um engodo e ponto fundador do poder. A percepção desta interferência é pequena, pois apresenta em seu corpo parte da cultura dominada. Vejamos um exemplo prático da oralidade indígena transportada em alguns exemplos (Xokleng):³⁰³

³⁰³ GAKRAN, N. (org). **Nosso Idioma Reviveu**. Pomerode: Mayer, 2000. p. 47-53.

Aha – você.	Enkuty – cidade.	Japly – subir.
Ãklém – pensar, lembrar.	Enh – eu, meu, mim...	Ji – filho.
Ãmēm – caminho.	Gal – milho.	Kag – cavar.
Bel – beira.	Gig – xaxim bugiu.	Ka – dentro.
Bil – coado.	Gla – assada.	Kaklo – peixe.
Blo – nadar, tomar banho.	Hinvo – tatu rabo mole.	La – sol.
Dej – cosido.	Hunh – assobiar.	Mãg – Ouvir.
Do – flecha.	Hyke – enjôo.	Nãli – todos.
Dug – barriga.	I – não.	Pãg – embrulhar.
En – casa.	Jan – cantar.	Zál – casca.

Mesmo o historiador e crítico de Literatura Capistrano de Abreu (1853-1927), demonstrou curiosidade ao construir as mesmas determinações classificatórias em seu livro *Rã-txa hu-ni-ku-i – grammatica, textos e vocabulário caxinauás*³⁰⁴, editado pela primeira vez em 1914, o autor apresenta um estudo lingüístico, tradução e comentários gramaticais em quase 500 páginas sobre vida, alimentação, religião, entre outros assuntos eminentemente universais para este tipo de análise. Entre os que ajudaram Capistrano a editar o livro, por terem interesse no assunto estavam: Afonso Arinos de Melo e Franco, Afonso E. Taunay, Afrânio Peixoto, Alceu Amoroso Lima, Cândido Rondon e outros. A técnica utilizada para compor o livro seguiu a descrição abaixo:

*(...) em 1908, acolheu em sua casa dois índios da nação caxinauá, como auxiliares domésticos, com o intuito de estudar sua língua e cultura. Os dois índios, Bô-rô e Tux-i-ni, lhe serviram de informantes durante vários meses; posteriormente Capistrano colocou-os em empregos no Rio de Janeiro.*³⁰⁵

Qual o motivo que tornaria a apreensão da língua indígena uma violência no século XIX? Poderíamos citar vários, como as seguidas invasões, massacres, mortes e demais intervenções, no entanto temos noção de que estas ações estão ligadas ao comércio, religião e outras atividades. Este conjunto ainda carrega

³⁰⁴ PERINI, M. A. *Sofrendo a Gramática*. São Paulo: Ática, 1997, p. 23 – 31.

³⁰⁵ *Ibid.* p. 25.

consigo a atitude de criar nomenclaturas e postulados concordantes com o espírito generalizante da ciência. A partir deste pensar, a língua acaba tornando-se um uniforme. “(...) há, como o espaço da sua possibilidade, a violência da arquescritura, a violência da diferença, da classificação e dos sistemas das denominações.”³⁰⁶ A violência que abordamos aparece na montagem da escrita, os métodos de extração quase sempre não foram éticos. Preservar a escrita, através de uma postura enciclopedista, denominar e classificar, não seria registrar o que pode desaparecer. Parece que escrever a língua indígena não tem relação com as mortes, não acreditamos nisto, ambas fazem parte de um só processo, como vimos no capítulo anterior.

Este condicionamento pode ser esclarecido por Jacques Derrida, filósofo francês, o qual questiona em seu livro, “Gramatologia”, o rompimento da ciência da possibilidade de fazer ciência sobre o outro, ou seja, que toda produção escrita parte de um ponto central de análise. Existe no capítulo IIº, “*Natureza, Cultura, Escritura*”³⁰⁷, uma discussão que nos ajudou a iniciar um entendimento sobre duas produções que circularam em Itajaí: o “*Dicionário Bilíngüe*”³⁰⁸ e a cartilha “*Nosso Idioma Reviveu*”³⁰⁹. Derrida constrói uma crítica sobre as ações e pensamentos produzidos por Lévi-Strauss (etnólogo e naturalista), na tentativa de capturar a escrita e aspectos gerais³¹⁰ dos Nhambiquara. O etnólogo citado vê sempre com decréscimo o grupo indígena que estava estudando. Strauss associa a língua indígena a uma picada que precisa de pavimento por não dominar um alfabeto no formato ocidental. Para conseguir saber o nome próprio das crianças Nhambiquara, ele incita brigas entre elas e assim pode escrever seus nomes, mas comete um impropério, uma vez que, entre os Nhambiquara, existe um nome para cada situação em determinadas expansões de comportamento. Desta forma, a significação única

³⁰⁶ DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: PERSPECTIVA, 1999, p. 137.

³⁰⁷ Ibid. p. 132 – 146.

³⁰⁸ GAKRAN, N. **Dicionário Bilingue - Xokleng e Português**. Itajaí: Editora do autor, 1997.

³⁰⁹ GAKRAN, N (org). **Nosso Idioma....** Op. Cit. passim.

³¹⁰ É importante frisar que o aparecimento destes registros étnicos sempre foram concluídos da mesma forma como: mitos, lendas, história, língua, religião, entre outras estruturas idealizadoras de um modelo universal de análise.

do sujeito pela palavra determina suas qualidades, na etnologia esta interdição aparece como a ressignificação do sujeito ou, como escreve Derrida, uma sobreimpressão. Assim, a escrita passa a limitar os meios sensoriais do grupo indígena, preso sob a aplicação dos métodos da ciência gramatical.

A proposta dos organismos do governo demonstra suas intenções, ao indicar um modelo determinante de identidade³¹¹ adaptável ao conceito civilizado. A formação do indivíduo indígena não precisa seguir literalmente a moda inglesa, francesa ou nacional, por exemplo, bastaria adequar-se a algumas categorias, como ter uma estrutura mínima de organização civil. Essa condição tornou-se um resquício coeso de domínio e produziu como estes organismos queriam no século XIX, o lugar de controle, determinado como norma de sociabilidade. Assim, queremos entender a cartilha *Nosso Idioma Reviveu*, produzida por remanescentes do grupo indígena que vivia no Vale do Itajaí.

Talvez o limite final para o processo de assimilação dos indígenas seja realizado pelo domínio de sua língua associado à condição bilíngüe³¹², língua indígena x português, nas práticas educacionais, por outro lado pode estar incluso um caráter fundamental de resistência, uma vez que um dos fundamentos da escrita é o registro básico, envolvendo sua história e cultura. A cada ano, este limite fica mais próximo de sua conclusão e isto pode acontecer devido ao aspecto formador da identidade não-índia no indígena. Essa situação provocou um ambiente de inquietação constante em um espaço de concentração, todos os dias, como um estigma produtor da não liberdade, a escrita tornou-se um meio de coerção dentro de outro (Reserva). Neste caminho, o grupo indígena passou a ser alvo de interdições que irão pressioná-lo progressivamente.

Visualizar a cartilha possibilitou fazer uma série de observações, principalmente aquelas que compreendem os requisitos e estruturas ocidentais, por si só, opressivos. São estes que gostaríamos de dar destaque aqui, como: a própria

³¹¹ MAHER, T. M. Sendo índio em português... In: SIGNORINI, Inês. *Língua (gem) e Identidade*. São Paulo: Mercado das Letras, 1998, p.203-212.

³¹² SANTOS, S. C. dos. *Educação...* Op. cit. p. 63 – 80.

forma da escrita, o modelo retangular da revista, o apoio do COMIN (Conselho de Missão Entre Índios), do IECLB, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (Igreja Evangélica da Baviera / Alemanha), a ajuda dos lingüistas; Greg Urban (Universidade da Pensilvânia), Paul e Mary Mullen (Sociedade Internacional Lingüística), Terezinha Bublitz (Fundação Universidade Regional de Blumenau), além das contribuições da Prefeitura e Secretaria de Educação de José Boiteux, da própria FUNAI, bem como os conceitos da gramática aplicados à língua oral, divididos em vogais, vogais orais, vogais nasais, consoantes nasais, oclusivas, oclusivas labializadas, fricativas e africada, aproximantes de flap, cópia de vogal, acento, história oral escrita em forma de alfabetização e o léxico.

Os mecanismos atuantes no viver indígena, neste caso sobre a língua, pertencem a um longo caminho de interferência social, baseado, aparentemente, em uma troca na qual verificam-se as diferentes formas de domínio e ressignificação. O fato de estarem numa reserva, em si, uma instituição, cercada de outras, como a Igreja, é, no mínimo, degradante já que não percebem as formas sutis de controle. Os indígenas acabam influenciados, conduzidos que foram e são, pelos fios invisíveis das instituições, induzidos a participarem da sociedade que os destruiu e usurpou suas terras.

Uma das intenções da cartilha é recuperar e resgatar a língua e cultura indígena, transformando-a em material didático para ser usada no ensino. Apesar da proposta, a linguagem do grupo indígena foi oral até a aplicação dos planos do governo. De qualquer maneira, sabemos que a estrutura ocidental dificilmente comportará em seus quadros sociais a pretendida igualdade, mito onerado há séculos pelo Governo (Colonial, Imperial e Republicano). Tal sentido de uma identidade universal é um dos fatores do poder, por isso a aproximação da estrutura das línguas tornou-se ferramenta poderosa na desestabilização da cultura indígena. Mesmo assim, por este meio, vemos a resistência:

Kaklo mũ jô

Vãtxỹ ka, ênh Katxin jã ka, la ã nã ki nũ, jug blé Klãgdja bág vun kũ, goj jãnbe te mẽ na, kaklo kónãg mũ mũ.

Kũ nã la rã ta te ka vugvug blé kaklo, kabág káglág mũ, like te jé hã ta te ka goj te pélél tẽ ka, jãgló ta vaha to dig tẽ.

Zug te óg Kũ nã la ẽ kamũ te kũ, kaklo te mẽ tō tug tẽ mũ.

Goj te óg djo nêzénh mũ, te kũ kaklo ti óg, goj te pélél jô kónãg mẽ mũ mũ.

Vaha nũ kaklo te, ênh txõ ko txul ké ke kũ nũ, ki aklég ge ke mũ.

O Desaparecimento dos peixes.

Antigamente, quando era pequenino, me lembro que, um dia vovô e eu fomos pescar de facão pela beira do rio.

Naquele dia nós matamos muitos peixes, traíras e também cascudos, porque o rio era bem raso. Agora é bem fundo.

Por isso não tem mais peixes no rio, quando os brancos vieram acabaram com eles.

Fizeram a barragem e assim os peixes foram embora, procurar outro lugar mais raso do rio.

*Agora nós ficamos na saudade e com vontade de comer peixe.*³¹³

Esta parte foi escrita por Marileia Nãnbła, professora da Escola Basílio Priprá. Nota-se que o processo de interferência foi tão grande que as histórias são entremeadas ou até mesmo totalmente preenchidas por lembranças recentes, atitude de preservação comutada pelo governo e instituições sociais perpassa ainda por caminhos projetados desde o século XIX. Embora a cartilha tenha uma estrutura ocidental, compreende-se que ela possa ser um dos caminhos da resistência.

O efeito de aprisionar algo em um símbolo³¹⁴ pode tornar-se nocivo, quando usado para subjugar o outro. Quando escrevemos sobre a língua indígena, sabemos que o meio cultural em que ela se originou não passou pelo mesmo processo moldado pelo ocidente, racional, linear e evolucionista. Desta forma, passa

³¹³ GAKRAN, N. (org). **Nosso Idioma...** Op. Cit. p. 23.

³¹⁴ No Brasil, foram classificadas mais de 170 línguas dos povos indígenas. Estima-se que antes da chegada dos portugueses este número poderia ser de 1000 línguas. As línguas indígenas foram agrupadas, por sua semelhança, em famílias e troncos lingüísticos. Outras são famílias de apenas uma língua, por serem diferentes, foram classificadas como línguas isoladas, pois não apresentam semelhanças com outras línguas conhecida. Desta forma, apareceram no Brasil dois grandes troncos lingüísticos, o Tupi (dividido em 10 famílias) e o Macro-Jê (dividido em 9 famílias), e de outras 20 famílias lingüísticas não classificadas em troncos. Segundo o livro de Aryon Dall'Igna, *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Edições Loyola, 1997.

a ser uma aberração representar por meio da escrita uma forma de comunicação livre dos princípios postulados pela gramática e lingüística³¹⁵.

Controlar a língua é uma das formas de poder mais eficientes, pois esta possessão estabelece o discurso dominante, ou para o caso indígena uma forma de diminuição. Mas poderíamos ir mais longe ao verificar que a proposta bilíngüe - português x língua indígena - compreende de forma silenciosa um dos meios mais sutis e eficientes de destruição cultural, seria uma contradição inusitada querer incluir o indígena no conjunto social, ao mesmo tempo excluindo-o, já que sua simples presença nega os conceitos homogêneos do pensamento civilizador.

4.4 A escrita na História: controle e necessidade

Durante décadas, em Itajaí, parte da escrita histórica foi elaborada por pessoas pertencentes ou ligadas às elites da cidade, as quais claramente usaram o meio escrito como promoção pessoal e afirmação de seus valores morais e políticos. Por participarem, via de regra, do controle econômico e político da cidade e até da região, passaram a firmar bases na escrita histórica, ao sustentar os sucessos, mostrando assim as dificuldades daqueles que os precederam. A estes, tratados anteriormente aqui, ficaram os títulos de herói, fundador, civilizador e empreendedor. É perceptível que vários acontecimentos ligados à produção histórica foram omitidos ou transformados, pois teriam a capacidade de questionar publicamente estas imagens, cuidadosamente reafirmadas e repetidas durante os anos. Para que isso não tomasse o sentido público, houve para estes escritores a necessidade de controlar a história e para este trabalho é importante afirmar que uma destas omissões foi o tratamento dispensado aos indígenas.

³¹⁵ A técnica de grafia lingüística utilizada para escrever o nome e as palavras de uma língua indígena é diferente da forma no português. Os lingüistas costumam empregar alfabetos fonéticos, que, às vezes, apresentam variações.

No âmbito de relativizar melhor tais pensamentos, fica a necessidade de mostrar algumas características da escrita geral ou eurocêntrica, pois parcialmente perfizeram a estrutura da escrita local. Estes foram determinantes na sua construção. Assim, decompondo tais fatores demonstraremos partes da história institucional. Portanto, foi imprescindível para esta análise a consulta do clássico “*A História Viglada*”³¹⁶ escrito por Marc Ferro, o que faremos então é associar parte da condução teórica do livro com o nosso trabalho.

Inicialmente, há uma hierarquia nas fontes, privilegiando as que são consideradas oficiais (decretos, avisos e correspondências)³¹⁷, emitidas e recebidas pelo poder público. Essa ação universalista e elitista ficou exposta nos livros³¹⁸ publicados na cidade nas quais vemos registros oficiais e até mesmo biografias de pessoas consideradas politicamente importantes. Para o grupo indígena associamos, com a ajuda de Marc Ferro, as seguintes características:

- O fio da narrativa segue a história da elite, portanto seu registro aparece somente no contato realizado por esta sociedade, ficando silenciado depois;
- Sua história só voltaria a aparecer quando estivessem ocidentalizados;
- Na escrita são privilegiadas as virtudes da elite sobre as ações de extermínio;
- O indígena é apenas um troféu conquistado e tratado com curiosidade, entre outros sentimentos degradantes no início da história oficial;
- Para que a história seja legitimada, lança-se um véu em seus segredos, a partir de justificativas e criação de louvores que

³¹⁶ FERRO, M. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 24 – 40.

³¹⁷ Mesmo entre elas há uma discriminação, isso ocorreu pelo cuidado de não tornar público, por exemplo, contradições ou comportamentos morais.

³¹⁸ Itajaí Cem Anos de Município, Itajaí de ontem e hoje, A pequena pátria, Pequena História de Itajaí, A Fundação de Itajaí e outros trabalhados aqui citados anteriormente.

provocam a legitimidade ao se compartilhar este silêncio com a população.

A partir destas pontuações, a função que determinou para a história sempre esteve coligada com interesses políticos, específicos e homogêneos; é importante mencionar também que a ação deste espaço disciplinador (a construção da história pela elite) dirigiu suas práticas ao quadro geral da sociedade, incluindo no silêncio e construção outros grupos ou minorias, como, por exemplo, a população de origem africana. De qualquer maneira os que escreveram a história com princípios institucionais de exclusão e inclusão apresentaram alguns caracteres semelhantes no comportamento da sua escrita, tornando-se importante visualizar tais medidas. Isso toma sentido neste trabalho devido à possibilidade de enxergarmos parte do ambiente onde foram produzidos os discursos:

Os representantes da história dita objetiva, ou seja da corrente positivista da escola de Ranke, põem como um imperativo a eliminação dos juízos de valor na ciência da história. Realizável ou não, este postulado é a consequência lógica dos pressupostos e do modelo da ciência da história que propõe esta escola: se a história deve ser puramente descritiva, apresentar apenas os fatos (...) sem nenhuma adjunção de caráter subjetivo, qualquer juízo de valor é inadmissível visto que introduz inevitavelmente um elemento subjetivo na imagem da realidade.³¹⁹

Em *A Operação Histórica*³²⁰, Michel de Certeau traça alguns elementos destes caracteres, tentando mapear os procedimentos da disciplina História e do historiador com esta iniciativa, tentamos, inspirados por Certeau, enumerar alguns destes pontos encontrados na escrita local: 1º) A aceitação de um historiador³²¹ parte da medida em que consegue seguir as regras e métodos do grupo pretendido. 2º) Sua inclusão no grupo possibilita o recebimento de incentivos que lhe permitem a

³¹⁹ SCHAFF, A. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987, p.261.

³²⁰ CERTEAU, M. de. **A Operação...** Direção: Le Goff, Jacques, Nora, Pierre. In História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora S.ª 1995, p. 17 – 48.

³²¹ Sabemos que muitos que escreveram sobre a história de Itajaí não tinham curso superior na área, mas, por participarem dos jogos de poder político ou por pertencerem a famílias influentes, passaram a praticar tal função mediante a carga decorrente do status social e distinção.

realização do estudo. 3º) O lugar possui as funções de permitir ou não permitir determinadas produções. 4º) O trabalho está vinculado a um círculo social que envolve objetos, livros, escritos e leitores. 5º) A necessidade de levar o trabalho a público. 6º) A prática da escrita está estruturada na sociedade do momento, passando a influenciar estudos posteriores. 7º) O não-dito é precisamente a influência que existe no discurso.

O que é possível demonstrar é o resultado finalizador dentro do qual se deu a produção do silêncio. Este espaço encontra-se representado na escrita e história produzida em Itajaí, justamente neste setor é que podemos disponibilizar parte das peças para esta dissertação. De um conjunto histórico modificado, associamos trechos que nos ajudaram a pensar nas partes ausentes da história, como a não existência indígena, seu passado, o contato que tiveram com a sociedade ocidental, entre outras omissões.

Deve haver ainda outros elementos que colaboram para este comportamento, no entanto acreditamos que estes são suficientes para uma análise satisfatória, pois observamos durante a pesquisa, principalmente nos livros de história sobre Itajaí, o aparecimento dos caracteres enumerados acima, sendo então importante destacá-los, já que traçaram um modelo obrigatório nas relações da produção escrita, um dos fatores da constante repetição ou historicização, com este objetivo passaremos alguns trechos que apresentam estas características:

Muito já se escreveu e ainda se escreverá sobre a fundação de Itajaí. O primeiro a escrever um opúsculo foi Marcos Konder: “A Pequena Pátria”. José Ferreira da Silva, em vários artigos publicados em jornais e em “Blumenau em Cadernos”; Afonso Luiz da Silva, com “Itajaí de ontem e de hoje”; podemos citar também, o “Anuário de Itajaí – 1959”, de Laércio Cunha e Silva e Roberto Mello Faria, contendo muita leitura histórica sobre Itajaí; e, finalmente, Édson d’Avila, com sua “Pequena História de Itajaí”, prefaciada pela pena brilhante de nosso ex-governador Antônio Carlos Konder Reis.³²²

³²² HEUSI, Nemésio. Op. Cit. p.11.

A primeira frase é ponto comum em qualquer dos livros tradicionais citados por Heusi, a discussão sobre o fundador da cidade tomou um tempo considerável destes escritores, indo aos jornais e a lugares públicos; há até um pedido de desculpas de Heusi a Marcos Konder. Este tipo de conduta mostra como as relações entre este grupo de escritores tornam-se fortes na medida em que parece haver um comportamento a referendar igualdade de todas as informações. Neste oportunismo é óbvia a tentativa de legitimá-las, mesmo porque uma obra vem confirmando e repetindo a outra. O que desejamos então é lançar a dúvida sobre este pilar, a fundação, a necessidade de apenas escrever sobre quem fundou a cidade, mas fazer aparecer o que ficou nublado durante muito tempo, ou seja, os caminhos que proporcionaram a própria fundação.

Não é somente a fundação da cidade o tema de distinção, procura-se para o mesmo efeito registrar, com tom literário, lembranças das famílias ilustres da cidade, talvez por terem participado do poder ou representarem em pessoas ligadas a ele tendo a vontade de ser homenageadas como uma obrigação por tudo que fizeram. O problema é que apenas uma fração deste todo aparece, o mais importante é a ligação que possuem com outros poderes, como verificamos a seguir:

*É dedicado às famílias que tiveram confiança no potencial desta terra e aqui aportaram para abrir os caminhos do progresso.
É dedicado às empresas e à administração pública que acreditaram no nosso trabalho e nos apoiaram. (...)
E, também, aos descendentes dos primeiros imigrantes, principalmente aqueles que nos receberam para as entrevistas, contribuindo, de maneira efetiva, para a conclusão de nosso trabalho.*³²³

A exaltação das primeiras famílias e o sucesso que conquistaram traz à tona todo empreendimento público de construção e desenvolvimento da cidade, por isso que a história das famílias – hoje em voga – ganha cuidado tão especial, afinal

³²³ ROTTHBARTH, M. D. da S. e SILVA, L. D. da. **Famílias de Itajaí: mais de um século de história.** Itajaí: Editora e Gráfica Odorizzi, 2001, p.05.

foi essa estrutura que aportou para abrir os caminhos do progresso. Referendar esses ganhos tornou-se de suma importância, por isso os agradecimentos ao poder público e empresarial. O patrocínio ajuda a manter as posições sociais, assim como a escrita, é claro que não se escreve sobre todo o processo, apenas uma fatia fica visível. A exploração do trabalho é um exemplo do que ficou omitido, mesmo porque o livro tem um público-alvo, por este motivo queremos relembrar que a linha de conforto econômico atingida por poucos foi conquistada na medida em que resolveram o problema indígena, um de seus obstáculos:

*Henrique Etur, espírito também ativo, empreendedor e amigo de Alves Ramos, seguiu, com a companhia, para Belchior, cujo arraial deu novo e importante impulso, distribuindo terras a novos colonos e aos pedestres casados, construindo casas, percorrendo as matas em operação de limpeza e afugentamento do gentio, dando, assim, aos colonos um ambiente de segurança, no qual puderam trabalhar e progredir, e, desta forma, concorrendo, não só para o adiantamento da colônia, como da freguesia do SS. Sacramento, entreposto natural a toda produção exportável da região.*³²⁴

Temos acima um exemplo nítido da relação violenta entre a fundação da cidade e a retirada de um dos caminhos do progresso, um dos trechos mais completos em que aparecem associados o empreendimento, a luta contra o indígena, a distribuição das terras indígenas a seus algozes e a segurança dos colonos, que então puderam progredir. Nota-se que é importante perceber esses acontecimentos como símbolos da conquista da sociedade civil e cristã, compondo o processo da escrita histórica. Além das normas ligadas a este conjunto, há igualmente os avisos:

*O povo que perde a noção de seu passado, isto é, da sua história, das suas crenças, dos seus ideais, perde a sua alma e está fadado à decadência e ao desaparecimento (Gustave Lebon)*³²⁵

³²⁴ SILVEIRA Jr., N. C. da. Op. Cit. p.22.

³²⁵ SILVA, Afonso Luiz da. Op. Cit. p.03.

A frase escrita em negrito na contracapa do livro de Afonso Luiz da Silva, apesar de tentar reafirmar o valor da história, enaltece o povo que faz aparecer acima, só pode estar no meio em que vive (ele faz parte deste conjunto). Se não, a quem interessa reafirmar a importância histórica da elite? Existe então uma condição obrigatória, a de aceitar uma *noção* pré-determinada. A *decadência* e o *desaparecimento* fazem um acordo no momento em que se entende que essa preocupação é o estabelecimento do poder inserido nas crenças e ideais. Neste sentido, a preocupação do autor é justificável, se não a fizer estará sentenciando à ruína, perderá a noção que repetiu e determinou.

Soando como um aviso, a sentença de Gustave Lebon³²⁶ profere um alerta, aviso que deverá ser seguido à risca por todos aqueles que se aventurarem na leitura, para que tenham respeito ao ler a história das elites, principais responsáveis pela fundação da cidade. Conduzido por este pensamento de que a história e sua produção pode ser um meio disciplinador da verdade, omitindo os acontecimentos, faz surgir, em seu desenvolvimento, uma lógica, cujo efeito de omissão pode ser visto no exemplo abaixo:

*Para atacarem, os índios agiam com o maior cuidado. Com paciência, durante dias espionavam o local do seu ataque. Quando havia grupos de pessoas ou alguém armado, nunca atacavam. Dos ataques e de mortes, contam-se alguns em Canhanduba, Itaipava, Limoeiro e Espinheiros. Tais ataques motivaram as autoridades a criar, anos depois, uma companhia de pedestres - isto é, de policiais, para proteger a população.*³²⁷

Cabe analisarmos não os acontecimentos, mas a forma lógica do fragmento acima, o andamento das frases transmite um conjunto de informações que iludem o leitor, fazendo-o pensar que os provocadores do conflito são essencialmente os indígenas, invertendo as posições de vítima. Além disso, a parte que se refere à infiltração das empresas coloniais nas terras indígenas não foi tratada

³²⁶ Matemático e psicólogo francês (1841 – 1931).

³²⁷ D'AVILA, E. **Pequena História...** Op. Cit. p. 21.

em nenhum destes livros. Assim a maioria dos parágrafos esconde uma prática sutil, produtora do esquecimento.

Mas o que dá um grande valor a estas frases é o contexto, conjunto total da obra, pois elas fazem parte de um todo que reprime mais ainda o indígena dentro de uma história alterada, este processo inclui a ação opressiva que todos os outros temas exercem sobre o conflito. A escrita passou então a oferecer meios prolongados de atuação sobre a população indígena, pois a cada leitura em que estejam representados pelas palavras, justifica-se com sustentação seu desaparecer.

Quando passamos a questionar as construções históricas realizadas no passado e que continuam a ser repetidas por vários meios de comunicação (panfletos, jornais, revistas, internet, livros e diversos), passamos a compreender como o conjunto é enorme, no sentido em que são reafirmadas por mais de cem anos. Este conjunto escrito de longa duração ficou complexamente sedimentado nas páginas e no referencial das pessoas, que só foi possível perceber sua extensão quando passamos a dar importância para as diluições e fragmentações do indígena – analisadas em parte no capítulo IIIº.

A necessidade e o controle mostram justamente a não autonomia desta história, moldada para servir interesses distintos. Sem dúvida, o grupo de escritores da elite ou afiliados a ela traça entre suas relações, mesmo sem intenção, uma espécie de corporativismo do silêncio. Para estes existe a impossibilidade de rever o passado a partir do qual construíram parte de sua identidade, a emergência do não-dito geraria uma crise, afogaria os valores zelados há tanto tempo e destruiria o papel de cumplicidade das instituições nos processos apresentados neste trabalho.

Não poderíamos deixar de relacionar a prática de escrever história em Itajaí – originária dos integrantes da elite – com sua pontual abordagem e relação histórica com o indígena, sempre rápida nas passagens dos livros de história. Demonstrando o claro interesse em se desfazer deste processo, silenciando-o, preocuparam-se em tornar o grupo indígena violento e exótico através de trechos

diminutos. Felizmente, a própria elite manteve, como fator de distinção, os arquivos de correspondência e jornais preservados, só desta forma podemos ter acesso a uma quantidade de material responsável pelas reflexões produzidas. O controle exercido sobre os documentos da cidade pode ser visível quando percebemos que tanto o Arquivo Histórico de Itajaí como o Museu (antes localizados no antigo Palácio Marcos Konder – ex- Câmara do Vereadores) foram e são mantidos pelo poder público e por empresários da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos nosso entendimento não como um ponto categórico e final, nossa intenção, ao contrário, tornou-se outra; determina-se pela criação de laços que possam continuar nosso empreendimento na escrita, questionando o processo responsável pela emergência violenta da não-unidade do grupo indígena, mesmo porque surgiram diversos questionamentos após o término do trabalho. Com este parecer, sustentado nas páginas que seguiram, passamos a compreender a extensão do problema, pois acreditamos nas possibilidades de tornar sua visualização maior.

A crítica tornou-se importante no instante em que ela possa estar numa evidente associação com os mesmos meios de sua origem, ou seja, a arquitetura das palavras pode ser usada para evidenciar estas condições a que o indígena esteve preso, por isso uma das alternativas seria a de rever esta substancialidade hoje, ou até que ponto os mecanismos gramaticais são utilizados na relação com o outro. Questionar e apontar a validade destes instrumentos passou a ser tarefa prioritária, o contrário seria admitir a validade dos mesmos como significado e interpretação, pondo em dúvida o aspecto neutro a que a gramática se impõe, já que as definições para este meio não passaram por um consenso democrático.

Os condicionamentos que poderiam tornar tal medida viável seriam o acesso ao corpo documental das cidades pólo ou aquelas que mostraram historicamente seu envolvimento com o conflito indígena no Vale do Itajaí. Principalmente pela quantidade de material disponível, como lembra Silvio Coelho dos Santos: “ *Incrivelmente, uma boa parte dessa tragédia foi documentada. Relatórios oficiais, correspondências, notícias de jornais, debates acadêmicos e fotografias registram as práticas genocidas contra esse povo indígena. Um caso*

raro, pois os indígenas do país foram, em maioria, dizimados sem deixar informações sobre sua existência.”³²⁸

Aqui, levanta-se um outro questionamento, a necessidade de omissão do registro histórico ou das práticas que aniquilaram parte da população indígena. Recebemos que isto não é mais necessário, muito tempo passou desde estes acontecimentos, para o grupo indígena a continuidade do silêncio não é salutar, pois sua divulgação em maior escala poderá sustentar um ambiente melhor de discussões relativas à solução dos problemas atuais. Por este motivo, tais registros deveriam estar conectados com as informações antes silenciadas no processo de montagem histórica.

Quando tornamos perceptíveis em nossos meios sensoriais e intelectivos a amplitude da vida indígena registrada por meio de pessoas e organismos públicos, passamos a ter noção da grande quantidade de mecanismos anexos à escrita. Essa instrumentação essencialmente nociva esteve a favor daqueles que a usaram como lastro de opressão, e, embora aparentemente imperceptível, tomou extrema importância, pois, através de sua colocação, criou-se um ambiente de violência determinando-se ordens e justificativas, tanto para o grupo indígena, como para a própria História.

O presente nos impele a considerar a real validade destes meios, pois como um todo avançam seu processo de dominação sobre aqueles que não os têm. O conhecimento da escrita gramatical foi e continua a ser um meio de poder e controle proveniente daqueles que se encontraram em amplo acordo com seus métodos e até mesmo com os que não discutiram significados e interpretações. De qualquer forma, apesar de parte das intenções sofrerem mudanças, a constante utilização destes instrumentos pode dar vazão a velhos discursos, principalmente por não possibilitarem a reflexão sobre os mesmos.

O montante de novos problemas que podem resultar dos questionamentos elaborados a partir de tal acesso poderão abrir um novo leque de discussões ligados

³²⁸ SANTOS, S. C. dos. **Os índios Xogleng...** Op. Cit. p. 09.

essencialmente a variáveis do pensamento acadêmico como; as contradições e deslizes lógicos da história oficial, a reconsideração dos conceitos da colonização e a visualização de uma proposta menos interferente nas relações do indígena com as organizações institucionais (Estado, Igreja, Educação, entre outros sistemas de controle e assimilação).

Nos dias que prosseguem ao relacionamento da sociedade ocidental com os indígenas constata-se a continuidade dos processos de assimilação e desprendimento total do grupo indígena de suas antigas tradições. Apesar da resistência, os diversos meios de pressão continuam atuantes, traçando alguns dos objetivos idealizados no passado. Então, o pensamento volta-se não apenas para a visualização do que foi silenciado, mas também para apontar a continuidade do mesmo processo.

Não é mais um momento específico de análises embora esteja nítido todo processo histórico resultante destes efeitos discutidos aqui. Assim, as estruturas da ciência condicionantes do Estado apresentam um montante de princípios, aparentemente preocupados em defender o indígena, mas que procuram a todo momento desfigurá-lo. Entretanto, percebemos, dentro de um instrumental científico, as possibilidades de análise e fracionamento destes meios gerando rupturas nestes aparatos repressores.

Tudo isso apresentou-se como um grande leque de possibilidades, no instante em que aparece a oportunidade de visualizar os pontos abordados na dissertação em uma escala maior, por exemplo, a proposta de estética condicionada ao indígena a partir de várias cidades, ou até mesmo a longevidade do limite físico e temporal dos discursos políticos na escrita. A proposta acentuada na pesquisa tornou-se grande, pois há muito trabalho a ser feito, podendo surgir novos problemas e campos de ação; a História Oral pode ser um exemplo disto.

Assim como as diferenças, generalidades e individualidades do homem e mulher ocidental devem ser respeitadas em todos os processos construtores de seu ser. É fundamental perceber, em um nível maior, a resistência do indígena à fusão

ou ao desaparecimento de sua unidade de sobrevivência, sua condição ontológica; antes livre, agora cativa.

A escrita e seus mecanismos marcaram a vida indígena, porém da mesma forma, as pessoas que acreditavam em suas idéias, obedecendo à vontade de outros com interesses voltados para o empreendimento colonial. A parte fundamental seria rever os conceitos e práticas mesmo que grande parte das pessoas não tenham interesse em discutir verdades cristalizadas, ainda assim o meio escrito constitui-se como um dos caminhos para rever estes processos.

As relações históricas não podem mais estar tão separadas; além da interdisciplinaridade, é importante ter condições que nos levem a uma crítica dos instrumentos auxiliares para a efetivação da pesquisa e redação, um deles visivelmente foi a escrita, neste trabalho entretanto, existem outros, como o próprio método. A tarefa científica, todavia árdua, garantiu-nos, durante o trabalho realizado, a possibilidade de pensar sobre as direções que o povo indígena tomou na escrita, mesmo no presente quando as superficialidades ganham maior apreço no campo social, diante de discussões mais pertinentes e ainda não resolvidas para o interesse público.

REFERÊNCIAS

1. BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, J. de. **Iracema**. São Paulo: Formar, 1982.

ALMEIDA, R. H. de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

ARAÚJO, R. B. de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **In: Estudos históricos: 1 caminhos da historiografia**. Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

AULETE, C. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 3ª ed. vl. 1, 1982.

AZEVEDO, F. **A Cultura Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1963.

BELTRÃO, L. **O Índio Um Mito Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1977.

BENTHAM, J. **O Panóptico**. Organização e tradução / Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BOFF, L. **O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **A Economia da Trocas Lingüísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. **P. O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CABRAL, O. R. **Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império**. Brusque: Sociedade amigos de Brusque, 1959.

CALDEIRA, J. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CÂMARA, J. J. M. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO M. M. E. (org.) **O Pensamento Vivo de Darwin**. 3ª ed. São Paulo: Martin Claret, Nº 12, 1986.

CASCUDO, C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1972.

CERTEAU, M. de. **A Operação Histórica**. Direção: Le Goff, Jacques, Nora, Pierre. In *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora S.ª 1995.

_____. M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHALHOUB, S. e PEREIRA L. A. de M, org. **A História Contada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, R. **O Mundo Como Representação**. Estudos Avançados. São Paulo: nº 5 jan./abr., 1991.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COSTA, A. **Indiologia**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1943.

CUNHA, M. C. org. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

D'AMARAL, M. T. **Contribuição à História da Colonização Alemã do Vale do Itajaí**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

D'AVILA, E. **Pequena História de Itajaí**. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, 1982.

DALLÍGNA, A. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo, Edições Loyola, 1997.

DARWIN, C. R. **A origem das espécies**. Brasília: UnB, 1982.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: PERSPECTIVA, 1999.

EAGLETON, T. **A Ideologia da Estética**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: uma história de costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. N. **Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERRO, M. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____ M. **A verdade e as formas jurídicas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: NAU Ed.. 1999.

_____ M. **As Palavras e as Coisas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo, Perspectiva, 1972.

_____ M. **História da Sexualidade, 3 vols**. Rio de Janeiro, Grall, 1980.

_____ M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREIRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Liv. José Olímpio, 1961.

GADET, F. T. H. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pecheux**. São Paulo: UNICAMP, 1997.

GAKRAN, N. (org.). **Nosso Idioma Reviveu**. Pomerode: Mayer, 2000.

_____ N. **Dicionário Bilingue - Xokleng e Português**. Itajaí: Editora do autor, 1997.

GOULART, M. (coord.) **Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai**. Itajaí: UNIVALI, Propex: ELETROSUL. 1997.

GOULEMOT, J. M. Da leitura como produção de sentidos. In CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. São Paulo: Liberdade, 1996.

HAROCHE, C. **Fazer Dizer, Querere Dizer**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

HEUSI, N. **A Fundação de Itajaí: sua história, seu romance**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1983.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Liv. José Olímpio, 1976.

KONDER, M. **A pequena pátria**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 2ª ed – São Paulo: Martins fontes, 1996.

LATOUCHE, S. **A Ocidentalização do Mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LINHARES, J. **O que a memória guardou**. Itajaí: Editora da UNIVALI, 1997.

LUCAS, K. **Arte rupestre em Santa Catarina**. Florianópolis: Rupestre, 1996.

MACHADO, R. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MAHER, T. M. Sendo índio em português... In: SIGNORINI, Inês. **Língua (gem) e Identidade**. São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

MARTIUS, K. F. P. V. **Como se deve escrever a História do Brasil**. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro: 1845.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: HUCITEC; (Brasília): Editora da Universidade de Brasília, 1993.

MILL, J. S. **A Lógica das Ciências Morais**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

MONTAIGNE, M. **Ensaaios**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MÜLLER, S. A. **Opressão e Depredação**. Blumenau: FURB e Nova Safra.

NAMEM, A. M. **Botocudo: uma história de contato**. Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Editora da FURB, 1994.

NIETZSCHE, F. W. **Gaia Ciência**. Lisboa: Guimarães 1977.

_____ F. W. **Crepúsculo dos Ídolos**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1988.

_____ F. W. **O Anticristo**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Newton Compton Brasil, 1996.

_____ F. W. **Para Além de Bem e Mal**. Obras Incompletas/ Friedrich Nietzsche. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____ F. W. **Obras Incompletas**. Seleção de textos de Gérard Lebrun. São Paulo: Abril, 1984.

ODÁLIA, N. **Varnhagen: História**. São Paulo, Ática: 1979.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 1999.

_____ E. P. Identidade Lingüística Escolar. In: SIGNORINI, Inês. **Língua (gem) e Identidade**. São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

PATRIANOVA, H. J. **Pequeno Livro**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1986.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a Gramática**. São Paulo: Ática, 1997.

PESAVENTO, S. J. org. **Leituras Cruzadas: diálogos da história com a literatura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

PILOTO, V. (org.). **História de Santa Catarina**. Curitiba: Grafipar, 1970.

RIBEIRO, D. **Os índio e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICHTER, K. **A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau.** Florianópolis: Ed. Da UFSC. Blumenau: Ed. Da FURB, 1986.

RONDON, F. A. **Pelos Sertões e Fronteiras do Brasil.** Rio de Janeiro: Reper, 1969.

RONDON, F. **Pelo Brasil central.** Rio de Janeiro: Reper Editora, 1969.

ROTTHBARTH, M. D. da S. e SILVA, L. D. da. **Famílias de Itajaí: mais de um século de história.** Itajaí: Editora e Gráfica Odorizzi, 2001.

SANTOS, R. I. C. dos. **A Colonização italiana no vale do Itajaí – Mirim.** Florianópolis: Lunardeli, 1981.

_____. R. I. C. dos. **A Terra prometida: emigração italiana – mito e realidade.** Itajaí: UNIVALI, 1998.

SANTOS, S. C. dos. **Educação e Sociedades Tribais.** Porto Alegre: Movimento, 1975.

_____. S. C. dos. **Índios e Brancos no sul do Brasil – A dramática experiência dos Xokleng.** Florianópolis: Edeme, 1973.

_____. S. C. dos. **Os índios Xokleng: memória visual.** Florianópolis: Ed. da UFSC; [Itajaí]: Ed. da UNIVALI, 1997.

SCHAFF, A. **História e Verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 1987, p.261.

SENNETT, R. **Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

SEVERINO, J. R. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível.** Itajaí: Editora da Univali, 1999.

SILVA, A. L. da. **Itajaí de ontem e de hoje.** Brusque: Gráfica Mercúrio, 1972.

SILVA, J. B. de ^a e. **Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrada e Silva;** organização Miriam Dolhnikoff. – São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

SILVA, L. D. **Itajaí Imagens e Memória.** Itajaí: PMI, Fundação Genésio Miranda Lins, 1995.

SILVA, P. F. **Itajaí Cem Anos de Município.** Itajaí: PMI, 1959.

SILVEIRA Jr., N. C. da. **Itajaí.** São Paulo: Escalibur, 1972.

SISNANDES, M. T. **O índio no imaginário de Ibirama**. Itajaí, UNIVALI (M), 1993.
 THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

VIANA, O. G. **Navegantes e Sua História**. Brusque: Tipografia Leão Dehon, 1975.

ZILLING, C. **Dear Mr. Darwin: a intimidade da correspondência entre Fritz Müller e Charles Darwin**. São Paulo: Sky/Anima comunicação e Design, 1997.

2. PERIÓDICOS (Acervos do Arquivo Histórico de Itajaí)

A Nação – Itajaí, 1978.

Diário de Itajahy – Itajaí, 1914, 1915.

Diário Itajaí – Itajaí, 1981.

Jornal de Itajaí – Itajaí, 1980, 1982.

Jornal do Povo – Itajaí, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1950, 1951, 1952, 1953, 1960, 1961, 1962, 1863, 1964, 1965, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1980, 1881, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1990.

Novidades – Itajaí, 1904, 1911 até 1918.

O Cacique – Itajaí, 1957 e 1958.

O Careca – Itajaí, 1931.

O Comércio - Itajaí, 1918, 1919, 1920 e 1923.

O Futurista – Itajaí, 1926, 1927.

O Libertador – Itajaí, 1931, 1932, 1933, 1937.

O Pharol – Itajaí, 1904, 1905 até 1935.

O Progresso – Itajaí, 1899, 1900 e 1901.

Papa Siri – Itajaí, 1993 e 1998.

3. DIVERSOS

Acervo de fotografias. Itajaí: Arquivo Histórico Municipal.

Anais do Museu de Antropologia da UFSC, Florianópolis, dez. de 1984, ano XVI, nº 17.

Blumenau em Cadernos. Blumenau V, VI e VII .

Boletim Oficial da Prefeitura Municipal de Itajaí, nº6 de 03/12/70.

Caixa de Documentos: Índios – Xogleng / Reserva Duque de Caxias.

Calendário histórico de Itajaí, escrito por Edison D' Ávila.

Correspondências do presidente da província às autoridades policiais (1843, 1855, 1856 e 1864), do Ministério da Agricultura para o Presidente da Província (1861, 1866, 1867, 1868 e 1884), do Presidente da Província para o Ministério da Agricultura (1864, 1866, 1868, 1869, 1875 e 1885) e Ofícios dos Delegados e Subdelegados de polícia ao Presidente da Província (1843, 1866 e 1870).

D'AVILA, E. Itajaí: *O Começo da História*. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 1996.

Demarcação do Território dos Índios Botocudos. (Arquivo Histórico de Itajaí)

Fundo P.M.I. Correspondências recebidas - Gabinete do Prefeito: 1914-1917. Arquivo Histórico de Itajaí.

Introdução ao Relatório / Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio: Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda (Arquivo Histórico de Itajaí)

Inventário de correspondências do Coronel Viera da Rosa, 20/10/1910. (UFSC)

Jornal Comemorativo – *Sociedade Guarani: um século de história*. 21/03/1997.

Livros didáticos da Prefeitura municipal de Itajaí dos anos de 1984, 1990, 1991, 1996 do 1º Grau: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries.

Revista Alcance nº 1/Jan-Jun/1997 – Revista de Divulgação Científica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí.

Revista Catarinense. Florianópolis março de 1971, ano 2 nº 17.

SIMERMAN, D. *Em busca de um novo caminho*. Palavra de Jornalista. Itajaí: UNIVALI, nº 2 out. 1998.

Trabalhos do professor Edison D'Ávila, pasta I e II. (Arquivo Histórico de Itajaí)

VERAS, D. *Itajaí: porto dos encantos*. Florianópolis: Mares do Sul, 1999.

ANEXOS

Correspondência, relatório, fotos, gravuras e mapas

1. Correspondência

A) Registro de correspondência do Presidente da Província as autoridades policiais.

Subdelegado de Itajahi

Fico inteirado pelo seu Officio de 19 do corren-/te de terem apparecido indicios da chegada / do Gentio á Caza de José Moreira Cordeiro. / O que já me havia sido participado há muitos / pelo Tenente Coronel Agostinho Alves / (ilegível), aquem passei as ordens precisas, q /as tem amplas, assim como todas as Autho-/ridades, para cazos semelhantes, sem que / preciso seja revogar as de 4 e 5 de Agosto, / passadas com o fim de se evitarem abusos.

Deos Guarde a V. M.^a Palacio do Governo / de Santa Catharina 24 de Janeiro de 1843- / Autéro José Ferreira de Brito = Sr. / Francisco Antonio de Siqueira.

Ao mesmo (Chefe de Polícia)

Fico sciente pelo seu Officio de 5 do corren-/te da incursão feita pelo Gentio Bugre/ no Districto de (Itapacoroy), onde mata-/ram uma mulher, e dois meninos, e / roubaram algumas Cazas; do que já me havia / informado o Commandante Militar do Dis/tricto de S^o. Fran.^{co}. Deos Guarde a V. M.^a Pa-/lacio do Governo de Santa Catharina 6 de / Setembro de 1843 = Autéro Joze Ferreira / de Brito = S.^t D.^t Severo Amorim do Valle.

Ao Chefe de Policia da Prov.^a

Na intelligencia do que contem o seu Officio de 20 do / corrente, tenho de participar-lhe para que os / faça saber as Authoridades Policiaes do Districto de S.ⁿ Francisco, que com a creação da Compa-/nhia de Pedestres, em que me occupo, se procura-/rá que cessem os terrores que hoje experimentam / de novos ataques dos Bugres, nos moradores de / Itapacoroy. Deos Guarde a V. M.^a Palacio do / Governo de Santa Catharina 22 de Setembro / de 1843 = Autéro Jozé Ferreira de Brito = Snr.^o D.^t Severo Amorim do Valle.

Ao Chefe de Policia

Illmº Sñr = Tendo no dia 14 do corrente recebido do en-/ carregado do destacamento de Pedestres em Itajahy, com-/ municação do attentado commetidos pelos Bugres no / rio Itajahy-mirim ordenei na mesma data que fosse re-/ forçadoaquelle destacamento com mais praças, e que de-/ vidido todo em 3 partidas, entrassem ellas no matto para a-/ fugentar os Bugres e assim procurar proteger os lavradores, / os quaes não devem, espalhados como estão e distantes / um dos outros; descançar nessas rendas , e sim estar a-/ lerta, e com armas prontas para suas defezas em caso / de urgente necessidade, e não irem trabalhar descuida- [F/98 verso] [F/99] dos, com os infelizes assassinados. Sem outras armas que / as proprias de lavouras. O que lhe communico em res-/ posta ao seu officio datado de hontem. Deos Guarde / a V.S.^a Palacio do Governo de S.^{ta} Catharina, em 21 de / Novembro de 1855 = João José Coutinho =S.^r Doutor / Antonio Ladisláo de Figueiredo Rocha, Chefe de Policia.

Ao Subdelegado de Itajahy

Consta-me que perto do ultimo morador do pe-/ queno existe um arranchameto de Bugres, onde talvez / tem sahido os que tem feito os ultimos attentados, e sendo / de grande conveniencia para os lavradores das margens / d'esses rios afugental-os para longe cumpre que V.M.^a de / accordo com o encarregado do destacamento dos Pedestres / trate de reunir a estes alguns paisanos dos mais vaquea-/ nos a fim de completar uma forma de 20 a 25 homens, e / fornecendo-lhes as munições necessarias, e [ilegível] os faça / seguir a fim de descobrirem o arranchamento, que se imi-/ tilizará, e afugentando os Bugres, prendendo os que se o / puderem, não fazendo fogo, se não no caso de resistencia / Deos Guarde a V.M.^a Palacio do Governo de Santa / Catharina, em 18 de fevereiro de 1856 = João José Cou-/ tinho = Sñr Subdelegado de Policia da Freguesia / de Itajahy.

Ao Subdelegado de Itajahy (Nº 266)

Palacio do Governo da Provincia de Santa Cathari-/ na, em 19 de Fevereiro de 1864, = Illmo Senr~ = / Em consequencia do que communicou a Alferes (?) Com-/ mandante do destacamento do Exercito em Itajay, / haja V. Sa. de declarar ao respectivo Delegado de Poli-/ cia, que, com quanto esteja à sua disposição o mesmo / destacamento para proteger os moradores dos logares 'q. / forem assaltados pelos bugres, ou em que apparecerem / vestigios da aproximação d'elles, com tudo deve sempre / proceder de inteira, conformidade com as disposições / do Commandante do destacamento, não lhe sendo licito / dissimular as praças, nem colocar pequenos desta-/ camentos em certos e determinados lu-/ gares, como o fez na Freguezia de São Pedro Apostolo, / onde não convem permanentemente o, digo, que con-/ (fl. 174) (fl.174 verso) tinue permanentemente o de algumas praças que / para alli mandou, e n'este sentido se tem instruido / tambem ao dito Alferes Commandante. = Deos / Guarde a V. Sa. = O Vice Presidente Francisco Jo-/ sé de Oliveira. = Senr~ Dor. Chefe de Policia.

B) Correspondência do Ministério da Agricultura para o Presidente da Província.

Circular: Directoria das Terras Públicas e Colonisação / Secção Rio de Janeiro Ministério dos Negócios da Agricultura / Commercio e Obras Públicas em, 28 de Agosto de 1861.

Illmo e Exmo Snr~

Sendo urgente melhor visar o serviço da cate-/chese e civilisação dos indio, por tal maneira / que os esforços e o dinheiro que forem applica-/dos a semenhante empenho deem o proveito / desejado, convém que V. Ex., quanto antes pro-/ceda a averiguações acerca dos seguintes / quesitos: - 1º - Quantos aldeamentos existem / n'essa Província e em que data forão funda-/dos; - 2º - De que tribus e de numero de / almas se compõe; - 3º - quais as inclina-/ções e os costumes caracteristicos de cada / uma dessas tribus; - 4º - De que desenvolvi-/mento intellectual e moral são os indios / susceptiveis; - 5º - De que meios são necessarios / para conseguil-o; - 6º - O que se há feito para lhes ensinar as primeiras letras e as artes / (ilegível); - 7º - Que causas tem ate o presente obs-/tado a essa obra civilisadora; - 8º - Que meios / é mister empregar para removel-as; - 9º - Que / relações mantem os aldeamentos com as / povoações circunvisinhas; - 10º - Que pa-/trimonio foi ameaçado a cada aldeia-/mento; - 11º - Que cultura é applicavel / ao seu torrão; - 12º - Quais são as rendas, / das aldeias, quanto especialmente pro-/duz o arrendamento ou aforamento(?) das / terras, como tem sido distribuídas essas rendas, / e porquem; - 13º - Se as terras do patrimonio de / cada tem sido conservadas ou usurpadas, e se arrendadas approvadas ou vendi-/das, e porque autoridade; - 14º - Se tive-/rem sido usurpadas, em que data exata / ou provavel, se effectuadas essas invasões, e / porquem; - 15º - Que providencias tem se da-/do para reprimir os abusos commetidos con-/tra os indios; - 16º - Quantos missionarios / e catechistas existem n'essa Provincia em / effectivo exercicio e como tem procedido; / - 17º - Se há ahi clerigos, secundaristas ou regula-/res, em circumstancias de serem aprovei-/tados no serviço da catechese; - 18º - Quan-/tas tribus ainda se achão no estado sel-/vagem e em que districtos; - 19º - Que pro-/babilidade ha de chamal-os á civilisação; - 20º - O que consta acerca de cada / uma em tempos em tempos anteriores e que meios / se tem empregado para domestical-os; - 21º - Que medidas são mais accomodadas / a boa direcção das tribus aldeiadas e por aldeiar; - 22º - Se os indios podem dispen-/sar a tutela dos directores, para se lhes / distribuir lotes de terras, e se vender o (ilegível) / restante; - 23º - E que noticias ha dos in-/dios que abandonaram os aldeamentos. // Todos estes pontos e quaesquer outros / (ilegível), que, por ventura, se sugerirem / a V. Ex., cumpre sejam esclarecidos e es-/plicados pela maneira mais minuciosa / especificada e cabral para satisfação dos desejosos do Governo Imperial em tão grave assumpto. // E se não aparecem a V. Ex., suficien-/tes os transmitir, pelos quais ordinariamen-/te se procede a informações é autoriza-/do a encarregar do trabalho de colhel-as / a uma pressão de reconhecidas habilita-/ções e pelo povoado, que estude as diversas / questões ate, se for preciso nos próprios / lugares, a que se refirão, mediante uma / gratificação razoavel. // O instituto do Governo Imperial é / adquirir a maior somma possivel de / luzes sobre a catechese e civilisação dos / indios: para conseguil-as ha mais ter que sejam postas em contribuição todas / as pessoas aptas em auxilial-o com diligencia e acerto em suas benefi-/cas informações. // Espero, por tanto que V. Ex., com a possivel /

brevidade me transmita os resultados das / indagações, que lhe recommendo, a propor-/ção que as for obtendo, não convindo que / as demore para envia-las todas ao mesmo tempo.

Deus Guarde a Vsa. Exa.

Ass.: All F. de Souza Mello.

Ilmo Presidente da Provincia de Santa Catharina.

Directoria das Terras Públicas e Colonização / Secção Rio de Janeiro Ministério dos Negócios da Agricultura / Commercio e Obras Públicas em, 04 de abril de 1866. (Nº 19)

Ilmo e Exmo Snr~

Em resposta ao officio de V. Ex~, ao qual acompanhou o Director da Colonia Itajahy, relativo as despesas feitas com uma escolta por elle enviada ao alcance dos bugres, cuja aproximação á mesma Colonia inspirava receios a seos habitantes, declaro a V. Exa. para conhecimento d'aquelle Director que não podem ser approvadas despesas de semelhante espécie e para as quais não se acha auctorisado.

Deus Guarde a V. Excia.

Ass.: D. Antonio Fr. de Santa Anna.

Circular (Nº 10): Directoria Central Secção Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio/ e obras Públicas, em 19 de junho de 1867.

Ilmo e Ex.mo Snr~

Sendo objeto de estudo oconhecimento / da origem das raças humanas espe-/cialmente da procedencia dos indige-/ nas brasileiros, convindo estabelecer a / comparação entre os utensilios da (ilegível) são escuras e os mais usados pelos / nossos aborígenes no intuito de verificar-se / si as analogias ethnographicas (sic) / as affinidades idiographicas que mo-/dernos escriptores não notados entre esses dois / povos; recomendo a V. Exa. que, por inter-/medio dos engenheiros em serviço nessa / Provincia ou de qualquer que se/achem em condições de desempenhar tal / incumbencia, trate de obter e enviar ao / ministério a meu cargo os vasos indigenas / que seja possível encontrar ahí, cujas for-/mas e natureza não participem de modo / algum do contacto da civilização; sen-/do necessário que provenhão, ou de escravidão / de antigas tabas e cavernas ou de al-/ guma das tribus brancas e nomades ainda existentes .

Deus Guarde V. Exa.

Ass.: A. P. de (ilegível)

Im~ Presidente da Província de Santa Catharina.

Nota a que se refer o aviso desta/ data.

(...) 3º - Lavoura - Compreendendo a co-/mercial , ou dos produtos chamados / coloniais, a dos cereais e a forracino-/za.

Com referencia a este produto convem / tratar das plantas indigenas que podem / ser utilizadas, quer na industria quer/ nas applicações medicinaes, devendo / em qualquer dos casos enviar exempla-/res de cada uma contendo folhas com / o caule ou tronco, flores ou fructos, afim / de poderem ser estudadas, classifica-/das e proceder-se as analyses clinnicas / convenientes. (...)

Em 12 de dezembro de 1867.

Circular(Nº 3): Directoria Central Secção Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios da Agricultura , Commercio/ e obras Públicas, em 26 de marco de 1868.

Illmo e Ex.mo Snr~

Pelo aviso circular de 30 de abril do ano passado / recommendou-se que a este Ministério fossem en-/viadas cartas ligeiras ou esboços, em que estejam in-/dicados os rios, ribeirões, montanhas mais conheci-/das, as cidades, villas, freguesias, arraiais ou quaes-/quer pontos importantes, e bem assim todos os escla-/recimentos necessários para a organização da carta / geral do Império, com relação as posições as-/tronomicas tomadas, que existem nos archivos / dessa Província, e a sua população livre escrava / e indigena .

Não tendo sido até o presente ministradas / as informações exigidas no dito aviso circular / sirva-se V. Exa. de reiterar a expedição das ordens / convenientes, afim de que sejam ellas prompta-/mente satisfeitas.

Deos Guarde a Va. Exa.

Ass.: A. P. de (ilegível)

Snr~ Presidente da Provincia de Santa Catharina.

Circular(Nº 55): 3ª - Directoria Central Secção Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios da Agricultura , Commercio/ e obras Públicas, em 9 de maio de 1868.

Illmo e Ex.mo Snr~

Segue nesta ocasião para essa provincia o reli-/gioso Frei Virgilio Ambião para ser ahi empregado / em serviço de catechese e aldeamento de indios ; e / como ans proximidades da Colonia Itajahy pelo lado da terra e sertões do alto Itajahy-Merim tem / apparecido indígenas selvagens, que tem assaltado / propriedades dos colonos, chegando ate a commeter / assassinatos; convem que Va. Exa. expressa as suas / ordens para que o referido missionario se dirija / a dita colonia, e de acordo com o respectivo / Director e engenheiro encarregado de medir e des-/criminar terras devolutas n´aquellas passagens / escolhão a localidade mais apropriada ao cen-/tro da catechese, e a formação de um aldeamento, de modo que, sem implicar com as or-/dens expedidas relativamente as seis leguas / quadradas a medir para aldeamento attrahir os indios, e prestar assim um / auxilio valioso não só á commissão do enge-/nheiro mencionado, como ao estabelecimento de / futuros colonos afim de resguardal-os de corre-/rias e assaltos d´esses selvagens; mesmo sendo o mesmo / missionário auxiliado por sua (sic) com a (ilegível) = (ilegível) dos empregados da comissão de en-/genheiros, e das pessoas dos colonos e outras que / forem chamadas a prestar apoio e força ne-/cessária a repellar qualquer ataque aos tropellios d´aquella gente.

Segue igualmente com o dito Frei Virgilio o reli-/gioso capuchinho Frei Estevão de Viricenzia que / vai encarregado de prestar serviço de al-/deamento dos indios errantes nas mattas do Alto / Itajahy ´Assú, nas vizinhanças da colonia Blu-/menau, a respeito do qual cumpre observar o mes-/mo que fica recomendado relativamente aquelle / missionario Frei Virgilio, quanto a localidade a es-/colher para sede do aldeamento, e do apoio e au-/xilio que lhe deve ser prestado para segurança e 7 desempenho de sua missão.

Cada um desses religiosos vencerá a gratifi-/cação annual de R\$ 1:200#000 que será contado / do dia em que se apresentarem a essa Presiden-/cia e porão esse fim e outras despesas precisas / n´esta data se solicitado Ministério da Fazen-/da as ordens convenientes

para pôr a disposi-ção de Va. Exa. a quantia de R\$ 600#000 até o fim do / corrente exercicio.

Outro sim declaro a Va. Exa. que ambos os mis-/sionarios, que fallão alemão e entencem o por-/tuguez forão nomeados Directores dos respecti-/vos aldeamentos, que vão estabelecer nas loca-/lidades acima indicadas e fora dos districtos / coloniaes; devendo os mesmos chamar para auxilial-os no ensino primario e outros serviços, logo que / por isso necessario, pessoas de sua confiança, como os u-/nicos responsaveis que são pelo regime interno dos aldea-/mentos ao seu cargo; e não consentindo Va. Exa. que por qual = / quer motivo ou autoridade sejam elles distrahidos das / formações respectivas.

Se Va. Exa. entender acertado o mais urgente os serviços da / catechese e aldeamentos indios em um ou outro aos / supro indicados pontos podera fazer commergir primei-/ramente para ahi os esforços simultaneos d'esses danos / religiosos, no empeho de melhor e mais promptamente se / conseguir essa obra de humanidade e civilização n'essa Provincia / privada ate hoje ao importante beneficio das missões.

Va. Exa. informara a este Ministério de quanto oc-/correra tal respecto e sobre quaesquer providencias ten-/dentes ao bom exito do serviço de tanto alcance .

Deus Guarde a Va. Exa.

Snr~ Presidente da Provincia de S. Catharina.

(...)

Catechese: numero de aldeamentos, data / de suas formações numero de almas - funcionarios / empregados nesses aldeamentos - missionarios nos / trabalhos durante o anno - meios a empregar para / fermentar esse serviço - inclinações - costumes e / caracteres de cada tribu - relações dos aldeamen-/tos com as povoações visinhas e mercados - se os indios podem dispensar a tutela do dos Directores / - para se lhes distribuir lotes de terras e vender as / restantes – despesa e orçamento quer pelo cofre pro- / vincial quer pelo geral.

(...)

Secretaria do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras em 30 de / novembro de 1868.

Director Geral.

José Agostinho (ilegível).

2ª Secção - Directoria Central

Rio de Janeiro, Ministério dos Negocios da Agricultura; Commercio/ e Obras Publicas, em 29 de Agosto de 1884. (Nº 17)

Illmo eExmo Sr~

Em solução ao seu telegrama / de 26 do corrente comunico a V. Ex.a / que nesta data foram solicitadas / as necessarias ordens afim de que / na Thesouraria de Fazenda dessa / Provincia seja posto, á disposi-ção de V. Exa. o credito de 500#00 (quinhentos mil reis) para accor-/rer ás despezas com batedores de matto com o fim de afugentar / os bugres em Porto Franco, ex-Colo-/nia. Itajahy.

Deus Guarde a V. Exa.

Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

C) Correspondência do Presidente da Província para o Ministério da Agricultura.

Maio 17 - Manda informar com o que / ocoer á cerca do assassinio pelos Bugres / no ano próximo passado, na Colonia Itajay do Barão Carlos de (ilegível). // (Nº 27)
Aguardo as informações que / exigio do Doutor chefe de poli- / cia em 25 de Maio 1864. //

Relação dos Avisos expedidos pela 3ª Di- / rectoria do Ministério da Agricultura Com- / mercio e Obras Publicas no mes d'Abril ultimo, / com declaração do numero e data de cada um / e do que sobre elles fez a Presidencia. // (Nº 19)

1866 - Abril 4 - Aviso do Ex^{mo} Snr~ Ministro. //

Declaro, em resposta ao officio desta / Presidencia, que acompanhou o do Di- / rector da colonia de Itajahy, relativos ás / despezas feitas com uma escolta por elle en- / viada ao alcance dos bugres, que não po- / dem ser approvadas despezas de semelhan- / te especie para as quaes não se acha au- / torizado. //

Communicou ao director da / colonia em 11 d' Abril.

Palácio do Governo da Província de Santa / Catharina, 30 de Abril de 1868. // (Nº08)

II^{mo} e Ex^{mo} Snr~. Em cumprimento da / circular do Ministério á cargo de V. Ex^a / de 31 de Abril do ano passado, tenho a / honra de remetter um esboço da carta / geographica desta Provincia na qual / sai indicados os principais rios, ribei- / rões e montanhas, assim como as ci- / dades, villas, freguesias e colonias. //

Á margem desse esboço acha-se a / relação de todas as posições astrono- / micas que existem tomadas com / menção dos nomes dos operadores e / das datas das observações.

Tenho determinado aos engenheiros / aqui em serviço que tomem as posições / de diversos outros pontos importantes / da provincia e oportunamente será re- / mettido à V. Ex^a o resultado de suas / observações. //

Anexo ao relatório com que / abri a Assembleia Legislativa provinci- / al em Maio do ano passado, e de / que envio junto um exemplar, encon- / tra-se o mappa estatistico da popula- / ção livre e escrava da Provincia mas / sobre os indigenas existentes nada pos- / so informar com segurança, por que / faltam absolutamente todos os dados / e notícias a semelhante respeito. //

Por último cabe-me (ilegível) a V. Ex^a que aguardão-se certos traba- / lhos a que estão procedendo nos / municípios de S. Francisco e da La- / guna, limites norte e sul da provin- / cia para ser concluida a carta geo- / graphica que mandei organizar, / e que espero contribua para comple- / tar a carta geral do Imperio. //

Deus Guarde a V. Ex^a. //

II^{mo} e Ex^{mo} Snr~ Conselheiro Manoel Pinto / de (ilegível) Dantas, Ministro e Secretario de / Estado dos Negócios da Agricultura, Commer- / cio e Obras Puplicas = Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda.

Palácio do Governo da Provincia de / Santa Catharina, 13 de Novembro de 1868. // (Nº 21)

II^{mo} e Ex^{mo} Snr~. Com officio desta / data fiz remetter á Thesouraria da Fa- / zenda copia do Aviso de V. Ex^a datado / de 30 do mes proximo findo, communi- / cando a expedição de outro Ministe- / rio respectivo para que (ilegível) / com a quantia de 1:4000#000 o credito / distribuido á esta provincia em 30 de / Maio deste ano, para a verba “Ca- / techese e civilização de indios” pertencentes ao actual exercicio. = //

Deos Guarde á V. Ex^a. = //

II^{mo} e Ex^{mo} Snr~ Conselheiro, Joaquim / Antão Fernandes Leão, Ministro e / Secretário d’Estado dos Negocios d’Agricul- / tura, Commercio e Obras Publicas = / Carlos de Cerqueira Pinto.

(Nº 01) Palacio do Governo da Provincia de / Santa Catharina, 4 de Janeiro de 1869. / II^{mo} e Ex^{mo} Snr~ = Tenho a honra / de passar ás mãos de V. Ex^a, á fim de se- / rem enviadas aos jardins de aclima- / ção da Europa e plantadas em algu- / ma região elevada das visinhanças / dessa Côrte, inclusas sementes de / plantas indigenas desta Provincia, / constantes da relação que acompanha / este officio = Deos Guarde a V. Ex^a. = / II^{mo} e Ex^{mo} Snr~ Conselheiro Joaquim / Antão Fernandes Leão, Ministro e Secre- / tario d’Estado dos Negocios d’ Agricultura, / Commercio e Obras Publicas = Carlos de Cerqueira Pinto. - //

Presidencia do Exmo Snr~. Doutor / Carlos Augusto Ferraz d’ Abreu

Ao Ex^{mo} Snr~ Ministro de Agricultura. // (Nº 212)

Em 28 de Stbrº de 1875. //

Em officio sob nº 181, de 21 de Setembro / ultimo, tive a honra de invocar a atten- / ção de V. Ex^a para a necessidade de ser / estabelecido o serviço de Cattechese dos / índios nesta Provincia, onde não me / consta que em tempo algum fosse / ele organizado, e agora peço licença / á V. Ex^a. para insistir sobre tão trans- / cendente assumpto, no intuito de cor- / roborar as considerações feitas na- / quele meo officio e de rogar á V. Ex^a. / que se digne de expedir as providen- / cias que lhe suggerir a reconhecida / illustração de V. Ex^a. //

É sabido o terror que aos colonos / europeos causão os índios bugres, / os quaes considerando-os inimigos / implacaveis atacão os núcleos / de colonização e deixão após si, / o roubo, a destruição e a morte. //

À maneira bárbara por que, não / só os colonos como também os na- / turaes do paiz os tratão quando os / encontrão, recebendo -os á bala e a / triste e dolorosa tradição do exter- / mínio de seus maiores é, sem du- / vida, devido o ódio que elles lhes ma- / tão e consequentemente as lamenta- / veis desgraças annualmente repeti- / das em diferentes pontos / d’esta Provincia, e ainda ha pouco mais / de um mez no municipio dos / Coritibanos, onde os bugres inva- / dirão uma habitação e matarão / duas moças. //

É somente pela brandura que / se conseguirá chamar aquelles infe- / lizes silvicolas ao gremio da civi- / lisação, tarefa esta que não me / parece impossivel, se o Governo / Imperial resolver, como é de es- / perar, a organização do serviço de Cattechese, cujos resultados serão / certamente mais proficuos do / que as medidas de repressão e / de terror até agora empregadas. //

A Cathechese porem para prudu- / zir effeitos vantajosos deve ser exer- / cida por sacerdotes possuidos de inteira abnegação e do verdadei- / ro espirito evangelico de carida- / de, e secundada, alem disso co- / mo propoe o D.^r chefe de Policia / no officio por copia junto, para / o qual rogo a attenção de V. Ex.^a, por / individuos conhecedores da lin- / goa dos selvagens, e habituados / a conviver com elles, e dos quaes / consta-me existem alguns nos / centros d'esta Provincia, e das do / Paraná e S. Pedro do Sul. / Estes individuos contractados me- / diante uma retribuição, serviriaõ de / interpretes e procurarião attrahir / á civilisação aquelles selvagens; e se / conseguissem bom resultado de / seos esforços constituindo aldeia- / mentos, conviria arbitra- / lhes / um avultado prêmio. //

Tambem seria conveniente con- / signar uma quantia para a com- / pra de instrumentos e de objectos / curiosos para serem offertados aos / indigenas, os quaes os tem em / grande apreço como é geralm.^{te} sabido. //

Com esses estimulos é provavel / que não fossem frustradas as / diligencias para a Cathechese. //

Entretanto, não sendo estes / meios de effeito immediato, e / cumprindo proteger de prompto / aos colonos e moradores do centro, / que forem assaltados pelos bu- / gres, é necessário que haja uma / força policial composta de 20 / homens mateiros apropriados / ao penoso serviço de reprimir os in- / dios e que esteja sempre prepara- / da a acudir á qualquer ponto ame- / açado de correrias. //

Neste sentido já tive a honra de / me dirigir á sua Ex.^a o Snr~ Ministro / da Justiça em officio de 17 de Set.^o ultimo, / e delle, assim como de V. Ex.^a aguardo / as ordens p.^a a execução das medidas por mim indi- / cadas. Quer as adopte o Governo / Imperial, quer prefira outras que / lhe pareção mais efficases, é certa / a urgencia de prover quanto an- / tes de remedio ao actual estado / de cousas, o mais deplorável / possivel e prejudicial aos inte- / resses da colonisação do Pais. //

Deus G.^{de} a V. E.^a. //

F. e Exp.^{do} / p.^r (ilegível) Dutra.

Ao Ministériio da Agricultura (N^o 191)

Em 4 de Dezembro de 1885.

Cumpre-me participar a V.Exa. / que segundo comunicpu-me / o D.r Chefe de Policia , portegram- / mas hoje recebido do Delegado de / Itajahy, ao qual foi transmittida a / noticia, pelas respectivas autoridades / locaes, os bugres assaltaram a Fregue- / sia de S. Luiz e o districto do Jordão / e mataram dous colonos. //

Aquellas autoridades pedem / providencias urgentes //

A'vista disto, autorisei o mes- / mo D.r Chefe de Policia a mandar / contractar batedores de matttos, afim de / afugentar d'aquelles lugares os / selvagens, visto não haver força pu- / blica, para mandar em socorro / desses e outros logares, que são cons- / tantemente atacados //

Submetto, pois, á approvação de / V.Exa., esta minha deliberação, pedin- / do ao mesmo tempo que se digne au- / torisar as que forem convenientes para / não ficarem os immigrantes sujeitos a tão barbaras invasões. //

D. G.

Minuta do (ilegível)

D) Offícios dos Delegados e Subdelegados de polícia ao Presidente da Província.

De algum subalterno para o Subdelegado de Itajaí sobre um ataque dos bugres à casa de José Maria Cordeiro.

“As oito horas do dia acabo de receber hum aviso que me certificam ter sahido os bugres em casa de José Maria Cordeiro, dizem-me não terem pisado ninguem, ele já saiu com quatro homens em socorro dos Allemaens que seguirão adiante, não me expresso mais por amor datardança que pode ser prejudicial.

Deus G.^{de} a V. E.^a. Itajaí 10 de janeiro de 1843.

II^{mo} e Ex^{mo} Snr. Subdelegado José Henrique Flores = bento José da Costa Juiz de Paz. Conforme.”

Do Del. De Itajaí [Antonio Pereira] Liberal ao Pres. Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda sobre o destacamento existente no lugar denominado Perdição no distrito de Itapocurohi.

“II^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Accuzo recebido o officio de Vex^a datado de 14 do mez findo sobro o destacamento existente no lugar denominado Perdição no distrito de Itapocurohi para proteger seus habitantes contra as correrias dos bugres. Terei em consideração tudo quanto Vex^a recomenda no citado officio para que não se de abuzos.

(...) Delegacia de policia de Itajahi de 03 de 08 de 1866.

II^{mo} e Ex^{mo} Snr. Dr. Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda.

O Presidente da Província.

[Antonio Pereira] Liberal.

Delegado de Policia.”

Del de Itajaí Nicolau Halburg ao Pres. Francisco Ferreira Corrêa sobre a proposta de Hermann Blumenau para afugentar os bugres da colônia homônima.

“II^{mo} e Ex^{mo} Snr. = tendo sido autorizado por Vex^a de requisitar 12 guardas nacionais deste termo para destacarem na Colonia Blumenau afim de afugentar os bugres, tive ultimamente a honra d’expor verbalmente a Vex^a os motivos pelos quaes evidencia, que o referido destacamento não corresponde aos fins desejados, dando preferêcia a proposta do Diretor da mesma Colônia o Senr. Dr. H. Blumenau de engajar ahi e destacarem 4 policiais sendo dous de cavalleria e dous de infantaria, e mais 12 corredores de matto, que mediante uma gratificação de 2000 ou talvez mesmo de 1500 mensaes, se engava entre os collonos brasileiros e allemães, em parte antigos pedestres, hoje estabelecidos lá e muito conhecidos com o terreno da Colônia bem como interessados na Diligencia por causa de sua propria segurança, abrindo os mesmos também as picadas necessárias. Peço portanto a Vex^a queira ouvindo o mesmo Diretor a respeito, dignar-se das suas ordens para a final realização deste importante e muito urgente serviço.

Deus G.^{de} a V. E.^a

Itajahy, 19 de agosto 1870.

III^{mo} e Ex^{mo} Snr Dr. Francisco Ferreira Corrêa. D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

Delegado de Policia.

Nicolau Halburg.

Conforme o original remetido ao Ministério d'agricultura em 14 de setembro de

1870.

O Secretario do Governo
João cesário dos Santos”

2. Relatório

DEMARCAÇÃO DO TERRITORIO DOS INDIOS BOTOCUDOS:

Chegou a este Posto, em principios do mez, o Engenheiro Alberto Knoepke, acompanhado de sua turma, o que foi incumbido pelo Governo do Estado, para effectuar a demarcação das linhas de fundo, do grande territorio cedido aos indigenas aldeados no Valle do Rio Plate, consoante o Decreto Estadual nº 15, de 3 de Abril de 1926.

Iniciou o referido Engenheiro os seus trabalhos preliminares na segunda semana do mez, partindo da Barra do Rio Deneke, seguindo o rumo Leste-verdadeiro, em demanda da linha do perimetro da medição da Empresa Colonisadora Bona & Companhia, situada no alto da serra divisora das aguas dos rios Plate e Alto Benedicto.

Em virtude do terreno ser muito accidentado, e das ingentes difficuldades a vencer em uma região invia e selvatica, onde ha falta de todos os recursos, o Engenheiro Sr. Alberto Knoepke, continuou a medição a abertura da referida linha de fundos, durante todo o mez.

Apesar de ter sido auxiliado o dintincto profissional em tudo o que foi necessário e possível, é de prever, que sómente esta parte da extensa demarcação se prolongará por mais algumas semanas em virtude da lentidão com que lhe é possível avançar por entre tantos obstaculos.

Devemos accrescentar que, como até esta data, o Encarregado continuará auxilliando o provector engenheiro, envidando todos os esforços, afim de facilitar o seu trabalho, si bem que para tal não disponha o Posto dos mínimos recursos financeiros especiaes e não possa alterar a marcha regular dos seus multiplos demais trabalhos. (p. 24)

MEZ DE MAIO:

Trabalhos Agrícolas:

Os trabalhos agrícolas durante este mez foram os seguintes:

ROÇADAS: foi feita a roçada de uma área de terra de boa qualidade, que se destina ao próximo plantio de milho, e que mede trinta e quatro mil metros quadrados; como se trata de capoeirão alto, além da foice, foi necessário empregar também machados, para derrubar os paus mais grossos.

CAPINAS: foi capinado todo o cannavial, sito a margem do rio Itajahy, e uma parte e do outro cannavial, sito a margem esquerda do rio Plate. Estas capinas, foram avaliadas em trinta e dois mil metros quadrados.

ARADURA: estando destinada também ao próximo plantio de milho, foi arada uma área de onze mil metros quadrados, de terras planas e baixas.

GRADADURA: logo após a aradura da área acima, procedeu-se a gradadura da mesma, em toda a sua extensão.

ADUBAÇÃO: ainda a mesma área de terra, antes de ser arada, foi adubada com uma camada de estrume de curral. Para este fim foram distribuídos sobre esta superfície, cento e sessenta e oito, carrinhos de mão, cheios de estrume.

COLHEITAS: Proseguio-se, durante todo o mez, na colheita de milho, tendo sido quebrados, amontoados e transportados para os paiões, onde foram devidamente seleccionados e empilhados trezentos e oitenta e seis saccos de milho, ou sejam: vinte e trez mil, cento e sessenta kilos. (p.25)

MAIO: II.

Aboboras:	248	
Aipim: 22 saccos de 48 Kilos, total:.....	1.056	Kgrs
Bananas: cachos,.....	142	
Batatas doces: 96 saccos de 48 kilos,.....	4.608	""
Batatas doces: (rama para forragem).....	3.130	""
Canna para forragem:.....	608	""
Hortaliças diversas:.....	638	""
Inhame: 7 saccos de 46 kilos,.....	322	""
Laranjas:	2.800	
Milho: (em grão) 386 saccos de 60 Ks.....	23.160	""
Taiá: 19 saccos de 46 kilos,.....	874	""
Tangerinas:.....	10.660	""

FABRICO DE MELADO: Foi colhida da canna que já estava madura, nas roças situadas em ambas as margens do rio Plate, trez mil quilos de cannas, que foram transformadas em 240 kilos de bom melado, que foi distribuído e entregue ao consumo dos indios botocudos, que o estavam reclamando com insistência. Não foi possível obter uma produção maior, apesar de haver já muita canna madura, porque todo o fabrico, na falta de um tacho apropriado, foi necessário fazer em pequenos caldeirões de ferro.

Construções e melhoramentos

SERVIÇO DE LIMPEZA: foram limpos, capinados e varridos, como de costume, os terreiros e arredores de todas as casas, ranchos e demais construções do Posto.

(ilegível) procedeu-se á uma limpeza rigorosa (ilegível) dos os (ilegível). (p.26)

MAIO: III.

SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO: forma feitos durante este mez, trinta e quatro pequenos consertos, nos ranchos, cercas, canôas, ferramentas e outros accessorios pertencentes ao serviço; (ilegível) foi completamente desmontada a moenda de canna por duas vezes, afim de que ele se podesse proceder a uma limpeza completa e garantir o bom funcionamento da mesma e a sua conservação, depois de terminado o trabalho de moagem de canna para o fabrico de melado.

CONTRUCÇÕES: foram atorados e depois falquejados quatro tóros de canela preta, medindo 5 metros de comprimento (ilegível) para serragem dos mesmos (ilegível) foram armados trez estaleiros com paus roliços (ilegível) collocados sobre estes estaleiros, foram os quatro tóros desdobrados á serra de braço, e deram nove duzias de taboas, medindo cinco metros de comprimento com vinte e oito centímetros de largura e dois e meio de espessura; (ilegível) foram completamente reconstruidos com madeira nova, de lei, quatro pontilhões de seis metros de comprimento cada um; (ilegível) proseguio-se, durante todo o mez, nos trabalhos de carpintaria, para a proxima armação da casa para os indio botocudos. Assim foram feitos todos os ligamentos e encaixes necessarios em cento e oitenta e seis metros corridos de madeiramento, para a mesma grande e solida construção. (p.27)

MAIO: IV.

DRENAGEM: foram perfeitamente limpos e desobstruídos oitenta e nove metros de valletas de escoamento de dois banhados, em uma profundidade media de 38 centímetros, espessura do aterro accumulado pelas aguas, no leito das mesmas.

MATERIAL NOVO: foram feitos os seguintes cabos, de madeira previamente escolhida, para ferramentas:

foices:..... 9

enxadas:.....11

machados:..... 5

pás:..... 3

foram, além disto, feitos dois maços grandes e pesados, de cerne de ipê;

remos de louro:.....7

DIVERSOS TRABALHOS: terminou-se, neste mez, a roçada e subsequente limpeza do largo picadão que conduz ao rio Dollmann, em uma extensão de dois mil novecentos e oitenta metros, e, em uma largura media de doze metros.

COMBUSTIVEL: como sempre se faz necessário, foram atorados, rachados e transportados para a sede do Posto, sessenta e quatro metros cubicos de lenha, que serviram como combustível. Além dessa metragem, que é a usual para o consumo do Posto, foram ainda cortados e preparados do mesmo modo mais quarenta e dois metros cúbicos de lenha escolhida, que foi empregada no fabrico de melado.

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E DE TRANSPORTES:

Foram durante este mez, feitas vinte e nove viagens de transportes em carroça e em canôas; (ilegível) viagens feitas por proprios: quatro. (p.28)

MAIO: V.

Os Índios botocudos:

A freqüência dos índios botocudos nos acampamentos do Posto, durante este mez, foi , na media, de cento noventa e seis, entre homens mulheres e crianças.

Quanto ao seu comportamento que foi bom, não ha nenhuma observação a fazer.

Os índios botocudos auxiliaram-nos principalmente no transporte da colheita do milho, que foi todo feito em grandes sextos carregados ás costas.

Houve no auxilio que nos prestaram, muitas interrupções, pois todos os grupos estavam anciosos por seguirem novamente para os pinheirais. Dest`arte os índios trabalhadores se revesavam de poucos em poucos dias, e foram necessarios grandes esforços por parte do encarregado, para conseguir que os botocudos nos prestassem auxilio que de facto também prestaram no transporte das colheitas de milho.

Os esforços empregados foram tanto maiores, pois que os grupos que ainda se achavam no posto, se negavam ao trabalho allegando que deviam seguir para os pinheirais, para o que estavam se apromptando; e os grupos que de lá regressavam, trazendo seus pesados cestos com a colheita de pinhões, pretextavam estarem exhaustos e necessitarem de descanso.

MOLESTIAS E OBITOS: outro fator que contribuiu poderosamente para que o auxilio dos botocudos fosse relativamente diminuto, foi o brusco apparecimento de numerosos casos de grippe, desde o dia 22 do mez em diante. Não obstantes as medicinas preventivas que foram imediatamente postas em practica, como já nos annos anterio- (p.29)

MAIO: VI.

res, em que aliáz, sempre deram tão bons resultados, falharam; pois desta feita a explosão da epidemia deu-se repentinamente, cahindo bem doentes em poucos dias, nada menos de que quarenta e sete indios.

Des`arte houve grande tardança em todos os nossos affazeres, pois, não só os doentes não nos podiam auxiliar, como ainda foi imprescindivel destacar pessoal da turma para o tratamento regular e efficiente dos botocudos adoecidos.

Registrou-se neste mez, no posto, o obito de trez índios botocudos, sendo dois do sexo masculino e um do sexo feminino, todos de idade avançada, sendo provável que estes doentes não resistiram á moléstia, não só devido a idade, como ainda ao facto de se negarem, com declarada teimosia, a seguir o cuidadoso tratamento que se lhe quiz, por todos os meios ao alcance, dispensar.

Observações Geraes:

O TEMPO: conservou-se estável, secco, até a tarde do dia 19 do mez, data em que cahiu uma chuva continua e fortíssima, que se prolongou ininterruptamente por alguns dias. Além da chuva, ventos sencivelmente frios, occasionaram uma baixa repentina da temperatura,resultando dahi immediatos incommodos nas funcções dos órgãos respiratórios.

O ESTADO SANITARIO: o estado sanitário da turma foi regular, tendo-se registrado sete casos de gripe entre os operários, todos, porem, casos benignos, excepção de um trabalhador, que ficou mais gravemente atacado. Mas que também, nos ultimos dias do mez, apresentava já sensíveis melhoras, estando fóra de perigo. (p.30)

Junho: I.

MEZ DE JUNHO:

Trabalhos Agrícolas:

ROÇADAS: para o próximo plantio de milho foi roçada e rebaixada á foice uma área de solo apropriado em uma extensão de mil e quatrocentos e cincoeta metros quadrados.

CAPINAS: destinada ao plantio do mesmo cereal, foi capianda e limpa uma área de treze mil metros quadrados, de terra bôa de várzea; (ilegível) foi continuada neste mez a capina do cannavial situado em margem esquerda do rio Plate, onde isso se fazia necessario por causa das hervas damninhas. A área que ficou perfeitamente limpa destas pragas vegetaes, foi avaliada em nove mil metros quadrados.

ARADURA: foi arada a área acima mencionada de treze mil metros quadrados, preparada para o plantio de milho, em todos os trechos planos e apropriados, em uma extensão de avaliadamente cinco mil metros quadrados.

ADUBAÇÃO: como de costume, das pastagens, dos estabulos e chiqueiros, foram recolhidos e transportados para as estrumeiras todos os estrumes existentes. A recolta do estrume durante o correr deste mez, foi de dezoito carrinhos de mão.

PLANTAÇÕES: á medida que se ia fazendo a limpeza e capina dos cannaviaes do Posto, todas as covas que tinham falhado, foram replantadas. O total do replantio foi de dois mil e duzentos toletes de canna de assucar. (p.31)

Junho II.

Após a cuidadosa limpeza e preparação das terras para as novas roças de milho, na segunda quinzena deste mez, deu-se inicio ao plantio deste cereal. Até o fim deste mez nesta primeira palntação foram empregados cento e trinta e oito litros de semente rigorosamente seleccionada.

COLHEITAS: as colheitas do mez, foram as seguintes:

Aboboras:	254
Aipim: 18 saccos de 48 Kilos, total:.....	864 Kgrs
Bananas: cachos,.....	257
Batatas doces: 106 saccos de 48 kilos,.....	5.088 ""
Batatas doces: (rama para forragem).....	686 ""
Canna para forragem:.....	765 ""
Hortaliças diversas:.....	484 ""
Laranjas:	1.850
Milho: 238 saccos de 60 Ks.....	14.280 ""
Taiá: 8 saccos de 46 kilos,.....	368 ""
Tangerinas:.....	11.200 ""

Terminou-se neste mez, a grande colheita de milho deste anno. Apesar de ter sido o tempo muitíssimo desfavorável, e além dos grandes danos causados pela praga dos psitacidios, que neste anno, appareceram em bandos exeeptionalmente numerosos, tendo sido baldados todos os esforços afim de evitar ou diminuir os estragos, mesmo assim, a produção foi realmente satizfactoria, como pode se verificar pelos seguintes Algarismos: (ilegível) entregue ao consumo dos índios, milho verde, (p.32)

Junho III.

em espigas, cento e vinte e seis saccos, ou sejam: dois mil quinhentos e vinte Kilos, de milho, grão; milho devidamente armazenado em pilhas: mil cento e trez saccos, de sessenta Kilos, ou o total de sessenta e seis mil cento e oitenta Kilos.

Construções e melhoramentos

SERVIÇO DE LIMPEZA: o serviço de limpeza, durante esse mez, foi feito como de costume: foram capinados, varridos e limpos todos os terreiros das casas, ranchos, estabulos e demais dependências do Posto.

CONSERVAÇÃO: foram feitos trinta e dois pequenos concertos nas ferramentas, utensilios e accessorios pertencentes ao Posto.

CONSTRUÇÕES: continuaram activamente os trabalhos de carpitaria em o madeiramento para a casa dos índios. Foram feitas as emendas, entalhes e juncções que ainda estavam faltando, ficando todo o vigamento, inclusive a maior parte do caibramento, prompto para a armação sobre os esteios, no proximo mez.

Para a mesma construção, foram rachadas, falquejadas e depois transportadas do matto para o Posto, cento e trinta e oito achas de palmeira, medindo cinco metros e cincoenta centímetros de comprimento. (ilegível) não sendo possível conseguir para a acobertura da construção referida, outro material senão a primitiva palha da palmeira “guaricanga”, afim de assegurar a sua maior durabilidade, e evitar que biche, já neste mez começou-se o corte das palmas, como o fim de cutil-as conveni- (p. 33)

Junho: IV.

entamente sob tecto, no Posto.

O processo de curtimento consiste no seguinte: depois de seleccionadas cuidadosamente as palmas, para serem retiradas as mis tenras que são imprestáveis, são então empilhadas, com os pecíolos alternadamente, até uma altura de um metro e sessenta centímetros, collocando-se depois, sobre a grande pilha, grossas taboas ou pranchões, com pesos superpostos afim de imprensar fortemente a pilha inteira. Assim as palhas, que vêm bem molhadas do matto, e que estão bem repletas de seiva, permanecem mais ou menos doze dias, dando-se durante este tempo uma fermentação muito activa. Depois disto os pesos são retirados, ventilando-se as palmas, que novamente são empilhadas invertidamente, continuando, deste modo, imprensadas mais oito á dez dias. Submettidas a este processo de conservação, ficaram preparadas doze mil palmas de guaricanga, durante este mez.

Foram atorados e falquejados, trez tóros de canella preta, medindo quatro metros de comprimento, que depois de desdobradas á serra, dera, sete e meia dúzias de taboas, de quatro metros de comprimento, com vinte e trez centímetros de largura, e dois e meio centímetros de grossura.

Para este serviço, foram construídos trez estaleiros com paus roliços.

MATERIAL NOVO: foram feitos os seguintes cabos de ferramenta, com madeira escolhida:

machados:	5
enxadas:	8
pás:	2
foices:	4
machadinhas:.....	3 (p.34)

Junho: V.

Além disto, para as embarcações de transportes, foram manufacturados quatro remos de madeira apropriada; (ilegível) foi tecida uma rede de pesca, de trez pannos, com malhas de diferentes tamanhos, medindo 36 metros de comprimento, por um metro e noventa centímetros de altura.

COMBUSTIVEL: para servir de combustível, durante o mez, foram atorados e rachados e depois transportados para o Posto, sessenta e dois metros cúbicos de lenha.

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E DE TRANSPORTES: foram feitas durante o mez cicoenta e oito viagens de transportes, em canôas e em carroça. Em viagens de comunicação com o povoado, foram expedidos sete próprios á cavallo.

Os Indios botocudos:

Os índios botocudos, durante este mez, frequentaram os acampamentos do Posto, em uma media de cento e vinte e trez, entre homens, mulheres e crianças.

O seu comportamento foi bom, e o auxilio que nos prestaram, foi bem proveitoso, principalmente no transporte da colheita de milho, e no das ripas, e das palmas de guaricanga, do matto para a sede do Posto. Neste ultimo trabalho, cooperaram elles mui assiduamente, na procura e no corte das palmas, que só se encontraram a uma distancia de sete á oito Kilometros, nas lombas das serras que, voltadas para o nascente, offerecem melhores condições mesologicas, neste região, para estas palmeiras. Evidentemente um trabalho como este, que requer per-(p.35)³²⁹

³²⁹ Não pudemos encontrar a página 36, cremos que, devido ao péssimo estado de conservação deste documento, o mesmo foi perdido ou danificado visto ser um carbonon do relatório original. Talvez tenha chegado a Itajaí por meio do envio de correspondência.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
(PRESTAÇÃO DE CONTAS)

Relação dos documentos comprobatórios das despesas effectuadas por conta de um suprimento de réis: 35:000\$000 que foi pago pelo sr. Inspetor Major doutor José Maria de Paula, ao encarregado Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, em 22 de julho do (ilegível), para atender á (ilegível) dos serviços a seu cargo, em Santa Catarina, no posto do Índio “Duque de Caxias”, durante os mezes de Janeiro a Junho de 1925. (ilegível) 1925.

CLASSIFICAÇÃO DA DESPEZA – Artigo.....da Lei N.....de.....de.....de.....Verba.....Titulo.....Consignação.....

DOCUMENTOS

Nº 1.	Folha para pagamento do pessoal operario do Posto “Duque de Caxias” no mez de Janeiro de 1925:	2:541\$500	
2.	Conta e recibo de Gustav Salinger & Co. mez de Janeiro:.....	3:264\$900	
3.	Recibo de Arthur Vanselow.....	320\$000	
4.	Folha para pagamento do pessoal operario do Posto “Duque de Caxias” no mez de Fevereiro: ..	2:352\$000	
5.	Conta e recibo de Gustav Salinger & Co. mez de Fevereiro:.....	3:261\$700	
6.	Folha para pagamento do pessoal operario do Posto “Duque de Caxias” no mez de Março:.....	2:619\$500	
7.	Conta e recibo de Gustav Salinger & Co. mez de Março:.....	3:597\$100	
8.	Conta e recibo de Julio Koepsel.....	1:362\$000	
9.	Folha para pagamento do pessoal operario do Posto “Duque de Caxias” no mez de Abril.....	2:628\$000	
10.	Conta e recibo de Gustav Salinger & Co. mez de Abril:.....	3:543\$800	
11.	Folha para pagamento do pessoal operario do Posto “Duque de Caxias” no mez de Maio:.....	2:604\$500	
12.	Conta e recibo de Gustav Salinger & Co. mez de Maio:.....	3:594\$500	
13.	Recibo de Arthur Vanselow.....	745\$500	
14.	Folha para pagamento do pessoal operario do Posto “Duque de Caxias” no mez de Maio:.....	2:565\$000	35:000\$000

Hammonia, em 31 de Julho de 1925.

Eduardo de Lima e Silva Hoerhann

Encarregado.

3. Fotos



Foto: nº 1 – Herbário Barbosa Rodrigues / Arquivo pessoal – 2001.



Foto: nº 2 – Herbário – Instituição Botânica / Arquivo pessoal - 2001.



Foto nº 3– Sede da Sociedade Guarani / Arquivo pessoal - 2001.

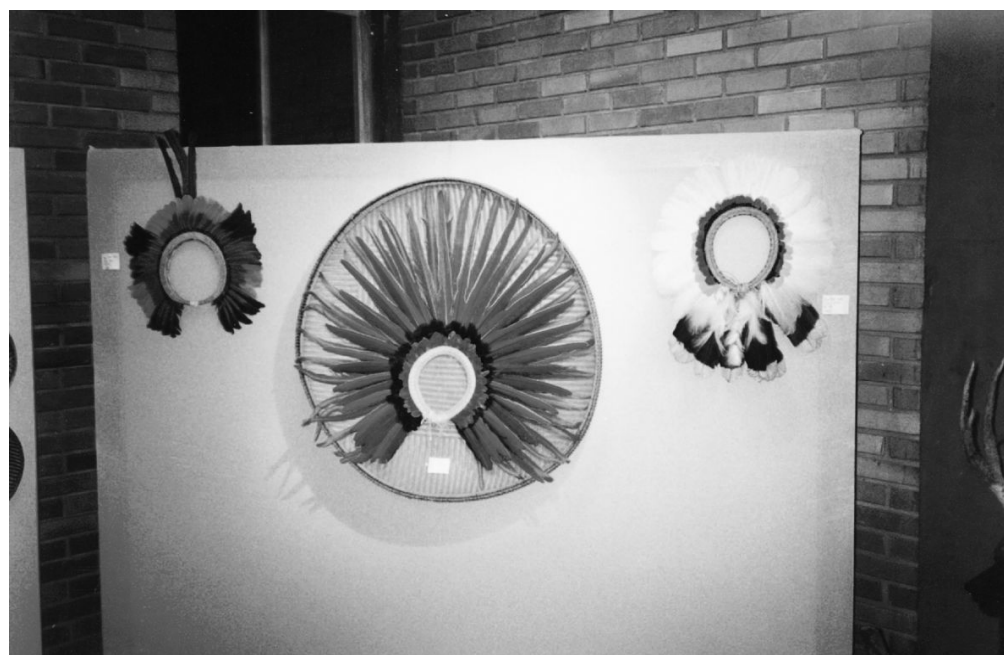


Foto nº 4 – “Cultura Indígena Brasileira I” UNIVALI / Arquivo pessoal - 2001.



Foto nº 5 – “Cultura Indígena Brasileira II” UNIVALI / Arquivo pessoal - 2001.



Foto nº 6 - Quadro dos índios carijós. Palácio Marcos Konder – Museu Histórico de Itajaí / Arquivo pessoal - 2001.



Foto nº 7 - Palácio Marcos Konder – Museu Histórico de Itajaí / Arquivo pessoal - 2001.



Foto nº 8 - Grupo indígena sobrevivente e bugreiros, mulheres e crianças aprisionados. Arquivo Histórico de Itajaí S/d (foto / Geraldo Von Hoche), n.º “t” 013/1.860 (Fundação Genésio Miranda Lins.)



Foto nº 9 - Grupo indígena sobrevivente, mulheres e crianças aprisionados. Arquivo Histórico de Itajaí. S/d (foto / Geraldo Von Hoche), n.º “t” 013/1.857 (Fundação.Genésio.Miranda.Lins.)



Foto nº 10 - Vista parcial do Posto Indígena Duque de Caxias, próximo ao rio Plate (Acervo AHJFS / 1926) *Os índios Xogleng: memória visual* (Silvio Coelho dos Santos, p. 72)

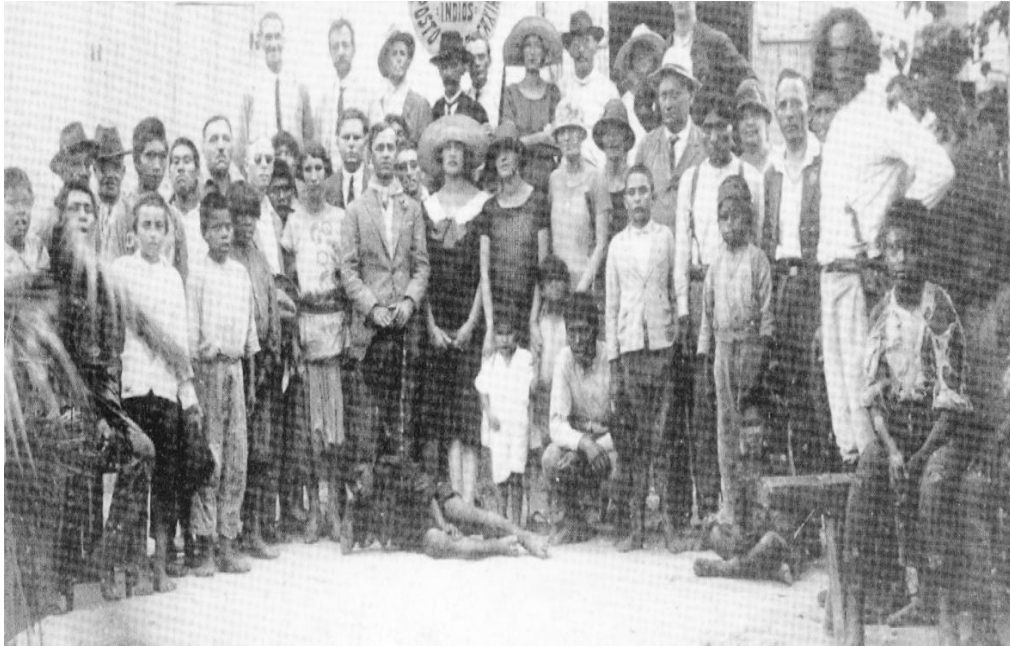


Foto nº 11 - Governador Adolfo Konder e comitiva em visita ao Posto Indígena Duque de Caxias (Acervo AHJFS / 1926) *Os índios Xogleng: memória visual* (Silvio Coelho dos Santos, p. 77)

4. Gravuras

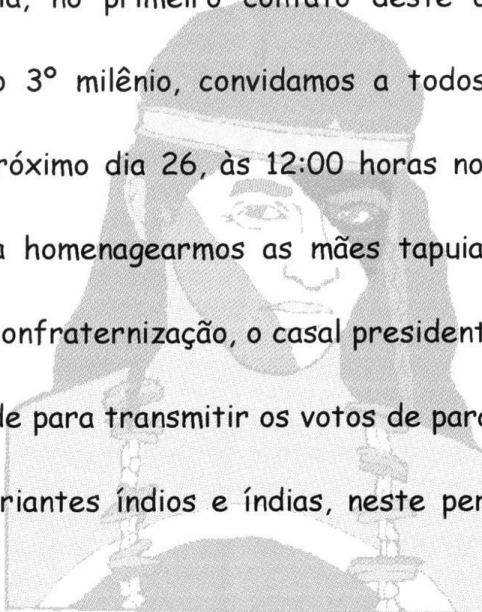


Gravura nº 1 – Jornal O Cacique (1957 –1958) / Arquivo Histórico de Itajaí.

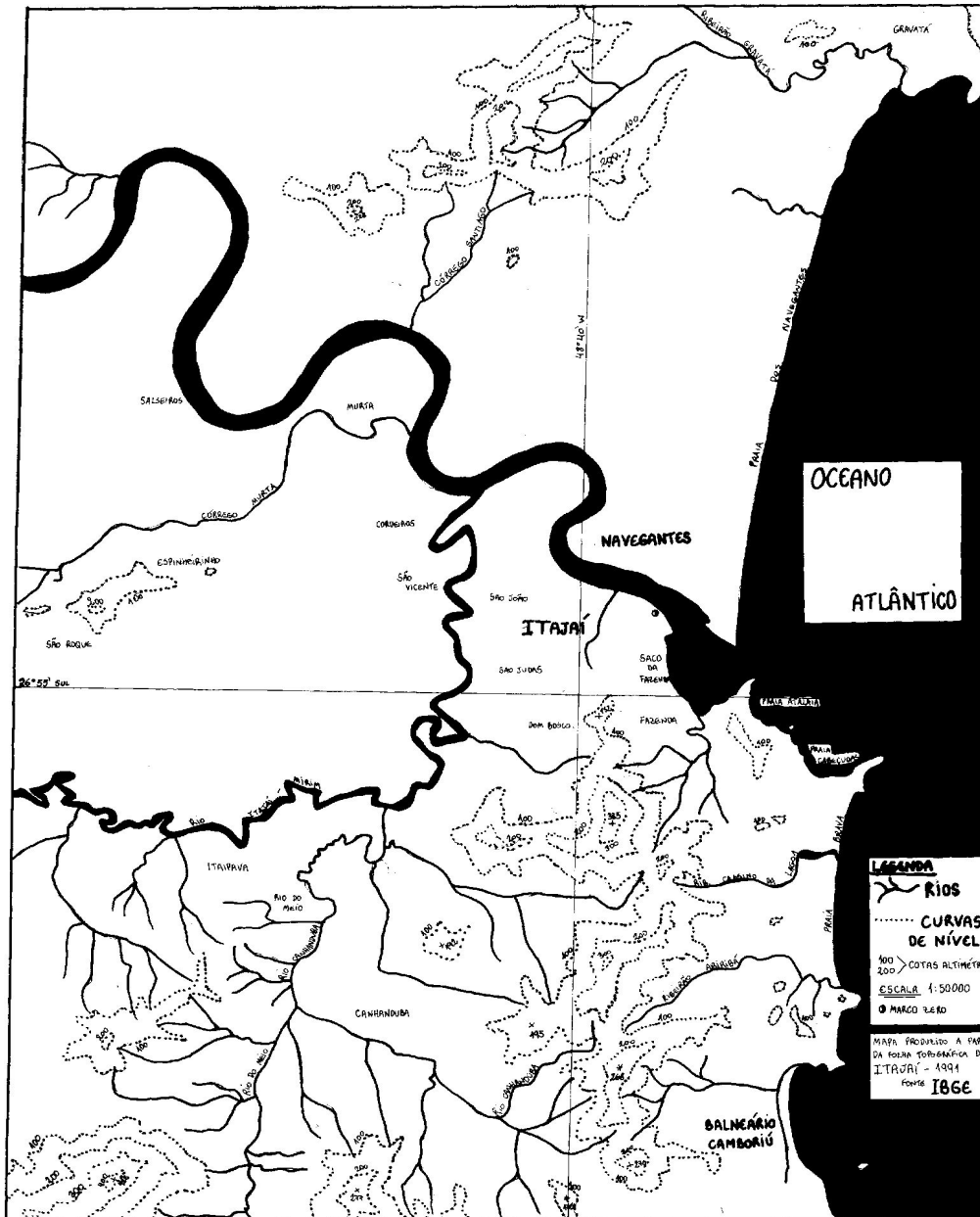
Gravura nº 2 - Brasão da Sociedade Guarani / Jornal Comemorativo –
Sociedade Guarani: um século de história. 21/03/1997.

CIRCULAR TAPUIA 01/2001

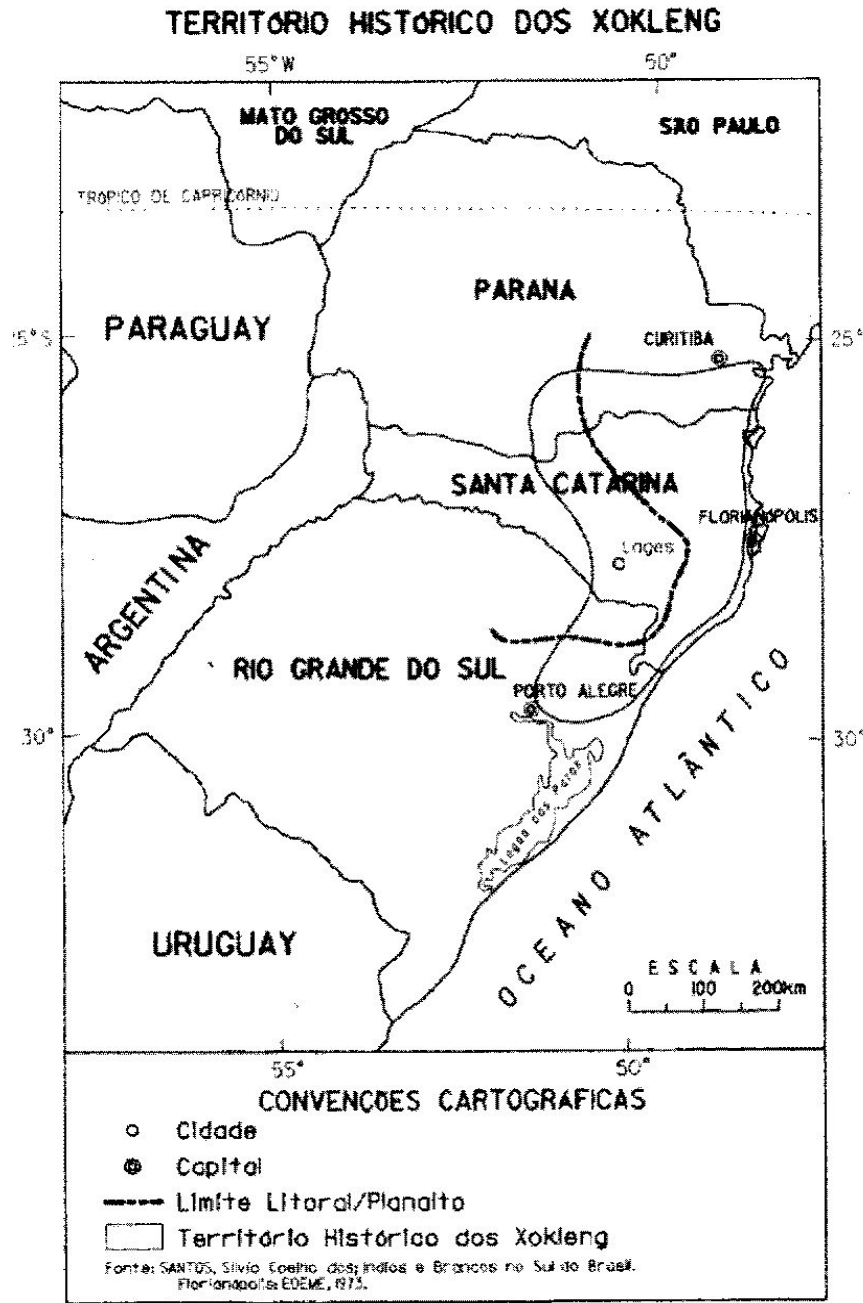
Cumprimentando cordialmente os índios e índias da tábua tapuia, no primeiro contato deste ano, que é o primeiro do 3º milênio, convidamos a todos para reunir tábua no próximo dia 26, às 12:00 horas no Restaurante Célios, para homenagearmos as mães tapuias. Durante o almoço de confraternização, o casal presidente aproveita a oportunidade para transmitir os votos de parabéns a todos os aniversariantes índios e índias, neste período janeiro-maio/2.001.



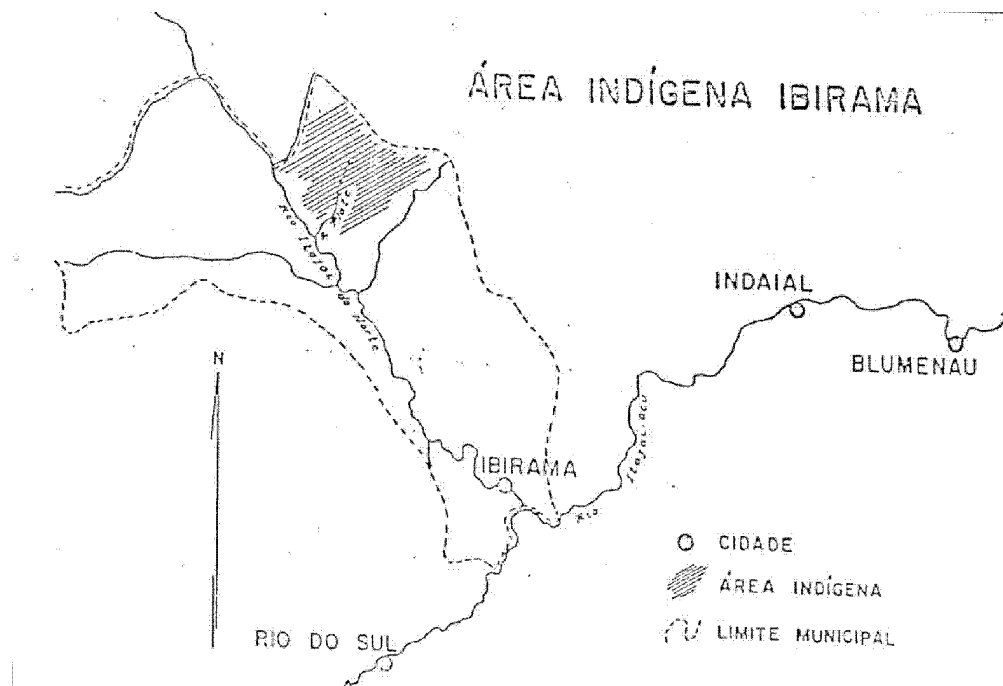
5. Mapas



Mapa nº 1 – Região topográfica e hidrográfica de Itajaí / Cedido pelo Geógrafo Alexandre Henrique Groth.



Mapa nº 2 – Região Sul - SANTOS, Sílvio Coelho dos. Os índios Xokleng: memória visual. Op. Cit. p. 25.



Mapa nº 3 – Área Indígena de Ibirama SISNANDES, Marlene Toledo. O índio no imaginário de Ibirama. Itajaí, UNIVALI (M), 1993, p. 33.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)